



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



JULIANO ZWARICZ

**GEOGRAFIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA (SEGREDO) – PR**

GUARAPUAVA- PR
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



JULIANO ZWARICZ

**GEOGRAFIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA (SEGREDO) – PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia. (Área de concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos)

Orientador: Prof. Dr. Pierre Alves Costa

GUARAPUAVA- PR
2013

Catálogo na Publicação
Biblioteca da UNICENTRO, Campus CEDETEG

Zwaricz, Juliano
Z97g Geografia econômica da implantação da usina hidrelétrica Governador
Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) - PR / Juliano Zwaricz. --
Guarapuava, 2012
xiii, 193 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em
Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2013

Orientador: Pierre Alves Costa

Banca examinadora: Sandra Lúcia Videira, Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz

Bibliografia

1. Região. 2. Territorialidades. 3. Reassentamentos. 4. Usina Hidrelétrica
Governador Ney Braga. 5. Grandes Projetos de Investimento I. Título. II.
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDD 330.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANO ZWARICZ

GEOGRAFIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
GOVERNADOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA (SEGREDO) – PR

Dissertação **APROVADA** em 25/1/2013 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Pierre Alves Costa – presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz,
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR)

Profª. Drª. Sandra Lúcia Videira
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Juliano Zwaricz

Guarapuava (PR), 25 de janeiro de 2013.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



JULIANO ZWARICZ

**GEOGRAFIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA (SEGREDO) – PR**

Dissertação aprovada em 25/01/2013 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Pierre Alves Costa – Presidente
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Profa. Dra. Sandra Lúcia Videira
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Guarapuava - PR (25 de janeiro de 2013)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus pais – Angelo Zwaricz e Eleni Sebastiana Machado, à minha avó Maria Zwaricz (D. Marica) – a quem devo “tudo” incluindo meus interesses pelos estudos. A dedicação é estendida aos meus irmãos. Esta vitória é de todos nós!

Cristiellen

A vitória é por você. Perdão pela minha ausência.

Você é linda filha!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um longo processo. As responsabilidades das discussões aqui travadas recaem sobre meus ombros, mas elas não frutificariam sem o apoio recebido. Estão diretamente relacionados: a Escola Padre Emílio Barbieri – porque ali aprendi as primeiras letras; a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO - PR) – porque foi decisiva em minha formação acadêmica e profissional.

Estendo meus agradecimentos ao corpo de Professores do PPGG da UNICENTRO/PR, de forma especial ao Prof. Dr. Pierre Alves da Costa e à prof. Dra. Sandra Videira cujas orientações ampliaram o caminho desta dissertação – obrigado pelo imenso apoio.

Minha eterna gratidão aos profissionais dos locais pesquisados: Museu Regional do Iguaçu; Aos reassentados que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa; Ao prof. Ms. Renê Wagner Ramos pela sua ajuda através da pesquisa realizada em 2005; aos entrevistados: comerciantes, prefeitos e vereadores pela colaboração e a Assembleia Legislativa do Paraná pelas notas taquigráficas.

Aos colegas da segunda turma do mestrado (2010/2012) da UNICENTRO, em especial João e Daniel, pelas novas amizades. Valeu pelo entusiasmo! Agradeço àqueles que direta ou indiretamente proporcionaram condições para que este trabalho fosse produzido.

Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito humano erra nas trevas.

Aléxis de Tocqueville

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE CARTOGRAMAS	ix
LISTA DE GRÁFICO	ix
LISTA DE MAPAS.....	x
LISTA DE APÊNDICES	x
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	14
1 - TERRITÓRIO, REGIÃO E GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO	21
1.1 O conceito de território	21
1.2 O conceito de região	31
1.3 Região do Setor Elétrico	35
1.4 Relações entre Grandes Projetos de Investimento, Natureza e Sustentabilidade	38
1.4.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento.....	41
2 - A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL E A POLÍTICA ENERGÉTICA PARANAENSE.....	46
2.1 A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL	47
2.1.1 Estado e Setor de Energia Elétrica no Brasil: a partir da Revolução de 1930	47
2.1.2 A intervenção do Estado no processo de participação do Setor de Energia Elétrica.....	55
2.1.3 O período de Ditadura Militar (1964-85) e o Setor de Energia Elétrica.....	66
2.1.4 O Setor de Energia Elétrica nos anos de redemocratização	

(governo Sarney: 15/03/1985-14/03/1990)	73
2.1.5 A desestatização do Setor de Energia Elétrica, décadas de 1990 a 2002	77
2.1.6 A desestatização do Setor Elétrico continuou nas décadas de 2002 a 2012?	85
2.2 A POLÍTICA ENERGÉTICA PARANAENSE	88
3 - A USINA GOVERNADOR NEY AMINTHAS BRAGA, DISCURSOS E OS IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS E TERRITORIAIS	100
3.1 Uma Geo-história dos municípios da Microrregião da UHE Gov. Ney Braga	101
3.2 Processo de construção da Usina Governador Ney Braga.....	109
3.3 Análise do RIMA e da Geomorfologia da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga	112
3.4 Análise dos reassentamentos dos ribeirinhos da UHEGNB.....	117
3.4.1 A luta dos ribeirinhos e a conquista dos reassentamentos	117
3.4.2 A mudança dramática para os reassentamentos (1991) e a atual realidade (2012)	126
3.5 Houve “Desenvolvimento Econômico” provocado pela construção da UHEGNB?.....	135
3.5.1 A questão da agricultura familiar (agricultura de toco)	136
3.5.2 A agroindustrialização dos reassentamentos Segredo I e III ..	139
3.5.3 Melhorias proporcionadas pela construção da usina	143
3.5.4 Desenvolvimento do comércio local e regional	145
3.5.5 Geração de empregos	148
3.6 “Guerra Jurídica” entre a Copel e C. R. Almeida para a construção da UHEGNB.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
FONTES	175
ENTREVISTAS	177
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICES	187

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da UHE Governador Ney Braga (ex-Segredo).....	97
Figura 2: Vista aérea da usina da derivação do rio Jordão.....	98
Figura 3: Casa de “caboclo ribeirinho” no seu habitat natural – Mangueirinha –PR....	128
Figura 4: Rusticidade no interior da casa de um ribeirinho,1988 – Mangueirinha – PR.	131
Figura 5: Casa “modelo básico” construída reassentamento Segredo I, 1988.....	133
Figura 6: Casa “modelo alvenaria” reassentamento Segredo I, após luta dos ribeirinhos.	133
Figura 7: Latifúndio tomando conta do reassentamento Segredo I.....	134
Figura 8: Cooperativa Agrícola sendo construída no entorno do Reassentamento Segredo I –Mangueirinha -PR.....	135
Figura 9: Abatedouro de Frango – Projeto Sabor Segredo, abandonado, no reassentamento Segredo I – Mangueirinha-PR.....	140
Figura 10: Equipamentos abandonados no abatedouro de frangos reassentamento Segredo I – Mangueirinha-PR.....	140
Figura 11: Abatedouro de Frango – Projeto Sabor Segredo, abandonado, no reassentamento Segredo I – Mangueirinha - PR.....	141
Figura 12: Equipamentos abandonados.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões da energia como antimercadoria.....	57
Tabela 2: Dados das usinas hidrelétricas do Paraná.....	88
Tabela 3: Dados populacionais da Mesorregião em relação ao PR e BR	107
Tabela 4: Situação das famílias que seriam atingidas pelo reservatório da UHEGNB...	123
Tabela 5: Área inundada X número de famílias que seriam atingidas pelo alagamento da UHEGNB.....	125
Tabela 6: Formas de preparo do Solo praticados pelos ribeirinhos.....	138
Tabela 7: Receitas médias e receitas per capita segundo as principais origens, recursos e o tamanho dos municípios.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Correntes Ideológicas dos Nacionalistas e Liberais e suas defesas	62
Quadro 2: Eletrificação Rural no Paraná X total de eletrificação no Estado do Paraná – 1980 a 1990	69
Quadro 3: Características técnicas da UHEGNB – PR	110
Quadro 4: UHE de Segredo- PR – Área de influência – Síntese dos impactos Ambientais significativos decorrentes do empreendimento – 1987.....	113
Quadro 5 : diferenças básicas na implantação dos reassentamentos I, II, III e IV.....	132
Quadro 6: Síntese do item 3.5 – Houve “desenvolvimento econômico” provocado pela construção da UHEGNB?	153

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 1: Localizações das usinas do Paraná.....	91
CARTOGRAMA 2: Municípios entorno da Usina de Segredo (atual UHEGNB).....	102
CARTOGRAMA 3: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M municípios da Mesorregião Centro-Sul Paranaense.....	108
CARTOGRAMA 4: Produção agrícola na Mesorregião Centro-Sul Paranaense.....	136
CARTOGRAMA 5: Principal compensação financeira por royalties, mananciais e recursos hídricos – 2002.....	150

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1- Copel – Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	83
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Área do estudo deste trabalho: UHE- Segredo e os municípios atingidos pelo reservatório.....	100
MAPA 2: Localização do Reservatório da UHE de Segredo.....	109
MAPA 3: A Bacia do Reservatório rio Iguaçu com a localização da UHEGNB.....	111
MAPA 4: A Bacia do Reservatório UHE Segredo e da Derivação do rio Jordão.....	115
MAPA 5: Situação da Infra-estrutura viária da Mesorregião Centro-Sul Paranaense, em 2003.....	143

LISTA DE APÊNDICES

JORNAL DA CÂMARA de 04/09/2000, ano 2, nº 384	187
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL de 16/05/1989, ano XLIV, nº 56	189
O PROCESSO DE REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	193
TERMO DE AUTORIZAÇÃO	196
ENTREVISTAS (ÍNTEGRA)	197

LISTA DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.
 AMFORP_ American & Foreign Power Company.
 BID – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.
 BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento.
 CCR – Concreto Compactado a Rolo.
 CEEP – Conselho Estadual de Energia Elétrica do Paraná.
 COPEL- Companhia Paranaense de Energia S/A.
 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 CNAEE- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.
 CPT – Comissão Pastoral da Terra.
 CRABI - Comissão dos Atingidos por Barragens do Iguaçu.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.
DAEE- Departamento de Águas e Energia Elétrica.
EGTD – Energia Garantida por Tempo Determinado.
EIA- Estudo de Impacto ambiental.
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileira.
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
FMI – Fundo Monetário Internacional.
FDE – Fundo de Desenvolvimento do Estado.
FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.
GEM – Grupo de Estudos Multidisciplinares.
ITC – Instituto de Terras e Cartografia do Paraná.
JK – Juscelino Kubischek
LI – Licença de Instalação.
LO – Licença de Operação.
LP – Licença Prévia.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.
MME – Ministério de Minas e Energia.
MST – Movimento dos Sem Terra.
MW – Megawats.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PCH – Pequena Central Hidrelétrica.
PND- Plano Nacional de Desestatização.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL- Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto.
PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar.
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira.
PT – Partido dos Trabalhadores.
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
SE – Setor Elétrico.
SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manguueirinha.
UHE – Usina Hidrelétrica.
UHEGNB – Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga

RESUMO

A questão energética no Brasil e no Paraná, principalmente ao Setor de energia elétrica, tem sido alvo de grandes discussões e debates, sejam eles no campo acadêmico, político ou econômico, como pano de fundo para “desenvolvimento” de uma região. É neste viés que se buscou o entendimento sobre este tema para a produção desta dissertação, com ênfase na construção das usinas hidrelétricas, o desenvolvimento econômico do Paraná e conseqüentemente da região do Centro-Sul, onde foi construído um complexo energético, entre os quais a Usina Hidrelétrica de Segredo, hoje Governador Ney Braga.

Porém, foi necessário conceituar região, região para o setor elétrico; território; territorialização-desterritorialização-reterritorialização-TDR; e analisar as relações entre grandes projetos de investimento, natureza e sustentabilidade para dar suporte teórico ao empirismo presente nas entrevistas dos ribeirinhos, comerciantes, prefeito, vereadores, deputados estaduais e federais, todos estes, envolvidos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga.

Portanto, pôde-se levantar o processo da geografia econômica da Associação Cantuquiriguaçu na região Centro-Sul Paranaense, especificamente nos municípios de Candói, Foz do Jordão, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares, que emanciparam-se após a construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga. Além da implantação de reassentamentos Segredo I, II, III e IV para reterritorializar os ribeirinhos atingidos pelo lago. Pôde-se discutir ainda, o processo aqui chamado de guerra jurídica entre a empreiteira vencedora da licitação e a Copel, travado nos tribunais de justiça, bem como a situação atual dos reassentamentos e dos projetos implantados para agricultura dos ribeirinhos. Finalizamos a pesquisa percebendo que o impacto econômico, social e ambiental foi maior que o previsto no EIA-RIMA elaborado em 1987.

Palavras-chave: Região, Territorialidades, Reassentamentos, Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, Grandes Projetos de Investimento.

ABSTRACT

The energy issue in Brazil and Paraná, especially the electric power sector, has been the subject of much discussions and debates, whether in the academic, political or economic, as backdrop for "development" of a region. It is in this bias that sought the understanding about this topic for the production of this dissertation, with emphasis on the construction of hydroelectric power plants, economic development of Paraná and consequently of region of South-Central, where it was built an energy complex, including the Secret Power Plant, today Governor Ney Braga.

However, it was necessary to conceptualize region; region for the electricity sector; territory; territorialization-deterritorialization-reterritorialization-TDR; and to analyze the relationships between large investment projects, nature and sustainability for to give theoretical support to empiricism present in the interviews of the riversides, traders, mayor, aldermen, state and federal deputies, all these involved in the implementation process of Hydroelectric Governor Ney Braga.

Therefore, we could raise the process of the Economic Geography of Cantuquiriguaçu Association in the Mid-South Paranaense, specifically in the municipalities of Candói, Foz do Jordão, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Honório Serpa and Coronel Domingos Soares, who emancipated themselves after the construction of the Hydroelectric Governor Ney Braga. Besides the implementation of resettlement Secret I, II, III and IV for to reterritorializar the riversides hit by the lake. We could discuss yet, the process here called the legal war between the winner contractor of the bid and Copel, locked in the courts of justice, as well as the current situation of the resettlement and of the agriculture projects deployed for riversides. We finished the survey finding that the economic impact, social and environmental it was higher than the predicted in the EIA-RIMA drafted in 1987.

Keywords: Region Territorialities, Resettlement, Governor Ney Braga Hydroelectric Plant, Large Investment Projects.

INTRODUÇÃO

Anteriormente, a este estudo, a minha visão/imaginária da Mesorregião Centro Sul Paranaense, principalmente dos municípios que estão no entorno da Bacia do rio Iguaçu, especificamente do entorno da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, era de uma região bastante pobre e muito violenta, onde se resolvia as coisas à “base de acerto de contas”. Entretanto, com o desenvolvimento do estudo, fui percebendo uma realidade muito diferente, a região foi se transformando à medida que o complexo energético (formado pela construção da Usina Governador Ney Braga, Derivação do Rio Jordão, Fundão e Santa Clara) vai sendo construído.

A presente pesquisa tem como objetivo principal realizar um estudo econômico, político e social da transformação da Mesorregião Centro Sul, principalmente dos municípios associados à Cantuquiriguaçu¹, em uma região produtora de energia hidrelétrica, entre o início de 1980 e o início dos anos 2000. Ademais, a pesquisa faz parte do Laboratório de Estudos em Geoeconomia da Unicentro (LABGECON).

A questão central (norteadora) é: por que se escolheu a região da Cantuquiriguaçu e por que a Usina Hidrelétrica?

Trabalhamos com as seguintes hipóteses:

- 1- Projeto do Governo Estadual para o desenvolvimento econômico/industrial do Paraná;
- 2- A presença de uma grande bacia hidrográfica do rio Iguaçu;
- 3- O fato de a região ser pouco urbanizada;
- 4- Relevo/Geomorfologia favoráveis ao aproveitamento do potencial hidráulico.

É interessante destacar que este projeto é uma continuidade de um estudo realizado na Pós-Graduação “*Lato Sensu*” em Educação e Gestão Ambiental, no qual se estudou os impactos sociais e ambientais aos ribeirinhos reassentados pelos projetos da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (COPEL), ou seja, aos atingidos pelo lago da Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (antiga Segredo). A escolha do período histórico (início da década de 1980 e início da década de 2010) se deve aos seguintes fatores:

¹ Formada por 20 municípios, incluindo os municípios de Candói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão que fazem parte deste estudo mais os municípios de Mangueirinha, Coronel Domingo Soares e Honório Serpa que fazem parte da região Sudoeste.

a) A Implantação de um Programa energético do Paraná, que viabilizou investimentos no setor;

b) Crescimento econômico acima da média nacional fazendo com que o Paraná mantivesse investimentos no setor elétrico;

c) A primeira usina hidrelétrica a submeter o projeto de construção do empreendimento no país a um estudo de impacto socioambiental, o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA);

d) Implantação de reassentamentos aos atingidos pelo lago da barragem, proporcionando vários conflitos entre empresa, governo e ribeirinhos e;

e) discursos inflamados a favor do “desenvolvimento econômico da região” uma vez que a liberdade de expressão se propagava no meio político através da redemocratização do país após longo período de ditadura militar (1964-1985).

A metodologia foi dividida nas seguintes etapas:

Primeira Etapa: Coleta de dados primários: entrevistas arquivadas no Museu Regional do Iguaçu da Usina Governador Ney de Barros Braga, através do Programa Salvamento Sócio Cultural, do qual foram realizadas mais de 170 entrevistas com ribeirinhos, moradores, agricultores e líderes das comunidades que seriam atingidos pelo reservatório e do qual fizemos parte da equipe, na fase final do projeto como estagiário; jornais, revistas e, entrevistas realizadas especificamente para a pesquisa, onde foram entrevistados dois líderes de comunidade na época da implantação dos reassentamentos e que viveram intensamente os problemas ocasionados pela Usina Hidrelétrica de Segredo, sendo uma entrevista com o presidente do Sindicato Trabalhadores Rural – STR de Mangueirinha-PR, outra com três comerciantes e dois trabalhadores da época da construção da Usina e, finalmente entrevista com o prefeito de Candói, além da utilização das entrevistas realizadas na pesquisa do professor René Wagner Ramos² para o mestrado em história da Unioeste.

Também tivemos os discursos dos deputados estaduais, nas notas taquigráficas da Assembleia Legislativa Estadual do Paraná, atas da 36^a e da 65^a Sessão Ordinária, de 19 de maio de 1988 e 19 de setembro de 1989, respectivamente, bem como da Comissão Especial que tratou da “guerra jurídica” entre a Copel (governo do Estado) e a empreiteira que venceu a licitação.

² RAMOS, René Wagner. O impacto da construção da usina Governador Ney Braga na região do Médio Iguaçu. Passo Fundo: UPF, 2005.

Segunda Etapa: Coleta de dados secundários: população, compensação financeira, dados de produção energética, levantamentos indenizatórios, processo de emancipação municipal de Candói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares, levantamento bibliográfico, revistas, atas, livros, jornais, etc.

Terceira Etapa: Análise das entrevistas e discursos.

Quarta Etapa: Redação da dissertação.

Quanto à fundamentação teórica podemos destacar que os anos 1950 foram delimitados, na ciência geográfica, principalmente nos países de língua inglesa, pela intitulada revolução teórico-quantitativa, de referencial lógico-positivista. Aparece, a partir disso, uma nova noção de região entre os geógrafos, e mediante essa nova acepção, é possível determinar regiões climáticas, industriais, nodais, etc. Segundo Corrêa (1996, p. 186) “a região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos”.

A associação entre essas numerosas regionalizações e os sistemas de planejamento regional era, nas décadas de 1960 e 1970, muito evidente.

A partir da década de 1970, no âmbito de incorporação de novos paradigmas à geografia, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético, como também nas geografias humanista e cultural (CORRÊA, 1996, p. 187).

Ainda para Corrêa (1996, p. 188-189),

Os três conceitos de região que emergiram após 1970 têm em comum o fato de estarem apoiados na ideia da persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo: ao contrário, admitem o processo de sua transformação. Deste modo a percepção da diferenciação de áreas, nítida no final do século XX, é plenamente ratificada.

Se o Brasil se apresenta como um rico laboratório para os estudos regionais, segundo Corrêa (1996, p. 193), um país onde os processos sociais têm sistematicamente se concretizado de maneira espaço-temporalmente diferenciada; onde a criação, o desfazer e o refazer de regiões acontecem com expressiva velocidade, não se observando uma estabilidade regional longamente arraigada. Observamos a ocorrência desse fenômeno na nossa área de estudo (Mesorregião Centro Sul Paranaense – Cantuquiriguaçu), onde se passa de uma área rural para as emancipações de vários municípios e a construção da terceira maior hidrelétrica em potência instalada da Copel.

Para Costa (2012, p. 48), o conceito de região pressupõe uma reflexão política de base territorial (controle e gestão de um território), envolvendo relações de poder (luta de classes) e o debate entre os limites da autonomia perante a um poder central.

É dentro desse contexto que se encaixa o estudo da Usina Hidrelétrica Ney Braga, a qual com o passar dos tempos foi se transformando de uma região natural em uma região produtora de energia elétrica.

Ainda em relação ao conceito de território, para Haesbaert (2002, p. 123), podemos destacar o que se denominou processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização.

Como exemplo desse processo geográfico de TDR, pode ser citado o caso dos reassentados reterritorializados nas áreas de reassentamentos da Copel. Em um primeiro momento, esses camponeses ribeirinhos foram desterritorializados em função do alagamento do reservatório de Segredo e, num segundo momento, foram reterritorializados em nova área de reassentamentos.

A luta dos ribeirinhos por indenizações por suas terras fez com que a Copel, responsável pela construção da usina, aceitasse as reivindicações impostas pela pauta do Sindicato Rural de Mangueirinha – STR, o qual representou os agricultores ribeirinhos junto ao Grupo de Estudos Multidisciplinares, cuja formação se deu especificamente para resolver as questões ligadas ao processo de indenizações.

Cabe lembrar que, neste caso, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, não atuou nas reivindicações dos ribeirinhos da Usina de Segredo, somente irá atuar, mais tarde, no processo de indenizações da Usina de Caxias, em 1995. Aqui neste caso, houve somente a organização do Sindicato Rural de Mangueirinha – STR, significando um dos únicos mecanismos coletivos que representaram os agricultores.

Em relação à questão energética nacional, pode-se dizer que o Código das Águas de 1934 foi importante para o aproveitamento hidrelétrico, pois incorporou ao patrimônio federal as quedas d'água e permitiu que o Estado pudesse autorizar e retirar a concessão para estes fins de produção energética.

Podemos destacar que em relação à política intervencionista, adotada no primeiro período do governo de Vargas (1930-1945), seu objetivo era o de organizar de forma planejada as ações do parque gerador e distribuidor de energia elétrica.

Para Almeida (2003, p. 43), embora o Estado firmasse a opção hidrelétrica e pretendesse criar a Eletrobrás, que no seu entendimento, era vital para o desenvolvimento do país, a sociedade concentrava-se na discussão a respeito do modelo de desenvolvimento a ser adotado com uma disputa entre o setor público estatal e o setor privado de energia elétrica.

A partir de 1952, com o modelo de implantação de empresas estatais para poder dar conta dos racionamentos de energia elétrica, frequentes à época, os estados trataram de criar suas próprias empresas. A exemplo disso, no Paraná, em 1954, instituiu-se a Companhia Paranaense de Eletricidade – Copel, empresa que representa até os dias atuais o estado no setor elétrico. É importante destacar que é o “*lócus*”, a base para o estudo em questão, como representante legal da construção da Usina Hidrelétrica Ney Braga.

A complexidade do setor elétrico devido ao surgimento de tantas empresas levou o governo a criar o Ministério de Minas e Energia – MME, em 1960, que integrou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Para Vainer e Araújo (1992, p. 51), a partir dos anos de 1960 e 1970 o governo consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcados pelas características de predomínio do estado como agente empreendedor e a afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial para o planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade.

Na década de 1980 foi criado o Plano 2010 que tratava da construção de grandes hidrelétricas, como tentativa de evitar racionamentos. Política essa que somente foi alterada com a nova Constituição Federal de 1988, que considerou legítimas as lutas através da participação e a pressão da sociedade civil. Assim, com o fim das censura e a volta das liberdades individuais, a imprensa pode participar também, do debate das políticas públicas do setor elétrico nacional.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o processo de privatização acelerou-se e a Eletrobrás, em junho de 1997, publicou o projeto de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Criando o mercado de atacado de energia que, em tese, regularia a oferta e procura nos contratos bilaterais.

Já nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Roussef (2011-2014), governos considerados como anti-privatistas, houve a continuidade do processo regulatório do setor, devido aos contratos bem articulados pelas gestões anteriores. Tanto no governo de Lula, como no governo de Dilma as ações estiveram voltadas aos programas

de baixa renda, assim priorizando a extensão do Programa do Setor Elétrico para a área rural, especialmente com o Programa Luz para Todos - LpT, cujo objetivo principal foi o de levar energia elétrica a todos os brasileiros que ainda não tinham. Há que se destacar que até 2010, ocorreu a instalação de 2,65 milhões de instalações de pontos de luz, segundo dados do Ministério de Minas e Energia - MME (2012).

Já para a política energética paranaense, temos no documento “Programa Energético do Paraná e os Interesses do Estado”, de 1979, que justificava as construções de grandes usinas hidrelétricas no estado.

No que tange ao governo paranaense, este precisava criar oferta de energia para continuar o processo de desenvolvimento proposto, sem contrastar com as crises do setor elétrico. Entre as décadas de 1930 e 1960, no que se refere à oferta de energia elétrica, os grandes centros urbanos paranaenses eram atendidos pelo capital privado, ou seja, pela Companhia Força e Luz do Paraná, subsidiária do grupo estadunidense *Amforp*.

Somente em 1959 é que a Copel conquistaria a concessão pública para explorar regiões do norte, noroeste, sul e sudoeste.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, (concessão em 1979, início da construção em 1982 e término em 1992), ocorreu o processo de implantação do primeiro relatório de impacto ambiental do Brasil, já bastante discutido e utilizado como referência para diversos estudos, incluindo este, cuja análise se dá no impacto ambiental aos ribeirinhos reassentados pela Copel.

Objetivando realizar um estudo econômico, político e social da transformação dos municípios entorno da Usina Hidrelétrica de Segredo, esta pesquisa está dividida em 3 capítulos.

O **capítulo I** “Território, região e Grandes Projetos de Investimento” traz uma revisão teórica dos conceitos fundamentais para a construção da pesquisa. São eles: os conceitos de território; o conceito de região, bem como o conceito de região para o setor elétrico; ainda no mesmo viés as relações de grandes projetos de investimento, natureza e sustentabilidade.

No **capítulo II** “Política Energética Nacional e Política Energética do Paraná” procuramos demonstrar a política adotada pelos governos federal e do Paraná neste setor, com o discurso de progresso e desenvolvimento econômico, discurso este utilizado para minimizar críticas ao impacto provocado nas populações diretamente afetadas pelos grandes projetos de investimentos no setor elétrico (SE).

Já no **capítulo III** “A Usina Hidrelétrica Governador Aminthas de Barros Ney Braga, os discursos e os impactos sócio-econômicos, políticos e territoriais” analisa-se os discursos dos comerciantes, ribeirinhos, barrageiros e dos prefeitos dos municípios atingidos pela Usina, comparados com os discursos dos deputados estaduais e do governo do Paraná, da época da implantação da Usina nesta região.

Neste capítulo, recorreremos ao processo emancipatório dos municípios de Cândói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Honório Serpa e Coronel Domingo Soares na sua prática, graças ao processo de desenvolvimento empregado pela construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney de Barros Braga; a implantação dos reassentamentos como forma de luta e organização dos ribeirinhos contra a Copel e o governo; a “guerra jurídica” entre a Copel (governo) e a empreiteira C. R. Almeida que havia ganho a concorrência pública; análise do Relatório de Impacto Ambiental – EIA RIMA, onde esta usina foi o marco de implantação deste estudo no Brasil; e o estudo da implantação da Usina Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Para a construção deste, baseamo-nos na leitura e reflexão das seguintes fontes levantadas:

- discursos dos Deputados Estaduais do Paraná;
- atas das reuniões entre os atingidos pelo lago da Usina Hidrelétrica Ney Braga e a empresa Copel;
- atas dos Grupos de Estudos Multidisciplinares – GEM;
- entrevistas realizadas pelo Programa de Salvamento Cultural, hoje arquivado no Museu Regional do Iguaçu;
- entrevistas realizadas com os ribeirinhos, comerciantes e, políticos da época da construção da usina.

A análise e comparação dos discursos da época da construção da Usina e os discursos de agora, no estudo desta dissertação destacamos as divergências ocorridas durante o processo de implantação dos reassentamentos, bem como dos projetos de agricultura familiar e industriais para os reassentados, comparando-os atualmente, onde pudemos observar o completo abandono de granjas, frigoríficos, abatedouros, projetos hortifrutigranjeiros e, até mesmo os próprios reassentamentos que estão passando para as mãos de latifundiários, pela falta de incentivos governamentais. Os discursos demonstram o grave problema enfrentado pelos ribeirinhos reassentados desde a implantação os dias atuais.

1–TERRITÓRIO, REGIÃO E GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A partir do objetivo que orienta esta pesquisa, qual seja, o processo de desenvolvimento regional, através da implantação e consolidação da usina hidrelétrica Governador Ney Braga, apresenta-se neste capítulo a reflexão do que se entende por território, sua dinâmica de reterritorialização, bem como o de região, principalmente para o Setor Elétrico (SE), onde se dá ou não o processo de desenvolvimento regional. Para isso, precisamos recorrer ao conceito de “desenvolvimento” bem como, sustentabilidade e desenvolvimento.

Faz-se necessário conceituar neste momento Território para que possamos entender o processo pelo qual tivemos ou não desenvolvimento regional através da implantação de um grande Projeto de Investimento, como é o caso da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga.

1.1 O conceito de Território

Para Raffestin (1993, p. 7-8):

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143), quando afirma que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço

Ainda para Saquet (2003, p. 24):

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Segundo Haesbaert (2002, p. 18-19), um estudo dessas concepções materialista e idealista possibilita reuni-las dentro dos seguintes referenciais teóricos:

- O binômio materialista e idealismo, separado em seguida em dois outros panoramas, a ótica mais totalizante e a ótica mais parcial de território em relação a: i. o vínculo sociedade-natureza; ii. As dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);
- A historicidade do conceito, em dois sentidos: a. sua abrangência histórica; b. seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto) e/ou social histórico (como relação).

Dentro do par materialismo/idealismo, observamos que a ótica predominante é, de longe, aquela que vê o território uma perspectiva materialista, ainda que não inevitavelmente “determinada” pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi disseminada na Geografia. A opção pelo “material” não é privilégio dos geógrafos. Até mesmo alguns antropólogos, tão preocupados em enfatizar a importância da dimensão cultural ou simbólica da sociedade, deixam evidente esta opção.

Entre os autores que valorizam a concepção relacional do território destacamos Souza (1995, p. 97), em sua crítica a Raffestin:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si).

Para Souza (1995, p. 97), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, assim este conceito evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional.

Para Costa (2009, p. 58), o capital governa o território, e o trabalho tornando-se abstrato, significa uma função indireta. Portanto, as diversidades regionais passam a ser diversidades sociais e não mais naturais. Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito, à urbanização, amplia-se o consumo ao mesmo tempo em que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela especialização territorial da produção, pelo novo patamar de urbanização e pela

valorização da terra. É uma fase de integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial.

O movimento de renovação da Geografia brasileira, cujo marco temporal foi o ano de 1978, introduziu uma perspectiva mais crítica na análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior evidência que outros, podendo-se citar o caso do território. Para Santos e Silveira (2002, p.154), o que interessa discutir é o território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Para Chelotti e Pessôa (2009, p. 3), assim, o que passou a interessar aos geógrafos foi o espaço geográfico, entendido como aquele espaço que é apropriado e utilizado pelo homem. O resultado dessa relação seria a “produção do espaço geográfico”. Portanto, no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder.

Com o avanço do processo dominante de globalização, generalizou-se um discurso de um mundo cada vez mais desenraizado, móvel, fluido (virtual) em detrimento de um mundo mais enraizado (territorial). Para Haesbaert (2002, p. 132), o conceito de território é o mais difundido na Geografia e a desterritorialização encontra-se por trás deste processo:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnicoinformacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...].

Estamos diante do que se denominou processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização.

Como exemplo desse processo geográfico de TDR, podemos citar o caso dos reassentados reterritorializados nas áreas de reassentamentos da Copel. Em um primeiro momento, esses camponeses ribeirinhos foram desterritorializados em função do alagamento do reservatório de Segredo e num segundo momento, foram reterritorializados em nova área de reassentamentos.

Ao observarmos os recentes estudos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, verificaremos a utilização, com frequência, da terminologia desterritorialização e reterritorialização, seja em estudos sobre migração, luta pela terra, identidade territorial, dentre outros. No entanto, a utilização dessa terminologia é um pouco mais remota encontrada principalmente na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1997, p.224). A principal contribuição dos autores é a de que não existe uma desterritorialização desconecta de uma posterior reterritorialização:

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...].

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a Geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, aí reside uma grande contribuição para nossa discussão. Para Haesbaert (2004, p. 371), devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, ou seja, fundamentais para compreendermos as práticas humanas.

Para Chelotti e Pessoa (2009, p. 4), não existe um consenso de que os processos de desterritorializações são precedidos de processos de reterritorialização. Assim, evidenciamos duas grandes correntes interpretativas, principalmente, associadas ao processo de globalização. Uma, que defende que a globalização estaria provocando desterritorialização e a outra, defende que embora ocorra desterritorialização numa escala, se verifica reterritorialização em outra.

Dentre os trabalhos, podemos citar alguns, como Storper (1994), Ianni (1995), Andrade (2002), Neves (2002), Saquet (2003), Haesbaert (1997, 1999, 2001, 2002, 2004, 2006), Oliven (2006). Esses estudos ganharam vulto na década de 1990, quando o processo de globalização da economia mundial configurou-se com um momento histórico importante do sistema capitalista que teve como uma de suas principais características o processo de desenraizamento, ou melhor, o processo de desterritorialização.

Para Ianni (1995, p. 93), a globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as ideias. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa,

agência, gerência, projeto, publicidade, tecnologia. Para o autor, dessa forma, desenvolve-se o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação:

O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdade ideológica e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estado. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado.

O processo de desterritorialização ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais. O mundo estaria cada vez menor, em virtude da compressão nas relações espaço-tempo:

À primeira vista, a desterritorialização lança a ideia de sociedade global no cerne da pós-modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, flutua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações (IANNI, 1995, p. 103-104).

O que verificamos, no entanto é, cada vez mais, o fortalecimento de barreiras/fronteiras. A sociedade global somente pode ser pensada na perspectiva da economia, mas, no plano político e cultural, verificamos a reafirmação de regionalismos e o impedimento de livre acesso das pessoas:

Só se pode compreender a globalização pela cuidadosa documentação dos casos em que ocorre a desterritorialização e daqueles em que a territorialização continua a exercer um forte papel; no primeiro caso, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local. No segundo, continuam enraizadas em aspectos específicos locais. Só analisando os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades se pode desenhar um quadro preciso da natureza da globalização (STORPER, 1994, p. 13).

Para Chelotti e Pessoa (2009, p. 5), no entanto, existe outra linha interpretativa que nega a análise isolada dos processos de desterritorialização, pois estes deveriam levar em

consideração os processos de reterritorialização, uma vez que a globalização não pode ser compreendida apenas como um processo homogêneo, uniforme e unilateral, existindo outras esferas que carecem ser observadas na atual conjuntura da sociedade contemporânea. Uma das mais importantes contribuições no campo da Geografia para entendermos que os processos de desterritorialização devem ser analisados considerando também os processos de reterritorialização, é encontrada em Haesbaert (1997, p. 94), quando o autor estudou a formação de uma rede “gaúcha” nos cerrados do Nordeste brasileiro:

Apesar de distinguirmos analiticamente território e rede, como já ressaltamos no capítulo anterior, estes se encontram tão articulados quanto o processo contraditório de territorialização-desterritorialização que os produz. Desse modo, as redes não podem ser vistas apenas como “destruidoras de territórios”: uma combinação articulada de redes, “malha”, por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios.

Para Haesbaert (1999, p.185), virou moda afirmar que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se, muitas vezes, o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. Para o autor, os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta:

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana mas, também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos.

Na tentativa de sistematizar o discurso vigente de que a sociedade vive um período de desterritorialização, Haesbaert (2002, p. 132) aponta cinco possíveis interpretações: a primeira, uma perspectiva mais economicista, defende a ideia de superação dos entraves locais ou de localização; a segunda, uma abordagem mais cartográfica em que ocorreria a superação do espaço pelo tempo, ou seja, um encurtamento de distâncias; uma terceira, em que as relações seriam mais imateriais que materiais; uma quarta, em que ocorreria um esvaziamento das fronteiras, permitindo o livre acesso; e a quinta, em que a perspectiva cultural, referência simbólica, perderia sentido e se transformaria em não-lugar (CHELOTTI e PESSÔA (2009, p. 6).

No entanto, o que se observa na realidade socioespacial contemporânea são relações muito mais complexas, como afirma Haesbaert (2002, p. 132-133):

A mundialização, paradoxalmente, tem alimentado também a retomada de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores [...] a velocidade dos fluxos e a simultaneidade proporcionada pelo progresso técnico não implicam obrigatoriamente, a superação de uma reterritorialização diferenciadora e ressingularizante. [...] A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala [...].

Encontramos diversas abordagens para um mesmo processo, como aquelas que se dedicam a entender mais por uma vertente econômica, política ou cultural. Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade, transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a reterritorialização está na ordem do dia. No entanto, todo processo de desterritorialização é precedido de uma reterritorialização, caso dos reassentamentos de Segredo I, II, III e IV, seja na dimensão econômica, política, ou cultural:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Mais do que um eminente processo de desterritorialização em curso, evidenciamos na sociedade contemporânea um complexo mundo organizado por inúmeras “formas” de territórios, uma verdadeira multiterritorialidade quase que esquizofrênica. Estaríamos aí, diante do “mito” da desterritorialização:

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2004, p. 372).

O que evidenciamos na atualidade são proliferações de múltiplos territórios, ou melhor dizendo, multiterritorialidades. O território além de sinônimo de poder, também, é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário dos interesses dos grupos historicamente hegemônicos.

O processo de reterritorialização de ribeirinhos sejam eles, proprietários, meeiros, arrendatários e até mesmo agregados sem-terra, ocorrido no decorrer da década de 1990, aproximou duas identidades territoriais, associadas a dois processos distintos de acesso a terra no Paraná, produzindo espaços agrários distintos, tanto na esfera econômica (produção), quanto na cultural (identidade). Assim, tivemos processos traumáticos na transferência dos ribeirinhos para os reassentamentos e um processo de difícil adaptação ao novo, devido a identidade que possuíam com as terras, onde muitos dos ribeirinhos tinham nascido e vivido e, até aquele momento sobreviviam.

No entanto, antes de adentrarmos na questão empírica do encontro das identidades territoriais camponesas no espaço dos reassentamentos, tecemos algumas considerações sobre a utilização do conceito de identidade territorial numa perspectiva geográfica, uma vez que o espaço agrário deve ser pensando para além da esfera econômica, incorporando novas dimensões interpretativas.

A identidade constitui um termo polissêmico, estando relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também à relação do indivíduo com a coletividade. No entanto, a categoria de análise identidade, aparece sob vários enfoques, dependendo da matriz teórica na qual ela é abordada. A existência de inúmeras concepções é fruto da fragmentação do conhecimento, haja vista, que a categoria identidade é utilizada nos estudos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e, na Geografia Humana (CHELOTTI e PESSÔA, 2009, p. 8).

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Em vista disso, diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, território, dentre outros:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos

esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELL, 1999, p. 23).

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Hall (1998, p. 69), ao discutir o aparente enfraquecimento das identidades nacionais frente ao processo globalizante, embora reconheça o seu enfraquecimento, ressalta que, na verdade, estaríamos diante de uma situação contraditória, uma vez que não podemos negar o caráter homogeneizante da globalização. No entanto, seria reducionista imaginar que a destruição seja um processo dominante, pelo contrário, evidenciam-se novas identidades em curso:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. (HALL, 1998, p. 69).

No outro extremo, porém, observamos o reforço de certas identidades locais como espaços de resistência frente à lógica global dominante. Para Hall (1998, p.70), trata-se do fortalecimento de identidades locais ou da produção de novas identidades. Mesmo que o processo de globalização tenha avançado nos últimos anos, aprofundando a expansão do modo de produção capitalista, acelerando as trocas comerciais, acreditamos que existem elementos culturais que são preservados, mantidos, ou reinventados, principalmente, pelas chamadas populações tradicionais, podendo-se destacar o modo de vida camponês e seu universo simbólico que resiste a esse processo globalizante que insiste em destruir o diferente na tentativa de unificar tudo e a todos num único mercado global:

Muitos pensavam que a desapareção da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional pressagiava a erosão das diferenças culturais. O que se descobre? Sociedades onde os problemas de identidades são mais envolventes do que nunca. É nesse paradoxo que é necessário compreender para vencer os desafios que nossas sociedades devem revelar no domínio da cultura. (CLAVAL, 2001, p. 385).

Para Chelotti e Pessôa (2009, p. 10), mesmo reconhecendo que o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), evidenciamos, então, a permanência de elementos de identidades coletivas, principalmente em sociedades tradicionais (como a camponesa) que não se inseriram completamente na onda modernizante.

Acreditamos, com efeito, que ocorre, embora de maneira relativizada, a identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade (território, região, lugar) e suas representações simbólicas. Portanto, estaríamos diante da resistência da identidade com perspectiva territorial, principalmente, ainda verificável em sociedades tradicionais que não foram destruídas, exemplo claro o nosso “caboclo ribeirinho”, aqui estudado e discutido no terceiro capítulo.

No entanto, o que nos interessa são as identidades coletivas na perspectiva territorial, construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico (região, lugar, território) produzindo a chamada identidade territorial:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Em nossa análise empírica com os ribeirinhos reterritorializados, nos reassentamentos I, II, III e IV (III Capítulo), destacamos, claramente, a presença de traços relacionados com as identidades territoriais da “terra alagada, seu habitat natural”. É evidente que estamos tratando de “sociedades” com fortes laços com a tradição camponesa e, por isso, acreditamos que ocorra a manutenção de determinados elementos e características identitárias relacionadas a essa tradicionalidade.

A seguir, abordaremos o conceito de região e de região para o setor elétrico.

1.2 O conceito de região

Para Gomes (1995, p. 51), a palavra região origina-se do latim *regere*, palavra formada pelo radical *reg*, que resultou em outras palavras, como regente, regência, regra etc. *Regione* na época do Império Romano era a designação usada para denominar áreas que, ainda que possuíssem uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.

O esfacelamento do Império Romano seguiu, a princípio, estas linhas de fraturas regionais e a subdivisão destas áreas foi a origem espacial do poder autônomo dos feudos, predominante na Idade Média. À mesma época, a Igreja reforçou este tipo de divisão do espaço, utilizando o tecido destas unidades regionais como base para o estabelecimento de sua hierarquia administrativa (GOMES, 1995, p.51).

Para Vainer (1995, p.457), parte-se do entendimento de que as **regiões** — das quais se fala, em nome das quais se fala — são resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas. Nem a região tem existência em si, nem é geradora, em si e por si, de interesses.

Ainda para Vainer (1995, p. 458), com efeito, o **interesse regional** enunciado pelo regionalismo, da mesma forma que qualquer interesse socialmente legitimado ou à busca de legitimidade, só tem existência (e relevância) se e quando enunciado e assumido por sujeitos determinados que ocupam posições determinadas do espaço social e político. Em outros termos: a elaboração coletiva de um reconhecimento de identidades que permite, sob a forma de regionalismo, enunciados fundados sobre a polaridade nós *versus* eles, os outros constitui mecanismo de coagulação e de busca de validação social das estratégias (econômicas, políticas, simbólicas) de determinados grupos ou coalizões³.

Especialistas — como geógrafos, economistas, planejadores — podem, sem qualquer restrição, realizar seus exercícios classificatórios e cortar quantas regiões quiserem, segundo critérios extraídos da tradição de suas disciplinas ou de racionalidades que julgam pertinentes; suas **regiões no papel**⁴, entretanto, não passarão de especulações

³Não é a região que manifesta seus interesses através de seus porta-vozes, mas, sim, os porta-vozes, expressando grupos e coalizões, que constroem a região com espaço identitário, simbólico e político.

⁴A noção de região no papel é inspirada na "classe no papel" proposta por Bourdieu (1989).

arbitrárias sempre que não estiverem encarnadas e acionadas por grupos/coalizões sociais atuantes⁵.

Assumir essas premissas implica, no exame do processo de constituição de movimentos regionalistas/regionalismo, romper com uma postura que se poderia chamar de objetivista-substancialista, segundo a qual a origem e a explicação dos interesses regionais e de suas manifestações políticas estariam nas chamadas diferenças ou desigualdades regionais. Em seu formato economicista extremado, o objetivismo sugere que a consideração das diferenças/desigualdades econômicas constitui base suficiente para o entendimento dos regionalismos.

Se "(...) o que faz a região não é o espaço, mas, sim, o tempo, a história" (BOURDIEU, 1989a, p.115), a análise da constituição e da modificação do formato, significado e natureza dos regionalismos — do regionalismo tradicional brasileiro tanto quanto de novas formas de manifestação regionalista — deve estar referida a contextos históricos determinados.

Então, muitos foram os enfoques e quadros teórico-conceituais através dos quais se examinou a questão regional brasileira. Por exemplo, a questão do Nordeste, que na esteira da obra decisiva de Francisco de Oliveira (1981), as transformações por que passou a economia nordestina (assim como a de outras regiões), desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocuparam o centro do debate nos anos 70 e 80. Em particular, vieram à tona a mudança da base produtiva nordestina e as novas formas de sua articulação com a economia nacional. Outros autores mostraram como a integração do espaço regional a uma economia nacionalmente integrada afirmou seu caráter complementar e dependente, atrelando a economia regional à estrutura industrial concentrada no Sudeste e condenando ao lixo da história quaisquer projetos de implantação, no Nordeste e em outras regiões, de uma dinâmica autônoma de expansão econômica e, particularmente, industrial (VAINER, 1995, p. 460).

A homogeneização do espaço nacional sob a égide do capital e do Estado autoritário pareceu, a boa parte dos estudiosos, colocar a pá de cal definitiva no regionalismo, fazendo de suas manifestações residuais, mero testemunho de um passado insepulto (VAINER, 1995, p. 460). Foi como se o processo econômico e político em

⁵Na melhor das hipóteses, as regiões no papel constituem hipóteses de regiões ou de regionalismos, mais ou menos possíveis ou prováveis conforme sua capacidade de identificar relações objetivas propiciadoras de coesão identitária e de articulações de interesses. Para ter uma ideia de "classe provável", ver Bourdieu (1989).

curso, viesse corroborar o diagnóstico segundo o qual o regionalismo nunca teria passado de um mecanismo ideológico:

(...) que funcionou como válvula justificadora da debilidade dos grupos dominantes locais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de dominação e domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais (PERRUCCI, 1984, p.26).

Ainda, para Costa (2009, p.35), nasce a concepção possibilista⁶, onde as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, sendo o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São, portanto, a ação humana, os gêneros de vida, as formas de civilização, que devem ser interpretados para entendermos uma específica região.

Nasce (...) a noção de região geográfica, ou região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica (GOMES, p. 56).

Conforme Costa (2009, p. 37), os anos 1950 foram marcados, na ciência geográfica, principalmente nos países de língua inglesa, pela intitulada revolução teórico-quantitativa, de referencial lógico-positivista. Aparece, portanto, uma nova noção de região entre os geógrafos. Com essa nova aceção, é possível determinar regiões climáticas, industriais, nodais. Numa segunda aceção, a região é vista como foco de identificação, sendo “definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares”, uma “apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo” e, portanto “um elemento constituinte de uma identidade”.

Duas têm sido as fontes desta última concepção. A primeira, a geografia humanista, que se baseia nas filosofias do significado e que vê a região como um espaço vivido. A segunda é a geografia cultural renovada, cuja origem remonta as pesquisas sobre a paisagem, executadas por geógrafos franceses, anglo-saxônicos e alemães.

A terceira aceção defende a região como meio para interações sociais. Trata-se de uma visão política da região, calcada na concepção de que dominação e poder compõem vetores essenciais na diferenciação de áreas; como exemplo desta aceção, podemos citar a obra “Por uma geografia do poder” de Raffestin⁷.

⁶ Expressão cunhada por Lucien Febvre para fixar regras e leis gerais, possuindo como alicerce o meio ambiente natural.

⁷ RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

No âmbito dessas diferentes abordagens do conceito de região, que, por sua vez, ultrapassaram a ciência geográfica, aproximando-se entre outras da economia, destacamos dessa última a sua corrente conhecida como neoclássica⁸. Esta, ao interpretar a expansão espacial-regional do desenvolvimento econômico, considerava que a distribuição desigual no espaço das atividades econômicas era uma mera contingência passageira, pois o processo de desenvolvimento estruturado na introdução espacial do progresso técnico e de investimentos de capital se faria de uma forma equilibrada, bastando apenas o fator tempo permitir o envolvimento de outras áreas, onde ainda não se faziam sentir os efeitos deste progresso (COSTA, 2009, p. 41).

Contrapondo a esta leitura, surgem outros teóricos cuja defesa centra-se no desenvolvimento marcado por um processo de desequilíbrios, repercutindo, assim, na própria interpretação das desigualdades regionais diante de suas disparidades econômicas e estruturais de desenvolvimento regional.

Ainda, de acordo com Costa (2009, p. 41), a corrente reformista surge em oposição a teoria do equilíbrio dinâmico, contrapondo a noção do livre jogo das forças de mercado como fator de diminuição das desigualdades, defendendo que, em verdade, estas tendem a aumentar as desigualdades e disparidades regionais. Inspirada inicialmente no Keynesianismo, esta corrente partirá da defesa de adoção de políticas planejadas de intervenção do Estado para se reverter ou atenuar as disparidades regionais.

A integração das economias regionais brasileiras, dentro da divisão nacional do trabalho, precisa ser relacionada ao desenvolvimento da economia nacional como um todo. Rangel (1968, p.43) chama atenção para o fato de ser mais difícil erradicar uma atividade econômica de uma região, para implantá-la em outra, do que criar, nessa outra, uma atividade econômica.

Para Corrêa (1996, p. 187), a partir da década de 1970, no âmbito da incorporação de novos paradigmas à geografia, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético, como também nas geografias humanista e cultural.

A partir dos anos 1980, o governo federal passou a se concentrar exclusivamente nas políticas de combate à inflação, abandonando por completo a agenda de políticas de desenvolvimento e, em especial, das políticas regionais com o intuito de reduzir as

⁸ Destacamos os seguintes autores integrantes desta corrente: Von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller, August Lösch e Walter Isard.

profundas desigualdades na distribuição do progresso do território nacional (COSTA, 2009, p. 45).

Em Gramsci (1987, p. 55), a questão regional não se atrela tão diretamente ao conceito de desenvolvimento, cuja presença ou ausência induz ao processo de integração espacial, conforme privilegiado na abordagem econômica de cunho reformista na pós-Segunda Grande Guerra. A Questão Meridional serviu a Gramsci, no entre guerras, às vésperas da consolidação do fracasso na Itália, analisar politicamente acerca das disparidades regionais na Itália recém unificada. O autor afirma categoricamente que a Questão Meridional é uma questão territorial-nacional; portanto o autor parte do entendimento que num dado espaço econômico-político no país, subsistem diferenças territoriais que se expressam economicamente por transferência de renda e, politicamente pela formação de um bloco social hegemônico que induz seus interesses a privilegiar economicamente parte do país, em detrimento de outra.

Em “Elegia para uma religião”, Oliveira (1977, p. 44) incorpora à sua tese a contribuição gramsciana e avança na compreensão da questão regional rebatendo a visão reformista-economicista que tende a conceber o espaço como fator e etapa de produção e reconduz o viés político-econômico-ideológico na composição do conceito de região.

A contribuição da análise marxista ao conceito de região introduz a importância da dimensão política – de como as frações de classe dominante se articulam interna e externamente, constituindo o bloco regional dominante; que sob seu controle se dá a “abertura” e/ou “fechamento” da região e conseqüente integração nacional, que ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida ou ampliada, permitindo a hegemonia na região de classes dominantes a esta.

No próximo item discutiremos o conceito de região para o setor elétrico, para o qual a região se destaca como empreendimento.

1.3 Região do Setor Elétrico

Para Vainer e Araújo (1992, p.57), a região que se torna objeto para as empresas do Setor Elétrico é, então, a sua região, ou seja, o ambiente de sua intervenção. Nesta fusão região/ambiente, vão ser ressaltados os fatores ou aspectos que restringem (ou podem vir a restringir) a ação do Setor. Segundo esta lógica, a região que será demarcada como alvo

das ações de Inserção Regional (IR) terá sua conformação determinada pela identificação dos elementos e fluxos que representam resistências ao empreendimento.

Ainda, segundo Vainer e Araújo (1992, p.58), observando-se as concepções do Setor Elétrico constata-se que cada região é separada das outras, cada região está referida apenas ao empreendimento que nela deverá ser inserido. Temos, no fim, apenas um somatório de regiões segmentadas, sem relações umas com as outras. Tampouco se percebe qualquer preocupação ou reflexão acerca das complexas relações entre as regiões que consomem a maior parte da energia produzida e as regiões que deverão, progressivamente, ser responsáveis pela produção dessa energia.

Além dessas formas e manifestações de regionalismo, todas elas, em alguma medida, expressando e estruturando alianças hegemônicas por grupos dominantes locais/regionais em coalizão com corporações atuantes nas escalas nacional e internacional, chamam atenção a emergência e o fortalecimento de movimentos populares que acionam, na construção de suas identidades e estratégias, recortes territoriais.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), presente em diferentes bacias hidrográficas onde se construíram ou se projetam grandes barragens hidrelétricas, surge com a luta de pequenos e, às vezes, médios produtores agrícolas, proprietários ou não, conforme o caso, ameaçados de expulsão pela **limpeza de terreno** que permitirá o enchimento de grandes lagos artificial. Caso do **reservatório de Segredo**, fruto de nosso estudo, que envolve populações rurais confrontadas com o deslocamento compulsório.

Entre os Movimentos dos Atingidos por Barragens, a marca regional aparece até mesmo na designação dos movimentos: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), etc. No caso da CRABI, o movimento se estrutura segundo uma lógica territorial que hierarquiza escalas que vão desde a comissão regional até a comissão de linha comunitária, passando por comissões municipais (às vezes distritais). É nesta Comissão que a bacia do rio Iguaçu está localizada neste estudo, contudo a CRABI somente é estruturada e tem sua atuação política na Usina de Salto Caxias (José Richa). Ou seja, no caso de Segredo temos pouca atuação desta comissão restrita à fase final das lutas por melhorias nos reassentamentos.

Pela sua diversidade e variado grau de organização e experiência, a busca de propostas regionais alternativas é bastante desigual; não obstante isso, é notável a crescente sensibilidade para o problema, quando mais não fosse para capacitar o movimento a apresentar propostas afirmativas que se contraponham aos projetos hidrelétricos,

propagandeados pelas empresas do setor elétrico como a **via mais rápida para o progresso da região.**

Não é difícil perceber que ambos os tipos de movimento emergem como reação ao processo (dito de modernização) de apropriação territorial deflagrado desde o centro, com o ativo apoio do Estado, no âmbito do qual "(...) determinadas periferias são diretamente investidas por um movimento de conquista, que tem por objetivo a apropriação e exploração de recursos estratégicos através da mobilização direta do território" (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 71).

As populações, suas atividades econômicas, seus modos de vida, suas formas de manifestação cultural são vistos e apresentados como resquícios de um passado que impede a marcha do progresso, obstáculos que devem ser removidos. Nesse sentido, cabe destacar o surgimento de novas táticas de luta, as quais vêm reiterar o significado estratégico do território: no caso dos atingidos por barragens (sobretudo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná), as ações de massa em que são arrancados e destruídos os marcos colocados por ocasião dos levantamentos topográficos e que balizam o espaço dos reservatórios a serem criados.

Em síntese, poder-se-ia afirmar que o movimento de resistência dos atingidos por barragens tem caminhado, na direção de ter a voz em nome de suas regiões, buscando elaborar coletivamente novas perspectivas acerca das potencialidades e alternativas possíveis de um desenvolvimento regional/local cuja lógica não seja imposta de fora. Nesse contexto, muito importante tem sido os esforços de valorização da cultura e das formas de vida tradicionais, em oposição a um processo cuja viabilização depende, de maneira nada figurada, de sua exclusão (territorial), configurando claramente um processo em que a constituição do movimento político e reivindicatório se apoia na construção de identidades.

A qualificação desses movimentos como regionalistas, só ganha sentido se, com base nas proposições conceituais apresentadas, assumir que o regionalismo é formato particular, historicamente contextualizado, de elaboração e legitimação de interesses por sujeitos coletivos (grupos, coalizões), como é o caso dos Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), especificamente no caso desse estudo, os ribeirinhos do reservatório da usina de Segredo.

Neste contexto, podemos citar o Museu Regional do Iguaçu que guarda os elementos histórico-geográficos do processo de desterritorialização da região. A concepção do Museu Regional do Iguaçu constava no Relatório de Impacto Ambiental da Usina

Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (antiga Usina Hidrelétrica de Segredo), datado de 1987. A guarda do acervo, oriundo dos Programas de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna, Salvamento da Memória Cultural e Resgate Arqueológico, começaram desde a fase de construção da usina. O Museu guarda, também, o acervo resgatado nas áreas de influência de outros empreendimentos hidrelétricos da Copel no rio Iguaçu. Com isso, o Museu Regional do Iguaçu mantém um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná. A estrutura para exposição do acervo e visitas foi construída no final da década de 1990. O local está aberto ao público desde 17 de dezembro de 1999, e sua inauguração oficial, como instituição, ocorreu em 21 de dezembro de 2000.

No próximo item abordaremos a relação entre os Investimentos realizados em grandes Projetos, a natureza e como realizá-los com sustentabilidade.

1.4 Relações entre Grandes Projetos de Investimento, Natureza e Sustentabilidade

Para Vainer e Araújo (1992, p. 13), o “desenvolvimento capitalista pela natureza de suas relações constitutivas, é concentrador e excludente”, ou seja, o capital ao mesmo tempo em que expande suas fronteiras e incorporam novos territórios, concentra espacialmente os meios de produção, de controle da vida social e de poder.

Ainda, para Vainer e Araújo (1992, p. 13), a sociedade brasileira não foge à regra, o desenvolvimento capitalista brasileiro engendra uma concentração da riqueza nas mãos de ínfima minoria, o que proporciona enormes disparidades espaciais do desenvolvimento. Além das desigualdades regionais, este desenvolvimento tem proporcionado de forma totalmente desigual a questão regional.

Para Haddad (2005, p.261), o desenvolvimento de uma região no longo prazo (e não apenas o seu crescimento econômico) depende da interação dos seguintes processos:

a) participação relativa da região no uso dos recursos nacionais, determinada a partir dos critérios econômicos e políticos prevalecentes no processo de alocação inter-regional dos recursos;

b) direção e magnitude que o quadro global das políticas econômicas nacionais (macroeconômicas e setoriais) tem sobre a região;

c) capacidade de organização social da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em "estados" de desenvolvimento; esse processo associa-se a questões, tais

como: o aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento econômico, um permanente e crescente progresso social, assim como uma preservação do meio ambiente.

As economias regionais não são simplesmente versões em escala menor das economias nacionais. Elas apresentam especificidades próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento. Algumas dessas especificidades são as seguintes, no entender de Haddad (2005, p. 262):

a) em geral, devido aos contatos mais estreitos e às interações mais intensas que existem entre as regiões de um mesmo país do que entre nações soberanas, é de se esperar que tanto os efeitos de transbordamento do crescimento quanto os efeitos de polarização sejam mais fortes nas relações econômicas inter-regionais do que nas relações internacionais; b) os países concorrem nos mercados internacionais com base nas vantagens comparativas, e as regiões de um mesmo país concorrem, entre si, com base nas vantagens absolutas; c) a ausência de soberania econômica com respeito a certos instrumentos de política de desenvolvimento e a questões macroeconômicas (tais como emissão de moeda, determinação da taxa de câmbio, etc.) pode constituir uma considerável desvantagem para o desenvolvimento de uma região; d) as forças políticas que contribuem para a transmissão inter-regional de crescimento são, provavelmente, mais poderosas que as que contribuem para a transmissão internacional.

Para Vainer e Araújo (1997, p. 21):

uma concepção de questão regional que se sustenta exclusivamente na perspectiva empírica imediata do espaço, numa região ou num conjunto de regiões em si – delimitadas segundo critérios geográficos, econômicos ou quaisquer outros – pode contribuir para deslocar ou escamotear um problema que nos parece muito relevante: o dos modos de apropriação, representação, ordenamento e classificação de dinâmicas e relações sociais que o recorte espacial identifica e fixa.

No caso brasileiro, a preocupação específica com os grandes projetos de investimentos deve-se, em grande parte, aos dramáticos custos diretos e indiretos em termos de danos ao meio ambiente e ao processo de desenvolvimento socioeconômico das áreas periféricas em que se inserem.

As razões para esses danos são múltiplas: do ponto de vista político, a maioria desses projetos foi concebida e implementada durante um período de autoritarismo político⁹ no qual os grupos mais afetados pelos danos sociais e ecológicos não tiveram a oportunidade de manifestar suas críticas, propostas ou dissidências; do ponto de vista social, muitos desses projetos ocorreram numa etapa histórica na qual a consciência

⁹ Ditadura Militar (1964 a 1985).

ecológica ainda não estava presente como força contestatória junto à opinião pública nacional; do ponto de vista técnico, registra-se que, na análise e avaliação desses projetos para fins de financiamento, não se incorporavam, nos seus fluxos de caixa, os custos sociais e ecológicos de sua implantação e operação, visando obter algum critério de investimento que calculasse a rentabilidade social dos projetos incluindo as suas externalidades (impactos ambientais).

Na verdade, os grandes projetos de investimentos ou os polos de desenvolvimento são questionados por causa de seus impactos regionais negativos, conforme mencionado anteriormente nas duras críticas que se fazem às experiências de desenvolvimento regional a partir do paradigma "de cima para baixo".

No caso específico dos grandes projetos de investimento implantados no Brasil durante as décadas de 1960 a 1980, algumas das principais críticas são as seguintes para Vainer (1990, p. 341):

a ausência de impulsos dinamizadores na região de implantação; as extraordinárias modificações nas estruturas e dinâmicas sócio-produtivas e demográficas no processo de inserção regional; a extraterritorialidade dos processos de acumulação e de decisão de que são parte; a deflagração de cadeias de eventos capazes de gerar gravíssimos desequilíbrios ecológicos; a significativa redução do emprego gerado na fase de implantação dos projetos durante a fase de operação, com o agravante de que as necessidades de capacitação diferem em ambos os momentos, condenando ao subemprego e ao desemprego grandes setores de migrantes não capacitados.

Em geral, as atitudes prevaletentes em relação aos grandes projetos de investimento ou aos polos de desenvolvimento têm passado por três fases:

1) otimismo quanto às possibilidades de induzir o crescimento em alguns poucos centros, com subsequente geração de efeitos de transbordamento inter-regional;

2) pessimismo quanto à efetividade das expectativas de realização dos efeitos de transbordamento previstos, tendo em vista os inúmeros "enclaves" que se formaram a partir dos polos de desenvolvimento;

3) uma perspectiva mais ampla dos centros de crescimento como um dos aspectos de um processo de planejamento mais compreensivo do desenvolvimento regional.

Dentro desta última linha, deve-se dar especial atenção ao fato de que os grandes projetos de investimento não resultam apenas em mazelas econômicas, sociais, culturais ou ambientais nas regiões em que se inserem. Eles **podem contribuir** para a redefinição das potencialidades de desenvolvimento nessas regiões, através da melhoria na sua infraestrutura econômica e social, assim como da melhoria de acessibilidade aos mercados

externos à região e da ampliação da disponibilidade de novos fatores locacionais, caso este da região da implantação da usina hidrelétrica de Segredo (atual Governador Ney Braga).

É neste contexto que a presente pesquisa tem relacionado o desenvolvimento ao território e a região onde foi implantada a usina hidrelétrica Governador Ney Braga. E, assim, na visão de Vainer (1997), ao invés de redução das disparidades regionais e desconcentração industrial, à região de implantação, de modo geral, tem restado à desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e quase sempre, degradação ambiental (demonstrados no III Capítulo).

A luta entre apropriar-se da natureza para o desenvolvimento de uma determinada região sem destruí-la, tem levado a grandes conflitos. A seguir, abordaremos a sustentabilidade e o desenvolvimento.

1.4.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento

A disputa pelos modos de apropriação da natureza é um elemento novo na constituição da noção de desenvolvimento que historicamente está associada à “disputa pelos modos de apropriação da riqueza e de regulação da reprodução social” (ACSELRAD, 1993, p. 5). A solução tradicional para a questão do desenvolvimento desigual é a expansão do crescimento econômico, que se viabiliza pela economia de mercado, e a relação que esta estabelece com a natureza é de aumento do lucro e acumulação de capital. Capital e mercado são os princípios ordenadores da lógica de desenvolvimento capitalista que converte todos os bens comuns (água, florestas, terras férteis, etc.) em propriedade privada (VANDANA SHIVA, 1991, p. 2).

Numa tentativa de articular a problemática da crise ecológica – esgotamento dos recursos naturais e incapacidade de reposição dos estoques – e o desenvolvimento econômico, foi formulado na década de 1980, no Relatório Brundtland, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, segundo o qual o crescimento econômico deveria considerar a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Este Relatório tinha como objetivo:

Propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os

países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve a consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (...) (CMMAD, 1988)

Notamos que tal definição traz a ideia de que o desenvolvimento é um processo evolucionário único de toda sociedade humana e, portanto, a solução para a degradação ambiental provocada pela ação dos homens seria uma tarefa de toda a humanidade. Não há espaço para a diferenciação cultural nem na definição do problema, nem nas possíveis soluções. A pobreza é apontada no referido Relatório como uma das principais causas da agudização da degradação ambiental. Ao atribuir papel central à pobreza na crise ecológica, aponta como solução para o problema o crescimento econômico dos países pobres e não a mudança nos padrões de consumo que afetaria também os países ricos. Como podemos observar, prevaleceu a “vontade” dos países mais ricos, ou seja, o Relatório tende a apontar sempre a culpabilidade para os mais pobres, como se o consumismo histórico dos mais ricos não influenciasse a degradação ambiental que vivemos.

Apropriando-se do conceito de desenvolvimento sustentável e orientando-o segundo os princípios do ecodesenvolvimento¹⁰, Sachs (2000, p. 56) ressalta que o desenvolvimento sustentável é incompatível com as livres forças do mercado, o que significa que a presença do Estado é imprescindível como instância regulatória e o planejamento é uma ferramenta essencial para promover as estratégias de desenvolvimento. A aplicação da ciência e da técnica – reguladas e orientadas por princípios éticos – seria capaz de viabilizar o desenvolvimento de projetos sustentáveis que, em outras palavras significam a criação de sistemas de produção que não prejudiquem o meio ambiente e não destruam a diversidade¹¹. A questão ambiental envolve diretamente uma questão ética de solidariedade intra e inter-geracional e responsabilidade frente as gerações presentes e futuras¹².

¹⁰O conceito de ecodesenvolvimento – lançado por Maurice Strong, em 1973, como uma forma de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, fundado no uso criterioso de recursos locais sem comprometer seu esgotamento – foi posteriormente desenvolvido por Ignacy Sachs. Este autor formula como base para o ecodesenvolvimento três princípios chave: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

¹¹Para Sachs, “a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico de co-evolução”(2000, p. 31); não há como preservar uma sem considerar a outra.

¹²“O respeito à diversidade da natureza e a responsabilidade de conservar essa diversidade definem o desenvolvimento sustentável como um ideal ético. A partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça” (SACHS, 2000, p. 67).

Para Acselrad (1997, p. 12), alguns elementos teóricos para pensar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir de projetos culturais que se enfrentam no campo das representações sociais, são mediadores da relação entre o homem e a natureza. Tal mediação, produzida a partir dos esquemas simbólicos (dentro de projetos culturais específicos) que “não são jamais os únicos”, permite a interpretação e a relação do homem com o mundo material. Isto significa que há uma criação (arbitrio) na relação cultural do homem com o mundo que possibilita sua transformação.

A partir desta concepção, Acselrad (1997, p. 15) observa no debate sobre a sustentabilidade a existência de duas racionalidades: uma razão prática que concebe a sustentabilidade como princípio de conservação fundada na teoria da utilidade e na relação entre meios e fins e uma razão cultural que concebe a sustentabilidade como de transformação social. Além disso, aponta a necessidade de trazer a discussão da sustentabilidade para o campo das relações sociais, já que “sustentáveis são as formas sociais de apropriação e uso do meio ambiente e não os recursos naturais”¹³(ACSELRAD, 1997, p. 15).

A sustentabilidade, portanto está relacionada às lutas sociais:

Associar a noção de ‘sustentabilidade’ à ideia de que existe uma só forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, por exemplo, significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento. Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ambiental significa, portanto, questionar a ideia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há vários modos sociais das coisas durarem (ACSELRAD, 1997, p. 15).

A sustentabilidade da base material não está inscrita na própria natureza, mas está relacionada aos modos de uso, às relações sociais que se estabelecem para a apropriação e uso dos recursos da base material. A sustentabilidade, portanto, remete às relações sociais específicas e projetos culturais determinados. Tem a ver com a relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Não há uma única forma de fazer durar, o que significa que não há uma única forma sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais.

¹³ Grifo nosso.

A necessidade de se reconhecer a diversidade social das formas sustentáveis de apropriação do meio ambiente assume, por fim, todo seu sentido ante a afirmação de que a globalização faz emergir, no mapa da economia mundial, supostos ‘espaços naturais’ com suas respectivas práticas ‘sustentáveis’, julgadas como compatíveis com as vocações ‘naturais’ do território. Pois apesar de ‘naturalizadas’, as funções que se pretende atribuir a tais espaços exprimirão apenas a dominação de um sentido específico, que as forças hegemônicas pretenderão impor aos territórios, sobre a multiplicidade de demais sentidos, produtos dos esquemas de definição da sustentabilidade elaborados pela pluralidade dos atores sociais locais (ACSELRAD, 1997, p. 16).

Por trás do debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável manifesta-se, portanto, a luta (conceitual e simbólica) pela instauração de um projeto de sociedade¹⁴. Nesta luta, há aqueles que simplesmente veem no “desenvolvimento sustentável” uma forma de conciliar a durabilidade dos recursos naturais para as gerações futuras com o crescimento econômico (aspecto fundamental para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas conforme postulado no Relatório Brundtland).

Concluindo, acreditamos que este capítulo proporcionou uma primeira leitura sobre uma série de fenômenos que apresentaram implicações histórico-territoriais que vem se desenvolvendo com a formação de novos territórios, construindo novos e destruindo antigos, ou seja, buscamos demonstrar nele que o capital, ao mesmo tempo, em que expande suas fronteiras e incorporam novos territórios, concentra espacialmente os meios de produção, de controle da vida social e de poder.

É neste sentido que entendemos as relações histórico-geográficas; os conceitos de território e região; as relações entre desenvolvimento e questão regional; representando o conceito-chave, o processo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR); a região do setor elétrico através de grandes projetos de investimentos.

Com efeito, é neste contexto que se destaca as construções de usinas hidrelétricas, especificamente a usina hidrelétrica Governador Ney Braga, objeto deste estudo, inserida na construção do desenvolvimento da região, principalmente a partir dos anos de 1980, período do início da construção.

¹⁴Para Bourdieu (1989), as práticas discursivas não são vazias; elas produzem um efeito objetivo na realidade. Quando afirma a existência de um modo de visão e de divisão. O autor chama a atenção para a disputa entre vários sujeitos sociais pela possibilidade de construir o mundo de acordo com a representação que conseguir se legitimar socialmente. Isto quer dizer que na luta cultural e simbólica pelo monopólio da nomeação legítima, a realidade pode virtualmente ser transformada.

Ainda podemos destacar o processo de transformação em que o papel da energia elétrica na região vai mudando ao longo do tempo. Esta transformação se dá no sentido de separar cada vez mais o processo social e político da energia como definidora de um padrão de qualidade de vida das populações, do processo exclusivamente econômico da energia como mercadoria inserida no processo de produção e de valorização do capital. Esta separação pode ser observada no planejamento governamental contemporâneo, ao distinguir-se um projeto energético voltado para um desenvolvimento socialmente justo e inclusivo de um projeto energético voltado para o crescimento econômico a partir da inserção seletiva dos centros dinâmicos da economia nacional para a economia global.

2-POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL E POLÍTICA ENERGÉTICA DO ESTADO DO PARANÁ

O presente capítulo tem o objetivo de contextualizar a trajetória histórica do setor elétrico brasileiro e do estado do Paraná e, conseqüentemente, o processo para a implantação da usina hidrelétrica de Segredo como exigência de uma política de desenvolvimento econômico do Paraná e do Brasil. Assim, apresentamos um estudo das políticas públicas adotadas no Paraná e a nível federal que permitiram instalações de usinas hidrelétricas e sua relação com o desenvolvimento.

Iniciamos o nosso estudo na década de 1930, principalmente no primeiro período Vargas (1930-45), em cujo período houve a passagem do processo agroexportador, em crise, para o processo de industrialização, criando, assim, uma demanda para o setor elétrico brasileiro. Focamos as políticas adotadas pelos governos de Getúlio Vargas até Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Para Vieira (2005, p. 19), no período de 1930 até a emergência do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, ocorrido nos anos 1990, a energia elétrica detinha fortes características de antimercadoria. Segundo a conceituação de Oliveira (1981, p. 21), antimercadoria representa um bem ou um serviço cuja finalidade intrínseca não é a de gerar lucros e em cuja produção não se dá a extração da mais-valia. As antimercadorias são viabilizadas pelo fundo público que, na definição do mesmo autor, financia tanto a acumulação do capital quanto a reprodução da força de trabalho, possibilitando a ampliação do seu acesso aos bens e serviços públicos.

Para Benjamim (2001, p. 1), em eletricidade, o Brasil ocupa no mundo uma posição semelhante à da Arábia Saudita em petróleo. Graças a isso, mais de 90% de nossa capacidade de geração se baseia em duas coisas gratuitas, a água das chuvas e a força da gravidade. Bacias hidrográficas generosas, com centenas de rios permanentes e caudalosos, se espalham em todas as regiões brasileiras - Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte - cujos regimes de chuvas são bem diferentes. Por serem rios de planalto, seguem trajetórias em que, de modo geral, a declividade é suave. Quando barrados, formam grandes lagos. É energia potencial estocada. É só fazer a água cair, passando por uma turbina, que geramos a eletricidade mais barata do mundo, de fonte renovável e não poluente. Se as barragens forem construídas em sequência, ao longo do curso de um rio, a

mesma gota d'água é usada inúmeras vezes, antes de se perder no oceano. Este último procedimento tem sido adotado no estado paranaense.

2.1 A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Neste primeiro momento discutiremos a política energética nacional, na qual daremos ênfase ao processo do setor elétrico após a Revolução de 1930, passando pela intervenção do estado no processo de participação no setor elétrico. Ainda, temos a análise dos governos do período da ditadura militar (1964-1985), depois o período de transição democrática iniciado pelo governo de Sarney (1985-1990) e finalizamos no período de 1990 até 2002, quando o Setor Elétrico (SE) passa do controle público para o privado, por meio da privatização do setor.

2.1.1 Estado e Setor de Energia Elétrica no Brasil: a partir da Revolução de 1930

Para Vieira (2005, p. 20), a Revolução de 1930 foi o desfecho da crise da economia cafeeira e da perda da hegemonia política das oligarquias regionais, num contexto internacional de queda dos preços do café associado à elevação dos estoques mundiais e das safras gigantescas que avizinhavam. Os efeitos da crise da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e da depressão das economias capitalistas, na década de 1930, se multiplicaram, com consequências substanciais para a sociedade brasileira.

Portanto, a Revolução de 1930 marca o fim de um período e o início de outro na economia brasileira: o término da hegemonia agroexportadora e a predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. O processo de concretização dessa nova posição hegemônica é crucial, como descreve Oliveira (1981, p. 35):

A nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.

Para Lima (1995, p. 20), a pressão social, política e da imprensa nos primeiros anos da década de 1930 criaram a base de sustentação para medidas que levariam à ampliação do domínio público no setor de energia elétrica. Essas condições possibilitaram uma série de medidas do governo federal de caráter administrativo que mudaram, fundamentalmente, as condições da oferta de energia elétrica antes regidas apenas por forças de contratos assinados com municípios, estados e Distrito Federal (ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977, p. 62).

Tais mudanças repercutiram diretamente no enfoque dado pelo governo central, bem como no seu desdobramento de poder nos estados, que em sua maioria, como ocorreu com o Paraná, só conseguiu organizar sua máquina administrativa a partir de 1930. No caso paranaense, o processo iniciou-se com o interventor Manoel Ribas, que permaneceu no poder de 1932 a 1945 (SIQUEIRA, 1994, p. 60).

A década de 1930 ficou marcada pelo colapso da queda da bolsa de Nova Iorque¹⁵, que levou o mundo capitalista a uma crise econômica sem precedentes na história mundial. Para Siqueira (1994, p. 66), “a crise de 1929 obrigou os países capitalistas a desenvolverem políticas públicas e agências estatais para intervirem na economia de forma a superar a estagnação econômica”. Essa crise afetou diretamente o Brasil, visto que os principais produtos da pauta de exportação, o café e o açúcar, eram produtos supérfluos, por isso, retirados das mesas, os quais tinham como principal mercado os Estados Unidos. A interrupção do fluxo de compra levou os “barões do café”, como eram conhecidos os riquíssimos plantadores de café do estado de São Paulo, a uma gravíssima crise financeira.

A saída vislumbrada pelos revolucionários que chegavam ao poder era alçar o Brasil ao caminho da industrialização coma substituição das importações (ALMEIDA, 2003, p. 39), o que teria começado em 1929, como explica Furtado (1997, p. 200-201):

[...] a recuperação veio rápida, e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de 50% entre os anos de 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu mais de 40%, no mesmo período, a renda nacional aumentou em 20% entre aqueles dois anos, o que representa um instrumento per capita de 7%.

¹⁵A queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque pode ser entendida como crise de superprodução norte-americana que levou os grandes conglomerados dos EUA a queimarem as reservas conquistadas com a Primeira Guerra Mundial, quando suas indústrias passaram a abastecer os mercados até então dominados pela Europa. Porém, o final da grande guerra e a contínua produção no mesmo nível do período do grande conflito levaram a uma super oferta, fazendo os preços despencar e, com eles, os lucros; a isso se seguiu um efeito em cascata de venda de ações das empresas, levando milhares destas à falência e a gravíssima crise no sistema capitalista internacional (SIQUEIRA, 1994, p. 66).

É importante destacar que esse aumento da produção industrial acabou por mudar o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Observou-se um lento processo de ruptura do tipo de acumulação de capital entre 1933 e 1937, após a recuperação da grande crise capitalista; essa acumulação e a renda fiscal do governo brasileiro desvincularam-se do setor agroexportador e passaram para o domínio do setor industrial e urbano (LIMA, 1995, p. 32).

Em virtude do rápido crescimento da produção industrial, o governo de Vargas adotou várias medidas criando uma política energética nacional fundamental para a expansão industrial e assim tivemos várias medidas que objetivavam a produção energética e que poderiam alavancar o objetivo central do governo, que era a rápida expansão do setor industrial.

Para Vieira (2005, p. 22), a industrialização brasileira marcou uma nova fase da produção capitalista. Após os anos de 1930, os incrementos no contingente obreiro foram, muitas vezes, maiores que o “estoque” operário anterior; a legislação alcançava seu objetivo, de propiciar a formação de um enorme exército de reserva destinado à acumulação. A partir daí, um forte impulso é transmitido à acumulação, caracterizando uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.

Para Furtado (1997, p. 187), num país com constante queda cambial como o Brasil, essas operações de desvalorização da moeda brasileira eram um mecanismo de defesa do governo brasileiro aos lucros dos plantadores de café nos anos da República oligárquica (1889-1930); era uma forma de compensar os prejuízos pela troca da libra esterlina ou do dólar, por uma moeda nacional desvalorizada. Essas desvalorizações cambiais e a “cláusula-ouro”, apesar de ser um atrativo para que as empresas estrangeiras investissem no setor de energia elétrica, trouxeram prejuízos ao desenvolvimento econômico e social do país. As ações do governo Vargas demonstraram-se fundamentais para a afirmação de uma política soberana num setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

Conforme Ramos (2005, p. 70):

o Código das Águas de 1934 foi uma importante mudança na sistemática de aproveitamento hidrelétrico, pois separou a propriedade das quedas d'água das terras em que se encontravam incorporando-as ao patrimônio do país. O código passou a atribuir ao Estado o poder de autorizar ou retirar a concessão para o aproveitamento hidráulico, tanto para o uso público quanto privado, além de iniciar o processo de nacionalização dos serviços pela restrição de sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país.

A partir da década de 1930, com a Nova República, tem-se a instituição do Código de Águas (1934), em discussão há quase três décadas e, abre-se caminho para a maior entrada do Estado no setor. O que se lança no Paraná é uma série de ações razoavelmente organizadas na tentativa de tornar a participação do Estado no setor complementar à atuação privada, principalmente no que tange à melhoria do suprimento de energia aos centros urbanos que se adensavam. Há um grande salto aqui para que a energia elétrica assuma o *status* de uma “preocupação pública” (PESSALI, 1999, p. 1)

Para Vieira (2005, p. 26), o Código de Águas, promulgado em 1934, representou um marco na regulamentação do uso de recursos hídricos no Brasil, amplamente respaldado na experiência e nos avanços da legislação verificados em outros países. Na construção brasileira de direitos democráticos sobre serviços de energia elétrica, foram estabelecidos os pilares do serviço público: a base do capital a ser remunerado e a taxa de remuneração; a forma de cálculo das tarifas; o regime das águas; e a tomada de contas da empresa concessionária. Esses pilares constituíam a base normativa e legal, que respaldava a configuração da energia elétrica com atributos de antimercedórias.

De acordo com Ramos (2005, p. 38):

nas décadas de 1930 e 1940, houve a necessidade de aumento da geração de energia, pois os incentivos à industrialização produziram crescimento industrial acompanhado de uma rápida urbanização, o que levou a um aumento de consumo de energia gerando um quadro de escassez.

Para Vieira (2005, p. 22), esta rápida urbanização se deve a oferta da força de trabalho urbana que se compunha basicamente de dois elementos: custo de alimentação – determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos, entre eles energia elétrica. A busca pela redução do preço da oferta da força de trabalho urbana propiciaria a redução dos salários reais pagos pela indústria. “O que é absolutamente necessário é que os altos preços não transmitam aos bens que formam parte do custo de reprodução da força de trabalho, o que ameaçaria a acumulação” (OLIVEIRA, 1981, p. 39).

Essas novas medidas institucionais caracterizaram a política intervencionista do 1º Período Vargas (1930-1945), que tinha o objetivo bem definido de organizar o setor com ações planejadas de forma científica, como forma de desenvolver o parque gerador e distribuidor de energia elétrica (ALMEIDA, 2003, p. 39).

Em janeiro de 1925, o jornal O Estado de São Paulo, veiculava artigo defendendo maior atuação do Poder Público no setor de infraestrutura: “uma atitude bem diversa do indiferentismo que neste assunto tem sido a única política até hoje seguida”. Além de reclamar o Código de Águas, cujo projeto “há mais de vinte anos dorme numa das comissões da Câmara Federal”, reivindicava que fosse criada uma legislação para serviços de energia elétrica, elaborado um cadastro de fontes de energia e construída gradativamente uma rede de “altíssima” tensão (VIEIRA, 2005, p. 25).

Essas discussões eram temas dos debates internos entre liberais e intervencionistas, com aqueles sustentando que as medidas poderiam afugentar o capital privado nacional e externo de um setor carente de recursos. Porém, não foi o que aconteceu, pois os investimentos estrangeiros apresentaram um excelente crescimento após 1936 (ALMEIDA, 2003, p. 40). Argumentavam, ainda, que o novo marco regulatório levaria a uma fuga do capital privado nacional e internacional. Por sua vez, o governo federal e seus aliados, defensores da ideia de mudanças das regras para o setor elétrico, defendiam que a iniciativa privada não havia solucionado os graves problemas de oferta de energia, levando o país aos racionamentos e a altas tarifas para a população; por isso, seria necessário um melhor controle e investimentos estatais para a expansão da oferta de energia elétrica (RAMOS, 2005, p. 17).

Ainda, segundo Vieira (2005, p. 25):

Também na energia elétrica essa “intervenção estatal” tinha por finalidade possibilitar a implementação da nova base de acumulação capitalista. O Código de Águas veio organizar o movimento dos “mecanismos automáticos de mercado” que, no caso do setor elétrico, envolvia dois grandes grupos internacionais, em uma clara disputa pelas rendas do setor. Nesse caso, o modo de acumulação pelo qual o setor elétrico “se inclinava naturalmente” estava conduzindo ao agigantamento do cartel que já dominava efetivamente os movimentos financeiros do setor e colocava em risco a capacidade de acumulação do novo modo de produção que sobressaía nos anos 30.

Oliveira (1998, p. 49) faz uma crítica ao termo composto “intervenção estatal” pela sua utilização enquanto um pseudoconceito, que funciona como panaceia. “À sua simples enunciação, tudo parece revelar-se, e um processo dos mais complexos é acometido de reducionismo empobrecedor que, de resto, denuncia sua matriz ideológica”. Isso se dá porque desde o próprio vocábulo “intervenção” fica postulado um estatuto de exterioridade entre o Estado e a economia, ao contrário do “reconhecimento da radical separação entre Estado e a sociedade, metodologicamente correto e ideologicamente salutar”

De acordo com o mesmo autor, o Estado se transformou num agente econômico com a mesma racionalidade dos agentes privados, então a diferença qualitativa de sua “intervenção” perde todo sentido e eficácia. Ademais, de que serviria uma “intervenção” de um agente igual aos outros? Como conseguiria ele escapar seja das determinações ou dos azares dos ciclos de negócios? Questiona o autor e ao mesmo tempo responde, assim:

Entende-se que mesmo Estados fracos são qualitativamente diferentes de uma empresa. A intervenção é eficaz, em primeiro lugar, porque em que pese extraordinária transformação do Estado no século XX, “sua radical separação com relação à sociedade permanece (sendo o contrário também verdadeiro)” e é isso que torna qualitativamente diferente e imune aos azares dos negócios privados; “sua racionalidade é de outro nível, formada por outros elementos e sujeita a outras determinações e contradições. Esse é o núcleo da proposição Keynesiana, que a tornou revolucionária.” O processo real que se dá não é de uma “intervenção”; trata-se da extrapolação dos espaços privados ou, dizendo de outro modo, “a insuficiência da esfera privada para tramitar e processar novas relações sociais que, por essa razão, vê-se metamorfoseada em esfera pública” [...] “A dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só pode fazer, somente se tornar eficaz, se eles transformam em interesses gerais, públicos” (VIEIRA apud OLIVEIRA, 1981, p. 51).

Para Gomes (2002, p. 4), o novo arcabouço regulatório se formaliza no Código de Águas (Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934), que materializa o projeto intervencionista na gestão do setor de águas e energia elétrica. O Código submete ao instituto das concessões e autorizações a exploração da energia hidráulica, assim como os serviços complementares de transmissão, transformação e distribuição. A partir daí, a União passa a deter a competência de legislar e outorgar concessões de serviços públicos de energia elétricos, antes regidos apenas por contratos assinados com os estados, os municípios e o Distrito Federal. A nova política setorial revê os critérios para estabelecimento de preços dos serviços e determina que a tarifa seja fixada na forma de “serviço pelo custo”, a fim de garantir ao prestador do serviço a cobertura das despesas de operação e das cotas de depreciação e de reversão e a justa remuneração do capital investido; a remuneração deste recairia sobre o custo histórico das instalações.

Já para Siqueira (1994, p. 69), as medidas que objetivavam a nacionalização e a centralização administrativa do setor de energia elétrica foram aprofundadas durante as décadas de 1930 e 1940. Em 1938, o Decreto nº 938 subordinou à prévia autorização do governo federal o funcionamento de empresas de energia elétrica. Essa determinação foi crucial por dar as condições para a encampação dos serviços de energia elétrica, através do

Decreto 3.128 de 19 de abril de 1941, que determinou o tombamento de bens das empresas para que estipulasse o seu investimento, o estabelecimento de tarifa e o valor hipotético da indenização.

Para Lima (1995, p. 21), o governo Vargas, através de medidas nacionalistas, desagradada às empresas multinacionais, que reagiram:

a ameaça de nacionalização dos serviços públicos provocou reações dos representantes dessas empresas, conforme atesta o discurso do presidente da Electric Bond and Share em Nova York.

[...] Nas democracias é fato conhecido que os governos não se acham aparelhados para levar a efeito negócios [...] o Brasil deve adotar uma política que permita ao capital, tanto nacional quanto estrangeiro, circular e penetrar livremente [...].

Para Gomes (2002, p. 5), em vista desse ambiente, e seguindo a mesma política aplicada em outros setores estratégicos da economia, o Estado amplia seu papel para além das atribuições reguladoras e fiscalizadoras: passa a investir diretamente na produção. A primeira decisão é tomada em 1945, quando a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) surge para aproveitar os recursos hídricos daquele rio (Decreto-Lei 8.031, de 3 de outubro de 1945).

Neste período do Estado Novo (10/11/1937 a 29/10/1945), o resultado das alterações através da criação de novas leis para o setor elétrico, teve como consequência a transferência do poder concedente e fiscalizatório para a esfera federal, levando a uma mudança de atitude das municipalidades, que, antes contrárias às medidas, passaram a apoiá-las (SIQUEIRA, 1994, p. 70).

A mudança de posição das municipalidades em relação às medidas pode ser entendida, como descreve Siqueira (1994, p. 70 apud Ramos p. 72), pelo relato de um desses conflitos ocorrido na cidade de Tomazina - PR:

[...] ocorreu em Tomazina, norte do Paraná, como se pode depreender do relatório apresentado em 1941 pelo então prefeito Avelino A. Vieira ao interventor Manoel Ribas: “Força e luz: a cidade estava com serviço de luz e força interrompidos há vários anos por efeito de uma questão com a empresa Norte do Paraná Ltda., sem que os nossos antecessores pudessem chegar a um acordo. Cuidamos com carinho desse assunto e solucionamos amigavelmente a questão com aquela empresa, ganhando a liberdade de agirmos independentemente a esse respeito”. A questão a que se referia o prefeito teria sido, nada menos, do que um quebra-quebra, conduzido pela população, em 1933, contra as máquinas obsoletas e os postes de madeira (alcanhados ‘palitinhos de fósforo’) da empresa responsável pelo fornecimento de energia da cidade. O episódio que movimentou Tomazina com reuniões secretas, senhas e sinais, acabou com acordo necessariamente amigável, já que a prefeitura era a maior devedora da companhia. A solução final foi a transferência da concessão para a Companhia Sul Paulista que passou a fornecer luz a Tomazina e demais distritos.

Portanto, os municípios foram obrigados a aceitar tais medidas centralizadoras, uma vez que, transferia os conflitos com os consumidores para o governo federal e ainda mais porque as dívidas também eram transferidas, conveniente naquele momento. Paralelamente a essas medidas, ocorreu uma crise geral de abastecimento de energia elétrica, consequência de situações internas, externas e climáticas.

O desestímulo dos empresários e a restrição às importações de máquinas e equipamentos durante a Segunda Guerra Mundial reduziram efetivamente o ritmo de expansão da capacidade instalada, em descompasso com o crescimento do consumo. Essa conjuntura desencadeou limitações de oferta que se manifestaram no não atendimento de novas ligações, no aumento do nível médio de utilização da capacidade instalada a níveis que comprometiam as margens de segurança e no emprego de artifícios operacionais, como a queda na frequência e na voltagem da energia durante os horários de pico de consumo (GOMES, 2002, p. 5).

Para piorar a situação, durante a Segunda Guerra Mundial, vários componentes elétricos fundamentais para a manutenção e expansão do sistema elétrico que não eram produzidos no Brasil deixaram de ser importados, pois os norte-americanos, fornecedores em grande parte desses equipamentos, simplesmente proibiram suas fábricas de produzi-los, para dar prioridade aos equipamentos de uso militar. Isso levou a uma estagnação do setor durante os anos do grande conflito (SIQUEIRA, 1994, p. 70-71).

Para Ramos (2005, p. 73), a propaganda das empresas elétricas, durante os anos de guerra, aqui, no caso da Cia. Força e Luz do Paraná, é ilustrativa para a compreensão do modo como os consumidores eram manipulados para aceitar que o racionamento seria consequência única do esforço de guerra. Segundo Siqueira (1994, p.71):

A guerra ainda absorve matérias-primas em profusão e as indústrias trabalham para a VITÓRIA! Conservar material e aparelhos elétricos revelam bom senso e cooperação da frente interna com os que, nos campos de batalha, nos ares, e nos mares se sacrificam por um mundo melhor – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

No entender de Ramos (2005, p. 73-74):

A propaganda da Cia. Força e Luz do Paraná fazia sentido se analisando que, entre 1943 e 1953 (final do período de guerra e início do pós-guerra), a capacidade instalada aumentou 1,95% ao ano, ao passo que a produção cresceu 2,56% ano, tornando crítico o sistema em termos de confiabilidade.

A situação do setor de geração e distribuição de energia elétrica ao final da década de 1940 e começo de 1950, é assim descrita por Almeida (2003, p. 41):

[...] um processo de crescimento econômico, principalmente no setor industrial, começou a ganhar vulto, especialmente no eixo Rio - São Paulo. Em 1946, o crescimento industrial chegou a 11%, agravando os problemas oriundos de escassez de energia elétrica. Esse fenômeno, que traduziu na elevação nos investimentos em bens de capital e no consumo crescente de bens duráveis para atender à demanda represada do pós-guerra, encontrou os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do país praticamente estagnados. Em consequência, houve uma enorme repressão da demanda.

Para Siqueira (1994, p. 73), esse aumento de demanda foi fortalecido pela expansão industrial e pela chegada ao Brasil das comodidades do estilo de vida norte-americano, que influenciava os hábitos de consumo da classe dominante brasileira. Os aparelhos como refrigeradores, fogões elétricos, ferros de passar e rádios elétricos, faziam o maior sucesso entre as donas de casa da classe dominante do país.

O início da década de 1950 pode ser considerado um momento de mudanças na industrialização brasileira. Até então, a indústria nacional (produção de bens perecíveis e semiduráveis de consumo) se desenvolvera substituindo importações em resposta a restrições externas. A continuidade da expansão industrial deveria centrar-se de forma autônoma no mercado interno. Desse modo, o novo estágio dependia de mudanças estruturais que viabilizassem a implantação da indústria pesada, da indústria de bens intermediários e da indústria de bens de capital (GOMES *et al.*, 2002, p. 6).

2.1.2 A intervenção do Estado no processo de participação do Setor de Energia Elétrica.

Nos estudos que versaram sobre as relações entre Estado e setor de energia elétrica, no Brasil, o tema da eletricidade foi tratado a partir de sua consideração como serviço público, em abordagens que ressaltam as relações entre empresas e o Estado tomando-se este como poder concedente ou, também, no papel de empresário.

Nesse sentido, para Vieira (2005, p. 31), o desenvolvimento do estado de bem-estar e os direitos sociais de cidadania a ele associados remodelaram fundamentalmente a natureza das sociedades modernas, as quais são atualmente caracterizadas por uma

combinação única de estado de bem-estar e economia. A forma madura ou contemporânea dessas sociedades constitui uma transformação distinta em relação às democracias industriais do pré 1940. Os direitos de cidadania de então, conferiam *status* civil (direitos legais) e político (direitos de participação democrática), com poucas implicações para a economia. O estado de bem-estar do pós-1945 confere direitos sociais (padrões mínimos de saúde, renda, educação, direito ao trabalho) os quais, em sua implementação e plena expressão, transformaram o papel do Estado e a relação entre Estado e economia; em consequência, as causas e a natureza do conflito social nessas sociedades modificaram-se¹⁶.

Para Ramos (2005, p. 75):

as experiências internacionais demonstraram que os Estados Nacionais haviam tomado para si a tarefa de fornecer o insumo “tão essencial à nova civilização, quanto a luz e o calor do sol”, nas palavras de Roosevelt, repercutiram experiências implementadas nos Estados Unidos, com a plataforma representada pelo *New Deal* que tinha como desafio diminuir o desemprego, que era motivo de perturbação no mundo capitalista.

Nessa perspectiva, a provisão dos serviços de energia elétrica deve assumir o papel de antimercadoria nos âmbitos que lhe são inerentes, conforme afirma Vieira (2005, p. 34):

i- a dimensão intrínseca, para baratear o custo de reprodução da força de trabalho e o seu custo enquanto insumo básico da acumulação produtiva; ii- a condição de causadora de externalidades, decorrentes de sua capacidade mobilizadora de investimentos que dinamizam toda a cadeia produtiva de sua produção e circulação, gerando empregos, renda e tecnologia; e iii- seu papel na competitividade sistêmica da economia, devido aos seus atributos como fator de integração econômica e viabilizador de otimização e inovações nas demais cadeias produtivas.

¹⁶ Vieira (2005, p. 55) ressalta que a configuração desses fatores varia entre as diversas democracias industriais conforme o tipo de estado de bem-estar instituído, o nível de emprego público e o apoio ideológico que recebem.

Como podemos observar na Tabela 1, abaixo, Vieira destaca as dimensões da energia elétrica como antimercadoria:

Tabela 1- Dimensões da energia como antimercadoria		
Intrínseca	Industrial	Sistêmica
• Preços	▪ Investimentos	❖ Integração regional
• Qualidade	- Equipamentos	❖ Viabilidade das
• Suficiência	- Construção civil	cadeias produtivas
• Continuidade	▪ Geração de	❖ Vantagens
• Impactos ambientais	empregos	comparativas
	▪ Geração de renda	❖ Inclusão social
	▪ Tecnologias de uso	❖ Fomento de ciência
	final	e tecnologia

Fonte: VIEIRA (2005, p. 34), adaptado da proposição de SAUER (2000, p. 3).

Sob essa concepção a energia elétrica assume caráter estratégico:

- 1- Em razão de sua essencialidade para o adequado funcionamento do sistema produtivo (indústria, comércio, serviços, agricultura, etc.) e social, responsável pela produção das condições materiais objetivas em termos de bens e serviços, para que atinja níveis de atualização tecnológica, eficiência e competitividade, capazes de promover a incorporação produtiva de todos os seres humanos na sociedade;
- 2- A indústria de energia elétrica, enquanto demandante de outros serviços, equipamentos, matérias primas e recursos naturais, constitui um espaço econômico privilegiado para a materialização de políticas articuladas de desenvolvimento nas áreas econômica, científica, tecnológica, industrial, meio ambiente e de geração de renda e emprego no país e em regiões específicas;
- 3- Em razão de sua significativa participação na economia, e como insumo básico das outras cadeias produtivas, as alterações nas condições da indústria de energia elétrica, e como especialmente suas reestruturações, devem ser conduzidas sob ótica da competitividade sistêmica do conjunto da economia, e

não somente de um âmbito intrínseco a esse serviço, daí a emergência da construção social do fundo público¹⁷.

Para Siqueira (1994, p. 77, apud Ramos, 2005, p. 75):

todos esses debates aconteciam na conjuntura de pós-guerra, na qual se tratava uma disputa pelo poder de influenciar as decisões governamentais por dois grupos com filosofias políticas antagônicas: de um lado, o grupo liberal defensor de não intervenção do Estado; de outro, o grupo dos estadistas, que culpavam a iniciativa privada pela falta de investimentos e pelo caos do setor elétrico. Para acirrar mais esse debate, o governo federal, ao que parece inspirado no plano de desenvolvimento do vale do Tennessee, um dos programas do New Deal do governo de Roosevelt nos EUA¹⁸, construiu a usina hidrelétrica do São Francisco; foi esse um empreendimento sem precedentes no setor elétrico brasileiro, e cujo objetivo era acabar com um quadro crônico de escassez de energia elétrica no Nordeste do Brasil, promovendo, assim, o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do país.

A discussão sobre a opção pela usina hidrelétrica e o modelo de desenvolvimento marcaria o segundo governo de Vargas, como descreve Almeida (2003, p. 43):

embora o Estado firmasse a opção hidrelétrica e pretendesse criar a Eletrobrás, que no seu entendimento, era vital para o desenvolvimento do país, a sociedade concentrava-se na discussão a respeito do modelo de desenvolvimento a ser adotado com uma disputa entre o setor público estatal e o setor privado de energia elétrica. Assim, o governo Vargas, em 1954, elaborou os anteprojetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás, aprovando apenas o primeiro, isso em um ambiente de racionamento e com a ameaça de colapso de todo o sistema elétrico. Logo, podemos perceber que modificar a estrutura do setor elétrico, nessa época, significava mexer em interesses privados, que possuíam uma boa articulação no Congresso Nacional.

Gomes *et al.* (2002, p. 7) discorrem que, para estudar a implementação desse estágio, o governo Vargas, já em 1951, negociou com Washington a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos Para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), composta de técnicos, políticos e empresários dos dois países. Os estudos promovidos pela CMBEU evidenciaram a presença de desequilíbrios estruturais na economia brasileira, sobretudo em setores estratégicos, como, por exemplo, o transporte e a energia. Da remoção de tais pontos de estrangulamento dependia a continuidade do processo de crescimento industrial.

¹⁷ Classificação adaptada da proposição de Sauer (2000, p. 3).

¹⁸ Em 5 de março de 1933, o governo dos EUA, sob o governo de Franklin D. Roosevelt, iniciou a implantação de um programa de recuperação econômico-social, conhecido como “New Deal”, do qual a intervenção do Estado na economia era o carro-chefe; a construção de grandes obras públicas, como usinas hidrelétricas e rodovias, foi a fórmula de gerar empregos movimentando a economia do país.

Ainda em 1951, o governo brasileiro negociou um acordo de cooperação financeira com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) para financiarem, em moeda estrangeira, as importações de máquinas e equipamentos necessários aos projetos de desenvolvimento sugeridos pela CMBEU. A contrapartida do acordo foi a criação, naquele ano, do Programa de Reparcelamento Econômico (Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951). Os recursos para esse programa provinham do Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE), formado com recursos fiscais captados por um empréstimo compulsório dos contribuintes do Imposto de Renda e por empréstimos contraídos no exterior. Tendo a incumbência de administrar os recursos do FRE, foi criado em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, depois BNDES), autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda (Lei 1.628, de 20 de junho de 1952).

Ainda, para Gomes *et al.* (2002, p. 8), o programa elétrico proposto previa para o período 1952-57 uma expansão de 682,9 MW na capacidade instalada. Entretanto, por insuficiência de recursos, nem todos os projetos sugeridos pela Comissão Mista foram implantados.

Em 1953, o presidente Vargas enviou ao Congresso Nacional uma mensagem propondo a criação do Fundo Federal de Eletrificação, pois havia risco de racionamento de energia elétrica neste mesmo ano, aguçando o debate entre nacionalistas e liberais (ELETROBRÁS, 1982, p. 14).

Conforme Ramos (2005, p. 76-77):

o Fundo Federal seria financiado por um percentual sobre as contas de energia elétrica e uma fração do imposto sobre consumo, cabendo 40% à União e 60% aos Estados e Municípios, tendo como administrador dos recursos e responsável pelo seu repasse o recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE. A criação e consolidação do fundo marcaram o surgimento e a afirmação de empresas estaduais que já vinham tentando solucionar a falta de energia elétrica nos estados, como era o caso Cia. Força e Luz, que controlava o mercado de energia elétrica de Curitiba há 25 anos.

Neste mesmo viés, Gomes *et e al.* (2002, p. 7), complementam que:

paralelamente aos trabalhos da CMBEU, o governo, por intermédio da Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, desenvolveu algumas iniciativas para equacionar a expansão do parque gerador brasileiro, destacando-se o encaminhamento ao Congresso Nacional de projetos de leis destinados a: (i) instituir o Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE), de acordo com o previsto no artigo 15 da Constituição de 1946; (ii) criar o Fundo Federal de Eletrificação (FFE); (iii) regular a distribuição e aplicação das

parcelas do imposto arrecadado que caberiam aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; (iv) instituir o Plano Nacional de Eletrificação; e (v) constituir a Empresa Mista Centrais Elétricas Brasileiras SA (Eletrobrás). Em 31 de agosto de 1954, após a morte de Getúlio Vargas, foi promulgada a Lei 2.308, que instituiu o FFE13 e o IUEE e designou o BNDES como administrador de ambos. O Plano Nacional de Eletrificação¹⁴ não foi aprovado, mas, posteriormente, suas propostas acabaram incorporadas à política governamental de desenvolvimento do setor.

O que se percebe é que os governos estaduais, para conquistar parceiros, organizaram empresas com caráter de “sociedade mista”, que, além de desburocratizar, facilitaria o acesso aos financiamentos e poderia oferecer garantias reais.

Como explicou, em 1956, o diretor da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, engenheiro Leão Schulman (1956, p. 4-5):

a sociedade de economia mista, antes de mais nada, tem a vantagem de poder liberar realizações das teias burocráticas, que no Brasil como em qualquer parte do mundo, atrasam e comprometem qualquer empreendimento. Além disso, diante das organizações financiadoras, a sociedade mista, sendo organizada sob a forma de sociedade comercial e regendo-se pelo Direito Privado, pode se apresentar com características diferentes das do Estado, podendo dar garantias reais para os financiamentos solicitados.

O estado pioneiro na organização de uma empresa de caráter regional foi o Rio Grande do Sul, que, diante da escassez de energia elétrica, fundou uma empresa para administrar especificamente a geração de energia elétrica e a interligação com as redes municipais e regionais (SIQUEIRA, 1994, p. 79).

Para Ramos (2005, p. 77):

Assim, começaram a se consolidar várias empresas do mesmo tipo como sociedades mistas, que poderiam tanto receber dinheiro público como privado. Em 1953, o governo de São Paulo criou a Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa), com o objetivo de explorar a capacidade hidráulica do rio Paranapanema para acabar com os racionamentos que ameaçavam o rápido desenvolvimento urbano e industrial do estado.

Conforme este mesmo autor (2005, p. 78):

Em 1954, o governo do Paraná instituiu a Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) a partir da encampação da Cia. de Força e Luz do Paraná, principal concessionária do setor elétrico no estado, presente na capital e nos Campos Gerais¹⁹, e subsidiária do grupo Norte-Americano Amforp. No mesmo ano, o

¹⁹ Municípios que faziam parte dos Campos Gerais no segundo período do Governo Vargas: Ponta Grossa, Campo Largo, Castro, Palmeira, Lapa, Telêmaco Borba, Prudentópolis, Arapoti, Jaguariaíva, Reserva, Rio

governo do estado do Rio de Janeiro constituiu a Empresa Fluminense de Energia Elétrica (EFE). Em 1955, o governo de Santa Catarina instituiu a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc S/A) e, no mesmo ano o governo de Goiás organizou a Centrais Elétricas de Goiás S/A (Celg S/A). Todos os estados tinham basicamente os mesmos objetivos: garantir o abastecimento de energia elétrica, evitando racionamentos e favorecendo o desenvolvimento. O governo de Rio Grande do Sul, em 1959, encampou a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da Amforp, em processo semelhante ao ocorrido no estado do Paraná, pelo valor simbólico de um cruzeiro.

A instituição de empresas de energia elétrica nos estados da federação teve o apoio do governo federal que começou a organizar empresas estatais para ajudar na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O objetivo era acabar com a escassez de energia na área mais industrializada e urbanizada do país. Foram, então, instituídas a Central Elétrica Furnas S/A, hidrelétricas Furnas²⁰, construídas em 1957, e a Companhia do Vale do Paraíba S/A - Chevap (ALMEIDA, 2003, p. 46).

Ramos (2005, p. 78 apud Siqueira, 1994, p. 79) ressalta que:

A política adotada pelo governo federal na criação de empresa no setor de produção, distribuição e transmissão de energia elétrica evidenciava a preocupação com a oferta de energia elétrica no desenvolvimento industrial e urbano da principal região industrial brasileira e sede das maiores empresas instalada no Brasil até meados da década de 1990. Todas essas ações governamentais, tanto na esfera federal quanto na estadual, ao que tudo indica, previam que o sistema de geração e transmissão ficaria a cargo das empresas estatais e a distribuição, a cargo das empresas privadas, contrariando os nacionalistas, que exigiam absoluto controle estatal, e os liberais, defensores da livre iniciativa e que queriam uma maior liberdade de atuação do capital privado nacional ou internacional, sem maiores controles, como forma de atrair investimentos.

A criação da Petrobrás teve como vitorioso o grupo nacionalista, contra o grupo privatista. O que levou os nacionalistas a apresentar o projeto no Congresso Nacional, em 1954, o projeto de criação da Eletrobrás. O objetivo do grupo nacionalista era que o Estado tivesse total controle sobre o setor energético, porém esse projeto sofreu muita resistência por parte do grupo privatista, que conseguiu protelar a aprovação e criação da Eletrobrás. No Quadro 1, a seguir, podemos observar as ideologias e propostas defendidas por cada corrente:

Negro, Sengés, São João do Triunfo, Cândido de Abreu, Pirai do Sul, Tibagi, Ipiranga, Porto Amazonas e Teixeira Soares

²⁰ Em Resende (RJ), entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais mercados consumidores do país.

Quadro 1- Correntes ideológicas dos nacionalistas e liberais e suas defesas		
Correntes Ideológicas	Defensores	Propósitos/ Defesas
NACIONALISTAS	- PSD – Partido Social Democrático; - PTB – Partido Trabalhistas Brasileiro (liderados por Getúlio Vargas); Defensores teóricos: - CEPAL (Celso Furtado) - ISEB (Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Cândido Mendes)	- Progressistas; - Desenvolvimento Industrial - Autônomo; - Nacionalismo.
LIBERAIS	- UDN – União Democrática Nacional (liderados por Carlos Lacerda); - Setores agrários - Defensores teóricos: Roberto Campos	- Conservadores; - Capital estrangeiro; - Modelo Liberal.

Fonte: Organizado pelo autor - ZWARICZ, Juliano (2012).

A política adotada pelo governo federal teve consequências. A vitória dos nacionalistas, a criação da Petrobrás, a tentativa de controlar o setor energético, com a criação da Eletrobrás, fez com que, como discorre Nova (1985, p. 109-110), a industrialização e a urbanização rápida tivessem seus custos econômicos, sociais e políticos, já que as cidades não estavam preparadas para receber grande contingente populacional. Para o setor elétrico, especificamente, foi difícil, pois a urbanização acelerada trouxe consigo a cultura do consumo. No caso energético, o consumo ocorreu pela popularização do uso de eletrodomésticos e pelo estabelecimento da ampliação de novas indústrias, que exigiam cada vez maiores investimentos para ampliação da oferta de energia elétrica.

O documento da ELETROBRÁS - ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977, p. 82, destaca que:

O surgimento de tantas empresas aumentou a complexidade do setor elétrico, levando o governo a criar o Ministério das Minas e Energia - MME (1960), que absorveu o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica - CNAEE, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Portanto, segundo Siqueira (1994, p. 81), o surgimento do MME teve como objetivo reorientar os trabalhos do CNAEE:

Planejamento (até então a cargo do CNAEE), gestão (até então pulverizada pelas várias companhias federais já citadas, que a partir daí seriam absorvidas) e financiamento (até então a cargo do BNDE). Nos quadros do regime democrático e federalista da república populista do período, isto significava cooperação do governo central com as iniciativas estaduais; e ambos teriam o papel complementar ao das empresas privadas, através de uma nítida divisão de tarefas. Esse acordo, jamais enunciado ou assumido formalmente, seria revisto de maneira drástica a partir da instauração da ditadura militar.

Com as bases lançadas no segundo governo Vargas, delineia-se no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) o projeto de desenvolvimento do setor elétrico sob o comando da empresa pública, com a criação da maior parte das companhias estaduais de energia elétrica²¹ e de mais uma geradora – a Central Elétrica de Furnas, controlada pelo governo federal e pelo estado de Minas. Juscelino planejava adotar uma estratégia desenvolvimentista, de modernização e rápida ampliação da produção industrial brasileira, estratégia traduzida pelo *slogan* “cinquenta anos em cinco”.

As políticas governamentais para a criação de empresas públicas ou estatais acabaram elevando a participação estatal no setor elétrico de 6,8% para 31,3% entre 1952 e 1962, ao passo que a participação do capital internacional apresentou uma retração de 82,4% para 55,2% (ALMEIDA, 2003, p. 47.). Essa participação maior do Estado na economia de 1950 e 1960 aconteceu em virtude da visão desenvolvimentista, carro-chefe da política econômica durante o período no Brasil, tendo o capital nacional como grande financiador. Esse fato acabou por conduzir a uma mudança substancial de um país com predominância do setor primário para o predomínio do setor secundário (RAMOS, 2005, p. 80).

Para Ramos (2005, p. 80), o governo de JK optou por uma estratégia de desenvolvimento que se diferenciava das demais até então, pois, naquele momento, o modelo estava atrelado à implantação das indústrias de base, necessárias ao desenvolvimento de um parque industrial, por ser produtora das matérias-primas necessárias à industrialização. No governo de JK a ênfase recaiu:

[...] fortemente sobre a criação e a rápida expansão de um parque industrial destinado à produção de bens de consumo duráveis, onde a indústria

²¹Nesse período, foram criadas a Cemig (1952), a Usinas Elétricas do Paranapanema SA (1953), a Escelsa(1956), a Copel (1954), a Celg (1956), a Celesc (1956), a Cea (1957), a Furnas (1957), a Cemat (1958), a Cemar (1959) e a Coelba (1960).

automobilística recebia o papel de destaque. Os setores básicos da economia também foram impulsionados, mas de modo seletivo, na medida das conveniências do setor de bens de consumo duráveis, especialmente os automóveis. Assim, houve um substancial crescimento na produção siderúrgica, na geração de eletricidade, na extração e refinação de petróleo; e foram implantados mais de 20 mil quilômetros de rodovias, contra pouco mais de 800 quilômetros de estradas de ferro (NOVA, 1985, p. 106).

Para Benjamim (2001, p. 1), o Brasil da década de 1950 queria crescer. E para isso, precisava de energia elétrica. Em 1957, o Estado construiu a barragem de Furnas, para garantir o necessário aumento de oferta. Como a memória da grande seca era fresca, o moderno sistema elétrico brasileiro, que nasceu ali, foi dimensionado para suportar outra ocorrência como aquela, acumulando combustível - ou seja, água - suficiente para cinco anos de operação, mesmo sem chuvas. A expansão do sistema passou a ser planejada de modo que a demanda prevista para os cinco anos seguintes permanecesse sempre igual à "energia firme", ou seja, a energia que pode ser gerada em regime de seca. A taxa de risco tolerável foi fixada bem baixa, em 5%. Com o esforço e o talento de várias gerações, tudo se aperfeiçoou. Como as chuvas também variam de região para região, o sistema foi interligado por linhas de transmissão, de modo a permitir que um operador central racionalize o uso da água disponível em todo o país.

O Plano de Metas do governo JK, entre 1956-1961, acabou definindo um modelo de industrialização que tinha sua base na produção de energia hidrelétrica, abundante no país, e no petróleo, naquele momento com preços baixos e atraentes para a busca de multinacionais do setor automobilístico como âncora do processo de industrialização (ALMEIDA, 2003, p. 44). Essa política teria como consequência a explosão da dívida externa, com um custo social altíssimo. Sobre a Eletrobrás, observamos que ela foi implantada em 1962, já no governo de João Goulart.

Para Gomes *et al.* (2002, p. 9), o principal instrumento de política econômica do governo JK foi o Plano de Metas (1956-61). Ele incorporou as contribuições dos programas da CMBEU e do Plano Nacional de Eletrificação do governo Vargas e teve como base de sustentação os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Misto constituído, em 1953, de funcionários da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (Cepal) e do BNDES. Os estudos indicavam a necessidade de superar "pontos de estrangulamento"²² que se tornavam obstáculo à modernização e expansão da economia brasileira. O modelo

²²O Plano introduziu uma visão integrada da base real da economia, diagnosticando, segundo conceitos cunhados pelos técnicos que o elaboraram, "pontos de estrangulamento" e "pontos de crescimento internos e externos".

de crescimento combinava a ação do Estado com a da empresa privada nacional e do capital estrangeiro. Dos investimentos propostos no Plano de Metas, 43,4% destinavam-se à área energética, sendo 23,7% para projetos de eletricidade e 19,7% para outras formas de energia. No setor elétrico, a meta era um aumento da capacidade instalada de geração de 3.148 MW em 1955 para 5.595 MW em 1961. Os objetivos de ampliação da oferta de energia elétrica traçados no Plano de Metas foram, em sua grande maioria, alcançados. No período 1956-61, tinham-se instalado 2.056,7 MW, o que representava 84,1% da meta. Esse sucesso deveu-se em grande parte à atuação do BNDES, que, no mesmo período, financiou 46,3% do crescimento da capacidade instalada.

Em síntese, o período que se estendeu de 1946 (pós-guerra) a 1962 (criação da Eletrobrás) foi marcado por uma alteração profunda no modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, uma vez que este passou a privilegiar a participação do Estado em funções produtivas, financeiras e planificadoras. Nesse contexto, a constituição do BNDES criou condições para compor o *funding* dos projetos de reaparelhamento da infraestrutura (com destaque para energia e transportes) e de instalação da indústria de base. Ademais, o Banco teve destacado papel no planejamento da economia. No setor elétrico, sua atuação foi além da concessão de financiamentos em moeda nacional. A assistência financeira abrangia prestar garantias e avais indispensáveis à obtenção de financiamentos no exterior para importar equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, autorizar inversões diretas de companhias de seguro e capitalização e ter participações societárias/operações de *underwriting*. Os recursos de livre aplicação pelo Banco compreendiam o capital e reservas, o Fundo de Reaparelhamento Econômico e os recursos especiais. Os recursos vinculados ao setor elétrico eram o Fundo Federal de Eletrificação e a quota dos estados e municípios no Imposto Único Sobre Energia Elétrica - IUEE.

No próximo item discorreremos sobre a ação dos militares e as consequências deste endividamento externo.

2.1.3 O período de Ditadura militar (1964-1985) e o Setor de Energia Elétrica

As grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 1960 e 1970, consolidam uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do estado como agente empreendedor e a afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 51).

Por intermédio do golpe de 1964 os militares chegam ao poder e, no planejamento destes estava o setor elétrico brasileiro que passou por transformações, conforme relata Almeida (2003, p. 48):

Com o golpe militar de 1964, os militares assumiram o poder alardeando o binômio segurança e desenvolvimento e com projeções de crescimento superiores a 10% ao ano. No período do governo militar, inúmeras usinas hidrelétricas foram implantadas, dentre as quais Itaipu e Tucuruí, situadas entre as maiores do mundo [...] a Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) se transformou em Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), então diretamente vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), teve início a consolidação da estrutura básica do setor elétrico. Essa estrutura encontrava-se centrada na Eletrobrás e no Ministério de Minas e Energia, que progressivamente consolidaram-se como órgãos coordenadores do setor de energia elétrica.

Entre o final do governo JK e o ano de 1967, amadureceu a nova estrutura organizacional que iria planejar, regular, fiscalizar e expandir os serviços de energia elétrica anos 1990. Na realidade, esse é um período de transição, em que se criam as principais condições institucionais e os instrumentos financeiros para a futura mudança de escala e degrau de complexidade no setor, aproveitando-se inclusive do fôlego proporcionado pela queda da taxa de crescimento do consumo, como resposta à crise econômica de 1962-67.

Para Gomes *et al.* (2002, p. 9-10), os principais marcos das transformações no período são:

i) a criação, em 30 de maio de 1962, da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), para, fundamentalmente, tratar da nacionalização das empresas do Grupo *Amforp*;

ii) a constituição, em junho de 1962, da Eletrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições de planejar e coordenar o setor; desempenhar as funções de *holding* de várias concessionárias; e administrar os recursos financeiros (inclusive o empréstimo compulsório vigente a partir de 1964) destinados às obras de expansão da base produtiva do setor, papel esse antes desempenhado pelo BNDES, desde a criação do Banco;

iii) a transformação, em 1965, da Divisão de Águas e Energia do DNPM em Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), órgão vinculado ao MME. Com a extinção do CNAEE, em 1967, suas funções passam ao DNAE, que muda de denominação para Departamento de Águas e Energia Elétrica (DNAEE);

iv) a criação, em 1962, do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul;

v) a contratação, em 1962, do Consórcio Canambra Consulting Engineers Ltda., a fim de apresentar soluções para os problemas de fornecimento de energia elétrica nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os estudos do Canambra forneceram importantes contribuições para o planejamento energético brasileiro e subsidiaram os planos de desenvolvimento econômico do país, quais fossem: o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-66) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968-70); e

vi) a regulamentação da reavaliação dos ativos e a autorização para a correção permanente do imobilizado operacional – base para o cálculo da remuneração dos investimentos. Esse era um ajuste reivindicado, pois o recrudescimento da inflação ao final dos anos 1950 representava fator de descapitalização das concessionárias e a legislação então vigente (Código de Águas) fixava como princípio a tarifação da energia elétrica pelo “custo histórico do serviço”.

Com a implantação da Eletrobrás, esta passa a ser responsável pelo planejamento do setor elétrico nacional a longo prazo, estabelecendo as prioridades de financiamentos e as concessões públicas para construção e operação de usinas hidrelétricas em todo território nacional. Segundo Ramos (2005, p. 82), o novo modelo do setor elétrico brasileiro implantado pelos militares a partir de 1964 conseguiu responder a situações graves do setor, como a escassez de energia elétrica, que não era respondida pelas multinacionais estrangeiras que controlavam o setor e não investiam, apesar do aumento da demanda. Tendo em vista o novo modelo, houve um incentivo à criação de empresas estaduais com dinheiro do Fundo Federal de Eletrificação, as quais passaram também a investir no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essas novas empresas passaram

a investir com dinheiro próprio, capitalizado pelo próprio Estado ou em parceria com o governo federal, via financiamento da Eletrobrás, e com empréstimos externos, provocando um aumento significativo na geração e distribuição de energia (MEDEIROS, 1996, p. 55).

Para Medeiros (1996, p. 54):

de maneira geral, o fortalecimento do papel do Estado como motor do desenvolvimento, capaz de mobilizar grandes volumes de recursos, principalmente após a reforma econômica que se processou com o golpe militar de 1964 e a ascensão da tecnologia estatal, associada à conjuntura extremamente favorável do mercado internacional, ao mesmo tempo, fatores de ascensão do setor estatal no Brasil num primeiro momento [...] levaram à ampliação do processo de estatização nos moldes dos governos militares que se seguiram, é digno de registro, principalmente o que se faz referência aos elementos técnicos e às condições em que se processou a radical transformação do modelo do setor.

No final da década de 1970, a trajetória de crescimento equilibrado e autossustentado começa a ficar comprometida, a partir da utilização do setor em políticas para captação de recursos externos e para controle do processo inflacionário por meio de forte contenção tarifária. Este exemplo de um documento produzido pelo Comitê de Gestão Empresarial do Setor Elétrico sintetiza a conjuntura da época:

Até 1977, as tarifas eram suficientes para garantir a remuneração mínima legal de 10%. No entanto, o Decreto 83.940, de 10 de setembro de 1979, definiu que 'o ato de fixação ou reajustamento de qualquer preço ou tarifa por órgãos ou entidades da Administração Federal, Direta ou Indireta, mesmo nos casos em que o poder para tal fixação seja decorrente de lei, dependerá, para sua publicação e efetiva aplicação, de prévia aprovação do ministro de Estado, chefe da Secretaria de Planejamento'. Essa nova filosofia distorceu o critério de serviço pelo custo e a estrutura tarifária vigente. A partir de então, patenteou-se que a fixação dos níveis tarifários se fazia em função de outros objetivos, inclusive como instrumento de combate à inflação, níveis estes reduzidos em 1986 a cerca de 4,5%, além da fixação da correção monetária abaixo da inflação, reduzindo o valor real dos imobilizados acumulados, diminuindo o valor real das remunerações.

Tem início, então, um gradativo processo de deterioração econômico-financeira das concessionárias (GOMES et al., 2002, p. 10).

Conforme exposto por Ramos (2005, p. 84):

o programa governamental, que ficou conhecido como Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o triênio 1972-1974 assumia a ideia do "Brasil - Potência" e foi embalado pelo crescimento econômico, estando presente nos programas de governo da década de 1970. Essa ideia do Brasil - Potência foi traduzida na execução de projetos grandiosos como sinônimo de potência econômica nas áreas da siderurgia, petroquímica, construção naval, corredores de transportes, **energia elétrica**, comunicações e mineração. O grande exemplo

dessas obras faraônicas no país foi, sem dúvida, Itaipu²³, a maior hidrelétrica do mundo na época.

Podemos perceber que nos anos de 1971-1973 houve um rápido crescimento industrial no país, o que proporcionou riscos de racionamentos, e, nas palavras de Ramos (2005, p. 84):

o crescimento do investimento esteve sob a liderança da empresa pública entre 1968-1973, sendo da ordem de 13,2% ao ano. Os investimentos públicos acabaram repercutindo no crescimento das indústrias da cadeia produtiva dos setores como da construção civil e do material elétrico, que apresentaram taxas de crescimento de 10,9% e 12,1%, respectivamente ao ano.

Porém, com a crise do petróleo de 1973, quadruplicou os preços do barril de petróleo, e a economia brasileira, dependente do óleo importado, foi obrigada a passar por ajustes diante do novo quadro internacional (MEDEIROS, 1996, p. 63). O governo militar, então, obrigou-se a repensar a sua política industrial e o programa energético brasileiro (ALMEIDA, 2003, p. 50). Diante desse novo contexto internacional, o governo decidiu criar o Proálcool, além de incentivar o crescimento da oferta de energia elétrica através das hidrelétricas, pois acreditava que energia barata e abundante inibiria o consumo de petróleo na atividade industrial e na zona rural, devendo ser atendida por uma política nacional de eletrificação do campo executada pelas concessionárias regionais. Exemplo dessa política de eletrificação rural foi o estado do Paraná, que, entre 1980 e 1989, teve mais de 165.000 propriedades eletrificadas, gerando uma economia de 120 milhões de litros de óleo diesel no período (PARANÁ, 1982, p. 26-27), conforme destacado no quadro 2, abaixo:

Quadro 2 - Eletrificação Rural no Paraná X total de eletrificação no Estado - 1980 a 1990.			
Ano	Nº de consumidores de eletrificação rural no Paraná	Consumidores Total de eletrificação no Paraná	% de eletrificação rural em relação ao total do Estado
1980	54.141	955.768	5,66
1981	67.180	1.075.443	6,25
1982	82.730	1.117.387	7,03
1983	96.362	1.258.310	7,66

²³ Inaugurada na cidade de Foz do Iguaçu – PR, em 1984, sendo resultado de um acordo bilateral entre “governos” brasileiro e paraguaio.

1984	109.016	1.324.927	8,23
1985	136.654	1.429.707	9,56
1986	167.632	1.539.350	10,89
1987	194.491	1.631.048	11,92
1988	213.558	1.725.260	12,38
1989	221.941	1.822.347	12,18
1990	230.033	1.894.213	12,14

Fonte: Ministério de Minas e Energia (2009), adaptado por ZWARICZ, Juliano (2012).

A esse respeito, Ramos (2005, p. 85-86) assevera que:

o financiamento do crescimento econômico, que estava ancorado no investimento externo direto e no autofinanciamento, através da emissão de papel moeda, com a crise de 1973 produziu um crescimento da dívida externa e o déficit público interno acabou produzindo uma inflação que corroía os salários, provocando uma inquietação na sociedade e em especial, nos trabalhadores mais organizados. Essa situação de arrocho salarial, em consequência da disparada inflacionária, levaria mais tarde às grandes greves dos operários metalúrgicos do ABC de 1978- 79, sob comando do então sindicalista Lula.

Os megaprojetos hidrelétricos como Itaipu, Tucuruí e as usinas nucleares de Angra dos Reis já não conseguiam financiamento pelo sistema anterior. Então, os governos militares escolheram o caminho aparentemente mais fácil, o endividamento externo, facilitado pela conjuntura internacional de oferta de capitais, o que, para os estrategistas dos governos militares, politicamente seria menos traumático do que promover reformas estruturais que já se faziam necessárias na economia brasileira (MEDEIROS, 1996, p. 65).

Porém, para Gomes *et al.*, (2002, p. 12), nessa fase, observa-se a realização de grandes obras, como Paulo Afonso IV, Tucuruí, Sobradinho e Itumbiara. Elas agregavam ao investimento remunerável parcelas de vulto, que, por força da contenção das tarifas, não puderam receber a devida remuneração. Para agravar o quadro, estabeleceram-se tarifas incentivadas para a instalação de indústrias eletrointensivas e para a substituição de energéticos derivados de petróleo, em virtude dos choques de preço dessa *commodity* no mercado internacional (1973 - 1979).

Os megaprojetos hidrelétricos durante os anos de crise inseriam-se numa lógica, como descreve Nova (1985, p. 42):

todo esse programa foi levado adiante em nome da necessidade de atender a uma suposta evolução da demanda de energia elétrica. Esta demanda foi prognosticada pelos procedimentos usuais da extrapolação das séries históricas

passadas e da correlação com a taxa do PIB; no caso, a evolução excepcionalmente alta do PIB durante os anos do “milagre” foi admitida como uma tendência de longo prazo. Desconsiderava-se totalmente a hipótese de que um uso mais eficiente da energia elétrica viesse a provocar uma inflexão na curva da demanda. Assim, o chamado plano 90 da Eletrobrás, divulgado no início dos anos 70, previa uma expansão do consumo de energia elétrica à taxa média de 11% ao ano, até o horizonte de 1990.

Entretanto, para Ramos (2005, p. 86):

a lógica em torno da construção de Itaipu parece não obedecer somente a critérios técnicos e, muito menos, à relação política energética do governo brasileiro, porém o que se evidenciou foi uma jogada geopolítica com a finalidade de deixar o Paraguai vinculado à órbita brasileira e afastá-lo da Argentina. Isso explica o porquê de um investimento absurdamente caro, que, inicialmente, foi orçado de US\$ 2,5 bilhões, mas em 1982 já havia consumido a quantia de US\$ 15 bilhões. Seria perfeitamente possível atender a demanda de energia de forma menos dispendiosa, pois o potencial hidrelétrico do Paraná permitia a opção por várias usinas hidrelétricas de médio porte, sem o absurdo impacto provocado por Itaipu com seu gigantismo.

O que se observa, segundo Ribeiro (2005, p. 26), em um discurso do General Costa Cavalcanti, por ocasião da visita dos deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, é o testemunhar sobre o andamento das obras de Itaipu:

Itaipu não é apenas uma hidrelétrica, apesar de ser a maior do mundo. Esta obra proporciona, cria condições para o desenvolvimento econômico e social de uma região e de dois países. E mais do que isto, o projeto, a obra de Itaipu é um grande projeto, é um grande empreendimento, é uma grande obra de integração entre dois países, Brasil e Paraguai (Pronunciamento em 29/06/1979).

Estas palavras parecem explicar o papel atribuído à Usina, o que extrapola o meramente econômico e se insere no discurso dos militares da época, quando Itaipu viria a completar e aprofundar o simbolismo e significado da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, ressaltando-se a necessidade de integração entre o Brasil e o Paraguai (RIBEIRO, 2005, p. 26).

No que se refere ao custo social, econômico e ambiental de Itaipu, temos a organização dos trabalhadores que haviam tido suas terras inundadas pelas águas da represa, gênese do mais organizado movimento social brasileiro do século XX, o Movimento dos Sem Terra (MST) e também do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A problemática do surgimento de Itaipu é relatada por Almeida (2003, p. 87-88):

em 1975, a empresa criada para gerir esse empreendimento – Itaipu Binacional – iniciou um trabalho de divulgação da obra na área, destacando a sua importância

e prometendo indenizações justas antes do enchimento do reservatório, que seria realizado em 1978. Tais promessas, contudo, não foram cumpridas, pois, no ano mencionado, poucas indenizações haviam sido pagas e os agricultores corriam o risco de não ter para onde ir. Esse deslocamento obrigatório dos agricultores, conforme Bermam, é um dos motivos da existência de movimentos sociais: [...] a criação do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense no final dos anos setenta representam a gênese deste processo ampliado [...].

Para Ribeiro (2005, p. 29), em pronunciamento o deputado Gernote Kirinus (1979, p. 54) – presidente da Comissão de Terras, Colonização e Imigração, alertou que durante o ano de 1979 deveria estudar os aspectos referentes às origens e causas dos inúmeros litígios de terras no Estado do Paraná e os problemas de terras desapropriadas devido à construção de Itaipu – denunciava os critérios adotados:

São de injustos, irrealistas, e o que é mais grave, às vezes até alterando a própria realidade jurídica, ao invés de propor indenização, propunha simplesmente um contrato de compra e venda, que vinha causando problemas gravíssimos, sendo que o sistema impedia o agricultor de amanhã ou depois questionar um valor mais adequado.

Ribeiro (2005, p. 30) destaca que o critério de avaliação dos preços das terras que Itaipu pagava era estipulado pelo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos bancos e cartórios. Os agricultores questionavam estes valores uma vez que o preço do imóvel registrado sempre era menor que o de fato. Não poderiam ficar satisfeitos com o pagamento indenizatório, já que não havia um valor afetivo pelo lugar onde haviam criado os filhos, onde plantavam suas árvores e teriam que mudar e recomeçar tudo de novo.

Para Medeiros (1996, p. 66 apud Ramos, 2005, p. 87), em 1979, em meio ao segundo choque do petróleo, à recessão norte-americana e ao aumento dos juros internacionais, ao endividamento externo e ao aumento considerável da inflação no Brasil, ou seja, num quadro econômico totalmente adverso, o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência prometendo a abertura política do regime e anistia aos condenados pelo regime militar. O discurso do presidente era claro ao “declarar guerra contra a inflação”, em razão da conjuntura daquele momento histórico. Para a missão de combate à inflação foi convocado o ex-ministro Antonio Delfim Neto, ainda com prestígio na época em razão do famoso “milagre econômico”.

No entanto, como relata Ramos (2005, p. 87):

o ministro promoveu várias mudanças com o objetivo de ajustar a economia à prefixação cambial e monetária, as quais reduziram a taxa de juros dentro do país. Em reação às medidas, a economia cresceu 8% ao ano, mas teve como consequência o aumento das importações, que fez crescer o déficit da balança comercial e o endividamento externo para fechar as contas do governo brasileiro. Com isso, a dívida chegaria à soma de 54 bilhões de dólares, levando os banqueiros internacionais a interromperem a renovação dos débitos com medo do calote da dívida. Com a moratória mexicana em 1981, novos empréstimos ao Brasil foram suspensos, conduzindo o país a uma grave recessão econômica.

As transformações ocorridas na economia brasileira, já explicitadas, levariam o governo federal, através da Eletrobrás, a iniciar novos estudos para o setor elétrico do país, o qual ficou conhecido como Plano 2000. O plano, levando em consideração a situação econômica do país, aumentou os prazos de construção para as obras do setor, incorporando, inclusive, os sistemas elétricos regionais, pois, além de a demanda estar reprimida, não existiam recursos suficientes para o cumprimento de um calendário audacioso para o término das obras (LIMA, 1995, p. 122).

Por esse motivo, como afirma Gomes (2002, p. 12), do final dos anos 1970 ao final dos 1980, o Sistema BNDES continuou seu apoio a projetos das concessionárias públicas e privadas de energia elétrica, principalmente por intermédio da Finame. Nesse período, destacam-se os financiamentos a grandes hidrelétricas dos sistemas interligados. Várias dessas usinas, que começariam a operar até 1988, acrescentaram à capacidade instalada do país mais de 20 mil MW: Paulo Afonso IV (1979); Itumbiara (1980); Foz do Areia (1980); Salto Santiago (1980); Tucuruí (1984); Itaipu (1984); e Itaparica (1988). Outra importante contribuição do BNDES foi ter participado ativamente do grupo de estudos Revisão Institucional do Setor (Revise). Criado em 1987 a fim de rever a estrutura organizacional do setor de energia elétrica, o Revise elaborou diagnósticos com recomendações técnicas para solucionar os problemas existentes. As propostas do grupo, embora não tenham sido implementadas, influenciaram as reformas iniciadas na década de 1990.

2.1.4 O Setor de Energia Elétrica nos anos de redemocratização (governo Sarney: 15/03/1985 – 14/03/1990)

O período de redemocratização teve como principal objetivo a abertura política e civil que iniciara em 1985, no governo José Sarney, que assumiu a presidência, logo após

ter sido diagnosticada uma doença no então presidente eleito, de forma indireta pelo Congresso, Tancredo Neves, que o levou à morte.

Para Medeiros (1996, p. 113), “a situação herdada por Sarney era de uma grave crise econômica. A preocupação do governo com o setor elétrico evidenciou-se na elaboração de um plano que possibilitasse as condições de recuperação do setor”. Essa preocupação levou à criação do Plano de Recuperação Setorial (PRS), aprovado em 22/11/1985 e que teve de ser reformado por causa da situação financeira brasileira, que levaria à criação dos planos Cruzados I e II.

Ainda para Medeiros (1996, p. 114):

a principal preocupação do PRS foi à promoção do saneamento financeiro do setor, visando recuperar sua capacidade de investimento. Suas principais diretrizes foram: I) reposição do nível tarifário; II) recuperação dos investimentos setoriais; III) obtenção de recursos internos e externos; IV) estabelecimentos de condições financeiras para expansão acelerada da capacidade instalada.

O que se observa, como afirma Goldenberg e Prado (2003, p. 221), que após a segunda crise do petróleo de 1979, o Brasil teve dificuldades cada vez maiores com sua balança de pagamentos, além de necessidades consideráveis de investimento para completar a infraestrutura e planos de desenvolvimento dos anos de 1970. As vigorosas taxas de crescimento que o país apresentou nessa década começaram a cair. A explosão na taxa de juros norte-americana levou a uma grave crise de nossa dívida externa e afetou fortemente o financiamento do setor elétrico. De um lado, como o país apresentava um crescimento econômico débil, os mercados elétricos planejados não se realizavam, ocasionando sobras de energia e receitas menores que as previstas. Por outro lado, nos anos de 1980, no plano interno de funcionamento do setor, a política tarifária constituiu-se no mais grave dos problemas, visto que os preços da eletricidade eram sistematicamente contidos em nome do combate à inflação. Como consequência houve a queda da remuneração média do setor, que ficou muito abaixo da remuneração legal permitida pelo “serviço pelo custo”. A essa situação juntou-se o uso das empresas elétricas estatais como instrumento de cobertura de déficits da balança de pagamentos, obrigando-as a captar recursos no exterior para a cobertura das altas faturas da “conta petróleo”, provocados pela crise de 1979.

Devido à crise fiscal do Estado, a dívida externa, o baixo crescimento do PIB, o plano acabou não sendo aceito pelo Ministério da Fazenda, pois inviabilizava aumento de receitas via aumento dos impostos, o que alimentaria ainda mais a inflação.

Ainda que as margens de rentabilidade tenham se reduzido com a mudança na sistemática de fixação das tarifas, as transferências financeiras entre empresas estatais federais e estaduais não deixaram de ocorrer até a primeira metade dos anos 1980, favorecidas pelo regime político vigente. Tal conjunto de fatores causou a progressiva quebra do equilíbrio econômico-financeiro do setor. A partir de 1987, para agravar ainda mais esse quadro, o acesso a financiamentos internos ficou praticamente vedado por sucessivas edições de normas restritivas do Conselho Monetário Nacional para o apoio do Sistema Financeiro Nacional a empresas estatais, governos estaduais e municipais e suas entidades da administração indireta.

Rompido o modelo de autofinanciamento, os investimentos dependeram cada vez mais da captação de financiamentos externos. Naquele momento, presenciava-se a deterioração das contas externas do país, num cenário de juros ascendentes. Com a interrupção dos créditos de organismos internacionais, o setor passou a ter fluxo negativo entre os empréstimos externos e o pagamento do serviço da dívida. O serviço da dívida, que correspondera a 20% das aplicações setoriais em 1975, chegou a 50% em 1985.

Como reflexo da política de contenção das tarifas (que não mais garantiam os níveis de remuneração dos investimentos), a Conta de Resultado a Compensar (CRC) acumulou débitos crescentes; ao final de 1987, estes somavam o equivalente a US\$ 7 bilhões. A esse panorama, acrescentem-se os efeitos da Constituição Federal de 1988, que extinguiu o IUEE e elevou de 6% para 40% a alíquota do IR das empresas de energia elétrica, aprofundando ainda mais a crise.

Para evitar racionamentos, em 1986, foi elaborado o Plano 2010, que tratava da construção de grandes hidrelétricas, numa tentativa de organizar e planejar o setor para o período de 1987 a 2010 e, com isso, tentar evitar racionamentos como os verificados nas regiões Sul e Nordeste em 1986 (ALMEIDA, 2003, p. 57). Porém essa política começa a ter resistência por parte da população, orientada pelos meios de comunicação, que começam a ter liberdade para expressar opiniões, as construções de grandes usinas hidrelétricas tiveram, com o passar do tempo, uma resistência de parte da sociedade brasileira e, em especial, dos atingidos diretos pelas obras. Sobre isso, descreve Waldman (1997, p. 179):

a partir da hidrelétrica de Itaipu, a sociedade brasileira tem observado crescente presença da questão das barragens junto aos meios de comunicação. Balbina, Tucuruí, Sobradinho, Itaparica, Castanhão, Ita, Babaquara-Kararaô, Capanema e dezenas de outras obras, planejadas, construídas ou em construção, passaram a engrossar a trágica sucessão de mega projetos. Em todos os casos, estiveram presentes o autoritarismo e o desrespeito ao meio ambiente. O drama vivido pelas populações atingidas, um amplo leque engloba nações indígenas, trabalhadores, rurais, ribeirinhos e diversas outras populações tradicionais, encontrou sua expressão política em movimentos sociais que passaram a enfrentar diretamente os projetos hidrelétricos do Estado brasileiro [...].

Para Ramos (2005, p. 90), “com a chegada de Sarney à presidência e a aprovação de uma nova Constituição (1988), foram reconhecidas como legítimas a participação e a pressão da sociedade civil no processo político; aliado a isso, o fim da censura e a volta das liberdades individuais levaram a imprensa ao debate das políticas públicas do setor elétrico nacional”.

A imprensa, então, a partir da liberdade de expressão e informação, trazida pela nova Carta constitucional, passou a destacar os impactos ambientais da construção de grandes obras hidrelétricas, pela formação de gigantescas represas e, conseqüentemente, deslocamento de milhares de pessoas e danos irrecuperáveis ao meio ambiente. Outra discussão trazida pela imprensa ao debate foi o grande endividamento externo do setor elétrico, calculado em US\$ 30 bilhões, ou seja, 25% da dívida externa em 1991, cujas conseqüências seriam o agravamento da crise econômica do país (WALDMAN, 1997, p 81-83).

Contudo, a promulgação da Constituição Federal de 1988, por sua vez, retirou fontes de recursos utilizados pelo setor, como o Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE) e os empréstimos compulsórios. Essa conjuntura inibiu o autofinanciamento do setor, que necessitou cada vez mais utilizar recursos de terceiros, gerando um elevado serviço da dívida, e o levou à inadimplência tanto entre as empresas como em relação a fornecedores e empreiteiros.

Os principais problemas levantados sobre o setor elétrico brasileiro em 1987 eram, conforme Medeiros (1996, p. 114):

I) a desatualização da legislação básica do setor – o rígido controle das tarifas pelo governo federal; II) endividamento setorial decorrente de empréstimos internacionais; III) o conflito entre estatais estaduais e federais em torno das concessões para a construção de novas hidrelétricas; IV) a equalização tarifária, ou seja, a transferência de recursos entre empresas, que seriam um desestímulo a eficiência das concessionárias; V) a inserção do capital privado no setor; VI) redução da interferência externa no setor, ou seja, o não controle das tarifas e do uso das empresas de eletricidade para objetivos que levassem a prejuízos

econômicos; VII) a redução da cartelização do mercado fornecedor de insumos; VIII) garantia de investimentos para o setor na ordem de US\$ 6 bilhões/ano.

Tal estudo, não contempla os impactos em relação ao meio ambiente e às populações atingidas. Assim, a pressão dos movimentos sociais aumentou, tanto que o setor elétrico foi obrigado a entender que tais pressões sociais e políticas poderiam inviabilizar a construção de empreendimentos previstos (RAMOS, 2005, p. 91).

Em setembro de 1987, foram, enfim, aprovados critérios para o processo de licenças ambientais para construções com impactos socioambientais. Ficou estabelecido que três licenças ambientais seriam obrigatórias: a Licença Prévia (LP), para dar início à execução das obras; a Licença de Instalação (LI), como pré-requisito para do início das obras, e a Licença de Operação (LO), para início do enchimento do reservatório, no caso de hidrelétricas (ALMEIDA, 2003, p. 57-58).

Podemos observar que ainda não está presente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), como imposição legal para se construir as hidrelétricas, mesmo assim algumas já se anteciparam a este processo, como é o caso da usina hidrelétrica de Segredo.

As ações dos movimentos ambientalistas internacionais produziram uma contradição, ou seja, as pressões sobre os governos dos países do Velho Continente produziram à diminuição da produção industrial de produtos com uso intensivo de energia elétrica em seus territórios, porém esses foram realocados em novas plantas industriais para países semi-periféricos, como o Brasil, transferindo os impactos a essas nações em desenvolvimento (ALMEIDA, 2003, p. 58).

2.1.5 A desestatização do Setor de Energia Elétrica, décadas de 1990 a 2002.

Carlos Kawall Leal Ferreira, através do seu estudo “A privatização do setor elétrico no Brasil” (1998, p.180-220), ao participar do processo de privatização do Estado de São Paulo, defende que:

a privatização em andamento no setor elétrico no Brasil e a implementação de um novo modelo para esse setor são parte da transição econômica do Brasil, do modelo impulsionado pelo Estado, para o crescimento impulsionado pelo mercado. Também é consistente com a necessidade do setor de serviços públicos de aumentar a produtividade e reduzir os custos através do aumento de eficiência, um objetivo a ser atingido pela economia como um todo, para uma integração bem-sucedida no mercado global. A privatização do setor elétrico

também ajuda a reduzir a dívida do setor público, contribuindo para o ajuste fiscal necessário para a sustentação do crescimento a longo prazo do Brasil. Do ponto de vista macroeconômico, esses objetivos podem não deferir daqueles de outros países da América Latina ou da Europa que adotaram a privatização. No entanto, certas características singulares do setor elétrico impediram que o país, simplesmente, copiasse os modelos do setor de serviços públicos bem-sucedidos em outros países.

O cenário trouxe mudanças profundas ao setor energético nacional. Foi no governo Collor que se iniciou o Plano Nacional de Desestatização (PND), e teve continuidade nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Apesar de dificuldades de investimentos na área de oferta de energia elétrica, em 1993 havia a previsão de aumento de 4% do consumo, o que significava uma retomada do crescimento do PIB de 4,96%. Tal desempenho da economia exigia cada vez mais investimentos, inexistentes no setor público, os quais seriam, então, buscados na iniciativa privada conforme relato de Almeida (2003, p. 61):

Com essa necessidade de energia elétrica e mudança da legislação, a iniciativa privada passou a assumir o papel de destaque no plano de expansão do setor elétrico para o período de 1994 a 2003. Empresas de diferentes segmentos econômicos planejavam construir e operar, naqueles dez anos, vinte usinas hidrelétricas. Até a montagem do Plano Decenal de Expansão 1994-2003, as empresas identificadas como autoprodutores não tinham participação explícita no programa global do setor elétrico, visto que produziam apenas para o consumo próprio. A partir de 1993, em função das mudanças na política do setor elétrico, essas empresas manifestam interesses em também vender o excedente da geração às concessionárias de suas áreas de atuação, o que as tornou integrantes do plano global.

Embora a discussão sobre o setor elétrico tivesse um caráter técnico, o debate dava-se sobre quais medidas seriam necessárias para corrigi-lo –, havia à época um pano de fundo dominante mais amplo. Tratava-se da globalização da economia, mediante a internacionalização dos mercados de serviços, mercadorias e capitais, que vinha rompendo com o conceito clássico de fronteiras geográficas e limitando cada vez mais a execução das políticas cambial, monetária e tributária dos Estados nacionais (GOLDENBERG e PRADO, 2003, p. 223).

Ainda, para Goldenberg e Prado (2003, p. 223), a fragmentação das atividades produtivas nos diferentes territórios e continentes permite aos conglomerados multinacionais praticar o comércio inter-empresa, escolhendo seletivamente entre as distintas legislações nacionais e concentrando seus investimentos nos países onde elas lhes são mais favoráveis. Paralelamente, observa-se a internacionalização do Estado, mediante

o advento dos processos de integração, formalizados pelos blocos regionais e pelos tratados de livre comércio e a subsequente revogação dos protecionismos tarifários, das reservas de mercado e dos mecanismos de incentivo e subsídio fiscais. Outro lado desse fenômeno foi a disseminação do liberalismo, promovida especialmente por agências multilaterais (BIRD, BID, FMI), cuja síntese ficou conhecida como Consenso de Washington. Essa visão pregava, por exemplo, a liberalização dos preços, do comércio e do investimento estrangeiro, a desregulamentação e a privatização em grande escala²⁴, como medidas a serem adotadas em países como o Brasil.

Houve, à época, um choque de visões divergentes sobre como agir para resolver os problemas do setor elétrico brasileiro. A primeira concepção, em linhas gerais, propunha uma reforma para o setor elétrico tomando como parâmetro os exemplos da Argentina e da Inglaterra, que haviam implantado reformas elétricas liberais. Essa opinião valorizava a visão de que a ascensão dos mercados e das empresas multinacionais permitiria uma rápida mudança no papel e nas funções exercidas pelo Estado nacional. A segunda corrente, bem mais pragmática, ligada principalmente aos técnicos do setor elétrico, propunha grandes modificações de rumo na organização já existente do sistema elétrico.

A década de 1990 foi marcada por políticas econômicas direcionadas, prioritariamente, a assegurar a estabilidade econômica e financeira. Para atender às novas exigências do mercado internacional globalizado, os governos impuseram medidas de austeridade fiscal e orçamentária de modo a controlar os elevadíssimos índices de inflação comuns a quase todos os países até o início dos anos de 1990. No Brasil e na Argentina, por exemplo, foram implantados, respectivamente, os Planos Real e Austral. As dívidas externas deveriam ter o pagamento regular, inclusive com a criação de superávit primário em relação ao PIB, o que passou a ser condição *sine qua non* para a obtenção de parcerias internacionais favoráveis que facilitassem o acesso a novos financiamentos externos para o país e, conseqüentemente, para o setor elétrico (PIETRICOVSKY, 2001, p. 20).

Ramos (2005, p. 93) relata que o cenário trouxe mudanças profundas ao setor energético nacional. Foi no governo Collor que teve início o Plano Nacional de Desestatização (PND), que teria sua continuidade nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

²⁴ Os ensinamentos liberais foram compilados e reunidos no *World Development Report 1997*, editado pelo Banco Mundial, “que é dedicado ao papel e à efetividade do Estado: o que o Estado deve fazer, como fazê-lo e como fazê-lo melhor num mundo que se transforma rapidamente” (prefácio de apresentação do relatório assinado por James D. Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, p. III)

Para Nunes (2007, p. 51), com a promulgação da lei que criou o PND, em 1990, iniciou-se a implantação de uma série de ações políticas visando à diminuição do papel do Estado nos setores estratégicos da economia, inclusive, da produção de energia hidrelétrica. Dentre os objetivos previstos no PND, estava a transferência para a iniciativa privada das atividades ‘indevidamente exploradas’²⁵ pelo setor público. Essa prerrogativa serviu como base para reorganizar o setor elétrico a reboque da reestruturação da Administração Pública direta e indireta, como previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.

Somente no período de transição do Governo Itamar (1992-1994) foi possível realizar algumas ações básicas e fundamentais que deram continuidade às modificações específicas na estrutura legal do setor elétrico, tais como: i) a criação dos decretos nº 915/93 (formação de consórcios) e nº 1.009/93 (formação do sistema de transmissão nacional); ii) aprovação da Lei nº 8.631/93 (acerto de contas); iii) estudos iniciais sobre a privatização da Escelsa e da Light²⁶.

O primeiro dispositivo legal, o Decreto nº 915, de 06 de setembro de 1993, estabeleceu as regras para a formação de consórcios para investimentos em construção de usinas de geração elétrica, abrindo, em um primeiro instante, a possibilidade da participação ativa de investimentos privados nos sistemas elétricos. Em conjunção a este artifício, pelo Decreto, nº 1009 de 22 de dezembro de 1993, criou-se o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (SINTREL), cuja regulação, além de formalizar a abertura ao capital privado para investimentos em geração de eletricidade, também beneficiava as instalações localizadas distantes do ponto de geração, através do transporte de energia via malha de transmissão do SINTREL.

Para Ramos (2005, p. 93-94):

A campanha, feita por meio da grande mídia nacional, também apresentava números que tentavam justificar a necessidade urgente de investimentos na ordem de US\$ 7 a 8 bilhões, nos 15 anos que se seguiram para evitar futuros apagões. Inclusive, conforme a imprensa especializada em economia pregava somente o capital nacional privado não conseguiria tal volume de recursos, tornando necessária a entrada de capital externo no setor. Portanto, seria necessário reformar a Constituição Federal para permitir tal investimento, impedindo o colapso do setor.

²⁵ A expressão ‘indevidamente exploradas’ viabiliza a exclusão do Estado das atividades produtivas com características comerciais.

²⁶ Respectivamente, responsáveis pelo fornecimento de energia (ao consumidor final), nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em contraponto a essa “teoria” empregada pela mídia e pelo setor econômico brasileiro, Benjamim (2001, p. 2) destaca que:

Até o fim da década de 1970, o sistema gerava sem problemas os recursos para sua própria expansão. Isso começou a mudar nos anos 80, com as crises gêmeas da dívida externa e da inflação. Sucessivos governos passaram a usar a capacidade de endividamento de nossas robustas empresas elétricas para obter os dólares necessários ao pagamento dos juros exigidos pelos credores externos. Ao mesmo tempo, reprimiam sistematicamente reajustes de tarifas, para conter a inflação. Com as empresas endividadas (sem que os recursos por elas captados tivessem sido usados no próprio setor) e tornadas deficitárias, logo se estabeleceu uma ciranda de calotes. As distribuidoras - que são a "bilheteria" do sistema, pois recebem o dinheiro do consumidor - tiravam sua parte e transferiam o que sobrava; as estaduais faziam o mesmo, quando era possível; as grandes geradoras federais, situadas no fim da linha, morriam na praia. Em meados da década de 1990, as dívidas cruzadas atingiam US\$ 50 bilhões. Era o argumento de que precisavam aqueles que passaram a defender o desmonte do sistema. Chegava o tempo das privatizações.

Para Goldenberg e Prado (2003, p. 219), o principal objetivo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) era o de consolidar o Plano Real para combater a crônica inflação que assolava o Brasil. Essa prioridade foi conseguida com uma política de valorizar o câmbio e aumentar o endividamento do país. Como consequência, foi necessária a obtenção do equilíbrio fiscal nas contas públicas de acordo com as negociações com organismos financeiros internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), que avalizaram e forneceram recursos financeiros adicionais visando à estabilização da economia.

Para Goldenberg e Prado (2003, p. 219), a política energética do governo FHC foi uma decorrência desse objetivo principal. Os dois grandes setores estatais, eletricidade e petróleo, controlados pelo Estado, tiveram, contudo, tratamento diferenciado. O setor de petróleo, com sua tradição de contas equilibradas, sofreu apenas modificações de pequena monta. O setor elétrico sofreu uma rápida e forte reforma, pois apresentava desequilíbrio fiscal. Tanto setores do governo como importantes segmentos da opinião pública acreditavam que uma rápida reforma e privatização do setor elétrico seriam uma etapa necessária para impulsionar o país na direção da modernização e do processo de globalização.

Para Nunes (2007, p. 56), a inarredável necessidade de incorporar capitais privados, nacionais e estrangeiros ao setor de energia elétrica, a atenção dos investidores à taxa de retorno (que depende dos riscos do modelo setorial) e a efetiva aplicação das regras e contratos, a serem garantidos por um regulador eficaz, com credibilidade, autonomia e

independência, ajuda-nos a compreender porque o setor elétrico foi o primeiro a ter a sua autoridade reguladora fortalecida, afinal, os estudos sobre o setor estavam adiantados.

Entretanto, para Ramos (2005, p. 94), com Fernando Henrique Cardoso na presidência, entre 1995-2003, o processo de privatização acelerou-se e a Eletrobrás, em junho de 1997, publicou o projeto de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Foi criado, então, o mercado de atacado de energia (MAE), pelo qual, em teoria, o mercado regularia os preços pela oferta e procura de energia entre os participantes através de contratos bilaterais, sem a participação do governo. Esse mercado de energia regularia os preços pela lei da oferta e procura de energia pelas concessionárias com energia excedente. Outra novidade foi a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)²⁷, a pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o que significou a introdução de uma nova figura jurídica na Administração Pública Federal indireta: a autarquia especial.

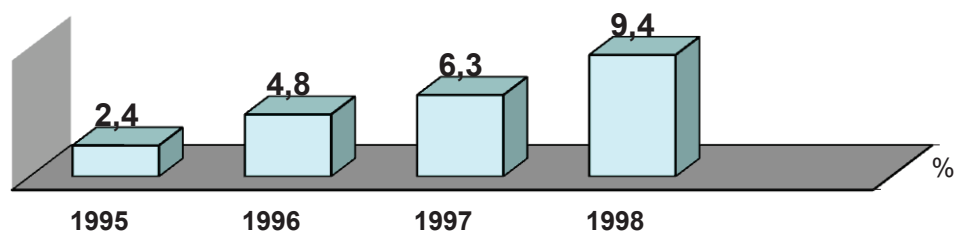
Ramos (2005, p. 94) destaca que:

A agência tem, entre suas competências, a tarefa de implementar políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e aproveitamento de recursos hidráulicos; resolver divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e auto-produtores, assim como dirimir conflitos e divergências entre esses agentes e os consumidores; zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, exercendo para isso o monitoramento das práticas de mercado dos agentes do setor de energia elétrica; fixar as multas administrativas aos concessionários, permissionários e autorizados de instalações e serviços de energia elétrica; e estimular políticas de universalização do uso da energia elétrica.

Assim, podemos citar o caso da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), que através do seu acionista majoritário, o Estado, representado pelo governador Jaime Lerner (1995-2002), inicia um processo de privatização. Num primeiro momento, este governo tentou transformá-la numa empresa atrativa aos olhos dos acionistas, provocando mudanças organizacionais, e enxugando ao máximo a estrutura existente, assim conseguindo dar uma rentabilidade muito grande como podemos perceber no Gráfico 1, a seguir:

²⁷ Outras agências reguladoras também foram criadas, tais como: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Lei n.º 9.472 (16/07/1997); Agência Nacional de Petróleo (ANP), Lei n.º 9.478 (06/08/1997); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Lei n.º 9.782 (26/01/1999); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei n.º 9.961 (28/01/2000); Agência Nacional de Águas (ANA), Lei n.º 9.984 (17/07/2000); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Lei n.º 10.233 (05/06/2001); Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Lei n.º 10.233 (05/06/2001); Agência Nacional do Cinema (ANCINE) MP n.º 2.228 (06/09/2001); Agência Nacional de Aviação (ANAC), Lei n.º 11,182 (27/09/2005).

gráfico 1- Copel- Rentabilidade sobre o patrimônio líquido



Fonte: COPEL (2000), adaptado por: ZWARICZ, Juliano (2012).

Podemos perceber houve uma cuidadosa articulação para que a empresa fosse privatizada, por meio de: aumento real na rentabilidade líquida da Copel, atração dos acionistas internacionais, repressão a greves, embates e propagandas na mídia impressa e falada. Isso fez com que o governo articulasse com os setores políticos e econômicos a venda da estatal, somente não concretizada por completo, devido à pressão pública, através de manifestações organizadas pelos sindicatos, Universidades e pelos funcionários de carreira da Copel.

Para isso, foi organizado o Fórum Popular contra a venda da Copel, com a participação de mais de 420 entidades sociais, pressionando o governo e os deputados estaduais, que no final do embate aprovaram a lei 1235 de dezembro de 1998, da privatização, por apenas um voto de diferença, ou seja, 27 a 26 votos, mas a pressão popular, as greves e as mobilizações com o lema “a Copel é Nossa”, somados ao projeto popular com mais de 140 mil assinaturas, protocolado na Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP fizeram com que o governo recuasse.

Para Benjamim (2001, p. 3), a reforma acabou criando uma empresa privada, chamada Operador Nacional do Sistema (ONS), encarregada de controlar toda a geração, seja ela feita em usinas privadas ou ainda estatais. É ele quem determina quanta energia cada usina colocará na rede em cada momento (conforme a base de dados físicos do sistema) e a que preço (calculado a partir do custo marginal da operação do sistema naquela configuração). O ONS ignora contratos ou qualquer tipo de acordo entre empresas. Tem poder absoluto. Em contrapartida, seu modo de operar é transparente para todos os agentes envolvidos: as decisões são tomadas por computadores, segundo programas de

otimização conhecidos. Os demais integrantes do sistema têm cópias atualizadas dos dados e dos programas, de modo que as decisões do ONS podem ser acompanhadas e checadas.

Em respeito a isso, Ramos (2005, p. 94) relata que:

Como resultado dessa política de privatização do setor de energia elétrica, atualmente 60% da energia distribuída encontra-se nas mãos da iniciativa privada, e o contrário do que pregavam os defensores desta privatização que a oferta de energia elétrica seria aumentada com novos investimentos, verificou-se que o grande capital simplesmente adquiriu concessionárias já com as usinas consolidadas ou em fase final de construção, portanto não houve um aumento de oferta de energia pela iniciativa privada, como prometido pelos privatistas.

O sistema elétrico brasileiro começou a ser financeiramente “vendido”, como fora em passado longínquo, e suas fatias foram sendo distribuídas pelo mundo inteiro. A antiga Eletrosul (hoje Gerasul) virou belga; a Cerj (RJ), chilena; a CEE-NNE (Norte e Nordeste), a CEE-CO (Centro-Oeste), a Eletropaulo, a Elektro e a Cesp-Paranapanema (SP), americanas; a Coelce - CE, a Coelba - BA e a Celpe - PE, espanholas; e assim por diante. Tudo com dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Só em 1998, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, gerente do FAT, repassou R\$ 5 bilhões para financiar os grupos privados que compraram estatais do setor elétrico. Entretanto, a Resolução 2.668 do Banco Central, assinada em 1999, proíbe que o mesmo BNDES conceda financiamento a empresas estatais, proibidas de investir.

Na contabilidade do Fundo Monetário Internacional - FMI, esse tipo de investimento é gasto, gera déficit público. Como boa parte da geração continuava - e continua - estatal, o Brasil parou de investir na expansão do sistema energético, tendo em vista obter um superávit contábil. Os investidores estrangeiros, por sua vez, preferiram seguir comprando as usinas prontas, que o governo generosamente lhes ofertava. Com o crescimento natural da demanda e a necessidade de colocar, a cada ano, mais potência na rede, restou ao sistema consumir suas reservas de água (BENJAMIM, 2001, p. 4).

Cabe dizer, a natureza liberalizante desse arcabouço legal, a qual redefinía a relação do setor de energia elétrica com suas fontes de financiamento, corroborava o projeto de reduzir o tamanho do estado como pronunciado no Programa Nacional de Desestatização de 1990. Nesse sentido, a política de privatização do setor elétrico brasileiro começou a se esboçar antes da definição de um modelo regulador.

A partir da discussão realizada até agora (a nível nacional), abordaremos, a seguir, a política energética do Paraná, dando ênfase ao processo de implantação das usinas hidrelétricas paranaense, em especial a usina hidrelétrica Governador Ney Braga.

2.1.6 A desestatização do Setor Elétrico continuou nas décadas de 2002 a 2012?

Inicialmente, questionamos - será que o processo de desestatização foi paralisado após a chegada de um governo de “esquerda” ao poder, que “refutava” a tese de privatizações? Não é o nosso objetivo discutir aqui o processo de privatização, porém, diante desta indagação, tomamos como base um dos programas sociais, mais exaltados, ligado ao setor de energia elétrica no país, o Programa Luz para Todos – PpT., As concessões prevaleceram nos últimos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Roussef (2011-2014), nas mãos das empresas multinacionais e, finalmente no início de 2013, vencia o prazo de várias concessões de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, contudo, o governo de Dilma Roussef optou pela renovação dos contratos, desde que as empresas se responsabilizassem por aceitar a redução das tarifas propostas pelo governo, o que na prática significaria uma redução na ponta de 20% ao consumidor e 31% para as indústrias.

Como resultado, alguns estados não aceitaram renovar os contratos de algumas hidrelétricas, a exemplo de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, estados governados por opositores (PSDB) ao governo federal (PT) e, assim, a prometida redução chegou ao consumidor em 16%.

Portanto, desde o início do governo Lula, que vinha de uma ideologia antiprivatista, as políticas para o setor de energia elétrica, foram direcionadas para os programas sociais e, neste caso, o governo brasileiro começou a enfrentar o desafio de levar energia elétrica às pessoas do meio rural, que ainda não contavam com esse benefício, de forma organizada em termos regulatórios, nos últimos anos do século XX. Os desafios iniciais apresentaram que seria necessária uma nova abordagem para os programas de eletrificação rural. A inclusão social, logo no início, mostrou que para ser realizada em sua plenitude necessitava um pouco mais que o elemento fundamental que era a energia elétrica. Na fase seguinte haveria necessidade de criar hábitos de utilização da própria energia elétrica, entender as oportunidades criadas pelo uso racional da eletricidade e, principalmente, ampliar a

geração de renda para os novos consumidores, no seio das comunidades em que cada um vive (MME, 2011, p. 7).

O Brasil tentou vários modelos para levar energia elétrica às pessoas residentes sem áreas fora do alcance das redes convencionais de distribuição de energia elétrica. As dificuldades iam de desigualdades sociais e regionais, forma de financiamento devido ao grande volume de recursos financeiros demandados e adversidades físicas.

No documento do MME- Universalização do acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: lições do Programa Luz para Todos (2011, p. 8-9) – aponta que a procura de um modelo efetivo persistiu. Os levantamentos de campo haviam constatado que as áreas de menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH estavam nas regiões com menores taxas de atendimento de energia elétrica. As reduções dessas desigualdades sociais seriam aceleradas com o uso da Energia Elétrica como vetor de desenvolvimento. A experiência acumulada, na busca incessante de solução para o problema, finalmente gerou o Programa Luz para Todos - LpT, que viria a se transformar em modelo de política pública de grande sucesso, a ponto de ser solicitado e implantado em inúmeros países.

Neste mesmo documento do MME (2011, p. 11), apresenta-se a base legal do Programa Luz para Todos, conforme podemos observar:

Nesse cenário, a Lei nº 10.438/2002 e a Resolução Aneel nº 223/2003 estabeleceram as bases para a universalização do acesso a energia elétrica com cronograma e critérios de atendimento que não atenderiam a urgência da população rural carente, excluída deste serviço. Com o objetivo de acelerar e antecipar a universalização e que o Governo Federal criou o Programa Luz para Todos por meio da edição do Decreto nº 4.873/2000, estabelecendo recursos setoriais para seu financiamento. De posse desses recursos institucionais e do ordenamento jurídico o LpT foi dimensionado com ajuda do Censo Demográfico do IBGE, de 2000, quando a primeira meta de atendimento as famílias sem energia elétrica apontou para dois milhões de residências e dez milhões de pessoas a serem beneficiadas. Essa meta foi alcançada em 2010 e logo mostrou-se aquém da realidade brasileira. O LpT foi alterado e prorrogado pelo Decreto nº 6.442/2008 e atualmente a marca de ligações supera 13 milhões de residências.

A Agência Internacional da Energia (IEA, 2002) considera que, atualmente no mundo, 1,6 bilhões de pessoas não têm acesso à eletricidade e, por causa da ausência de vigorosas políticas públicas, no ano 2030 estima-se que 1,4 bilhão ainda continuarão nessa situação. Diante dessa realidade, terão de serem tomadas diversas decisões que permitam diminuir as consequências dessa omissão. Isso porque já é amplamente aceito que a disponibilidade de energia elétrica atua como um eficaz agente de desenvolvimento. O desafio de disponibilizar energia elétrica para as populações rurais no Brasil era

proporcional ao enfrentamento do alto nível de desigualdade social e regional que o país vivia.

Estimava-se existirem no início do primeiro mandato do Presidente Lula (2003 a 2006) cerca de 2 milhões de domicílios rurais sem energia elétrica, correspondendo a 80% do total nacional da exclusão elétrica, ou seja, 10 milhões de brasileiros viviam no meio rural sem acesso a esse serviço público. Cerca de 90% dessas famílias possuíam renda inferior a 3 salários mínimos.

O conhecimento desse quadro já havia resultado em uma decisão política de ampliar o investimento do Governo Federal voltado para a redução da pobreza no meio rural. A estratégia para alcançar esse objetivo era implantar políticas públicas de desenvolvimento priorizando-se aqueles municípios que tivessem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A Lei n.º 10.438, de 2002, juntamente com a Resolução n.º 223 da Aneel, estabeleceram o marco para o processo de universalização do atendimento com energia elétrica com cronograma que ia até 2015. O Decreto n.º 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Programa Luz para Todos, estabelecendo a antecipação da universalização para o ano de 2008 sem custo direto as famílias mais pobres residentes no meio rural (MME, 2011, p. 21).

O Programa previa investimentos da ordem de R\$ 12,7 bilhões. Desse total, R\$ 9,1 bilhões oriundos dos recursos do Governo Federal (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR), e o restante partilhado entre os Governos Estaduais, as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural. A ligação da energia elétrica seria gratuita para todos os consumidores (MME, 2011, p. 22).

Até dezembro de 2010, o Programa já havia realizado mais de 2,65 milhões de ligações de energia elétrica para famílias de trabalhadores rurais e agricultores familiares que vivem da produção e comercialização de produtos agropecuários.

Se por um lado, os programas sociais funcionaram nestes últimos governos, as ações antiprivatistas não, pois ampliou-se os espaços para os programas neoliberais, onde as concessões do Setor Elétrico, permaneceram nas mãos de multinacionais.

2.2 A POLÍTICA ENERGÉTICA PARANAENSE

O objetivo deste item é contextualizar a trajetória histórica da política energética paranaense, principalmente do setor elétrico e fazer uma análise das condições para a implantação da usina hidrelétrica de Segredo, na perspectiva das exigências do capital internacional e de uma política de desenvolvimento econômico do Paraná. A importância deste estudo está em situar às políticas públicas adotadas no Paraná e que permitiram a instalação das hidrelétricas e sua relação com o desenvolvimento paranaense e dos municípios em torno da implantação da usina hidrelétrica Governador Ney Braga, segunda em potência conforme dados da tabela 2, abaixo:

Tabela 2- Dados das usinas hidrelétricas do Paraná

Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW) ⁽¹⁾	Energia assegurada (MW médio) ⁽¹⁾	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2009
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2010
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Guaricana	Arraial	36,00	13,60	13.08.1976	16.08.2026
Chaminé	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Apucarantina	Apucarantina	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2009
Marumbi ^(a)	Ipiranga	4,80	3,94	-	-
São Jorge	Pitangui/Tibagi	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Chopim I	Chopim	1,98	1,27	20.03.1964	07.07.2015
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,72	1,13	14.02.1984	14.02.2014
Cavernoso	Cavernoso/Iguaçu	1,30	0,86	07.01.1981	07.01.2011
Salto do Vau ^(b)	Palmital	0,94	0,60	27.01.1954	-
Pitangui ^(b)	Pitangui	0,87	0,57	05.12.1954	-
Melissa ^(b)	Melissa	1,00	0,57	08.10.1993	-
Termelétrica					
Figueira		20,00	10,30	21.03.1969	26.03.2019
Total		4.549,61	1.956,92		

^(a) Em processo de homologação na Aneel.

^(b) Usinas com capacidade inferior a 1 MW é efetuado apenas registro na Aneel.

Para compreendermos melhor as políticas públicas do setor elétrico faz-se necessário buscar analisar os planos e agências voltadas para a eletrificação do estado do Paraná que segundo Ramos (2005, p. 95):

iniciaram em 7 de agosto de 1947, e que seriam reconhecidos em 1948 como auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no mesmo ano do seu reconhecimento este foi transformado no Departamento de Águas e Energia Elétrica (Dae), com autonomia financeira e administrativa. Conforme dados da tabela 2 acima, que revela a data de 1954 como primeiras concessões da Copel, vinculadas ao governo paranaense datado de 1979 como concessão da Usina de Segredo, objeto deste estudo.

Ainda, para Ramos (2005, p. 95), as atribuições do Dae eram o apoio às ações privadas e municipais voltadas à eletrificação, e em locais onde essas ações estivessem ausentes o governo assumiria as obras por meio de sociedade mista ou pelo Dae. Assim, o governo do Paraná agiu em duas frentes, uma em ações de emergências nas cidades onde fosse mais aguda a escassez de energia e outra na construção de usinas hidrelétricas, de considerável capacidade geradora, as quais prometiam resolver o problema em definitivo (SIQUEIRA, 1994, p. 94).

Para Ramos (2005, p. 95):

entre as décadas de 1930 e 1960 os grandes centros urbanos paranaenses eram atendidos pelas empresas de capital privado, dependendo das municipalidades que tinham autonomia sobre o setor, como exemplo temos a Cia. Força e Luz do Paraná, subsidiária do grupo estadunidense *Amforp*, que tinha a concessão da capital Curitiba e cidades próximas e a empresa Sul Brasileira de Eletricidade, que fornecia energia elétrica para os municípios da região sul do Paraná.

Podemos, então, destacar que o discurso da elite política e administrativa do país e do Paraná para o desenvolvimento industrial era sinônimo de “modernidade”. E este desenvolvimento necessariamente exigia do governo fazer investimentos em grandes obras públicas. Para Schulman (1956, p. 4):

Entretanto, abundância de energia elétrica é sinônimo de grandes Centrais Elétricas, onde o KW custa menos para instalar e produzir. Grandes centrais elétricas exigem inversão de grandes quantias fabulosas, planejamentos minuciosos e muitas vezes, inúmeros anos de labor insano para sua consecução.

Em seguida, contudo, a fase “pesada” da substituição de importações de mais energia às forças políticas nacionalistas (em detrimento das forças privatistas) e as ações rumo ao monopólio estatal se avolumam: em 1954 é aprovada a criação da Eletrobrás que, no entanto, só inicia suas atividades em 1962, no intuito de planejar, gerir e financiar as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil, restando ainda o espírito de complementaridade para com a iniciativa privada (PESSALI e SERRA, 1999, p. 4).

O planejamento do setor de energia elétrica passa a ser feito de forma integrada, elegendo prioridades de forma sistêmica em âmbito nacional. Com a centralização fica também melhor delineada a estrutura hierárquica de atividades do sistema, eliminando várias superposições dúbias e preenchendo lacunas de coordenação oriundas do caráter

regional e assistemático do planejamento feito até então (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988).

Esta era outra característica do período de JK (1956-1961) presente nos discursos do então diretor da Copel que exigiam grandes investimentos em grandes obras públicas, entre elas as usinas hidrelétricas, o que exigia a obtenção de recursos financeiros, assim a escolha foi a parceria com a iniciativa privada. Tal concepção influenciou os projetos das décadas de 1950, 60, 70 e 80 como pode ser verificado no documento “Estratégias para a consecução dos objetivos da política governamental ao potencial hidrelétrico paranaense” (RAMOS, 2005, p. 97).

A partir de 1964, porém, a orientação das atividades da Eletrobrás para o estabelecimento de vínculos centralizadores sob sua coordenação é exacerbado e o caminho trilhado, por fim, é o do monopólio estatal sobre o setor. A partir daí, intensificou-se a interligação dos sistemas regionais através da operação de empresas controladas, até 1977 chamadas de subsidiárias.

Para Pessali e Serra (1999, p. 5), estas, por sua vez, passam a coordenar empresas estaduais concessionárias (até 1977 chamadas de associadas) – onde se enquadra, então, a Copel – em conjunto com os respectivos Estados, que se empenhariam na integração dos sistemas locais. A conformação dessa *holding* levou também à maior centralização do planejamento dos investimentos, de acordo com políticas ou estratégias nacionais na tentativa de uma integração sistêmica, e também a uma maior centralização dos canais de financiamento pela controladora Eletrobrás, como era intencionado

Nas palavras de Ramos (2005, p. 98):

O documento “Programa energético do Paraná e os interesses do Estado”, traz as preocupações do governo paranaense com o aproveitamento do potencial hidrelétrico. Os grandes aproveitamentos hidrelétricos em cursos d’água que banham o território paranaense, em execução ou programado – Itaipu, Salto Osório, Foz do Areia, Santiago e Segredo – totalizam uma capacidade equivalente à potência instalada em todo país. Contudo, as inundações resultantes dos reservatórios representaram perdas de terras férteis de grande valor econômico, utilizadas em atividades agropastoris.

No referido documento estão expostas as expectativas em relação às ações governamentais com as construções das grandes Usinas Hidrelétricas:

I – Elevar os padrões de vida da população, mediante a ampliação e melhoria dos níveis de educação, saúde, oportunidades de emprego, qualidade de vida e nível de renda.

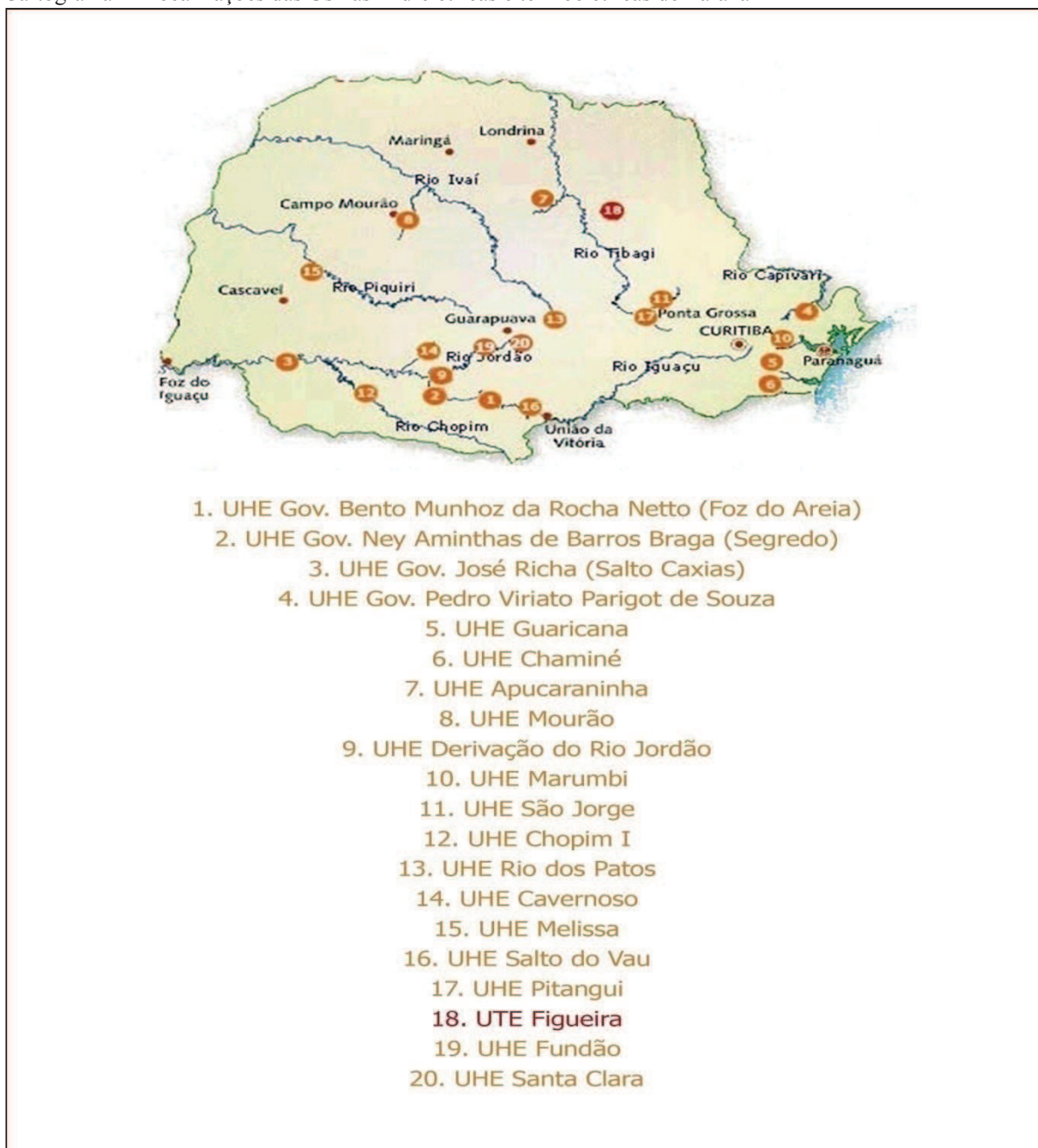
II – Intensificar o processo de industrialização, de modo a superar as limitações atuais decorrentes da dependência aos setores de aproveitamento de matérias-primas agrícolas e bens de consumo.

III – Ampliar o sistema estadual de transportes de modo a compatibilizá-lo com os crescentes níveis de produção.

IV – Propiciar meios eficazes para a continuidade de crescimento da produtividade agrícola (PARANÁ, 1979,p. 1 - 11).

O cartograma 1- aponta as localizações das usinas hidrelétricas do Paraná:

Cartograma 1- Localizações das Usinas Hidrelétricas e termoelétricas do Paraná



Fonte: SEMA e RIMA (1987), organizado pelo autor ZWARICZ, Juliano (2012).

Portanto, o investimento em grandes usinas hidrelétricas nas várias bacias hidrográficas do Paraná (como vimos cartograma 1) era plenamente justificável, visto que a maior oferta de energia seria uma espécie de garantia de que a indústria como acontecera em Minas Gerais, procurariam se instalar no Paraná, trazendo riqueza e prosperidade ao estado. Diante disso, a Copel começou a realizar estudos como parte do seu programa de análise do potencial hidráulico, dos rios Paraná e, em especial, do rio Iguaçu, a partir de entendimentos com a Comissão Interestadual da bacia do Paraná – Uruguai, que levaria a um estudo minucioso do potencial de produção hidráulica do rio.

Devido à natureza do relevo, no Brasil, predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características, que lhes conferem um alto potencial para a geração de energia elétrica. Encachoeirados e com muitos desníveis entre a nascente e a foz, os rios de planalto apresentam grandes quedas-d'água. Assim, em decorrência de seu perfil não regularizado, ficam prejudicados no que diz respeito à navegabilidade. Os rios São Francisco e Paraná são os principais rios de planalto.

O rio Paraná, com aproximadamente 4.100 km, tem suas nascentes na região Sudeste, separando as terras do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. O rio Paraná é o principal curso d'água da bacia, mas também são muito importantes os seus afluentes e formadores, como os rios: Grande, Paranaíba, Tietê, Paranapanema, Iguaçu, dentre outros. Essa bacia hidrográfica é a que tem a maior produção hidrelétrica do país, abrigando uma das maiores usinas hidrelétrica do mundo, a Usina de Itaipu, no Estado do Paraná, projeto conjunto entre Brasil e Paraguai, assim demonstrando que a mesma gota d'água é aproveitada diversas vezes.

Para Ramos (2005, p. 100):

A Copel aproveitando-se destes rios de planalto, em 1959, conquistaria a concessão pública para explorar regiões do norte, noroeste, sul e sudoeste concentrando as futuras obras nos rios Mourão, Tibagi e Iguaçu. O plano de eletrificação do estado, na década de 1960, previa a construção das usinas hidrelétricas de Capivari - Cachoeira, Tibagi e Carvalhópolis e de uma termoelétrica em Figueira.

Segundo Magalhães (2001, p. 75), “para conseguir êxito no seu objetivo, o Estado, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), investiu na produção de energia elétrica, para que fosse suficiente para atender ao aumento crescente da demanda”. Como podemos perceber as construções das UHEs Mourão I, Salto Grande, Júlio de

Mesquita Filho e, da maior delas, a UHE Capivari-Cachoeira, que foi, à época, um marco para a engenharia paranaense e brasileira, foram fundamentais para o desenvolvimento do programa de demanda proposto pelo governo.

Outro fator que chama a atenção, para Ramos (2005, p. 101-104) foi:

A dobradinha industrialização e bem-estar social, ainda que não fosse atingida totalmente, deu um grande prestígio a Ney Braga²⁸ e a Paulo Pimentel²⁹, mesmo quando ambos aderiram ao regime militar. Esse prestígio seria de fundamental importância para a Copel conquistar a concessão da construção das usinas hidrelétricas de Foz do Areia e atual Governador Ney Braga no rio Iguaçu.

No documento “Programa Energético do Paraná e os Interesses do Estado”, de 1979, várias explicações são apresentadas para justificar essa política voltada à construção de grandes usinas hidrelétricas no estado. As justificativas no documento começam com um quase desabafo: “Os habitantes do Paraná são também brasileiros, e de todas as origens, almejam desfrutar de condições de vida e renda no mínimo semelhante à média nacional”.

Demonstra-se, portanto, claramente a posição do governo estadual paranaense em relação à contribuição do Paraná para o desenvolvimento industrial brasileiro. O documento conclui que não havia uma contrapartida da União que incentivasse o desenvolvimento do estado e de regiões interioranas importantes, que se apresentavam carentes de energia elétrica, e também, atrasado o seu desenvolvimento econômico e social.

Portanto, a política energética estadual criou condições para o aumento da oferta de energia, fazendo com que a geração de emprego e desenvolvimento na área rural através das construções de grandes usinas hidrelétricas, que também abrangia as regiões do centro-sul e sudoeste, região onde está inserida a usina hidrelétrica governador Ney Braga.

Segundo Ramos (2005, p. 106), “outro fato importante para a compreensão histórica da instalação de grandes usinas hidrelétricas no Paraná é a análise do crescimento econômico do estado, acima da média nacional” a partir da década de 1970, e a característica do relevo paranaense, que possibilita condições ideais à produção de energia a baixo custo em relação a outros estados da federação. Essa possibilidade de produção de energia elétrica a baixo custo foi uma forma de atrair indústrias, para o estado, como descreve o documento do Instituto Ambiental do Paraná –IAP (1997, p. 15):

Os anos 80 marcam uma desaceleração da tendência de rápida expansão e sofisticação do aparelho produtivo estadual, iniciada na década anterior. Ainda assim, a economia estadual apresenta moderado dinamismo crescendo a taxas superiores às da brasileira. Portanto, embora acompanhando as tendências de instabilidade a nível nacional, o Paraná não sentiu tanto a perversidade dos anos 80, devido à expansão de oferta agropecuária, à continuidade da diversificação agroindustrial (fiação de algodão, complexos soja e alcooleiro, abate de aves, derivados de milho, malte, café solúvel e cigarros), e a manutenção de inversões

²⁸ Governador do Paraná nos anos de 1978-1982.

²⁹ Governador do Paraná nos anos de 1966-1971.

nas indústrias de bens de capital (micro e minicomputadores, ônibus, caminhões, automóveis, siderurgia, refrigeradores e freezers) e de insumos básicos (fertilizantes nitrogenados cimento e papel de imprensa).

Ainda, de acordo com Ramos (2005, p. 107):

para incentivar os empresários industriais a realizar a troca do petróleo pela energia elétrica, a Copel, através do Dae, ofereceu estímulos tarifários como: Energia Garantida por Tempo Determinado – EGTD, destinada aos consumidores que optassem pela substituição do consumo de derivados de petróleo por energia elétrica em 6000 horas anuais, os quais seriam beneficiados por um desconto em torno de 50 a 70% na tarifa. Energia sazonal não garantida – ESNG, destinada às empresas consumidoras, que optaram pelo consumo adicional de energia elétrica em épocas de chuvas abundantes, que propiciou um desconto em torno de 70 a 80%. Redução para 10% do Empréstimo Compulsório recolhido à ELETROBRÁS sobre o consumo de eletricidade verificado sob contratos especiais de suprimento. Redução de 25% para produtos de exportação. No estado, onde a produção de grãos voltados à exportação tem peso significativo na economia até mesmo do país a eletrificação do meio rural teria um grande significado social, integrando o agricultor à sociedade e aos benefícios advindos do acesso à energia elétrica, até então restritos ao meio urbano. Cada propriedade eletrificada representava uma economia de 180 litros/ano de óleo combustível. O Programa de Eletrificação Rural, na década de 1980, conseguiu eletrificar cerca de 135.000 propriedades rurais, sendo necessária a implantação de 70.000 km de linhas de alta tensão, acarretando um consumo da ordem de 2.250.000 MWh, que economizaria cerca de 120 milhões de litros de óleo diesel importados em dez anos do plano.

A solução, segundo o Conselho Estadual de Energia Elétrica do Paraná (CEEP), era substituir essas fontes de energia não renováveis pela energia advinda de hidrelétricas. Por isso, o documento do CEEP afirmava, segundo a Copel (1987, p. 6):

A vocação agrícola do Estado e seu grande potencial hidrelétrico conduzem à estratégia de se procurar conseguir a desejada substituição por recursos energéticos renováveis, os quais, além de perdurarem, são os que oferecem maiores oportunidades ao empresariado e possibilitam emprego para grande massa de grande obra [...] frente à abundante disponibilidade de energia elétrica junto à inibição do uso dos derivados de petróleo, alguns setores industriais, onde for tecnicamente viável, poderão adotar, como solução imediata, a utilização da energia elétrica, forçando assim a criação de um mercado adicional até então imprevisto.

Ramos (2005, p. 109) relata que para responder a essas questões, o CEEP direcionou ações concretas visando ofertar energia nas regiões deficitárias, como Curitiba, Cascavel, Maringá, Londrina e o Litoral, onde estudos mais detalhados permitiriam a substituição dos derivados de petróleo pela energia elétrica, estas ações aceleraram a implantação da hidrelétrica de Segredo.

De acordo com Zwaricz (2009, p. 21), concluídos os estudos, o estado do Paraná tratou de viabilizar economicamente a construção da UHE de Segredo, que teve um custo total estimado em US\$ 850 milhões, cabendo 27% à Eletrobrás, 21% ao governo do Paraná, 15% ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e 13% ao BNDES/Finame (Banco Nacional de Desenvolvimento – linha de financiamento), o que representaria uma ampliação em 60% em produção de energia elétrica pela Copel. Desde os estudos preliminares, iniciados na década de 1960, até sua efetiva construção, já no final do regime militar em 1981 – 1982, a construção da usina hidrelétrica Governador Ney Braga acabou marcada pela intensa luta entre as empreiteiras e o governo do Paraná, travada nos meios judiciários contra o cartel das construtoras, conforme relata Medeiros (1996, p. 102):

Fruto de uma luta, de amplo conhecimento público, entre a empresa concessionária e as empreiteiras, a obra teve a licitação adiada por perspectivas de acordo de preços entre as empreiteiras. Após contestação judicial da decisão da companhia sobre a anulação da concorrência, prevaleceu a posição da COPEL. O resultado de tal embate foi uma das obras recentes de menor custo no setor elétrico estatal brasileiro.

Dessa forma, no princípio da década de 1980, as grandes barragens do Paraná vinculadas à COPEL e ELETROSUL eram Capivari, Salto Osório, Salto Santiago e Foz do Areia, hoje denominada usina hidroelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

Essa década foi marcada pela crise da dívida externa brasileira que fez com que as fontes de financiamento do governo secassem e poucas obras pudessem ser realizadas. No Paraná, a COPEL fez várias tentativas de viabilizar financiamentos para a próxima usina do rio Iguaçu, Segredo e desta obra somente conseguiu executar os túneis de desvio e escavações preliminares para a barragem conforme (figura 1).

A usina de Segredo, a jusante de Foz do Areia, tinha sido planejada para ser construída concomitantemente à de Salto Santiago, por isso, havia tido a cota máxima do seu reservatório aumentada em 15 m de modo que numa operação conjunta houvesse ganho de volume em Santiago e de queda em Segredo.

Neste conceito, Segredo seria uma obra da ELETROSUL que efetivamente realizou estudos incluindo alternativas com barragens de concreto em abóbada propostas pela Engenharia. Entretanto, por problemas econômico-financeiros, a obra de Segredo foi postergada. Durante a visita do então presidente da república João Figueiredo à obra de Foz do Areia, em 31 de agosto de 1979, foi confirmada a concessão da usina de Segredo para a COPEL, com potência prevista à época de 2.100 MW e foram iniciadas as atividades de projeto.

Para isso, foram contratadas as empresas MDK (sucessora da *Milder-Kaiser* agora parte do grupo CNEC) e CENCO. Manteve a mesma junta de consultores especiais de Foz do Areia. O projeto incluiu uma barragem de enrocamento com face de concreto com 145 m de altura formulada com os mesmos conceitos de Foz do Areia. De 1982 a 1987, o projeto foi desenvolvido sob a gerência do engenheiro Kamal Kamel, naquele tempo, na MDK. Em 1985, foi contratada a construção das obras do desvio com a Construtora CR Almeida S.A. Estas obras duraram aproximadamente um ano e a continuação não pode ser realizada por problemas políticos e econômico-financeiros.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado em 1990, pelo Governo Collor, ganha novo impulso em território político mais fértil a partir de 1995, no primeiro Governo FHC, com a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND). O CND acelera o ritmo do PND e agiliza as desestatizações de empresas de maior porte – dentre elas, no setor elétrico, a Escelsa (1995) e a Light (1996). O desmembramento da *holding* Eletrobrás dá os sinais da intenção da reformulação do setor com a retirada do Estado das atividades produtivas através da transferência de ativos para o setor privado (PESSALI e SERRA, p. 7).

Ainda, para Pessali e Serra (1999, p. 8), existe, a partir de 1995, um novo foco de pressões estratégicas do acionista controlador, o Governo do Estado do Paraná, no mandato de Jaime Lerner. No que tange a esta questão, três aspectos são importantes de serem considerados: 1) o projeto político de transformar a economia paranaense de predominantemente agrícola (com avançados focos agroindustriais) para eminentemente industrial, o que ainda exige uma ação centralizada, intensiva e minimamente concatenada das empresas públicas das áreas de infraestrutura, mormente da Copel como fornecedora de importante insumo industrial; 2) a necessidade premente de que houvesse um esforço máximo de autossuficiência de tais empresas, em função da deterioração das contas públicas no período; e 3) sua valorização enquanto ativo do Estado passível de liquidação (não somente, mas principalmente para uso no gerenciamento da dívida pública)

De tal forma, a atuação da Copel a partir de 1995, fica fortemente condicionada aos três propósitos acima mencionados: adequação ao novo marco regulatório, atratividade para o eventual processo de privatização, atendimento às necessidades

essenciais da industrialização “pesada” do Paraná e rentabilidade que garantisse a autossuficiência com sobras para sua operação e ampliação.



Figura 1- Vista aérea da Usina de Segredo.

Fonte: Museu Regional do Iguaçu, organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Em 1988 foi possível a retomada da obra (figura 1) que foi contratada com um consórcio de empresas do Paraná: DM Construtora de Obras, CESBE e SINODA. A obra foi concluída em 1992 e a geração inicial ocorreu em julho daquele ano. Desde o inventário, a motorização e energia da usina hidrelétrica Segredo consideraram as águas do rio Jordão, que é um tributário importante do rio Iguaçu. Com a definição da implantação da usina de Salto Santiago em cota mais alta que a originalmente prevista, o eixo da usina de Segredo foi modificado para montante da foz do rio Jordão.

Durante a implantação da hidrelétrica de Segredo, considerou-se, para efeito de motorização, a derivação das águas do rio Jordão através de conjunto barragem, vertedouro e túnel de interligação entre os dois reservatórios. O conjunto de obras de derivação do rio Jordão contempla ainda uma pequena central hidroelétrica para aproveitamento da vazão mínima de 10 m/s necessária à perenização do trecho a jusante do rio

Jordão. A obra foi iniciada em maio de 1994 e concluída em outubro de 1996, permitindo a geração na usina hidrelétrica Segredo com as águas derivadas do rio Jordão.

A PCH entrou em operação em 2 de dezembro de 1997 completando o complexo energético Segredo- Jordão, com uma potência instalada de 6,5 MW e queda líquida de 71,5 m. O projeto básico foi executado pela MDK Engenharia de Projetos, e o projeto executivo foi feito internamente pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, concessionária dos dois aproveitamentos do complexo.

A licitação para a contratação das obras permitiu a escolha pelo empreiteiro entre dois projetos, um com solução da barragem em enrocamento com face de concreto e o outro arranjo em barragem de concreto compactado com rolo. A proposta vencedora foi apresentada pelo consórcio formado pela empresa paranaense Ivaí Construtora de Obras e pela italiana Del Favero S.p.A.; considerando o arranjo, utilizando barragem de concreto compactado com rolo.

O arranjo selecionado tem o vertedouro em soleira livre incorporado à barragem, que possui altura máxima de 95 m, utilizando 570.000 m de concreto compactado com rolo e 80.000 m de concreto convencional. O túnel da derivação tem extensão de 4.800 m e diâmetro de 9 m. conforme figura 2, abaixo:



Figura 2- Vista aérea da Usina da Derivação do rio Jordão, inaugurada em 1997, que faz parte complexo energético – Jordão e Segredo.

Fonte: Museu Regional do Iguaçu, organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Concluindo este capítulo, destacamos os padrões de intervenção estatal e seus reflexos nos projetos e programas implantados na Usina Hidrelétrica de Segredo através dos reassentamentos Segredo I, II, III e IV, associados às práticas do Setor Elétrico, que demonstra uma nova fase iniciada em meados dos anos 1990, onde se consagra a energia elétrica como mercadoria de exportação tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo e, objetiva assim a inserção competitiva do país no cenário internacional.

Ainda, destacamos a política da Copel na implantação da usina hidrelétrica Governador Ney Braga, com a utilização do RIMA, apesar de já ter em mãos a licença para a sua implantação, ou seja, a lei não obrigava a realização de tal instrumento, aconteceu pela pressão de entidades, como a Igreja Católica, os sindicatos de trabalhadores rurais, proprietários rurais e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e surgiu como resposta às questões fundiárias criadas pela usina de Itaipu e principalmente por exigência do BID para a concessão de empréstimo para a execução da obra, conforme afirmou o Sr. Rubens Guiliard (2005).³⁰

Segundo Ramos (2005, p. 111), “o Rima também acabou sendo implantado mais como uma resposta aos meios intelectuais e políticos e, sobretudo, como uma estratégia de *marketing* da Copel”, por apresentar-se como pioneira no setor elétrico nacional no que referia a respeitar o direito dos atingidos e também em relação ao meio natural.

Nas entrevistas e na documentação consultada verificou-se que a Copel não tinha nenhuma política de reassentamento prevista para realocar os ribeirinhos, tendo sido necessária a pressão dos atingidos, fato comprovado no reassentamento Segredo IV, com 88 famílias, estruturado após pressão e muita luta.

Como ocorreu a construção da Usina de Segredo? Por que se escolheu a região? Quais os municípios que se beneficiaram com a implantação deste Grande Projeto de Investimento GPI? Como foi o processo de implantação dos reassentamentos? Quais as lutas dos ribeirinhos? E os projetos de investimentos, por que não funcionaram? São questões que tentaremos responder neste próximo capítulo.

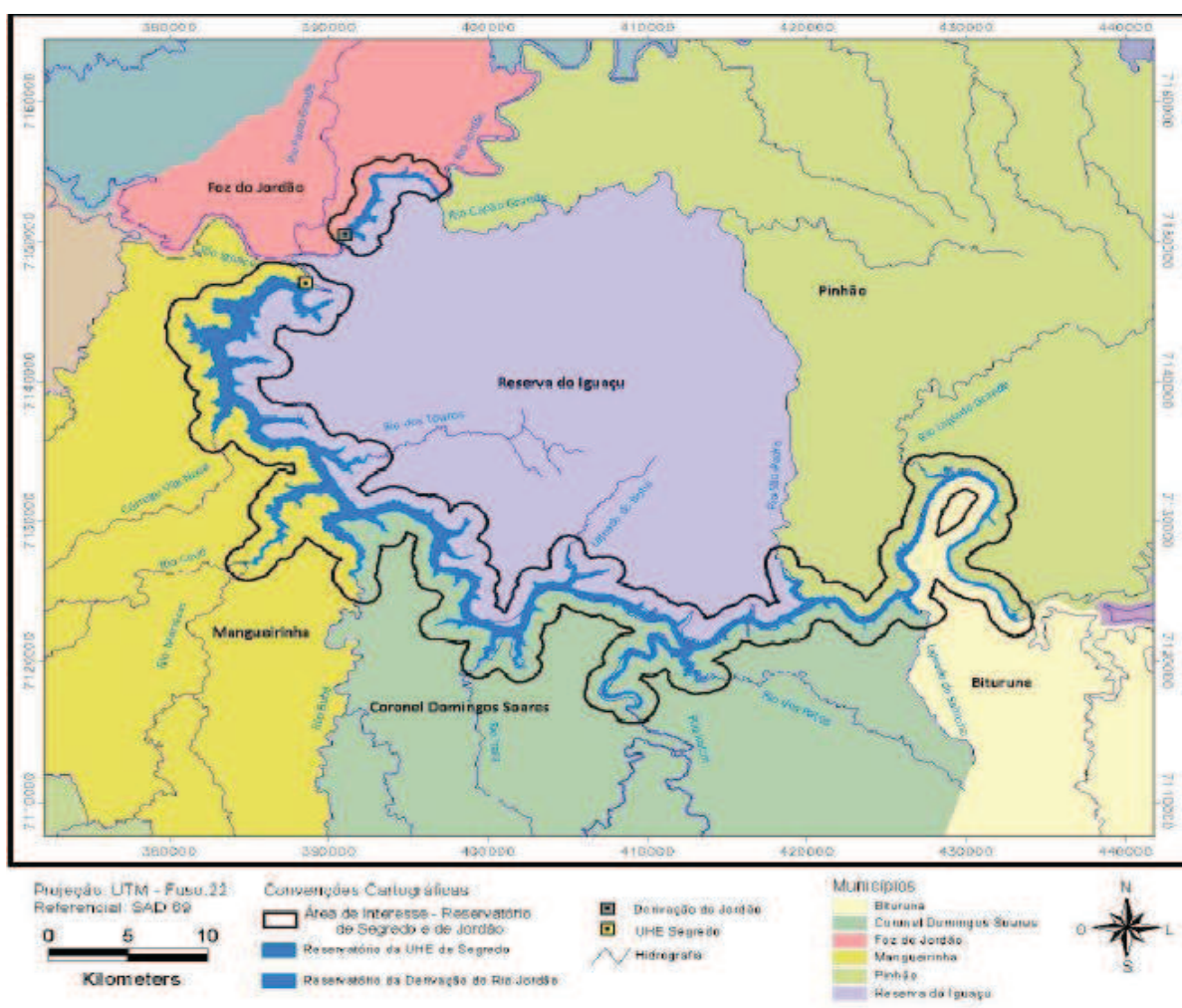
³⁰ GUILARD, Rubens. Presidente da Copel no biênio 2005 – 2006 – Informação dada em apresentação no Museu Regional do Iguaçu em 21 de abril de 2005.

3 - A USINA GOVERNADOR NEY BRAGA, OS DISCURSOS E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS E TERRITORIAIS.

Neste capítulo far-se-á a análise dos discursos dos deputados estaduais, prefeitos e líderes de associações dos atingidos pela barragem, bem como as entrevistas dos comerciantes e moradores da região na época da implantação da usina.

Sendo possível traçar os impactos socioeconômicos, político e territoriais acerca de um possível “desenvolvimento regional”, constituindo-se num processo de reterritorialização, tivemos os principais impactos sentidos pela população dos municípios atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga - UHEGNB e o reservatório da derivação do Jordão, conforme mostra o mapa 1.

Mapa – 1 Área de estudo deste trabalho: UHE - Segredo (atual Governador Ney Braga e os municípios atingidos pelo reservatório).



Fonte: COPEL - Plano Diretor(1987).

Se considerarmos os impactos políticos e econômicos provocados com a construção da Usina Hidrelétrica Ney Braga, precisamos analisar alguns pontos que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: 1- A atração de mão de obra qualificada ou não de diversas profissões que trouxe um contingente grande de pessoas atraídas pelos discursos políticos de empregabilidade. 2- A empregabilidade trouxe para a região um setor terciário, que se desenvolveu ao entorno da Construção da Usina, ou seja, nos municípios de Candói, Pinhão e Mangueirinha e isso mais tarde irá alicerçar os discursos políticos para a emancipação dos municípios de Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares. 3- Outro fator importante foi a questão fundiária, se considerarmos que gerou muitos conflitos quando do seu alagamento, os chamados ribeirinhos sejam eles posseiros, meeiros ou arrendatários todos tiveram seus momentos de tensão com o governo que pregava os reassentamentos Segredo I, II, III e IV como solução perfeita, não considerando a identidade deles com o local. 4- Temos ainda referência à agricultura de base familiar que é tratada no Estudo de Impactos Ambientais como precária, uma vez que o governo defendia um modelo de agricultura de exportação.

Os discursos dos deputados e representantes da Copel demonstram uma visão elitista no sentido de “desenvolvimento” da região. Tivemos grandes disputas já no setor privado, por parte das empreiteiras para a construção da usina, quase levando a paralisação completa do projeto e, abertura de Comissões na Assembleia Legislativa do Paraná para investigar esta disputa entre as concorrentes no processo licitatório.

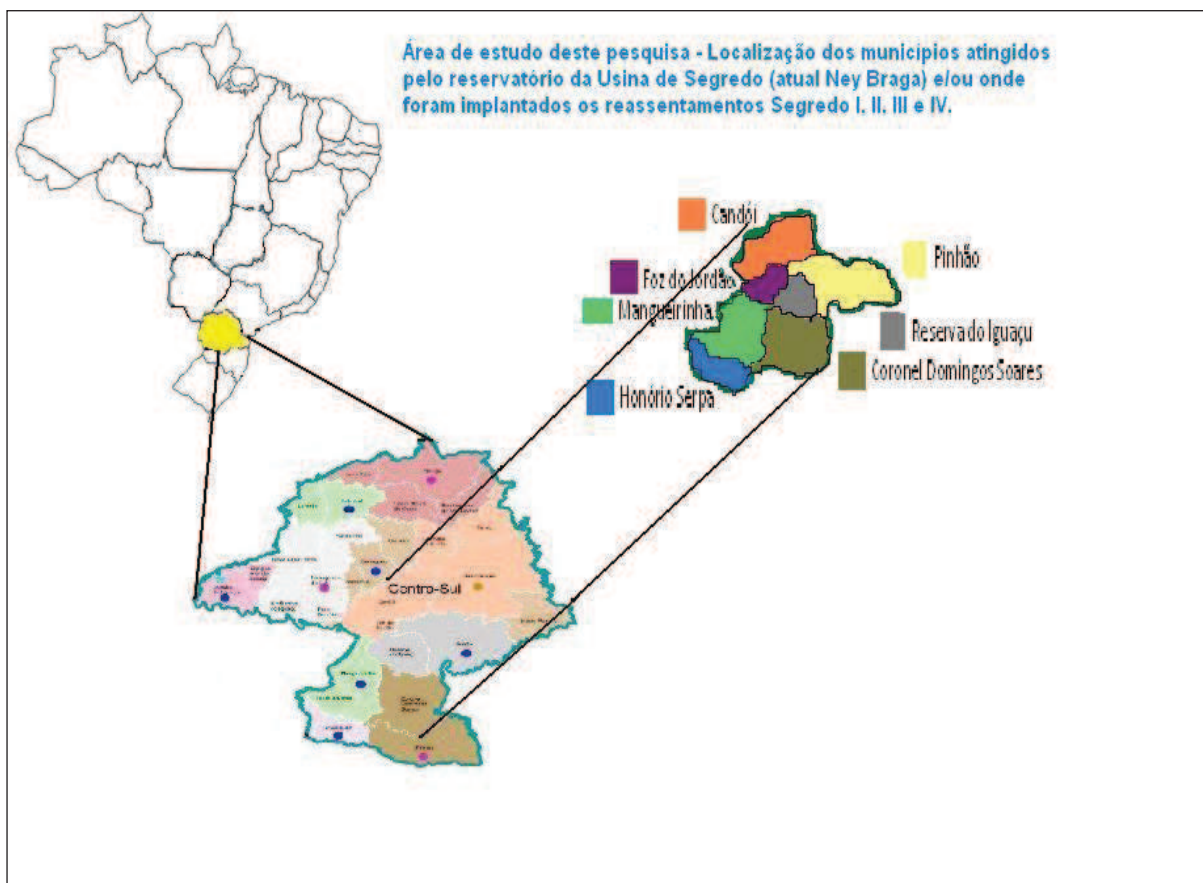
No entanto, precisamos discutir o processo geo-histórico das emancipações políticas dos municípios entorno da construção da usina, como veremos neste subitem abaixo:

3.1 Uma Geo-história dos municípios da Microrregião da UHE Governador Ney Braga

Podemos dividir o processo da região em dois momentos: num primeiro definir o início das obras da margem esquerda (os municípios existentes em 1983 e atingidos pelo reservatório: Mangueirinha e Bituruna) e à direita do rio (município atingido: Pinhão), ao apresentarmos a região da usina hidrelétrica Governador Ney Braga como recorte espacial

do reservatório. No entanto, recorreremos ao cartograma 2, que facilita a compreensão e percepção do espaço pesquisado.

Cartograma 2 - Municípios entorno da Usina Hidrelétrica de Segredo (atual Governador Ney Braga)



Fonte: Plano Diretor Copel 2009 – Rima (1987), organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Num segundo momento, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares desmembrados de Candói, Pinhão e Mangueirinha respectivamente, têm na construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, um fato em comum para suas emancipações. Assim podemos destacar a geo-história dos municípios já existentes **antes** da construção da Usina:

Mangueirinha está localizada na região sudoeste do Paraná e faz divisas com Reserva do Iguaçu, separando-se pelo leito do rio Iguaçu, o lago do represamento da UHE de Segredo se formou entre estes dois municípios. Por Ato de 20 de janeiro de 1887, foi criado o Distrito Judiciário e Policial de Mangueirinha, no Município de Palmas.

Sabe-se que a localidade onde hoje se situa Mangueirinha representou a rota de tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, sendo um local de

parada. Como na época o melhor hotel da cidade era aquele que oferecia a maior e melhor mangueira para guardar e descansar o gado durante a noite, e a localidade oferecia isso, logo o nome de mangueira para gado deu origem ao nome Manguueirinha.

Em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei Federal nº 5812, foi criado o Território Federal do Iguassu e, o Distrito de Manguueirinha, então pertencente ao Município de Clevelândia, passou a integrar a nova Unidade Federada, desmembrado do estado do Paraná. Pelo Decreto-Lei Federal nº 5839, de 21 de novembro de 1943, o Distrito de Manguueirinha foi elevado à categoria de Município do Território Federal do Iguassu. Face ao artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946, o Território Federal do Iguassu foi extinto e, em consequência, Manguueirinha voltou a pertencer ao estado do Paraná³¹.

Considerando a conveniência de ser mantida a mesma divisão judiciária e administrativa existente ao tempo da extinção daquele Território, em 21 de novembro de 1946, foi criado o município de Manguueirinha no estado do Paraná.

Pinhão, localizado na região Centro Sul paranaense, faz divisas com Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Guarapuava, Candói e Bituruna. Localiza-se a uma latitude 25°41'44" sul e a uma longitude 51°39'35" oeste, estando a uma altitude de 1041 metros. Sua população estimada em 2010 é de 30.208 habitantes. Possui uma área de 2005,6 km².

Neste momento, discorreremos sobre a geo-história dos municípios que passaram a existir após a construção da usina e que nela tiveram apoio e sustentação político-econômico em seus processos de emancipações:

Reserva do Iguaçu, desmembrado do município de Pinhão, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual de nº 11.163 de 04 de setembro de 1995, sendo instalado oficialmente em 01 de janeiro de 1997. Está localizado no terceiro planalto paranaense, na região sudoeste do Estado, em latitude sul 25° 51' 12" sul e longitude 52° 00' 34" W-GR, distante 350km da Capital e a 90km de Guarapuava, a uma altitude de 1.000m acima do nível do mar, com uma superfície de 876km². Limita-se com os municípios de Foz do Jordão, Manguueirinha, Pinhão e Coronel Domingos Soares³².

³¹*Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 22 de janeiro de 2012.

³²*Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 22 de janeiro de 2012.

Com a implantação da Usina Hidrelétrica Ney Aminthas de Barros Braga na região e a conseqüente atração da população em função da instalação do canteiro de obras e toda infraestrutura disponível, cresceram as perspectivas de desenvolvimento para os municípios limítrofes e o interesse dos habitantes do local para as discussões em torno da emancipação do distrito e da criação do município com autonomia financeira, motivado principalmente pela possibilidade de repasse de *royalties* e do ICMS ecológico gerados pela operação da usina. Inicialmente, a administração municipal esteve dividida entre a infraestrutura disponibilizada na vila da COPEL e a sede do município, até que fossem concluídas as novas instalações da prefeitura, como almejavam os moradores do interior do município.

Foz do Jordão, desmembrado do município de Candói, através de plebiscito realizado em 22 de outubro de 1995, foi criado pela Lei 11.250 de 26 de dezembro de 1995, sendo instalado oficialmente em 01 de janeiro de 1997. Está localizado no terceiro planalto paranaense, na região sudoeste do Estado, em latitude sul 25° 44' 18" sul e longitude 52° 07' 05" W-GR, distante 350km da Capital e a aproximadamente 90km de Guarapuava, 100km de Pato Branco, 26km de Candói e 10km da Usina Hidrelétrica Ney Braga, a uma altitude que varia de 600 a 1.000m acima do nível do mar, com uma superfície de 236,39 km². Limita-se ao norte com o município de Candói, a sul com Mangueirinha e Candói, a leste com Reserva do Iguçu e a oeste novamente com o município de Candói³³.

Honório Serpa foi emancipado de Mangueirinha no ano de 1992, e concentra em seu território dois reassentamentos da Copel, dois atingidos por Barragens e dois assentamentos do INCRA, Movimento dos Sem-Terra.

Candói foi criado através do Distrito Policial de Candoy, no dia 5 de abril de 1913, através da Lei 1316, foi criado o Distrito Administrativo. Em 30 de dezembro de 1948, através da Lei 199, foi alterada a grafia de Candoy para Candói. O município de Candói foi emancipado em 27 de agosto de 1990, pela Lei Estadual 9.553, com o território desmembrado do município de Guarapuava. A instalação oficial deu-se em 1º de janeiro de 1993. E deveu-se muito a construção da Usina Hidrelétrica Ney Braga. Já dentro do processo de implantação da Usina, quando fazemos uma análise mais apurada dos fatos

³³*Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 22 de janeiro de 2012.

que proporcionaram as emancipações políticas destes municípios, vemos que na memória dos entrevistados, esse processo foi bastante complicado.

Coronel Domingos Soares está localizado na Mesorregião Centro Sul paranaense, faz divisas com os municípios de: Mangueirinha, Palmas, Reserva do Iguaçu, Pinhão e Clevelândia. Sua população estimada em 2004 era de 7.178 habitantes. O ponto mais alto está a 1.280 metros (sul do município) e o ponto mais baixo a 600 metros (Rio Iguaçu, norte do município). Os principais cursos de água são o Rio Iguaçu ao norte do município que é contido pela represa da Usina Hidrelétrica Ney Braga e ao sul o Rio Chopin. Os principais afluentes do Rio Iguaçu que cortam o município são os Rios Iratim, Estrela, Butiá e São Pedro. Fontes de água e nascentes são encontradas em todo o município e praticamente em todas as propriedades.

Neste mesmo contexto geo-histórico dos municípios, percebemos que o processo de instalação de iluminação elétrica na região “Cantuquiriguaçu”, especificamente na área rural; por exemplo, foi lento e muito discutido pelo poder político da região. Foram realizadas, para isso, várias reuniões técnicas e políticas com os moradores. Para Amancio³⁴, “O antigo Segredo que hoje é Foz do Jordão que nessa época, 1988 [...] nem luz tinha aqui”. Afirma ainda que a construção da usina de Segredo foi muito importante para o desenvolvimento da região.

E só pra você vê que como foi importante na época claro que a pra aqui pro município, trouxe energia elétrica, naquela época nem telefone não existia aqui, hoje não... Hoje aqui depois que foi criado o município de Foz do Jordão já tinha luz, tinha telefone, a situação já foi melhorando. Médico quando precisava, antes era Guarapuava e Cândói, hoje não hoje aqui nos temos posto de saúde, as coisas mudaram muito aqui naquela época, nós tinha nem posto de gasolina, hoje temos três postos de gasolina, naquele tempo não tinha mercado grande hoje temos dois mercados grandes, vários comércios e tanto comércio de tecido como mercado hoje oficina de autopeças, então as coisas se desenvolveu aqui no nosso município (AMANCIO, 2012).

Quando questionado se a usina trouxe algum problema, este afirma que trouxe apenas benefícios para a região, observado no ponto de vista político. Contudo, no campo social, ela trouxe vários problemas e conflitos, quando se fala do contingente de pessoas que vieram para a região e não conseguiram emprego. Considerando o testemunho do então comerciante na época e prefeito do município de Foz do Jordão observamos,

a usina que só trouxe melhoria, claro que diminuiu, na época da construção, a população era o dobro que hoje tem aqui no nosso município, mas claro que

³⁴ AMANCIO, Olívio Albino. Entrevistado pelo Autor em 06/01/2012. Comerciante na época da construção da Usina e Prefeito por dois mandatos em Foz do Jordão 1997-2000 e 2001-2004.

trouxe benefício, porque através dessa usina que cresceu os municípios aqui da região. Vários municípios da região que cresceram, e veio desde banco que nós não tínhamos hoje nos temos posto do banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco então as coisas claro que melhorou sabe. [...] Só para você ver melhorou tudo, naquela época que eu fui prefeito a gente fez parceria até com a Copel, DER, desde estrada que nós não tinha aqui no nosso município, não tinha asfalto, não tinha calçamento, hoje o município aqui desde da minha época a gente fez... Fizemos asfalto, calçamento, então as coisas foram melhorando através das desde a ajuda da usina claro que a participação ajudou muito sabe porque a gente fez parceria com a Copel. Também hoje Foz do Jordão, desde a área de educação mesmo quando a gente iniciou a administração do município não tinha um colégio adequado para nossos alunos segundo grau, hoje graças com o município nós temos dois excelentes colégio, aí em nosso município. Também temos creches, temos uma prefeitura excelente, muito bonita aqui da região, um posto de saúde avançado, graças a criação do município claro que a usina aqui foi muito importante e importante não só pra Foz do Jordão, como para região aí (AMANCIO, 2012).

Nas palavras do então prefeito Olívio Albino Amâncio(2012), observamos que a usina proporcionou a emancipação política da região, que não era vista pelos poderes públicos existentes na época, pois compreendia apenas o município de Guarapuava e Pinhão.

Assim, com o planejamento da construção da usina, os governos de Guarapuava e do Paraná começam a enxergar a região com outros olhos, investindo em necessidades básicas para o funcionamento de uma sociedade, como por exemplo, agências bancárias, unidades de saúde, creches, acesso com calçamento e asfalto.

Trata-se de condição básica para se viver com estrutura mínima neste final do século XX e início do século XXI e, que ainda carecem de muitos investimentos, como por exemplo, em saneamento básico, nos municípios do entorno da Usina Governador Ney Braga: Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Honório Serpa, área rural do Candói, de Mangueirinha e Pinhão.

Para Francisco Presa (2012)³⁵, se não fosse a barragem (usina) os municípios de Reserva do Iguaçu e Foz do Jordão não existiriam, pois foi graças a esta que se conseguiu ter força política para a emancipação,

Na época, antes da barragem é que nem eu falei, antes da barragem, Segredo (Foz do Jordão) não era nada, não existia, depois da barragem, aí ele cresceu assim como Reserva. A mesma coisa Reserva não tinha nada só simplesmente umas serrariazinhas e nada mais, daí que foi crescendo, cresceu [...] tanto que

³⁵ PRESA, Francisco. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Comerciante na época da construção da usina. Vereador na primeira gestão de Candói e vereador e Presidente da Câmara em Foz do Jordão.

hoje virou município, né. O “Desenvolvimento” foi justamente através da barragem. [...] mas com certeza, se não fosse a barragem o hoje Segredo, no caso Foz do Jordão, não existiria e muito menos Reserva não existiria. [...] E existiria assim aquela vilinha, né, porque depois que foi emancipado o pessoal continuou morando aqui no caso contrário, eles teriam ido embora (PRESA, 2012).

Assim, destacamos alguns fatores que se tornaram necessários quanto à emancipação política dos municípios entorno da UHGNB e, que devido a um “Grande Projeto de Investimento”³⁶, na maioria das vezes, não traduzem benefícios para determinada região. Neste caso, o “desenvolvimento” se deu no campo político, atraindo, assim, investimentos públicos e, melhorias básicas para a sociedade da região.

Na tabela, abaixo, podemos observar a população referente ao período da década de 1990 até a década de 2010, conforme dados do IBGE:

Tabela 3 – Dados populacionais da Mesorregião Centro Sul em relação ao Paraná e Brasil

País/Estado/Municípios	1991	2000	2010
Brasil	146.617.459	169.590.693	187.755.799
Paraná	8.443.299	9.558.454	10.444.526
Mangueirinha	25.604	17.760	17.041
Pinhão	35.010	28.408	30.233
Foz do Jordão	---	6.378	5.420
Reserva do Iguaçu	---	6.678	7.327
Honório Serpa	---	6.896	5.955
Coronel Domingos	---	7.004	7.238
Soares			
Candói	---	14.185	14.983

Fonte: IBGE 1991, 2000 e 2010.

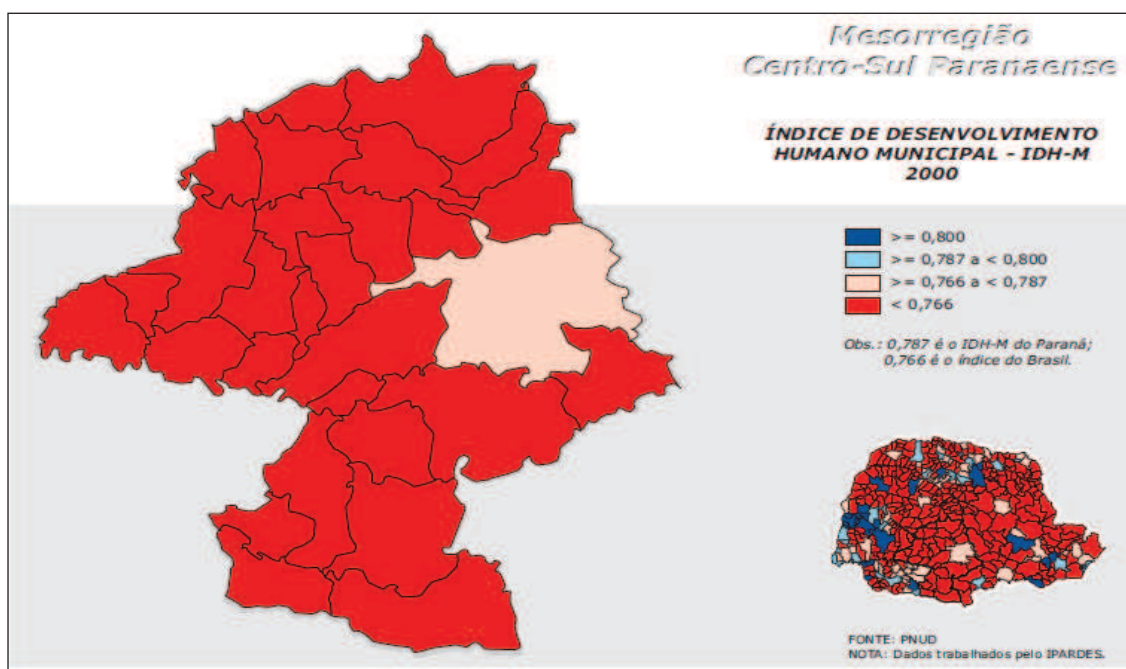
Podemos considerar que houve uma diminuição clara na área rural década após década, fenômeno da evasão rural, onde as pessoas migraram para as cidades ou centros urbanos em busca de condições melhores de qualidade de vida. Porém, há outro fator preponderante que deve ser levado em consideração, que é a Revolução Verde patrocinada pelo agronegócio, concomitantemente com o avanço do latifúndio.

³⁶ Termo utilizado por VAINER e ARAÚJO (1992, p. 13) para designar estes projetos que envolvem valores de investimentos muito altos e que muitas vezes não traduzem em benefícios para determinada região.

A falta de condições mínimas para as famílias do pequeno agricultor, ou para a agricultura familiar, foi determinante para que tal migração ocorresse. Na Mesorregião Centro Sul podemos destacar que tal fenômeno condiz com o período. E quando do início da construção da Usina Hidrelétrica Ney Braga, muitos destes agricultores sequer dispunham de energia elétrica em suas residências.

Somados a estes fatores destacamos os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M do cartograma³, por meio do qual podemos perceber que a Mesorregião Centro-Sul Paranaense, onde se localizam os municípios estudados, continua com índice abaixo da média do Paraná e do Brasil, conforme pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD de 2000 e IPARDES, 2004. Podemos observar, neste cartograma, que as cores vermelhas representam índices de desenvolvimento abaixo das médias estadual e brasileira:

Cartograma – 3: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M dos municípios da Mesorregião Centro-Sul Paranaense: onde ficam os municípios atingidos pela UHEGNB



Fonte: PNUD – IPARDES- Leituras Regionais, 2004.

Necessitamos analisar também o processo de implantação da Usina Ney Braga, como veremos a seguir, pelo seu importante papel, e, com isso, respondendo a questão básica proposta nesta pesquisa, por que se escolheu esta região para implantar uma Usina Hidrelétrica?

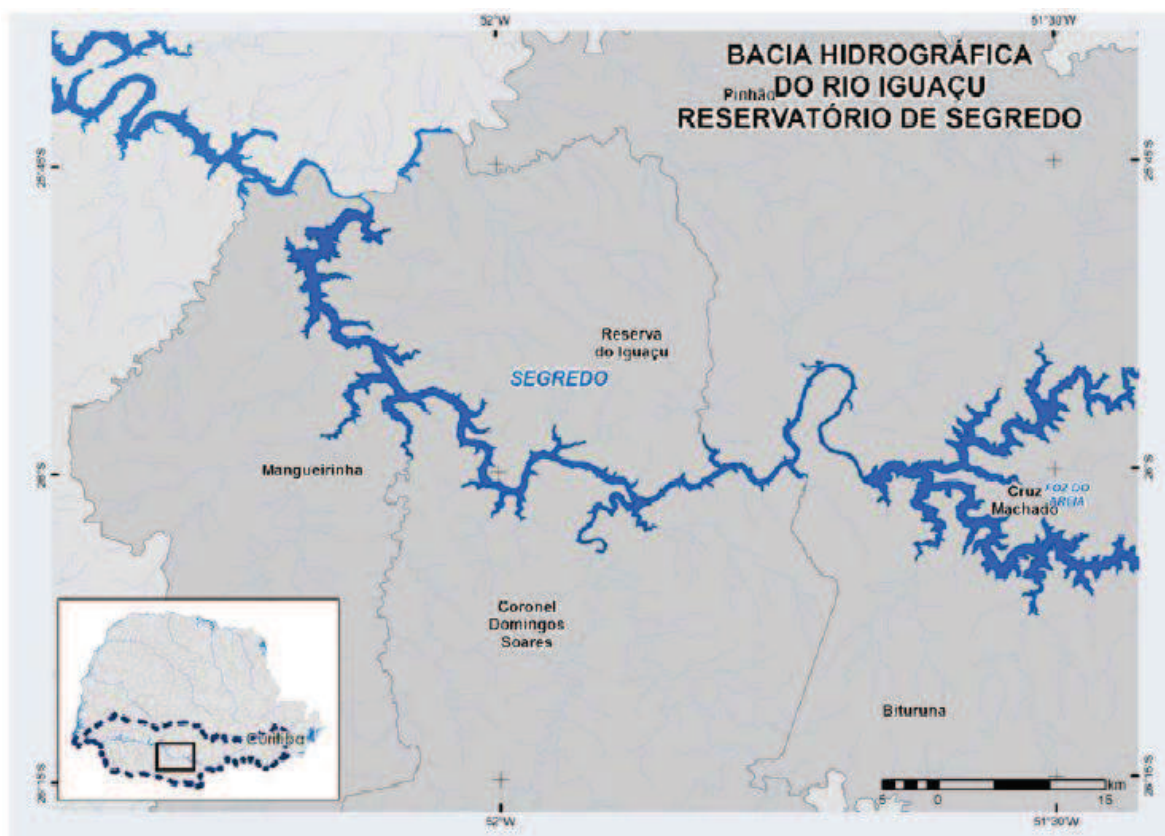
3.2 Processo de construção da Usina Governador Ney Braga

Para Barão (2007, p. 57):

as obras de construção foram iniciadas em 1986 e a usina foi inaugurada em 1992, quando começou a operar. E se dividirmos a obra em etapas, podemos citar a **Barragem** de enrocamento com volume de 7.300.000 m³, altura de 145 m. com três túneis de desvio do Rio Iguaçu e a execução de ensecamento. A outra etapa do **alagamento** constituiu-se através do processo iniciado em 1992 o reservatório de Segredo ocupa uma área de aproximadamente 82,50 km² com volume de 3.000.000 m³. Seu nível de água máximo normal é fixado na cota altimétrica de 607 m. e, que durou menos de três meses para que todo o lago estivesse pronto; por fim a fase da **operação**, que teve como início em 1988, com a colocação das máquinas na casa de força que é do tipo semi-abrigado, com quatro unidades geradoras de 315 MW cada. O sistema de comando e controle da usina e da subestação é do tipo convencional em nível local, e totalmente digital em nível centralizado.

Entre os municípios que foram afetados diretamente pelo enchimento do reservatório, estão os municípios de Bituruna, em 1995, posteriormente à formação do reservatório, foram criados os municípios de Reserva do Iguaçu e Coronel Domingos Soares, todos estes atingidos diretamente pelo lago do reservatório de Segredo, conforme exposto no mapa 2:

MAPA 2—LOCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE SEGREDO



Fonte: COPEL, MDK & CENCO (1987).

Para Merenda (2004, p. 14):

A Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) que é a segunda maior da COPEL, com capacidade instalada de 1.260 MW, composta por uma barragem de enrocamento de 145 m de altura e 720 m de comprimento. Localizada no rio Iguaçu, 2 km a montante da foz do rio Jordão, município de Mangueirinha, próximo à divisa do município de Pinhão, a aproximadamente 285 km de Curitiba, com coordenadas geográficas 25°47' de latitude Sul, e 52°07' de longitude Oeste.

Podemos observar as demais características da usina no quadro 3, abaixo:

<i>Tipo de barragem</i>	<i>Enrocamento c/ face de concreto</i>
<i>Altura máxima da barragem</i>	<i>145m</i>
<i>Comprimento da crista da barragem</i>	<i>720m</i>
<i>Cota de coroamento da barragem</i>	<i>610m</i>
<i>Nível mínimo de operação</i>	<i>602m</i>
<i>Nível máximo normal</i>	<i>607m</i>
<i>Nível máximo maximorum</i>	<i>608m</i>
<i>Nível do canal de fuga</i>	<i>488m</i>
<i>Profundidade média</i>	<i>36,6m</i>
<i>Tempo de renovação da água</i>	<i>47 dias</i>
<i>Tipo de turbinas</i>	<i>Francis</i>
<i>Número de turbinas</i>	<i>4 unidades</i>
<i>Cota da crista do vertedouro</i>	<i>587metros</i>
<i>Tipo de comporta</i>	<i>Radial</i>
<i>Topo da comporta fechada</i>	<i>610,5 metros</i>

Fonte: MERENDA (2004, p. 22).

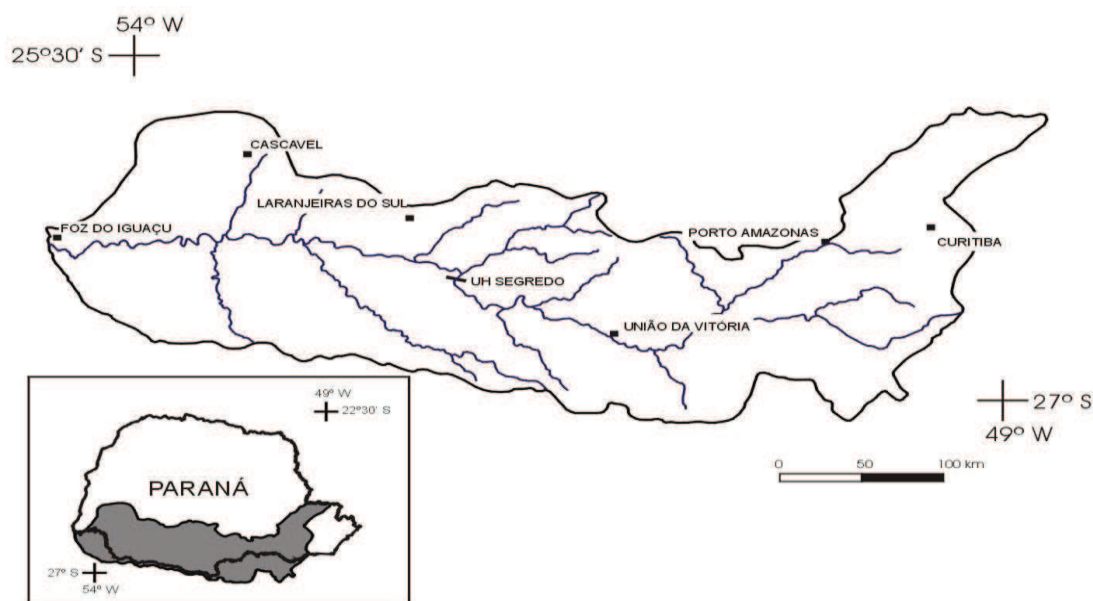
A construção da usina hidrelétrica governador Ney Braga teve como marco fundamental a elaboração e aprovaçãodoprimeiro Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, em 1987, elaborado no Brasil. Foi a primeira UHE brasileira a implementar os

programas ambientais, previstos nesse relatório e inaugurou uma nova fase da política ambiental brasileira, direcionada aos impactos da implantação da usina hidrelétrica.

Se observarmos a bacia do Rio Iguaçu (Mapa3) que está localizada na Região Sul do Brasil, na porção sul do estado do Paraná e na porção norte de Santa Catarina, podemos perceber como afirma Merenda (2004, p. 14-15):

no estado do Paraná, as cidades mais importantes inseridas na bacia são: Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Araucária, Guarapuava, Francisco Beltrão e Cascavel (parcialmente). A população estimada da bacia é de 3,4 milhões de habitantes, dos quais 79,4% correspondem à população urbana. Com direção preferencial leste-oeste, o Rio Iguaçu percorre aproximadamente 1.060 km, desde suas nascentes, na vertente ocidental da Serra do Mar, próximo à Curitiba, até a sua foz, no Rio Paraná, passando pelos três planaltos paranaenses (ELETROSUL, 1978). Destes, apenas o trecho entre as cidades de Porto Amazonas e União da Vitória é navegável, o que corresponde a 366 km. Considerando a confluência dos rios Atuba e Iraí como ponto de origem e a foz no Rio Paraná como ponto final, o Rio Iguaçu está situado entre as cotas de 908 m e 78m, apresentando um desnível de 830 m.

Mapa 3 - A bacia do rio Iguaçu, com a localização da UHE de Segredo.



Fonte: MERENDA (2004, p. 14).

Contudo, esse aspecto de se tornar a primeira usina a fazer um relatório de impacto ambiental, não evitou conflitos com ribeirinhos, principalmente em relação ao processo de indenizações e de escolha dos reassentamentos, este último, depois de muita luta, ainda que de forma isolada um grupo ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha – STR, que acampou a luta por melhorias.

Como o governo do Paraná tinha um programa de desenvolvimento e a Copel um estudo de possibilidades de capacidade instalada de geração de energia elétrica no rio Iguaçu, conforme analisamos no capítulo II, observamos que a região foi estudada tecnicamente e avaliada com condições suficientes, com potencial, para ser implantado um Grande Projeto de Investimento no setor de hidreletricidade.

Para Barão (2004, p. 60):

a usina ficou totalmente pronta somente após a conclusão da derivação do Rio Jordão, concluída em outubro de 1996 (outra Pequena Central Hidrelétrica - PCH que faz parte do complexo energético da região). Essa derivação consistiu de uma barragem em Concreto Compactado a Rolo – CCR para represar o rio Jordão e permitir desviar parte da vazão por túnel de 4.703 m de comprimento, e de 9,5 m de diâmetro. Em consequência, houve acréscimo de 10% à energia produzida pela usina.

O que podemos inferir, então, em relação ao Relatório de Impacto Ambiental, mesmo a Copel tendo sido a primeira a realizar um estudo desta magnitude no Brasil, teve vários confrontos com os ribeirinhos, pois a quantidade de área que foi alagada e a falta de regularização fundiária trouxeram outros problemas. É o que veremos no item à frente, onde se faz uma análise do Relatório de impacto ambiental – EIA RIMA.

3.3 Análise do RIMA e da Geomorfologia da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga

Para a realização do EIA-RIMA foram contratadas as empresas MDK & CENCO, as quais já eram responsáveis pelos laudos técnicos para a liberação da obra, conforme relata Merenda (2004, p. 32):

a concorrência pública para a construção da UHE de Segredo foi realizada em outubro de 1986, no mesmo ano da publicação da Resolução CONAMA 001/1986, que estabeleceu a obrigatoriedade da realização do EIA/RIMA. Em dezembro de 1986, a COPEL apresentou a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SUREHMA, o Relatório da Situação do Empreendimento, a partir do qual foi emitida a Licença Provisória (LP), sendo exigido então o Relatório de Impacto Ambiental, o qual foi apresentado em julho de 1987.

Em linhas gerais, o RIMA atende às exigências da Resolução 001/1986 do CONAMA, porém em uma análise mais detalhada, observa-se que os conteúdos que compõem o referido relatório apresentam algumas limitações. Os capítulos

iniciais, que discorrem sobre a caracterização geral e técnica do empreendimento, planos governamentais e compêndio da legislação ambiental e de recursos hídricos mostram-se coerentes com as exigências feitas pela Resolução CONAMA 001/1986.

Numa análise mais apurada do RIMA, Merenda (2004, p. 32-33) relata que:

as descrições são realizadas de forma extremamente sintética, alguns dos pareceres emitidos ao longo do Relatório são bastante duvidosos, caracterizando-se por certa tomada de posição em favor do empreendimento. Vários são os trechos do relatório onde, os impactos a serem causados pela usina hidrelétrica são considerados pouco importantes frente a outros impactos já existentes (como no subitem c – Recursos Faunísticos: Caça e Pesca). Em alguns trechos, observa-se inclusive certo exagero na descrição dos níveis de degradação da área do empreendimento (é o caso do subitem b – A Pesquisa e a Preservação dos Ecossistemas Naturais).

Ainda, para Merenda (2004, p. 32-33), podemos destacar que o Relatório teve apontamentos positivos, como podemos observar:

O capítulo VI – Identificação e Avaliação dos Impactos Significativos Decorrentes do Empreendimento apresenta uma boa síntese dos possíveis impactos ambientais previstos para todas as fases do empreendimento conforme podemos perceber na ilustração do quadro 4. Porém uma ressalva deve ser feita à questão de remoção da população atingida, questão esta que foi muito pouco discutida e somente colocada no relatório de forma aleatória, pois não se considerou a questão fundiária, como aspecto que pudesse causar algum impacto a nível de proporcionar um desgaste socioambiental ao empreendimento.

Quadro 4 - UHE Segredo PR– Área de Influência - Síntese dos Impactos Ambientais Significativos decorrentes do Empreendimento - 1987

Impactos decorrentes da fase de implantação do empreendimento		
Ecossistemas Naturais	Meio Rural	Meio urbano
Inundação das comunidades biológicas do ambiente fluvial	Inundação de terras ocupadas com benfeitorias	Crescimento populacional da vila de Segredo do Candói
Inundação das comunidades biológicas dos peraus	Deslocamento de famílias de pequenos produtores rurais	Aumento da demanda de infra-estrutura
Inundação da mata ciliar do rio Iguaçu e afluentes	Inundação de trechos do sistema viário vicinal	Urbanização desordenada
Inundação das matas de encosta dos vales	Desinformação da opinião pública	Proliferação de endemias
Alteração na vegetação marginal do futuro reservatório		Inundação do povoado de Santo Antônio da Posse
Alteração na paisagem		Inundação de trechos do sistema viário vicinal
Desaparecimento de espécies endêmicas		

Migração desordenada de animais daninhos e peçonhentos Inundação de sitio arqueológicos e paleontológicos		
Impactos decorrentes da fase de operação do empreendimento		
Ecossistemas Naturais	Meio Rural	Meio urbano
Modificação do nível do lençol freático	Alteração no uso do solo	Alteração no sistema viário vicinal
Evasão populacional da vila de Segredo	Alteração no sistema viário vicinal	Alteração na polarização
Aumento da exploração extrativista nas matas remanescentes		.Evasão populacional da Vila de Segredo
Erosão e instabilidade das encostas nas margens do reservatório		
Aumento da população de peixes		
Impactos sobre o empreendimento		
Ecossistemas Naturais	Meio Rural	Meio urbano
Eutrofização das águas do reservatório	Assoreamento do reservatório Poluição da água	

Fonte: MDK & CENCO (1987) – RIMA apud MERENDA (2004).

O próprio relatório já trazia no seu bojo, no item “Meio Rural” (conforme quadro 4) a transcrição de desinformação da opinião pública, o que demonstra que se aproveitando disso, a empresa acabou buscando soluções que não condizia com a realidade das comunidades afetadas pelo empreendimento. Como é o caso das indenizações propostas, que se apoiava no indivíduo, e não no coletivo, para tentar quanto menos possível agrupar as pessoas, evitando, assim, reivindicações coletivas. Como é o caso dos reassentamentos que não estavam na pauta das negociações e acabaram entrando devido às reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha – STR, o que conseguiu mobilizar os ribeirinhos a tempo de conseguir colocar na pauta a questão dos reassentamentos, que será discutido no próximo item.

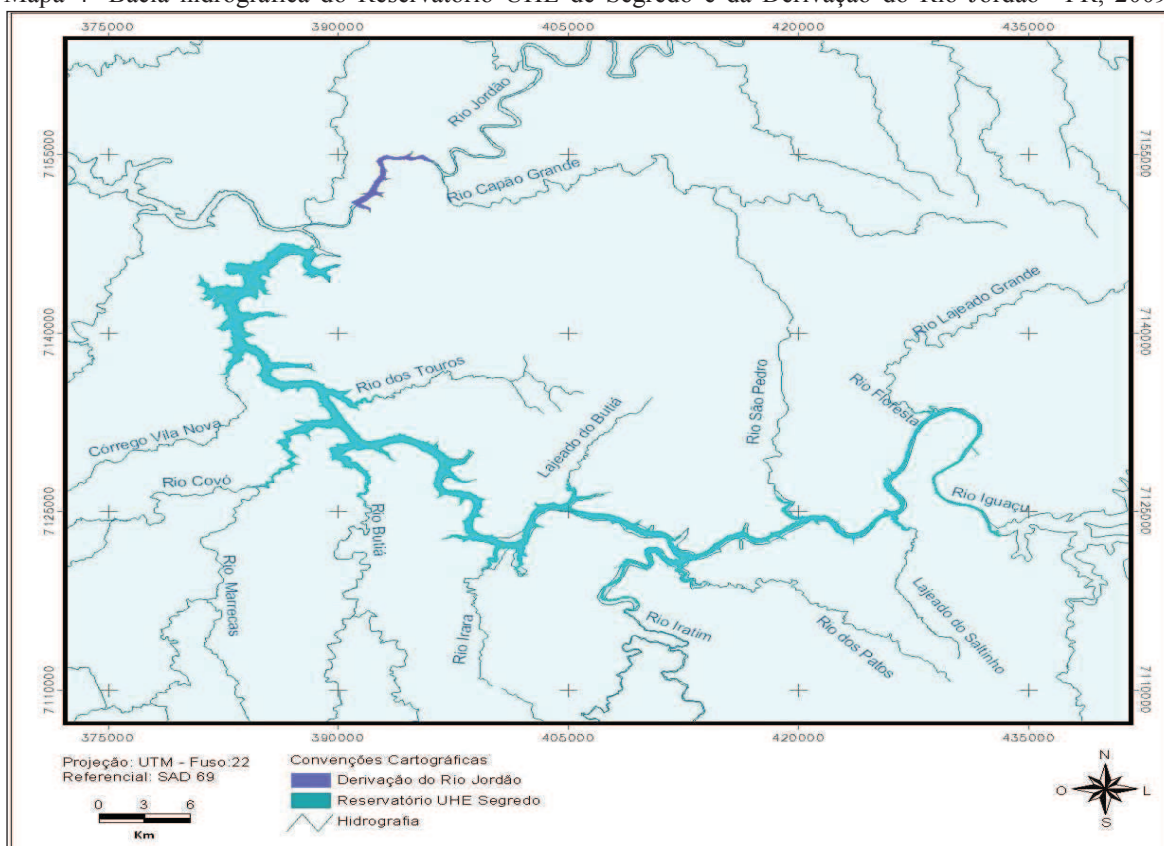
Ainda no campo “Meio Urbano” podemos citar o item “Crescimento populacional da comunidade de Segredo”, e “Urbanização desordenada”. Podemos destacar que já se previa no projeto de uma grande quantidade de trabalhadores em busca de emprego na região; porém, mesmo previsto neste relatório esses itens, não foram tomadas medidas quanto a essa urbanização desordenada o que acabou acontecendo. Com isso, muitos aglomerados se formaram e até a atualidade representam uma grande dificuldade para o

município de Foz do Jordão (Comunidade de Segredo), para corrigir os bairros de Segredo, Daniel Lérias, Planalto, Das Nações (no sentido de casas construídas muito próximas as ruas, muito próximas umas das outras, ruas sem saídas, casas muito próximas ao córrego Segredo, entre outros problemas), formados na época da construção da usina.

Nas palavras de Elias Farah (2012), podemos detalhar este aspecto “Segredo na época sofreu o maior impacto. Entre o trabalho e absorver a população que veio do interior e de todos os lugares e logicamente o desemprego depois, também como não tinha esse tal de Eia Rima que tem hoje”.

Na visão do prefeito de Candói, o Relatório de Impacto não contemplou todo esse contingente populacional que veio de todos os lugares, inclusive do interior (área rural) das comunidades desta região, dando a entender que não tinha EIA - RIMA na época, mesmo tendo. Outro aspecto importante é a falta de referência ao manejo da área de proteção permanente, como podemos observar no mapa 4, que temos uma bacia hidrográfica muito vasta. Devemos lembrar que à época da realização do estudo a área de preservação permanente exigia um mínimo de 100 metros para os reservatórios de represas hidrelétricas (Resolução CONAMA 004/1985).

Mapa 4- Bacia hidrográfica do Reservatório UHE de Segredo e da Derivação do Rio Jordão– PR, 2009.



Fonte: COPEL -LACTEC -Plano Ambiental de Conservação e Uso do entorno de reservatório artificial UHEGNB, 2009.

Para Merenda (2004, p. 35):

é importante que seja mantida, no entorno do reservatório, uma faixa de preservação de no mínimo 100 metros, conforme exigia a legislação vigente no momento de implantação da barragem. Sugere-se, porém, que na faixa de 1000 metros proposta pelo IAP sejam implantadas medidas relacionadas ao controle de erosão, reorganização das estradas vicinais, e controle de possíveis áreas críticas.

Este aspecto é atualmente um dos fatores que mais tem provocado problemas socioambientais na região, tanto no lago da usina Ney Braga, como no lago da usina de Salto Santiago, a qual pertencia ao governo federal, construída pela Eletrosul, e privatizada, tendo como administradora a Tractebel Empreendimentos S. A.. No seu Plano Diretor, discutido e debatido por setores da sociedade, tem como objetivo desalojar os empreendimentos residenciais que não atendem aos 100 metros propostos pela legislação, e na região do Centro Sul, temos inúmeros imóveis nessa situação, o que tem provocado grandes discussões e até conflitos judiciais.

Silveira (1990, p. 30) afirma que “[...] a espacialidade tem sua configuração determinada pelo modo com que os homens se relacionam com a natureza [...]”.

Para entender como se deu essa configuração, precisamos observar como era a geomorfologia da bacia desta região, que apresentava originalmente corredeiras em grande parte de seu percurso, sendo apenas navegável um trecho de 239 km, entre Porto Amazonas e União da Vitória. Segundo o Plano Diretor do Reservatório e Entorno da UHE Segredo (Ney Braga), condicionada por fatores climáticos, geológicos e pedológicos, a vegetação natural do entorno do rio Iguaçu apresentava as formações dominantes de mata de várzea, no primeiro planalto; Floresta de Araucária, no segundo; e Floresta Estacional Semidecidual (perobais), no terceiro planalto; dessas, a única que ainda apresenta características completamente originais é a Floresta Estacional Semidecidual, preservada no Parque Nacional do Iguaçu (BARÃO, 2007, p. 60).

Segundo Barão (2007, p. 60):

a alteração da paisagem natural na bacia do Iguaçu, iniciou-se no século XVII com a garimpagem de ouro na região de Curitiba. Mas, no século passado, a partir da década de 1950, com o desenvolvimento urbano e industrial da capital e o consequente aumento da carga de efluentes gerada, a degradação passou a refletir na alteração do ecossistema. Além disso, na Região Metropolitana de Curitiba, o curso natural do rio Iguaçu e de vários de seus tributários sofreram alterações, drenagens, aterros, desmatamento e exploração de areia e argila de suas margens.

Como podemos destacar no documento da Copel (2009):

Que relata que a partir de 1975 iniciou-se a alteração drástica do regime hídrico do rio Iguaçu, com a instalação da primeira UHE de grande porte, de uma série de cinco, cujos reservatórios viriam a ocupar cerca de 41% de toda a sua extensão. UHEs de Salto Osório (1975 – 1.050 MW), Salto Santiago (1980 – 1.332 MW), Foz do Areia (1980 – 1.676 MW), Segredo (1992 – 1.260 MW) e Salto Caxias (1998 – 1.240 MW) transformaram o trecho das grandes corredeiras do Iguaçu, em sucessão de grandes lagos que somam 655 km² de área alagada. Essas usinas são responsáveis por quase 80% da energia elétrica produzida no Paraná, não considerando a produção de Itaipu, sendo que os outros 20% são produzidos por pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e termelétricas.

No próximo item discutiremos as lutas pelos reassentamentos, melhores condições de moradias, a difícil identificação com o novo território, a diferença na implantação dos reassentamentos.

3.4 Análise dos reassentamentos dos ribeirinhos da UHEGNB

3.4.1 A luta dos ribeirinhos e a conquista dos reassentamentos

Para Nilson Brasil³⁷ (2012), os ribeirinhos receberam a notícia com surpresa no ano de 1982 e 1983 quando começaram as pesquisas e sondagens diretamente no campo da construção da Usina (barragem), “Eu morava de arrendatário, o terreno era do meu pai, o pessoal da Copel [chegou] vendo a documentação e falando que ia ser inundando uma parte do terreno, não tinha certeza onde ia pegar e começaram fazer o levantamento”.

Este estudo foi realizado para se saber quantos hectares iriam ser alagados, mas além das terras tiveram outros bens a serem avaliados, como gado, porcos, galinhas e principalmente construções (casas, galpões, chiqueiros, estrebarias, cercamentos de madeira e de arames). Além disso, tivemos o levantamento das plantações, como pomares, parreirais, frutas em geral. Nas palavras do entrevistado Nilson Brasil (2012), podemos perceber como foi esse processo na época: “É todo mundo recebeu em dinheiro, mesmo

³⁷ BRASIL, Nilson Nogueira. Entrevistado pelo autor no dia 07/01/2012. Ribeirinho e líder comunitário, comunidade Santo Antônio que foi inundada pelo reservatório da UHEGNB.

como arrendatário, eu recebi meus bens que tinha coisa pouca, se pegasse uma cerca, se pegasse um bem, um pomar, que tivesse então o proprietário mesmo que fosse arrendatário ou agregado, recebia”.

A Copel optou por fazer o Relatório de Impacto Ambiental, embora não tivesse obrigação, pois a mesma, segundo Ramos (2005,p. 142), já possuía a licença para o início das obras. Portanto, a decisão pela execução do Rima foi uma decisão política do governo do estado, em razão dos gravíssimos problemas verificados na implementação de programas socioambientais em Itaipu e Foz do Areia³⁸, além da pressão da sociedade, dos partidos políticos de esquerda, dos sindicatos e prefeituras afetadas³⁹. Isso evidencia uma preocupação grande em se manter a imagem perante a sociedade e passar para esta uma tranquilidade sobre o empreendimento, para não causar transtornos nas negociações com os ribeirinhos.

Esta preocupação está estampada no jornal Estado do Paraná(1984, p. 17), como podemos perceber na notícia intitulada “Salto Segredo preocupa”:

Lembrando as recentes injustiças sociais provocadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu, quando milhares de agricultores tiveram suas terras desapropriadas a preços irrisórios e acabaram sendo reassentados em regiões longínquas da Amazônia, sem qualquer infraestrutura, a Secretaria do Interior já está se mobilizando pra evitar fatos semelhantes com a construção da Usina de Salto Segredo, no rio Iguazu. Ontem, a secretaria propôs a criação de um grupo multidisciplinar para discutir a questão e apresentar propostas de desapropriações e indenizações que atendam aos interesses de todos os órgãos envolvidos e da comunidade atingida pela obra.

Os documentos da época do Plano, assim como programas Ambientais da Copel, indicam que as negociações iniciadas tinham o objetivo definido que era negociar individualmente com cada ribeirinho, deixando-os enfraquecidos coletivamente.

Para Ramos (2005, p. 143):

muito mais do que conquistar a confiança, a empresa visava a subordinação do agricultor nas negociações; por isso, investiu nessa estratégia, na tentativa de evitar ao máximo o confronto com os atingidos, o que poderia gerar um desgaste na imagem pública da empresa e a exigência de novas concessões, não prevista em sua proposta. Na verdade foi uma tentativa da empresa de se antecipar aos efeitos negativos do impacto que a barragem traria às famílias e às futuras críticas ao processo. Dessa forma a Copel poderia alegar que havia prestado todo auxílio possível aos atingidos, buscando assim, conquistar a confiança nas negociações e diluir as críticas da sociedade organizada ao empreendimento.

³⁸ Devido ao grande número de deslocamento e desapropriação nestas duas obras que causou uma repercussão negativa ao governo em relação a construções de Usinas Hidrelétricas.

³⁹ COPEL, Planos e programas ambientais. Relatório de atividades dez/91.

Para tanto, a empresa colocou a disposição das famílias toda a sua estrutura naquele momento da construção da barragem.

Para o entrevistado Casemiro da Silva (2004), a atuação da empresa acabou gerando uma relação paternalista entre a Copel e os ribeirinhos, quando disponibilizava a estrutura, que ia desde a necessidade de um automóvel para levá-los à cidade, ao atendimento no hospital implantado na Vila residencial da usina, ou seja, ao menor problema que surgia havia sempre um funcionário da empresa à disposição das famílias.

O discurso de progresso e de desenvolvimento da região, aliado a uma política de presença ostensiva da Copel, transmitia a confiabilidade desejada pela empresa ao empreendimento, como podemos observar nas palavras do professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – PR, um dos organizadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha, Professor Kobelinski(2004):

Quando eu comecei a fazer a reunião com o pessoal, a gente percebeu que a Copel tinha um poder muito forte sobre os agricultores, porque a propaganda era muito grande! Que a usina ia trazer progresso, que a usina, ia trazer benefício, que o município iria crescer que ninguém iria passar dificuldade, porque iriam fazer estradas, fazer tudo, na verdade, eles estavam prometendo o céu para os agricultores. E tinha uma equipe monstruosa da Copel, assim, tinha carro da empresa 24h por dia, passando pelas casas dos agricultores. Qualquer probleminha de doença, qualquer coisa, eles socorriam! Para manter os agricultores, eu diria sempre prestativo às propostas deles! E aí eu comecei a fazer essas reuniões e perceber que, se a gente não se organizasse, a Copel iria fazer a usina, iria inundar as áreas deles e os agricultores iam só dizer amém!

Ramos (2005, p. 148) relata que “em 1984 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha – STR foi reconhecido pela empresa como representante dos atingidos pelo lago, e começou a organizar os trabalhadores através de reuniões e assembleias em todas as comunidades”. Também neste mesmo ano, iniciaram-se as negociações através do Grupo de Estudos Multidisciplinar, com representantes da Secretaria do interior do estado do Paraná, Secretaria da Agricultura, Copel, STR, criado para discutir e apresentar propostas das desapropriações e indenizações dos agricultores ribeirinhos.

No mesmo ano, segundo Ramos (2005, p. 148-149), a Copel iniciou o processo de negociação formal em resposta às reivindicações dos agricultores, através de correspondência enviada ao STR de Mangueirinha. A empresa fazia as seguintes observações:

- O adequado reassentamento dos proprietários das áreas a serem inundadas quando do enchimento do reservatório da UHE de Segredo constitui preocupação constante por parte da Diretoria da Copel;
- Cada caso será analisado criteriosamente, com vistas a que a solução encontrada esteja em consonância com os anseios do proprietário;
- No momento, encontra-se em fase de elaboração o cadastramento das propriedades;
- Os entendimentos serão desenvolvidos de forma ordenada – simultaneamente com a execução das obras da Usina, havendo tempo suficiente para compatibilizar os interesses envolvidos⁴⁰.

Ainda, para Ramos (2005, p. 149), em outubro de 1984, a Copel aceitou formalmente discutir as reivindicações apresentadas pelo STR de Mangueirinha ao governo do Paraná, em relação aos agricultores que teriam suas terras atingidas pela construção da UHE Segredo. Então, foi criado o Grupo de Estudos Multidisciplinares - GEM, cuja função era encontrar soluções para a questão das desapropriações, as indenizações e, sobretudo, a situação dos agricultores sem a titulação de propriedade da terra. Para tanto, a empresa aceitou a participação de um representante do STR de Mangueirinha como atingido no GEM.

Nas palavras do entrevistado Casemiro Silva (2004), o Sindicato utilizou-se de manifestações para conseguir atingir o propósito, como podemos observar:

era uma estratégia de pressão política do STR, pois, no GEM, só um voto era a favor dos agricultores, o do STR; o restante era das instituições do próprio governo e a Igreja. Então, a gente usava a mobilização como forma de convencimento da maioria do GEM, as mobilizações serviam para o STR mostrar a força política dos agricultores e perante a empresa. Para tanto, apresentava aos agricultores os relatórios sobre as negociações e elegia representantes para acompanhar o sindicato em reuniões com a diretoria da empresa. Essa estratégia foi gradativamente quebrando as resistências dos próprios agricultores em relação ao sindicato⁴¹.

Segundo Ramos (2005, p. 149-150), entre as preocupações dos agricultores nesse momento inicial do processo de negociação estavam as seguintes:

a) o medo de serem removidos para outros municípios distantes do seu meio sociocultural; b) a expectativa de permanecerem nas mesmas comunidades existentes às margens do rio Iguaçu ou próximas destas; c) o fato de a maioria dos expropriados não possuir documentação de propriedade da terra ou desta não estar regularizada, havendo enorme receio em relação ao comportamento da Copel diante da situação; d) quanto aos proprietários que permaneceriam nos remanescentes, preocupava o risco de infiltração das águas do reservatório

⁴⁰ Documento enviado em resposta ao STR de Mangueirinha.

⁴¹ SILVA, Casemiro Rodrigues. Entrevistado em 20 junho de 2004. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha.

através do maciço rochoso e o aumento da umidade das encostas que poderia provocar desmoronamentos em razão de grande declividade do terreno (GEM, 1985, p.1-10).

Como a Copel não permitiu a participação dos ribeirinhos nas discussões (tinha razão de ser), pois no início os direitos dos posseiros, meeiros, agregados e arrendatários que não tinham contrato por escrito como proprietários da terra, não estavam nos planos do governo de indenizá-los, por este motivo que o representante do STR teve que organizar várias manifestações.

Em maio de 1985, as negociações entre a Copel e os agricultores começaram a apresentar os primeiros sinais de conflito, pois os interesses antagônicos de ambos começaram a ficar expostos. Esse fato foi retratado na ata do GEM de 8 de maio de 1985:

[...] a desapropriação gera uma intranquilidade na população atingida, visto que a mesma desconhece os critérios, preços e não sabe para onde ir. Nesta ocasião, disse aos presentes, que a atual reunião tinha exatamente o objetivo de desfazer este mal-estar, pois a Copel seguiria as diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar, de maneira que a desapropriação fosse executada dentro do que a lei preconiza, isto é, pelo pagamento Cr\$ justo, seja pela via administrativa ou via judicial para aqueles casos em que só o juízo pudesse resolver (GEM, 1985, p. 1-10).

A Copel, percebendo que teria um desgaste com os ribeirinhos que seriam atingidos pelo represamento, resolve atribuir o processo de indenizações para o Grupo de Estudos Multidisciplinares, como relata Ramos (2005, p. 151):

o Grupo de Estudos Multidisciplinares, formado por representantes de vários setores da sociedade organizada, como Igreja Católica, sindicatos, prefeituras, Universidade Federal do Paraná - UFPR, além dos representantes do Estado e da Copel, foi na prática, uma tentativa de justificar à sociedade as medidas de minimização dos impactos sociais, mas também, e principalmente, apresentou-se no setor energético como um novo modelo de discussão e solução dos impactos socioambientais e culturais causadas pelas obras hidrelétricas. O discurso do representante da empresa no GEM era que os posseiros e proprietários seriam tratados com igualdade e, se fosse necessário, teriam as terras legalizadas para receber as indenizações, conforme ata datada de 08 de maio de 1985.

Essa preocupação com a imagem positiva da Copel era uma estratégia para evitar disputas e conflitos com os agricultores, o que permitia a capitalização política da negociação pelo governo do Paraná, principal acionista da empresa. Na imprensa do Estado, assim foi destacado:

A proposta foi feita ao Conselho Administrativo da Copel, responsável pela construção da usina. A sugestão da Secretaria do Interior é de que o grupo seja formado por representantes da própria secretaria, da Copel, da Secretaria de Agricultura e outros órgãos do governo, além dos sindicatos dos municípios atingidos e de uma comissão dos futuros indenizados. A barragem de Salto Segredo inundará mais de oito mil hectares, atualmente ocupados por 250 famílias, e ilhará mais 2600 hectares, isolando outras 95 famílias. A usina será construída entre os municípios de Mangueirinha e Pinhão (ESTADO DO PARANÁ, 05/09/1984, p. 5-9).

Para Zwaricz (2009, p. 46), a política da empresa começou, então, a sofrer ataques cada vez mais contundentes do STR de Mangueirinha, que entendia a troca de terra por terra com negociações individuais como de alto risco para o agricultor. Afinal, a produtividade incerta, o desconhecimento das reais características da nova terra, as perdas em estrutura de comercialização, as distâncias maiores dos mercados eram situações concretas.

Com a remoção para fora da região haveria ainda prejuízos, ou seja, a quebra das relações formadas há dezenas de anos, a perda de crédito, do espírito comunitário, dos laços de amizade e parentesco. Nesse momento, a estratégia do sindicato foi discutir e defender no GEM a viabilidade dos reassentamentos coletivos como uma alternativa aos altos riscos de uma troca individual de terra:

[...] este reassentamento pode ser um meio de transformar um possível prejuízo em benefício: melhorando a infraestrutura do pessoal, propiciando melhor assistência agrônômica, desenvolvendo formas solidárias para a solução de problemas: beneficiamento, armazenamento e comercialização conjunta, melhores preços [...]. (GEM, 1985, p. 1-10)

É importante destacar as palavras de Casemiro Silva (2004), quanto aos valores pagos pela Copel às terras indenizáveis, uma vez que esta não permitia que o STR participasse ativamente do processo de avaliação:

[...] foi uma briga muito grande. A Copel usava muito de influência sobre o pessoal, e eles nunca permitiriam acompanhar esse processo de negociação sobre os valores da terra, o que era feito. A Copel mandava o pessoal fazer uma avaliação dos terrenos para chegar no valor daquela área que estava sendo paga [...] Como essas terras à beira do Iguaçu têm um valor muito baixo, porque são áreas que não se trabalham com máquina, eles pagavam sobre esse valor. O pessoal pegava o dinheiro, por exemplo, de 10 alqueires de indenização, com esse dinheiro, eles não conseguiam comprar os mesmos dez alqueires fora, porque fora era mais alto!

Tabela 4 - Situação das Famílias que seriam atingidas pelo reservatório da UHEGNB

Nº de famílias	Situação referente à posse da terra	% em relação ao total reconhecido
116	Posse definitiva - Escritura	22,35
112	Arrendatários	21,57
88	Posseiros	16,95
79	Agregados	15,22
72	Ribeirinhos –moradores	13,87
41	Assalariados permanentes	7,89
07	Parceiros	1,34
04	Ocupantes	0,77
519	Total	100

Fonte: STR (1984), IBGE (1985) e Rima (1987), organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Segundo Ramos (2005, p. 154):

primeiro, não houve o reconhecimento pela Copel do direito à indenização de posseiros, meeiros e arrendatários (cujo o número de famílias está na (tabela 3), pois a referência foi a propriedade com escritura da terra. Essa decisão da Copel criou uma situação de caos social para as famílias expropriadas da terra e sem local definido para se estabelecer. Para termos a dimensão do caos social, basta recordar que, das 519 famílias atingidas e admitidas pela Copel, mais de 77% não possuíam a propriedade formal da terra. Somente em 1998 a Copel reconheceu o direito à terra desse grupo (que não possuía documentos) e, os ribeirinhos começaram a ser reassentados, no reassentamento Segredo IV em Mangueirinha. Muitos passaram por situações de miserabilidade e constrangimento social, sendo obrigados a morar em favelas das cidades da região, como Palmas, Mangueirinha, Guarapuava, Chapecó, Curitiba, entre outras. A subida das águas provocou um grande êxodo rural, expropriando a terra das famílias que viviam há muitos anos no local, como o próprio levantamento sociocultural da Copel revelou⁴², do qual presenciei como estagiário nos anos finais de 1987.

O que se percebe é que nos casos de aproveitamentos hidrelétricos, a realidade fala por si: o deslocamento maciço e compulsório de grandes contingentes populacionais, que devem abandonar as terras onde se instalarão o reservatório e o canteiro de obras, produz multidões de desempregados, como afirmam Vainer e Araújo (1992, p. 35):

⁴² O levantamento sociocultural da Copel consistiu em entrevistas em todas as propriedades que teriam suas terras inundadas. Essas entrevistas começaram a ser realizadas a partir de 1984. Atualmente, cerca de 170 dessas encontram-se, sob a guarda do Museu Regional do Iguaçu.

Ora, é sabido que mesmo quando são providenciados reassentamentos – o que só mais recentemente e somente em alguns projetos começa a acontecer, dependendo em grande parte da capacidade de resistência e luta daqueles que serão deslocados -, parcelas expressivas tendem a se dirigir para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações embolsadas permitirão recomeçar a vida em situação favorável.

Este fator levou muitas famílias a se deslocarem para os municípios próximos, para a área urbana, e a pagarem aluguel, o que causou grandes transtornos, mais tarde, pois a ilusão é momentânea, como dizem Vainer e Araújo (1992, p.35). Os valores correspondentes à indenização trazem a sensação de situação favorável, e quando o dinheiro acabou, muitos tiveram de passar a viver em “favelas”, nos municípios de Mangueirinha, Candói, Pinhão e Reserva do Iguaçu.

Para Nilson Brasil (2012):

a negociação com a Copel foi demorada muitos anos, foram várias reuniões que tivemos, numa não dava certo, era acertado um detalhe, na outra ficava coisa pendente, então foram vários anos, não foi nem um ano [...] nem dois anos, então foi vários.

E, assim, em situação pior ficaram os agricultores expropriados das terras: os posseiros, meeiros e arrendatários que não eram reconhecidos pela Copel como beneficiários. Devido a esta situação, os agricultores começaram, ainda que de forma lenta, a se organizar e a exigir seus direitos. Segundo Juscelino Savi (2012)⁴³, “em 1995, fomos para Curitiba, aproveitamos um tal ‘Grito da Terra Brasil’ e aí nós fomos para lá. Montamos uma comissão, a Crabide Caxias, que nos deu uma força. Foi o primeiro confronto com a Copel”. Vale lembrar que já havia passado três anos do início da geração de energia pela UHEGNB e as negociações ainda estavam em pleno debate, pelo reconhecimento e pela implantação de novos reassentamentos, no caso o reassentamento IV em Honório Serpa, e dos ribeirinhos sem documentação definitiva das terras alagadas.

A opção da Copel pelas indenizações individuais e o receio quanto à forma de indenização e um possível reassentamento também eram debatidos na sociedade através da imprensa. Os jornais retratavam a situação em suas reportagens noticiando sobre a luta dos agricultores de Segredo em busca de uma indenização justa, conforme reportagem do jornal O Paraná (14/06/1886, p. 8):

⁴³ SAVI, Juscelino de Pierre (2012). Morador do reassentamento IV, Mangueirinha.

Segredo: Indenização

Agricultores, meeiros e agregados desalojados pela construção da barragem da usina de Salto Segredo realizam hoje, em Mangueirinha, reunião para agilizar os processos de indenização e sua recolocação em outras áreas pela Copel. O deputado Gernote Kirinus, que tem sido porta-voz desses trabalhadores, estará presente ao encontro para intermediar nas negociações posteriores visando ao reassentamento e a indenização. Devido à usina, cerca de 448 propriedades localizadas em Mangueirinha, Pinhão, Palmas e Bituruna deverão ser desalojadas.

A participação do Deputado Estadual Gernote Kirinus, Presidente da Comissão da Pastoral de Terras, Colonização e Imigração, desde 1979, com experiência em grandes negociações com o governo, já na época das desapropriações da usina de Itaipu, agora marcava presença para reforçar a luta dos ribeirinhos contra a tentativa de desarticulações destes frente à Copel.

Depois de intenso debate interno no GEM e de muita pressão política dos agricultores e também da empresa junto aos membros do grupo, que, na prática, definiram linhas políticas e sociais nas quais a Copel deveria se pautar. Finalmente, em 1989, o GEM se pronunciou a favor dos reassentamentos coletivos, sendo essa uma grande vitória dos agricultores liderados pelo STR de Mangueirinha, cuja figura de Casemiro Silva representou uma liderança formada nos quadros do Movimento dos Sem Terra -MST, que, apesar de não atuar formalmente a favor dos agricultores, prestava auxílio político ao STR (RAMOS, 2005, p. 158-159).

Isso aconteceu porque a empresa só admitia o pagamento de indenizações aos proprietários com escritura da terra, desprezando os posseiros, meeiros, parceiros, moradores e arrendatários, afirmando que afetaria apenas 123 famílias em 1984, porém no RIMA (1987), admitiu que eram 519 atingidas, como demonstrado na tabela 4:

Tabela 5 - Área inundada X número de famílias atingidas pelo alagamento da UHEGNB

Município	Proposta da Copel		Proposta do GEM - STR	
	Área inundada em (ha)	Número de famílias	Área inundada em (ha)	Número de famílias
Pinhão	98.396	32	98.396	64
Mangueirinha	99.708	89	99.708	419
Palmas	180.054	---	180.054	36
Total	378.158	123	378.158	519

Fonte: RIMA (1987), GEM (1985) e STR (1987), organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Podemos perceber que o município de Mangueirinha teve o maior número de ribeirinhos atingidos pelo lago, ou seja, 419 famílias de um total de 519, isso depois da luta do STR que conseguiu incluir mais um reassentamento, Segredo IV, na pauta das discussões, sendo, então, implantado. Porém, o município de Palmas teve a área maior alagada 180.054 ha, do total geral alagado, de 378.158 ha.

No próximo item é abordada a mudança para os reassentamentos das famílias, as quais tiveram que ser retiradas às pressas, devido a uma enchente ocorrida em 1991. Também discorreremos sobre a atual situação dos reassentados no período da efetivação da pesquisa, a saber - 2012.

3.4.2A mudança dramática para os Reassentamentos (1991) e a atual realidade (2012)

Segundo Ramos (2005, p. 172):

o impacto sobre as famílias com a transferência compulsória para o reassentamento em Mangueirinha foi enorme. O processo de transferência iniciou-se em 1992, de forma dramática, em virtude de uma enchente que acabou por encher o reservatório seis meses antes do prazo previsto pelos técnicos da empresa. A chegada ao reassentamento, precipitada por essa enchente, provocou muita angústia e hesitação, principalmente porque o local não estava preparado para receber os novos moradores.

Esse fato é algo ainda muito presente na memória dos atingidos, como de Benedito de Jesus⁴⁴, um dos primeiros moradores do reassentamento Segredo I:

A mudança aconteceu numa época de muita chuva, aquele ano foi todo chuvoso. Nós chegamos aqui, esses rios estavam passando por cima da ponte. E daí, as casas não estavam prontas, então, pessoal veio chegando aqui, então, os caminhões que a Copel contratou ia puxando pessoal e largando o pessoal aqui, entregava uma lona pro pessoal se instala e fica debaixo, era um negócio improvisado, não tinha nada certo, não tinha nada concluído, não tinha luz, água, casa, não tinha nada. Foi uma promessa da Copel, o Gilson Beker (superintendente da Copel) batia forte que as casas estariam prontas quando nós chegasse e seriam casas de alvenaria. Nós ficamos embaixo de lona quase um ano. Aí construíram essas casinhas de madeira de pinus de 18m², mas tinha sido prometida casa de material de 64 metros quadrados. As casas de material ficaram prontas somente em 1998, e entramos nas casas só em 1999.

⁴⁴ ALVES, Benedito de Jesus dos Santos. Entrevistado do reassentamento I pelo autor, 2012.

Para os ribeirinhos reassentados, entrevistados no ano de 2012, surpreende-nos o imaginário de que aquela enchente foi propositada, nas palavras deles “como que com tantos engenheiros, uma obra daquela envergadura, não se prepararam para tal evento”. Para o funcionário da empresa, a versão dos acontecimentos com relação à enchente era diferente:

[...] fomos obrigados, pela circunstância do volume das chuvas e o entupimento dos túneis de desvios da água, devido queda de uma ponte. No primeiro momento, fechamos as comportas, o que fez o nível das águas subir rápido e pegar desprevenidos os agricultores. Mas inevitável foi, pois as águas ameaçavam a passar sobre a barragem, colocando em risco a construção. Ao contrário, se tivéssemos segurado as águas, as famílias ribeirinhas teriam sido atingidas mais rápido do que foram. Não tinha como segurar a água no reservatório, pois a vazão era equivalente a dois reservatórios de Segredo, em questão de dois dias de chuvas torrenciais [...].⁴⁵

Para Ramos (2005, p. 173), segundo o mesmo funcionário Afonso Herzer, um dos responsáveis pelo reassentamento, muitas famílias relutaram em sair da beira do Iguaçu por não acreditarem que as águas chegariam até sua residência:

[...] tínhamos que entrar nas casas de alguns ribeirinhos e retirar à força. Eles não acreditavam que as águas pudessem subir tanto, o lago subiu 100 metros em relação à cota normal do rio. Teve um morador da baixada do Schmidt, que entramos nas casas em três funcionários: um pegou a mulher, eu, as duas crianças e outro, as roupas. Meia hora depois a casa veio a rodar no rio. Hoje eles agradecem que salvamos suas vidas, naquele momento fomos xingados que nos teríamos soltado a água que provocou a inundação. Mas foi mesmo muita chuva [...].

Conforme pudemos notar, as informações dadas pelo funcionário da Copel foram expressamente contestadas pelos reassentados, Nilson Brasil, Casemiro da Silva, Benedito de Jesus Alves e pelos comerciantes da época da construção da usina. “neste período sempre chove na região, e nesta época forma quase 20 dias de chuvas, mas o que estamos falando é que eles deveriam entregar as casas em maio de 1991, pelo menos era o que tinham planejado, mas somente entregaram em 1997”, sendo esse o teor do questionamento. E isso só foi possível, graças a muita luta e a protestos dos agricultores junto à Copel, inclusive com acampamento em frente à sede da empresa em 1993.

Conforme Ramos (2005, p. 174), “diante desse quadro caótico as famílias foram transferidas para o reassentamento, onde os lotes não haviam sido demarcados, as casas não haviam sido construídas, nem ironicamente, havia água no local”.

⁴⁵HERZER, Afonso, funcionário da Copel – responsável pelos reassentamentos, Entrevista realizada por Ramos em 2004.

Para Nilson Brasil (2012), “nessa época que deu enchente, que pegou na beira do rio, tinha gente que morava na beira do rio, que foram tirando as famílias e foram levando até provisório lá nos barracão, fazendo uns barracos de lona pra tirar o pessoal dali”.

Além desse fator inesperado, ou melhor, mal planejado pela empresa Copel, tivemos a questão da “ruptura” de laços culturais, por meio dos quais, a maioria desses ribeirinhos que viviam isolados (figura 3), mantinham laços de amizade e compadrio muito estáveis, sem contar que no local onde residiam tomavam suas decisões, viviam sem regras impostas, formavam suas plantações com suas próprias tecnologias, e, quando retirados, pois, do seu convívio tiveram um enorme impacto em suas vidas.



Figura 3: Casa de “Caboclo ribeirinho” no seu habitat natural- Mangueirinha – PR, 1988.
Fonte: Museu Regional do Iguaçu.

De acordo com Ramos (2005, p.176):

foi justamente em virtude dessa visão preconceituosa de que os ribeirinhos, não sabiam de nada, nem possuíam cultura e, que se atribuía a Copel papel de levar-lhes a cidadania, apresentando-lhes um modelo de reassentamento coletivo que garantisse uma melhoria de suas condições de vida. Tal concepção levou a empresa a interferir em todo processo, não permitindo que os agricultores elaborassem suas próprias ideias e tivessem uma organização autônoma.

Essas ideias estavam presentes nos documentos da empresa em relação à propaganda do reassentamento, conforme se pode notar:

Comunidade Segredo: Reassentamento com cidadania- Renasce a esperança.

A comunidade de Segredo, formada por 110 famílias originárias de áreas ribeirinhas alagadas pela formação do lago da UHE de Segredo (Rio Iguazu), representam no contexto da região Sudoeste, o desafio da maioria dos agricultores familiares do Paraná, qual seja, o de criar condições satisfatórias de empregar sua mão de obra e melhorar a qualidade de vida para suas famílias. Nessa perspectiva, a organização das famílias reassentadas através das suas associações comunitárias, tem possibilitado a participação local, a gestão dos recursos com vistas ao desenvolvimento sustentável do lugar. Assim, gradualmente a monocultura enquanto expressão de desequilíbrio social e ecológico deverá ceder lugar a paisagens mais belas, resultantes da introdução de culturas perenes e atividades permanentes, que assegurem renda regular às famílias que ainda padecem das incertezas decorrentes de rendas apenas temporárias (GERSEN, 1998, p. 01).

A lembrança de Benedito Alves (2003) é reveladora para se compreender o impacto causado aos agricultores, ao conviverem de forma compulsória com modelo de reassentamento coletivo, onde até mesmo a associação, que, em tese, deveria representar os seus interesses, funcionava como uma espécie de porta-voz das ideias da Copel, transformando-se num referencial negativo para a maioria:

O que mais a gente estranhou foi a interferência política, tanto da Copel, da prefeitura, da associação, porque quando a gente chegou o estatuto da associação já tava andando, feito pela Emater a pedido da Copel. Aí tinha a lei do estatuto pra se respeitá, aí tinha interferência principalmente da prefeitura, uma interferência ruim mesmo. Era um relacionamento péssimo com a prefeitura, e depois mais o pedido da Copel e da presidência da associação que o estatuto deveria ser cumprido, ou então, o agricultor iria perder a terra, isso trouxe um trauma muito grande. A Copel dizia o seguinte, tinha um pessoal da Copel que parava sempre aqui, moravam na sede da associação, então diziam: “aquele que não cumprir o estatuto, aí nós temos aqui o pessoal do Conselho Fiscal da associação, eles vão mapear tudo isso aí, nos vamos colocar encima de um caminhão, e vamos leva lá no local de origem, vamos larga lá na estrada, porque a terra de vocês está inundada. Então, vocês têm fazer como está programado. “E não tinha investimento, não tinha emprego, ninguém era responsável por ninguém na área econômica, na área da estrutura da família, também não tinha apoio, não tinha nada. Aquele pessoal ficava matutando tudo isso dizendo assim: Mas agora eu não posso fica cumprindo o estatuto, porque eu não tenho condição econômica pra respeitá o estatuto. Então, agora eu vou perde a minha terra”. Isso trouxe um trauma muito grande, um trauma que as pessoas, a maioria deles se desgostaram a ponto de não querer morá mais aqui e fora embora, não teve jeito, chegava troca o lote por uma passagem de ônibus de tanto que ficaram revoltados. No início, com 90 dias a seis meses por aí, o pessoal já estava pronto pra ir embora, teve uns que os parente foram busca, já numa altura que tinham abandonado o reassentamento, já estava indo só com os caquinhos que eles tinham, porque eles desgostaram e diziam: “Não tem condição da gente vive aí”⁴⁶.

⁴⁶ ALVES, Benedito de Jesus, Reassentamento I.

Este depoimento, narrado em 2003, demonstra a realidade enfrentada pelos ribeirinhos do Reassentamento I, em Mangueirinha, logo nos primeiros dias que foram realocados. Em nova entrevista, Benedito Alves (2012) comenta que, em relação aos fatos ocorridos naqueles dias, são de emocionar “nós passamos fome, frio, chovia muito, nós no meio daquele barro todo, sem condições de sair de lá [...] ficamos abandonados; eles (da Copel) saíam, pois tinham *toyotas* e carros traçados a corrente e nós ficamos prisioneiros deles lá”.

Para Ramos (2005, p. 182):

no primeiro ano de reassentamento, em 1992, os agricultores receberam a terra pronta e, inclusive, plantada; o único trabalho que tiveram foi dirigir-se até a cooperativa Coamo, em Mangueirinha, para receber o dinheiro da venda da produção. O fato de encontrarem um terreno já preparado é justificado pela empresa para capitalizar os agricultores e garantir-lhes uma renda para que iniciassem uma nova colheita e, conseqüentemente, tivessem a garantia de sucesso na safra seguinte.

Contudo, a realidade de rusticidade e isolamento a que a maioria das famílias estava submetida conduziu ao fracasso desse projeto, conforme reconhecido pelo próprio funcionário da empresa:

[...] eu vi as pessoas catando o milho que caíam da colheitadeira para socarem no pilão e transformar em farinha para alimentação da família [...] foi um choque! Algumas famílias estavam passando fome! A empresa, então, foi obrigada a fornecer uma cesta básica. Outro erro: criou um paternalismo, pois aí toda vez que acabava, eles ligavam para a empresa ou para a prefeitura exigindo outra, a invés de produzir. Foi um problema!⁴⁷.

A tentativa de igualar todos os agricultores de forma homogênea levou os responsáveis pelo programa de reassentamento da Copel a cometer um erro elementar ao não verificar e levar em conta a origem dessas famílias e sua heterogeneidade.

⁴⁷HERZER, Afonso, funcionário da Copel. Responsável pelos reassentamentos. Atualmente, 2012, responsável pelo programa fundiário da Copel.

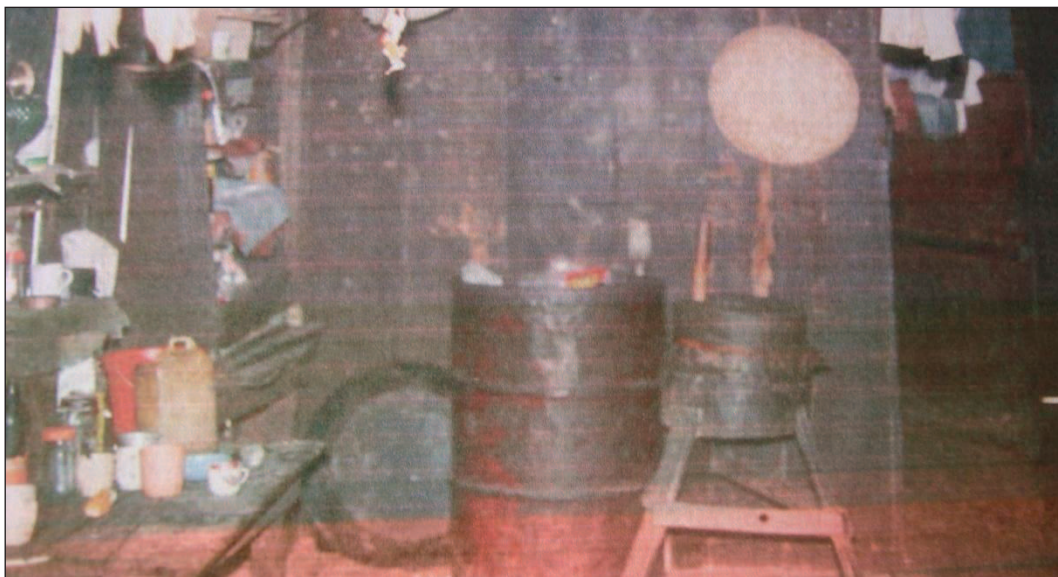


Figura 4: rusticidade no interior da casa de um ribeirinho, 1988 – Mangueirinha - PR.
Fonte: Museu Regional do Iguaçu.

O próprio agricultor, em sua simplicidade (figura 04), compreendia essas diferenças, não percebidas pela empresa, como podemos observar nesse trecho da entrevista com Nilson Brasil (2012):

Essa mudança ela tem começado, tem pessoa que trabalhavam, conforme trabalhava ali manual e caiu lá, numa terra mecanizada terra de campo já não é a terra que nós se criamos aqui na beira do rio, plantava e colhia é lá o pessoal quiseram fazer como fazia ali trabalhar com boi, trabalhar com enxada, cavalo já não funcionou porque as terras já é outro tipo de terreno, terra de campo não é terra de beira de rio né, então o pessoal lá teve pessoa que o primeiro ano tava querendo desistir porque a terra não prestava[...].

Esse discurso evidencia o distanciamento da compreensão média do caboclo do Iguaçu e tem sua gênese na premissa de que o funcionário acreditava representar o progresso, a cultura civilizada e estar trazendo somente benefícios.

A negociação e as benfeitorias entre a Copel e os atingidos não foram igualitárias, conforme podemos perceber no quadro 5: nos reassentamentos III e IV, as casas foram de alvenaria; em Segredo I e II, de madeira. Há ainda outras diferenças: somente nos reassentamentos de Segredo I e III houve programas para gerar outras rendas ao agricultor, ao passo que no II e IV foram implantados por iniciativa dos próprios agricultores; em Segredo I e III, as estradas foram calçadas com pedras irregulares e, nos demais, somente cascalhadas, ainda quanto à água, esta recebeu tratamento adequado somente nos reassentamentos I e III (quadro 5):

Quadro 5: Diferenças básicas na implantação dos reassentamentos I, II, III e IV.			
Segredo I	Segredo II	Segredo III	Segredo IV
Casas de madeira	Casas de madeira	Casas de alvenaria	Casas de alvenaria
Programas para gerar renda ao agricultor pela Copel	Programa de Geração de renda implantado pelos agricultores	Programas para gerar renda ao agricultor pela Copel	Programa de Geração de renda implantado pelos agricultores
Estradas Calçadas com pedras irregulares	Estradas cascalhadas	Estradas calçadas com pedras irregulares	Estradas cascalhadas
Água tratada	Água de poço	Água tratada	Água de poço

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor nos reassentamentos I, II, III e IV em 2012, organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Sobre o modelo de residência construída no reassentamento Segredo II (Figura 5), Sílvio Chagas⁴⁸, relatou :

Chegamos aqui em 1994, moramos em galpão improvisado até 1996, até a casa fica pronta. Construíram esta casa de madeira, é grande, mas nos outros reassentamentos, as casa são de material [...] A Copel não deu nenhuma explicação. Por que nós não temos direito, a uma casa igual deles? [...] deve ser por que é reassentamento pequeno, só de 15 famílias. Mas temos direito, vamos, briga e exigi nosso direito. A água é outro problema. Porque onde a máquina do poço ficou, a Copel cobra a luz no preço da cidade, ficou muito caro, pra bombear. Então, todo mundo fez um poço. A água que era tratada não vai mais na casa, a Copel criou as despesas e deixou pra gente pagar [...] A Copel deu com uma mão e tirou com a outra.

⁴⁸CHAGAS, Sílvio, reassentamento II, entrevistado por Ramos em 2004.

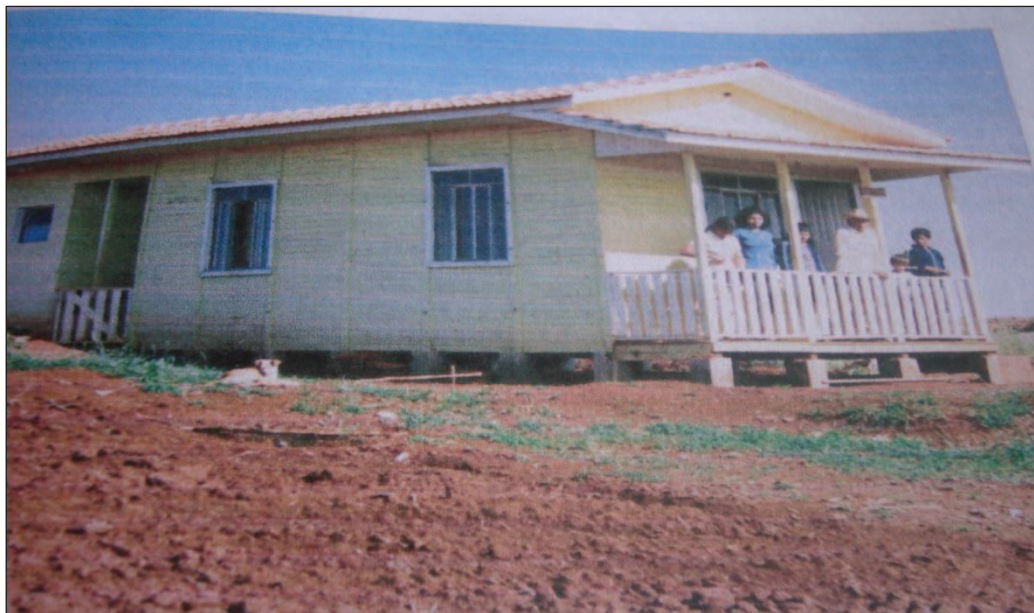


Figura 5: Casa “modelo básico” construída Reassentamento Segredo I, 1998 – Mangueirinha- PR.
Fonte: Museu Regional do Iguaçu.

Como podemos observar nas palavras de Nilson Brasil (2012) e ilustrada na figura6:

Olha eu sei que desde o começo o Segredo I e II que nos municípios de Mangueirinha e de Reserva do Iguaçu, as primeiras casas eram tudo iguais, eram umas casas de pré-moldados de pinos, daí foi feita a reivindicação, onde nos fomos várias vezes para Curitiba, que depois [...] de 4 ou 5 anos saiu umas casas de alvenaria para todos os reassentados [...] Refizeram todas as casas (BRASIL, 2012).



Figura 6: Casa construída Reassentamento Segredo I – Mangueirinha - PR, após a luta dos ribeirinhos.
Fonte: Organização de: ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).

Outra situação muito comum no reassentamento de Segredo IV, é o local onde foram adquiridas as terras pela Copel para os reassentamentos e repassadas aos agricultores ribeirinhos, em outras palavras, os motivos que levaram os camponeses a aceitarem a opção pelo terreno nos Campos de Palmas, município de Mangueirinha. Segundo a memória dos agricultores, em especial nas palavras de Juscelino Savi:

Apenas passamos de Toyota pela estrada que tinha aqui e perguntamos aos vizinhos sobre a produtividade da terra. O pessoal da Copel dizia pra gente: “Pega logo esta terra, porque a privatização vai chegar e aí as coisas podem se complicar de vez”. Houve muita pressão neste sentido, não tivemos opção. A gente pensava: “Se não pegarmos e a Copel for vendida, podemos ficar sem nada. Então, aceitamos a terra [...] somente depois é que fomos descobrir que terreno aqui precisa investir muito, dez famílias tiveram que receber indenização em dinheiro, porque a lote deles era pura pedreira, não cresce nem mato, pra se ter uma ideia do terreno.

Este processo de ruptura com os laços culturais tem influenciado o abandono dos reassentamentos Segredo I e III, o que tem levado muitas famílias a venderem para os grandes produtores de soja e milho. Isso tem mudado a paisagem desta região, pois o latifúndio começa a tomar conta com suas indústrias de Agronegócio. Tal situação pode ser observada nas figuras 7 e 8, pelo local onde está sendo construída mais uma unidade de uma grande Cooperativa agrícola de Mangueirinha:



Figura 7 – Latifúndio tomando conta do Reassentamento Segredo I – Mangueirinha- PR.

Fonte: Organização de ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).



Figura 8: Cooperativa de desenvolvimento e Produção Agropecuária – CODEPA, sendo construída no entorno do Reassentamento Segredo I – Mangueirinha- PR

Fonte : Organização de: ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).

Neste item pudemos observar a realidade atual dos reassentamentos, tanto nas palavras dos reassentados, como dos funcionários da Copel, e ainda perceber que muitos estão vendendo seus lotes, o que leva o latifúndio a tomar conta dos reassentamentos, conforme ilustrado pelas figuras. Podemos dizer que foi traumática a transferência dos ribeirinhos para os reassentamentos e, mais ainda, as “promessas” ficaram somente nos discursos da época da implantação dos reassentamentos. Visão correlata à deste autor complementa a ideia e indica, ainda, que se apropriar- e dominar um território é mais que um dever às comunidades as quais têm pertencimento afetivo e simbólico em relação a dado lugar: trata-se de um direito imanente (LEFEBVRE, 1991, p. 81).

No próximo item iremos discutir se houve “desenvolvimento” provocado pela construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, tanto na área da agricultura e comércio, bem como na área social.

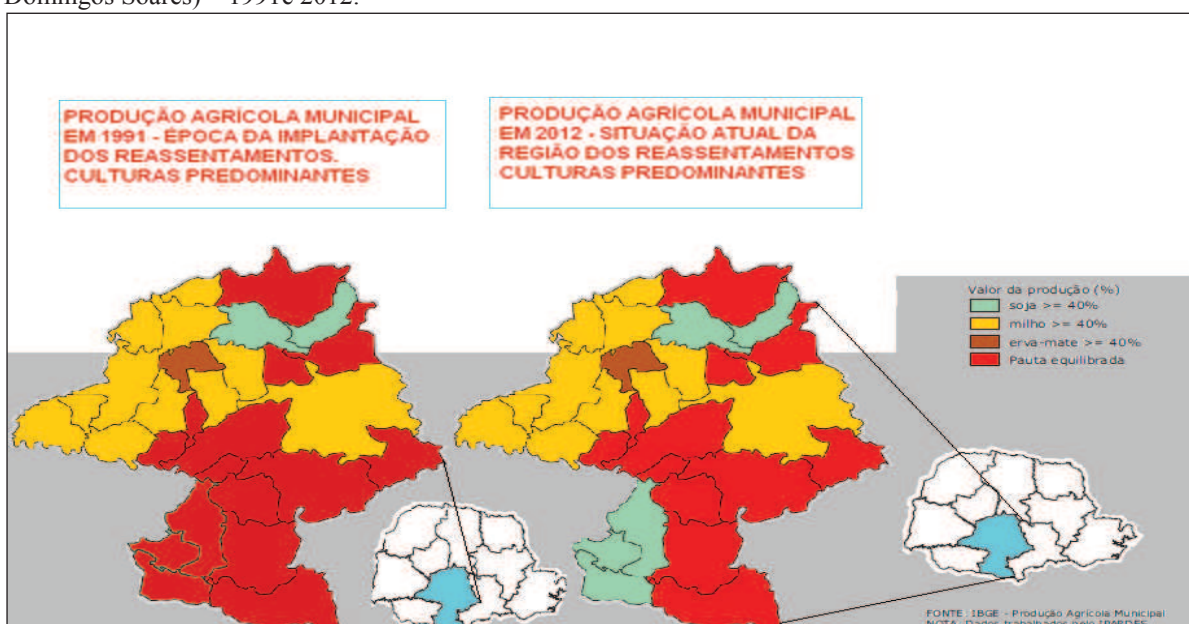
3.5 Houve “Desenvolvimento Econômico” provocado pela construção da UHEGNB?

A busca por essa resposta motivou o desenvolvimento desta pesquisa, e para respondê-la, precisamos analisar alguns fatores que são fundamentais para a região, como por exemplo:

- a) a questão da agricultura familiar (agricultura de toco);
- b) os projetos de agroindustrialização dos reassentamentos;
- c) as melhorias proporcionadas pela construção da usina, como asfalto, calçamentos e abertura de vias vicinais;
- d) o desenvolvimento do comércio local e regional e;
- e) por fim, a geração de empregos e o grande contingente de pessoas atraídas para a região o que proporcionou o que Vainer e Araújo (1992, p. 35) chama de “afluxo migratório” que a expectativa de emprego induz.

3.5.1 A questão da agricultura familiar (agricultura de toco)

Cartograma - 4 Produção Agrícola Mesorregião Centro-Sul Paranaense (principalmente nos municípios estudados – Foz do Jordão, Cândói, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares) – 1991e 2012.



Fonte: PNUD – IPARDES (2004), organizado por ZWARICZ, Juliano (2012).

Os dados de produção agrícola nos municípios estudados nesta pesquisa e atingidos, de alguma forma, pelo reservatório ou pela construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, revelados no cartograma 4, identificam que, no período da implantação dos reassentamentos, em 1991, havia uma produção bastante homogênea (pauta equilibrada), ou seja, existia um equilíbrio entre as produções de milho, soja, erva-mate, feijão, entre outras culturas predominantes na região.

Porém, em 2012, período da realização das entrevistas para a pesquisa, observamos que a cultura predominante, principalmente em Mangueirinha, passou a ser dominada pela produção da soja. Porém, não se afirma aqui que a construção da usina foi preponderante para a mudança de culturas diversificadas para monocultura, fato esse ligado a Revolução Verde.

E se observarmos as regiões do entorno do reservatório, formada por pequenos agricultores (de subsistência) à época do início do processo de realização dos estudos para a construção da usina, percebemos ainda uma predominância de culturas diversificadas, pois somente assim era possível a sobrevivência, ou seja, plantava-se feijão, milho (para fazer fubá, farinha e para alimentos dos animais), arroz, trigo, cevada, mandioca, batata-doce, além de frutas, verduras e leguminosas. E os que não produziam faziam trocas, assim possibilitando o surgimento de um sistema econômico que tinha base no sistema de troca, uma economia voltada à subsistência.

A agricultura praticada pelos ribeirinhos, em 1982, quando do início do levantamento da Copel, era agricultura com utilização da força animal e manual com um sistema trocas intermediadas pelos comerciantes do planalto, em terrenos inclinados, inclusive com construção de curvas de nível, sem utilização de adubos ou qualquer tipo de implemento agrícola mecânico.

Segundo Ramos (2005, p. 123):

A produtividade, apesar da fertilidade do terreno, já apresentava declínio em razão do sistema de plantio, pois colheita após colheita, os agricultores lavravam a terra, o que provocava uma enorme perda da camada de terra fértil, levada pelas águas das chuvas. Essa agricultura era praticamente toda manual, com a utilização dos animais para tração arada, “agricultura de toco” como nominada pelas famílias, feita com o uso de implementos de manejo manual e de tração animal.

o modelo de agricultura praticada resultava numa produtividade suficiente para o sustento das famílias e para as trocas na bodega por outros produtos como sal, por exemplo, exigindo a ocupação de áreas cada vez maiores para a agricultura. O sistema de agricultura praticada pelos caboclos ribeirinhos é tratada no Rima como agricultura precária, pois o modelo comparativo não era de uma agricultura familiar, mas de uma agricultura de exportação e o que provoca distorções na comparação e levaram a comunidade ao senso comum que esse tipo de agricultura não seria viável e que o modelo proposto pela empresa seria o mais moderno e produtivo.

Nas entrevistas, os ribeirinhos sempre enfatizaram a excelente produtividade natural do solo e a baixa produtividade do local onde foram posteriormente reassentados, entrando em choque com a conclusão do Eia-Rima. Essa contradição é desvendada quando

eles mesmos revelam que não conheciam as técnicas de plantio direto, imposta a eles pelos técnicos da Copel, Emater e prefeitura. Contudo, o plantio manual que realizavam permitia a eles que deixassem em repouso por algum tempo áreas que se recompunham naturalmente, por isso, é tão constante a afirmação dos caboclos ribeirinhos sobre a excelente produtividade nas margens do rio Iguaçu.

Os dados da tabela 5 demonstram a forma utilizada pelos ribeirinhos para a preparação do solo e que fazem parte do relatório de impacto ambiental – Rima (1987), no qual podemos destacar a forma manual/animal, que predominava no ano de 1986, como a principal forma de preparação do solo pelos ribeirinhos, ou seja, 92,6% dos proprietários, de um total de 100%, utilizavam desta prática para organizar seu plantio.

Tabela 6 - Formas de preparação do solo praticadas pelos ribeirinhos – municípios (Mangueirinha – Reserva do Iguaçu – Honório Serpa – PR)– 1986.

Tipo de preparação do solo	% do total de propriedades
Mecanizado	1,5
Tração animal	5,9
Manual/animal	92,6
Total	100

Fonte: COPEL -RIMA (1987), o. Organizado por: ZWARICZ, Juliano (2012).

Quando apresentados os dados quanto a um possível “desenvolvimento econômico” da região, se considerarmos que o alimento produzido nesta, através da agricultura familiar, é crucial para a sobrevivência, devemos analisar que existe uma contradição entre os dados da EIA RIMA e os depoimentos dos entrevistados ribeirinhos que sobreviviam desta.

Talvez do ponto de vista do capital, onde a agricultura de subsistência não tem mais espaço, sendo substituída por uma agricultura rentável para o agronegócio, de monocultura, a região tinha poucas possibilidades de ser transformada em uma região próspera.

Numa breve análise da tabela 5, podemos observar que a maioria utilizava da “agricultura de toco” para sobreviver, utilizando-se do animal para lavrar a terra e plantavam com o sistema de roçadas e queimadas, plantando de máquina manual, como podemos observar nas palavras do ribeirinho Nilson Brasil (2012):

Essa mudança ela [...] tem pessoa que trabalhava conforme trabalhava ali manual e caiu lá numa terra mecanizada, terra de campo, já não é a terra que nós se

criamos aqui na beira do rio plantava e colhia, lá o pessoal quiseram fazer como fazia ali trabalhar com boi, trabalhar com enxada, cavalo, já não funcionou porque as terras já é outro tipo de terreno, terra de campo, não é terra de beira de rio ne, então o pessoal lá, teve pessoa que o primeiro ano tava querendo desistir porque a terra não prestava, então já quem tinha um pouco de experiência de terra mecanizada deu já uma avançada ne, e os que ficaram naquele sistema antigo de beira de rio sofreram, eu mesmo só pra você ter uma idéia, eu sai daqui, eu me criei na agricultura, eu sai daqui lutava com boi, lavrava com boi, plantava de maquininha limpar com maquininha manual, eu sai daqui levei três junta de boi pra ir trabalhar lá daí vi que cheguei lá, vi que o “troço” não era por aí, que não ia funcionar daquele tipo e aí então não fui só eu, foi várias pessoas que levavam juntas de boi pra lá para trabalhar com boi.

Esta mudança de ambiente de trabalho proporcionada pela retirada dos ribeirinhos do seu “habitat” natural, do qual ele estava habituado como clima, o tipo de solo, como plantar, e como cuidar da terra, fez com que tivessem uma quebra na produtividade agrícola.

O “tão” esperado desenvolvimento agrícola não veio junto com estas mudanças; como podemos perceber atualmente muitos desses lotes de terras cedidos para os ribeirinhos se transformaram em latifúndios.

3.5.2 A agroindustrialização dos reassentamentos Segredo I e III

Tivemos vários projetos de agroindustrialização, os quais faziam parte do processo de implantação dos reassentamentos previstos pelo governo para desenvolver a região. Ademais, houve investimentos no campo técnico e físico; mas por pouco tempo, uma vez que na visão do ribeirinho Nilson Brasil (2012) “no assentamento Segredo I, saiu um abatedouro de ave e uma cozinha industrial e no Segredo III saiu só uma cozinha industrial, mas infelizmente por falta de verba, de recurso não tinha capital de giro, todas elas foram falindo”.

Os projetos saíram do papel, no governo de Jaime Lerner,⁴⁹ quando foi implantado o “Projeto Sabor Segredo”. Foi este projeto a que se referiu o ribeirinho Brasil, que, apesar de terem sido realizadas muitas reuniões entre os associados, a empresa Copel, gerentes dos bancos do Brasil e Banestado e técnicos, o projeto não demorou para entrar em falência, uma vez que as dívidas foram se acumulando para os associados, tanto nos projetos de aviário, como no projeto das cozinhas industriais. Nas palavras de Nilson

⁴⁹ Governador do Paraná de 1995-2002.

Brasil (2012), “Todas fechadas que até por sinal, o abatedouro de aves eu era um sócio-gerente, infelizmente é triste falar, mas aconteceu de estar fechada hoje, por quê? por falta de verba [...]”

Podemos observar nas figuras 9 e 10, o estado de completo abandono em que se encontram hoje os investimentos públicos da época da implantação do Projeto Sabor Segredo:



Figura 9: Abatedouro de frango - Projeto Sabor Segredo, abandonado no reassentamento Segredo I Mangueirinha - PR.

Fonte: Organização de ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).



Figura 10: Equipamentos abandonados no abatedouro de frango (Resfriador, máquina de corte, motor e gerador de energia e caixa d'água do projeto Sabor Segredo)- Mangueirinha-PR.

Fonte: Organização de ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).

A luta atual dos agricultores dos reassentamentos está justamente em poder manter o que lhes foi garantido pelos representantes da Copel, no momento da instalação dos reassentamentos. Um fato importante a destacar reside em uma das visitas que fizemos aos representantes da Comunidade Segredo I e III, - é evidente a angústia deles por não poderem “tocar em frente” os projetos Sabor Segredo (Figuras 11 e 12), tão propagandeado pelo governo Jaime Lerner (1995-2003), na época da implantação, e, que acabou em ferrugens.



Figura 11: Abatedouro de frango -Projeto Sabor Segredo, abandonado no reassentamento Segredo I – Mangueirinha - PR.

Fonte: Organização de ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).



Figura 12:Equipamentos abandonados (abatedouro, depenadeiras, máquina de corte de vísceras e câmara fria).

Fonte:Organização de ZWARICZ, Juliano (fevereiro de 2012).

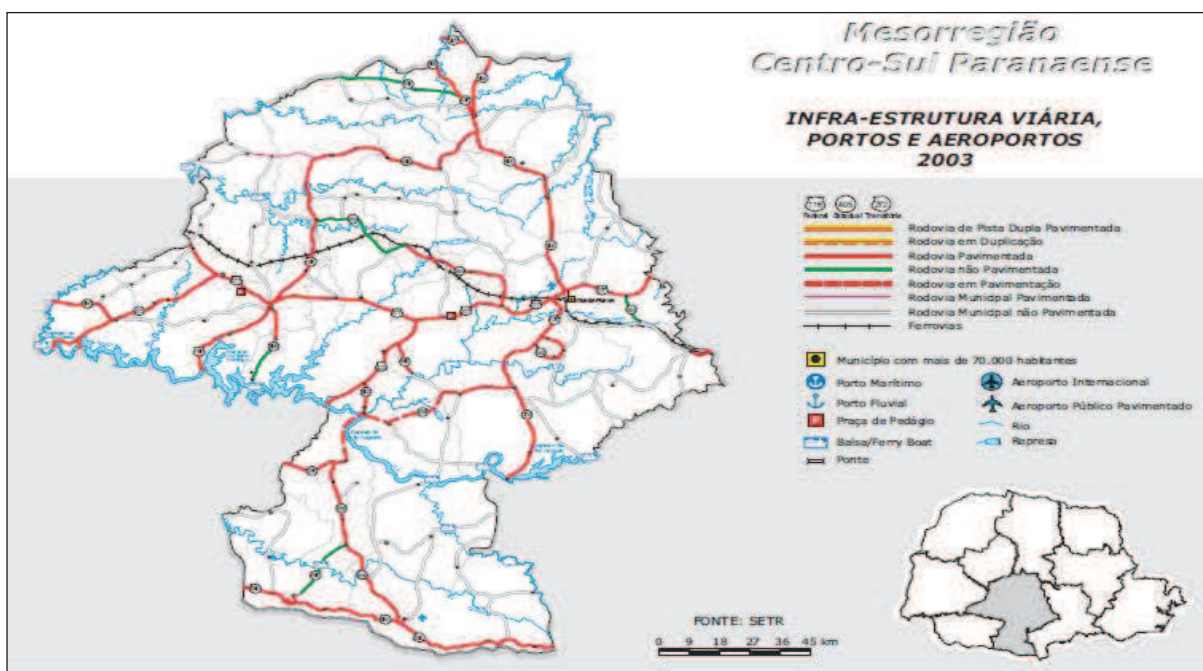
Posteriormente, os agricultores dos reassentamentos de Segredo I e III perceberam que umas das saídas criadas pelo impasse do projeto Sabor de Segredo, (figuras 11 e 12) estaria na pressão política e social. A indignação é grande por parte dos reassentados e moradores da região em razão do abandono desses projetos e principalmente dos equipamentos comprados com dinheiro público, os quais estão sucateados, e em razão de não haver manifestação de interesse por parte dos representantes municipais, como prefeitura de Mangueirinha e Honório Serpa, como do governo do estado, o que deixa as Associações de “mãos atadas”, como podemos perceber nas palavras de Nilson Brasil (2012):

nós estamos até hoje pagando dívidas das associações, ou muitos estão na justiça, pois ficamos endividados com estes projetos (abatedouro de frango,

cozinha industrial), mas desses projetos faziam parte representantes da empresa Copel, inclusive parentes do então presidente na época, que era o nosso economista. Mas tenho certeza que ele não está endividado, e nós sim.

3.5.3 As melhorias proporcionadas pela construção da usina

Mapa 5 - Situação da Infraestrutura viária da Mesorregião Centro-Sul Paranaense, em 2003 – (incluindo todos os municípios atingidos pela UHEGNB).



Fonte: PNUD – IPARDES- Leituras Regionais, 2004.

Ao se analisar o mapa5, percebemos que há na chamada mesorregião Centro-Sul, uma área de ferrovias pavimentadas que costura os municípios do entorno da usina Ney Braga. Porém desde a sua construção até a sua inauguração, de 1982 a 1992 respectivamente, temos na visão dos entrevistados uma nova estrutura de organização para a região, ou seja, as melhorias foram muitas devido à construção da Usina, como podemos perceber nas palavras de Elias Farah (2012)⁵⁰:

[...] naquela época nem Cândói, nem Foz do Jordão eram municípios, eramsó distrito mal atendido, mal conduzido, tudo que se arrecadava ia para Guarapuava, voltava muito pouco [...]a construção da usina refletiu no antigo

⁵⁰ FARAH, Elias. Entrevistado pelo autor na data de 09/01/2012. Prefeito do município de Cândói gestões de 1992-1996, 2000- 2003 e 2009-2012.

distrito de Candói, antigo Segredo que hoje é Foz do Jordão, o reflexo veio porque os barrageiros, a família dos barrageiros, vieram se instalar, vieram de outras usinas, vieram se instalar no nosso então Distrito de Paz, que pertencia ao Segredo que hoje é Foz do Jordão ele nos deu progresso enquanto a usina estava se desenvolvendo, e nos aproximou mais das autoridades esse que é o ponto principal da coisa aproximar essa população do nosso distrito de Paz depois município de Candói e município de Foz do Jordão isso nos aproximaram mais das autoridades e fizeram com que as coisas fossem acontecendo.

Na visão do prefeito, esta aproximação com as autoridades fez com que a região fosse notada por elas, e, assim, pode-se ter uma representação política da região. Foi neste período que as estradas foram construídas e cascalhadas, o asfalto, bem como a ponte do rio Jordão, pôde ser construída para dar acesso à região da construção da Usina. Isso podemos perceber nas palavras de outros entrevistados, os quais demonstram como era a situação da região:

aqui era tudo estrada de chão, era bem delicada da situação da região nossa, hoje então acredita-se, com a barragem o progresso veio para cá, o pessoal acreditou na região e se instalou e estamos aí até hoje, apesar que você sabe que barragem tem um ciclo na construção e que quando se termina o pessoal que veio não tem para onde ir e acaba ficando então eu acredito que foi muito bom pro município (PAULO DUMONT, 2012)⁵¹.

Para Valmor Dallacort (2012)⁵²:

Na época Candói e Foz do Jordão pertenciam a Guarapuava, e que nem eu falei, aqui era barro, com a construção dessa barragem, aqui era uma simples vila aí como aumentou bastante a população, aumentou a vila que passou a uma cidade foi onde posteriormente foi criado município, devido a construção não só dessa barragem mais de três barragem na região

Para Francisco Presa (2012)⁵³, na região não tinha nada praticamente:

Aqui era tudo estrada de chão em [19]82 que eu vim para cá Foz do Jordão, Segredo, aqui era praticamente um matagal só tinha uma avenidinha aqui e umas casinhas, aqui na avenida, o resto era matagal, estradinha de chão aqui, até lá na paz e chovia não tinha não dava para sair, estrada muito ruim, daí que surgiu o asfalto mas o asfalto veio aí pelo ano 1986, 1987 que foi asfaltado.

⁵¹ DUMONT, Paulo. Entrevistado pelo autor na data de 07/01/2012. Trabalhador da Copel, empresa responsável pela construção da Usina Governador Ney Braga.

⁵² DALLACORT, Valmor. Entrevistado pelo autor na data de 07/01/2012. Trabalhador (barrageiro) do Consórcio responsável pela construção da Usina.

⁵³ PRESA, Francisco. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Comerciante e morador da Vila Segredo (hoje Foz do Jordão), vereador por Candói no ano de 1992-1996 e Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Jordão em 1997-2000.

Então, podemos perceber que, se analisarmos do ponto de vista dos moradores, comerciantes, políticos e trabalhadores de antes da vinda da empresa Copel para a região, as coisas eram bastante difíceis para quem era morador desta região. Não havia uma via de acesso asfaltada para a cidade com estrutura econômica e política mais próxima, que era Guarapuava, se não por lombo de animais, veículos de tração, pois caso chovesse, somente acorrentados para poder seguir viagem.

3.5.4 Desenvolvimento do comércio local e regional

No ponto de vista do comércio, existem alguns pontos parecidos quanto a aspectos mencionados, acima, especialmente no que se refere à dificuldade de locomoção, uma vez que todo comércio precisa de acesso fácil para movimentar a mercadoria. Isso explica o porquê de a região ter apresentado muita carência nesta área comercial, conforme destacado nas palavras de Zirleide Faveri (2012)⁵⁴:

a gente chegou aqui antes da obra nos chegamos no ano de 1980 e tinha dificuldade, não tinha energia e não se podia fazer praticamente nada em termos de comércio, nem havia ponto comercial, em 1982 então foi a chegada da energia, a Copel trouxe a energia pra Foz do Jordão, que seria Segredo na época.

Para Olívio Amancio(2012), com a pouca estrutura existente, o comércio atendia aos consumidores existentes na época, que eram os agricultores (sitiantes), porém com um sistema diferente de fazer comércio, com anotações em caderno para pagamento posterior, onde se esperava produzir para efetuar o pagamento, mas se tinha uma confiança muito grande nestes consumidores sitiantes. Isso foi se modificando à medida em que foram chegando os barrageiros (trabalhadores) para a região, como afirma Olívio Amancio (2012):

aqui o comércio de Segredo atendia quem, os agricultores aqui da região de Segredo, aqui o povo daquela época era do local, era sitiante e o que a gente atendia era mais o pessoal da colônia mesmo, mas depois que veio a barragem já modificou a situação do antigo segredo, porque o povo daquela época era do local.

⁵⁴ FAVERI, Zirlei Antunes de. Entrevistado pelo autor em 06/01/2012. Comerciante na época da construção da usina e atualmente em Foz do Jordão.

Essa mudança na forma de fazer comércio fez com que vários pequenos comerciantes, que não se adaptaram com a nova forma, fechassem as portas de seus estabelecimentos, e, assim, novos ramos de comércio surgem à medida em que os consumidores também estão à procura. Trata-se dalei da oferta e da procura, na visão do comerciante da época OlívioAmancio (2012):

Só para você ver, a usina trouxe em média quase 5 mil funcionários (diretos e indiretos), tinha a vila que ainda era Pinhão e claro que muitos moravam aqui no Segredo e melhorou a situação do comércio aqui no local de Segredo . E com a população que veio de fora claro que melhorou a situação.

Nas palavras de Francisco Presa (2012):

consegui deslanchar um pouco também porque daí a venda cresceu, tudo cresceu, recolhia mais dinheiro, a barragem naquela época tinha aí mais 2 mil funcionários (diretos), então a venda [...] se deslançou, no supermercado se deslançou, açougue e tudo quanto loja de roupa [...].

Se o comércio cresceu e se estruturou como observamos nas palavras dos próprios comerciantes neste período da construção da usina, não podemos deixar de levantar que o principal fator de crescimento econômico dcomércio trouxe outros problemas para a região, tal como desemprego para aqueles que tinham pouca qualificação e tentaram vida no comércio informal, mas que acabaram falindo.

Além disso, um grande contingente de mulheres, atraídas para a região devido ao grande número de homens trabalhando na usina, vieram para trabalhar em bares de prostituição, o que agravou a situação com moradores "pacatos", sitiados, e elevou em muito os índices de mortes na região. A Comunidade de Segredo chegou a ter na avenida principal mais de 50 (cinquenta) bares com mulheres.

Nas palavras de Ribeiro (2005, p. 100), como ocorrera em Itaipu e tem ocorrido em todas as barragens essa prática vem se repetindo, pois se trata de um comércio muito lucrativo:

Na época que minha mãe lidou com boate, as meninas dela eram umas meninas de ouro, umas meninas educadas, finas. Elas de manhã levavam, já tomavam seu banho, iam para a mesa, arrumadinhas. Minha mãe era uma mãe pra elas, e foi uma época muito boa, assim como elas davam lucro pra gente, elas também ganhavam o dinheirinho delas, viviam bem vestidas⁵⁵.

⁵⁵ Entrevista agosto de 1997. Dona de "Zona". Entrevistada por RIBEIRO (Memórias do Concreto, 2005, p.100).

Além da questão financeira, outro fator importante que não foi diferente na Vila de Segredo, Pinhão e Rondinha, refere-se à questão de violência contra essas mulheres, e que, na visão de Ribeiro (2005, p. 101) “a agressão física e as mortes vitimavam as mulheres, não apenas por uma questão estrutural, mas principalmente por sua condição de gênero”, como aponta num relato de uma entrevistada sua:

Tinha que andar se cuidando, nos quartos, inclusive uma foi morta por um peão, quando ele foi para o quarto fazer programa com ela, e não aparecia, não aparecia. As mulheres viram quando ele saiu, começaram a esperar, esperar, foram lá ela estava nua e enforcada, ele tinha enforcado ela com a toalha. Inclusive essa mulher ficou três meses na geladeira da delegacia, porque elas trocam o nome da família, elas não dão o nome original. Trocam o nome para a família não descobrir⁵⁶.

Esta violência ficou muito evidente na região, tanto que já na primeira gestão do então criado município de Foz do Jordão, antiga Vila de Segredo, uma das primeiras medidas tomadas pelo prefeito Olívio Albino Amancio, foi o de fechar todas as casas de prostituição no município, embora isso tenha ocorrido em 1997, quando a usina já havia sido concluída em 1992.

Contudo, muitas empresas continuaram a trabalhar na construção de torres de transmissão, ou seja, construção de rede para interligar a usina aos grandes centros urbanos, outras na manutenção da barragem, e outras na construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH de Derivação do rio Jordão. Isso consistiu no desvio do rio para aumentar a capacidade de vazão da Usina Ney Braga e assim proporcionar a funcionalidade de mais uma turbina geradora. Esta obra empregou mais de mil funcionários de forma direta e movimentou a região até 1996, ano de sua conclusão.

Enfim, com todas essas empresas, a movimentação permaneceu na região e o comércio da prostituição também, obrigando a tomada de decisão do então prefeito. O fato é que esse comércio também movimentou a região economicamente, pois a comercialização local de roupas, alimentos, e, até mesmo do pequeno agricultor, foram impulsionados por este “tipo” de comércio.

A construção da Usina trouxe condições suficientes para que a região se desenvolvesse, porém com problemas estruturais, como apontam várias pesquisas que estudam a implantação de Grandes Projetos de Investimentos. A região atrai os comerciantes, por exemplo, mas com o término da construção da usina, os consumidores evadem-se do local, fato que deixa muitos comerciantes com estoque e sem clientela para

⁵⁶ Entrevista maio de 1997. Entrevistada por RIBEIRO (Memórias do Concreto, 2005, p.101).

comprar, e, além disso, muitas as pessoas vão embora e deixam dívidas, como afirma Francisco Presa (2012) “fiquei com muitas contas para receber [...] mais do que meu capital de giro, assim não tem quem aguento”. Ademais, ainda a falsa ilusão de geração de empregos dá a impressão que nunca vai faltar mais dinheiro aos trabalhadores, como podemos identificar no próximo item.

3.5.5 Geração de empregos

Outro fator importante para ser analisado, nesse processo de “desenvolvimento” da região é, sem dúvida, o grande “afluxo migratório” atraído pela expectativa de emprego: chegou-se a mais de doze mil pessoas e com a conclusão da Usina surgiu um contingente enorme de desempregados, o que proporcionou uma mudança grande no contexto do comércio dos municípios entorno da usina. Nas palavras de Ramos (2005, p. 49) “[...], Foz do Jordão transformou-se numa cidade de velhos, jovens e crianças, porque os adultos, em sua maioria, são barrageiros que acompanham a construção deste tipo de obra por todo o Brasil”.

Para o funcionário da Copel, Paulo Dumont (2012):

Só lá da Vila Copel nós tinha em torno de duas mil e seiscentas casas, todas habitadas, nós temos em torno de mais 22+16=38 alojamentos, abarrotados de funcionários, acredita-se então assim que em torno de uns dez mil funcionários, entre dez doze mil passou nessa barragem aqui.

Nas palavras de Vainer e Araújo (1992, p. 35), a geração de postos de trabalho que acompanha a etapa das obras civis é sempre inferior à aglomeração de trabalhadores, e que do ponto de vista da região impactada, o processo resulta num aumento do desemprego local/regional.

Por outro lado, há que considerar a oferta de trabalho, autóctone, que emerge mesmo em situações que conheciam um relativo equilíbrio do mercado de trabalho. O que vem sendo observado é que muitos são aqueles que abandonam a ocupação anterior – particularmente na agricultura – à busca de uma colocação que assegure, mesmo se temporariamente, níveis de remuneração e garantias trabalhistas superiores aos prevalecentes. No momento em que se concluem as obras e se desmobiliza a maior parte do contingente de mão de obra – particularmente, a não qualificada – a região se vê transformada em bolsão de desemprego, que reúne indiferenciadamente autóctones e imigrantes. Dependendo do ritmo das obras e da dimensão da punção que exerceu sobre

reservas de trabalho locais, as atividades regionais antes desertadas se desarticularam de tal maneira que não mais serão capazes de absorver nem mesmo seus antigos empregados. (VAINER, 1992, p. 36).

Assim, podemos afirmar que o principal argumento para a construção do “Grande Projeto de Investimento”, que é a geração de emprego regional e que legitimou a construção, neste caso da UHGNB, perante a opinião pública tanto pelos empreendedores, como pelos políticos, sempre qualificam a obra como ponto positivo para a região, mesmo quando arguidos se existiram pontos negativos na construção do empreendimento e, mesmo gerando um contingente de desempregados.

Ainda, para Vainer e Araújo (1992, p. 36-37), desse modo, não surpreende que os núcleos urbanos das áreas de influência do grande projeto tomem contato e comecem a conviver com realidades sociais que, até pouco tempo atrás, marcavam a paisagem apenas dos grandes centros urbanos: favelização, marginalização, mendicância, prostituição, criminalidade. Incapaz de difundir os benefícios do desenvolvimento, que acumulam e concentram no circuito econômico do qual constitui segmento, o enclave mostra-se altamente eficaz na difusão do que a modernidade tem de perverso em países semi-periféricos dependentes como o Brasil.

Quanto à construção da usina Ney Braga, o impacto foi muito grande, como pudemos perceber nas falas dos entrevistados, no que se refere ao comércio da prostituição, formação de bairros desordenados, falta de moradia, segurança, transporte, educação, atendimento na saúde, e ao término da Usina, em 1992, os principais benefícios trazidos para a região e, isolados na Vila Residencial da Copel, hoje Reserva do Iguaçu como: hospital, bancos, centro comercial, foram encerrando suas atividades deixando a população à margem desse atendimento.

Mesmo no caso do aumento da arrecadação, (tabela 6- municípios até 20 mil habitantes – no caso os municípios da região estudada), seja ela pelos novos impostos que são gerados como *Royalties* e ICMS, os municípios não têm poder de barganha para lutar contra estes empreendimentos, como relata Vainer e Araújo (1992, p. 38), ao ser atravessada pela intervenção externa, a estrutura política local/regional é desarticulada pelo poder mais alto que se levanta.

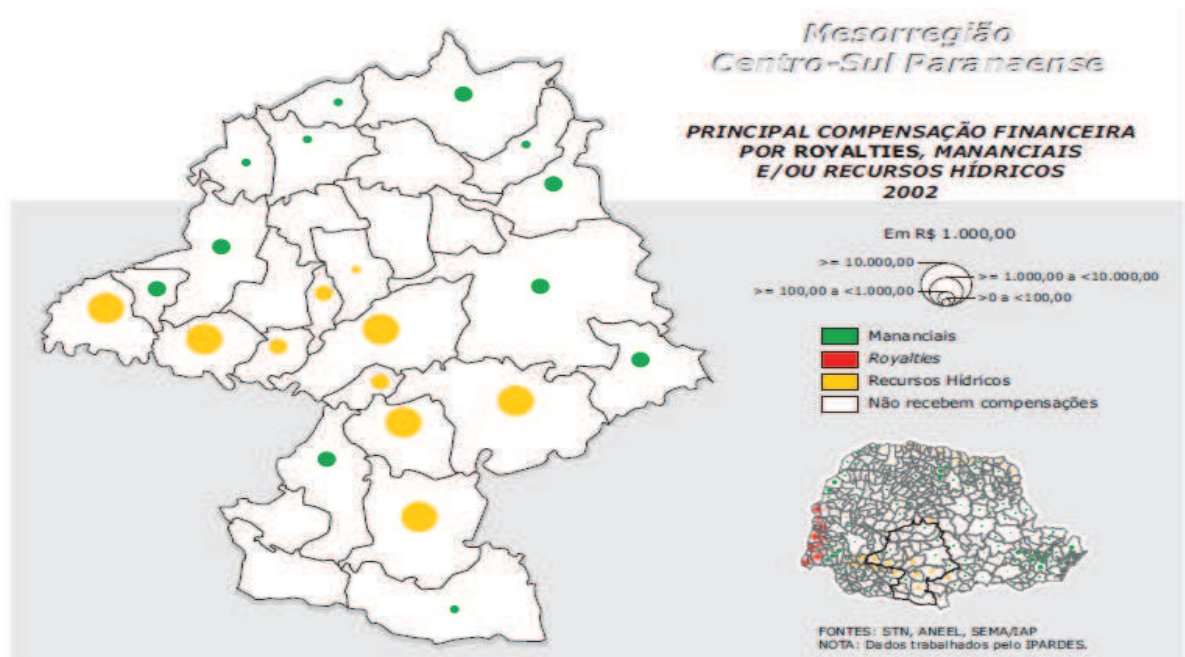
Tabela 7 - Receitas médias e receitas per capita segundo as principais origens, recursos e o tamanho dos municípios da Mesorregião Centro-Sul – Paraná - 2002.

Tipo de Receita	Receitas dos municípios até 20 mil habitantes *	Receitas dos municípios entre 20 e 100 mil habitantes
ICMS ECOLÓGICO	1.688.911,19	2.963.974,50
Fundo de Participação dos Municípios -FPM	2.871.548,15	6.493.701,83
Compensação financeira Recursos Hídricos	769.519,24	1.571.576,68
Receita per Capita	575,62	376,05

Fonte: IPARDES (com base nos dados da STN, ANEEL, SEFA, SEMA/IAP, IBGE) Caderno Econômico, 2012. – (* municípios: Foz do Jordão, Cândói, Pinhão, Mangueirinha, Reserva do Iguaçu, Coronel Domingos Soares e Honório Serpa). Organização de ZWARICZ, Juliano (2012).

Ao invés de descentralização, o que ocorre é a captura de determinado espaço por lógicas e estruturas de poder e de decisão que lhe são estranhas, conformando, em alguns casos, verdadeiros territórios sob jurisdição do empreendimento e como podemos perceber no cartograma -5, onde os recursos estão divididos como principal compensação financeira nos municípios atingidos:

Cartograma 5- Principal Compensação financeira por royalties, mananciais e recursos hídricos – municípios da Mesorregião Centro-Sul Paranaense - 2002.



Fonte: PNUD – IPARDES- Leituras Regionais, 2004.

Percebe-se que os municípios com potencial em recursos hídricos são: Coronel Domingos Soares, Candói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão; e Mangueirinha como principal compensação, sendo os mananciais.

Outro fator a ser mencionado em relação à geração de empregos e atração de pessoas para a região, é a habitação. A exemplo, podemos citar as vilas operárias da Copel, com sua divisão em hierarquia e poder absoluto do empreendimento – Vila A, B, C e D.

Graças ao isolamento e às diferenças sociais muito claras para a população desde a época da construção, tendo em vista que, para se entrar na Vila, as pessoas passavam pela revista de segurança armados, o que, em nome dessa “segurança”, feria-se o direito de ir e vir dos demais cidadãos que residiam fora desta Vila.

No primeiro ano de emancipação do município de Reserva do Iguaçu (1997), a Vila da Copel como é conhecida, transformou-se no centro do poder político municipal. Assim, a população reservense não aceitando mais essa discriminação, partiu para a luta mobilizando-se para que a sede fosse para a antiga Vila da Rondinha. Tal situação fez mudar a posição política na época no ano de 1998, um ano após o funcionamento da prefeitura na Vila da Copel. Isso demonstra que estes empreendimentos formam verdadeiros territórios de poder.

Para Vainer e Araújo (1992, p. 57):

Não é mero acaso que o SE (Setor Elétrico) contemple – conceitual política e institucionalmente – o princípio da inserção regional no campo referente às questões ambientais. É nos Departamentos de Meio Ambiente da Eletrobrás, Eletronorte, Chesf, Eletrosul, Furnas, etc., que a questão regional é tratada. É nos documentos sobre impactos e políticas ambientais – o Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico - PDMA, por exemplo – que aparece o problema da região. Coerente, neste ponto, com a legislação vigente (cf. Resolução Conama 001/86), as empresas energéticas definem o seu ambiente como campo e o objeto de ação. Encaram a região como um certo ambiente (da obra) que pode obstaculizar ou criar dificuldades para o empreendimento. A obra e a empresa são o sujeito, a região é o ambiente. Nesta inversão total, populações são suas atividades econômicas e modos de vida, fauna, flora, clima, geologia, tudo se confunde sob um olhar totalizante e homogeneizador [...] A região que se torna objeto para as empresas do SE é, então, a sua região, ou seja, o ambiente de sua intervenção. E nesta fusão região/ambiente, vão ser ressaltados os fatores ou aspectos que restringem (ou podem vir a restringir) a ação do Setor. Segundo esta lógica, a região que será demarcada como alvo das ações de Inserção Regional (IR) terá sua conformação determinada pela identificação dos elementos e fluxos que representam (ou podem vir a representar) resistências ao empreendimento.

Ainda, segundo Vainer e Araújo (1992, p.57-58), uma rápida e simples ilustração de uma das consequências imediatas da implementação dessa visão pode ajudar a entender melhor a operação político-ideológico que ela representa. Nos estudos e relatórios de impacto ambiental são sistematicamente omitidos ou desprezados os efeitos provocados pela construção de barragens a jusante do curso d'água. Embora seja largamente conhecido – tanto através de estudos teóricos, quanto a partir de experiência concretas – que as condições de vida a jusante possam vir a ser seriamente prejudicadas. Este fato é relegado porque as populações ribeirinhas, abaixo da barragem, não terão de ser deslocadas, não assistem à construção da obra nem estão advertidas para os riscos que correm e não representam, portanto, nenhuma resistência ou obstáculo efetivo ao empreendimento.

Na verdade, a concepção vigente no SE é perfeitamente coerente com o objetivo explícito da IR (Inserção Regional): viabilizar social e politicamente o empreendimento. Seguindo esta ótica, ali onde não surgem resistências ou obstáculos, não há porque considerar as dimensões socioambientais, não há porque levantar a lebre⁵⁷.

Estes mesmos autores (1992, p. 58-59), ainda discorrem:

Olhando para outro lado prisma as concepções do SE, constata-se que cada região é separada das outras, cada região está referida apenas ao empreendimento que nela deverá ser inserido. Temos, no fim, apenas um somatório de regiões segmentadas, sem relações umas com as outras. Tampouco se percebe qualquer preocupação ou reflexão acerca das complexas relações entre as regiões que consomem a maior parte da energia produzida e as regiões que deverão, progressivamente, ser responsáveis pela produção dessa energia. Quais os efeitos de um sistema elétrico que caminha aceleradamente para transformar algumas regiões em meras exportadoras de energia para os grandes centros urbano-industriais, reforçando dessa forma as já imensas desigualdades regionais no País? Quais as consequências deste modelo para as regiões que estão sendo invadidas por grandes projetos hidrelétricos que atenderão à demanda das regiões dominantes? Qual a posição do setor elétrico, que responsabilidades assume frente ao dispositivo constitucional que coloca entre os objetivos fundamentais da nação e redação das desigualdades regionais sociais? Descentralização da produção, fluxos migratórios, políticas agrícola e industrial e tantos outros vetores que, combinadamente, produzem uma determinada configuração territorial, eis questões que, na visão do SE, estariam fora de sua esfera de competência.

Ao considerarem que esse problema não é seu e se esconderem no silêncio, os formuladores das diretrizes de política energética – elétrica em particular – separam deliberadamente os problemas regionais/ locais. Mais que isso, contrariam seu próprio

⁵⁷ Quem tem levantado a lebre são as populações atingidas, embora muitas vezes isto só tenha ocorrido em etapas já avançadas – ou mesmo depois da conclusão – das obras. Expressiva, deste ponto de vista, a reivindicação saída do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens de que nenhuma nova obra seja iniciada antes que todos os problemas pendentes em obras já concluídas sejam resolvidos (VAINER e ARAÚJO, 1997, p. 58).

discurso - de que o SE é estratégico, posto que indutor de desenvolvimento. Ora, é exatamente este papel que confere às decisões setoriais relativas as quantidades de energia a serem ofertadas nas diferentes regiões do país, um significado crucial seja no aprofundamento, seja na redução das desigualdades regionais. Ao abdicar de aprofundar o debate acerca das consequências de seus grandiosos planos de expansão sobre a organização territorial brasileira e sobre os desequilíbrios regionais, o Setor Elétrico – SE se contenta em servir de suporte de sustentação e produção do padrão histórico vigente, concentrador e excludente social e espacialmente.

Dessa forma, o SE simultaneamente reforça um padrão de desenvolvimento e tenta apresentá-lo como natural e inevitável, aprofunda as desigualdades regionais e anuncia sua preocupação em preservar os interesses das regiões impactadas pelos grandes aproveitamentos hidrelétricos (VAINER E ARAÚJO, 1992, p. 59-60).

No quadro 6 descrevemos, em forma de síntese, o item 3.5, para podermos dar uma dimensão maior do que foi proposto nesta dissertação, se houve “desenvolvimento Econômico” para a região com a construção da UHEGNB:

Quadro 6 - Síntese do item 3.5 - Houve “Desenvolvimento Econômico” provocado pela construção da UHEGNB?

<p>A questão da agricultura familiar (agricultura de toco)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No período da implantação dos reassentamentos, em 1991, tínhamos uma produção bastante homogênea, ou seja, existia um equilíbrio entre as produções de milho, soja, erva-mate, feijão, entre outras culturas predominantes na região. Porém em 2012, período da realização das entrevistas para a pesquisa, observamos que a cultura predominante, principalmente em Mangueirinha, passou a ser dominada pela produção da soja; • A agricultura praticada pelos ribeirinhos em 1982, era a agricultura com utilização da força animal e manual com um sistema trocas intermediadas pelos comerciantes, em terrenos inclinados, sem utilização de adubos ou qualquer tipo de implemento agrícola mecânico; • A produtividade, apesar da fertilidade do terreno, já apresentava declínio em razão do sistema de plantio, pois colheita após colheita, os agricultores lavravam a terra, o que provocava uma enorme perda da camada de terra fértil, levada pelas águas
---	--

	<p>das chuvas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Essa agricultura era praticamente de formam manual, com a utilização dos animais para tração arada, “agricultura de toco” como nominada pelas famílias, feita com o uso de implementos de manejo manual e de tração animal; • O modelo de agricultura praticada resultava numa produtividade suficiente para o sustento das famílias; • Nas entrevistas, os ribeirinhos sempre enfatizaram a excelente produtividade natural do solo e a baixa produtividade do local onde foram posteriormente reassentados, entrando em choque com a conclusão do Eia-Rima.
<p>Os projetos de agroindustrialização dos reassentamentos Segredo I e III – Mangueirinha –PR.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Houve vários projetos de agroindustrialização, os quais faziam parte do processo de implantação dos reassentamentos previstos pelo governo para desenvolver a região; • Os projetos foram implementados, no governo de Jaime Lerner, quando foi implantado o “Projeto Sabor Segredo”; • Nas palavras de Nilson Brasil (2012), “Todas fechadas que até por sinal, o abatedouro de aves infelizmente é triste falar, mas aconteceu de estar fechada hoje, por quê? por falta de verba [...]”.
<p>Melhorias proporcionadas pela construção da UHEGNB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Na visão do prefeito, esta aproximação com as autoridades fez com que a região fosse notada por elas, e, assim, pode-se ter uma representação política da região. Neste período as estradas foram construídas e cascalhadas, e o asfalto, bem como a ponte do rio Jordão, pôde ser construída para dar acesso à região da construção da Usina; • Para Francisco Presa (2012), na região não tinha nada praticamente: Aqui era tudo estrada de chão em [19]82 que eu vim para cá Foz do Jordão, Segredo, aqui era praticamente um matagal.
	<ul style="list-style-type: none"> • Para Zirlei de Faveri (2012), a gente chegou aqui antes da obra nos chegamos no ano de 1980 e tinha dificuldade, não tinha energia e não se podia fazer praticamente nada em termos de comércio, nem havia ponto comercial, em 1982 então foi a chegada da energia, a Copel trouxe a energia pra Foz do Jordão, que seria Segredo na época.

Desenvolvimento do comércio local e regional	<ul style="list-style-type: none">• Para Olívio Amancio (2012), com a pouca estrutura existente, o comércio atendia os consumidores existentes na época, que eram os agricultores (sitiantes), porém com um sistema diferente de fazer comércio: com anotações em caderno para pagamento posterior. Esperava-se produzir para efetuar o pagamento, e havia uma confiança muito grande nestes consumidores sitiantes. Isso foi se modificando à medida em que foram chegando os barrageiros (trabalhadores) para a região;• Essa mudança na forma de fazer comércio fez com que vários pequenos comerciantes, que não se adaptaram com a nova forma, fechassem as portas de seus estabelecimentos;• A construção da Usina trouxe condições suficientes para que a região se desenvolvesse, porém com problemas estruturais, como apontam várias pesquisas que estudam a implantação de Grandes Projetos de Investimentos. A região atrai os comerciantes, por exemplo, mas com o término da construção da usina, os consumidores acabam se evadindo do local, o que deixamuitos comerciantes com estoque e sem clientela para comprar, ealém disso, muitas das pessoas vão embora e deixam dívidas, como afirma Francisco Presa (2012) “fiquei com muitas contas para receber.
Geração de empregos	<ul style="list-style-type: none">• A usina trouxe em média quase 5 mil funcionários (diretos e indiretos);• Tivemos um grande “afluxo migratório” atraídos pela expectativa de emprego, chegando a mais de doze mil pessoas;• Nas palavras de Vainer e Araújo (1992, p. 35), a geração de postos de trabalho que acompanha a etapa das obras civis é sempre inferior à aglomeração de trabalhadores, e que do ponto de vista da região impactada, o processo resulta num aumento do desemprego local/regional.

Fonte: Organização de ZWARICZ, Juliano (2012).

Neste próximo item discorreremos do que chamamos de “guerra Jurídica” ocorrida nos tribunais paranaense e brasileiro, entre a empresa Copel (governo) e a empresa ganhadora da primeira etapa da licitação (C. R. Almeida).

3.6 “Guerra Jurídica”⁵⁸ entre Copel e empreiteiras para a construção da UHEGNB

Os grandes Projetos de Investimentos atraem e são atraídos por gigantes⁵⁹ que disputam palmo a palmo cada construção do Setor Elétrico. Foi o caso da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, onde tivemos uma verdadeira guerra jurídica nos tribunais brasileiros.

Nas palavras dos deputados estaduais, notas taquigráficas da sessão ordinária realizada no dia 19 de maio de 1988, numa Sessão conturbada e muito nervosa onde se ouvia o presidente da Copel, Francisco Luiz Sibut Gomide, sobre essa guerra jurídica. Nesta ocasião, os interesses estavam em confrontos, a ponto de ser instaurada uma Comissão específica em conjunto com as Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, para investigar esta possível tentativa de superfaturamento do dinheiro público destinado para a construção da obra, por parte de contratos acima do teto estabelecido.

Na tomada do depoimento do então presidente da Copel, este abre a sua fala discorrendo sobre o fato “gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade que os senhores nos dão de apresentar aqui uma questão que é tão importante para o desempenho do Governo Álvaro Dias – PMDB (1987-1991) e tão vital para o progresso do Paraná e para o futuro do sistema interligado de energia elétrica”⁶⁰.

Discorre então sobre os argumentos da Copel para impedir a concorrência pública a ser realizada:

É muito importante que os Senhores percebam que o que se discute hoje, na justiça, não é o preço da COPEL, nem o orçamento o que se discute é o direito que tem uma empresa do Governo, uma empresa da administração pública, de revogar uma concorrência que produz valores que a companhia absolutamente

⁵⁸ Termo utilizado pelo autor para designar a briga gerada pelo governo Álvaro Dias – PMDB (1987-1991) e a empreiteira C. R. Almeida que além de passar pelos Tribunais judiciais do Paraná e do Brasil, Assembleia Legislativa do Paraná, jornais, imprensa televisiva, afetaram diretamente o empreendimento da construção da Usina.

⁵⁹ Empresas gigantes no Ramo da construção civil, elétrica, hidráulica e terraplanagem.

⁶⁰ Depoimento do Presidente da Copel em 19/05/1988, na Assembleia Legislativa do Paraná.

não pode pagar. Esta é a essência da questão e é isto que se discute na Justiça. Gostaria de lembrar aos senhores que foi invocado pela Copel um item do nosso edital, o item 5.6 Este item eu vou tomar a liberdade de ler porque é muito importante. Diz o seguinte: “A COPEL reserva-se o direito de anular, revogar ou transferir esta concorrência em qualquer fase em que se encontra, sem que caiba qualquer proponente direito à reclamação, ou indenização. A apresentação da proposta implica tacitamente na aceitação por parte dos proponentes de todas as disposições dos documentos do contrato das presentes instruções”(ATA 36ª Sessão, 1988, p. 18).

A Copel entrou na justiça para impedir que a empreiteira C.R. Almeida construísse a obra da Usina, alegando superfaturamento no contrato que estava bem acima do teto estabelecido no edital, onde seria de U\$\$ 170 milhões e, a empreiteira havia vencido a licitação através da modalidade pregão por o equivalente de U\$\$ 263 milhões. Assim, o governo paranaense de Álvaro Dias – PMDB (1987-1991), travou essa guerra com a empreiteira, sendo impetrados, inúmeros Mandados de Segurança tanto a favor da Copel (governo) como da empreiteira (C.R. Almeida).

Para Gomide, o governo do estado propôs um orçamento para a construção da obra num valor inicial de U\$\$ 175 milhões e este é o valor máximo que poderia ser gasto:

Há dois anos no palácio Iguaçu, retiramos um contrato de financiamento da Usina de Segredo com o então Governador João Elísio. A Eletrobrás veio até o Palácio Iguaçu e assinamos um contrato em que se asseguravam recursos da ordem de 175 milhões de dólares para fazer as obras civis que são a soma dos desvios e a soma da segunda etapa. O nosso teto não poderia ser superior aos 18 milhões de cruzados que hoje corresponderiam em março a 170 milhões de dólares e é de conhecimento público. Este é o montante de recursos atribuídos para as obras. Eu repito: mesmo que não tivéssemos o item 5.4 estabelecendo um teto nessa concorrência nós teríamos de, em nome do interesse público, revogar a concorrência (ATA 36ª Sessão, 1988, p. 19).

Ainda argumenta que a diferença de valores que não havia no orçamento do estado é que levou a Copel a pedir o cancelamento da concorrência, “Vocês acham que não são verdadeiros os motivos que levam uma empresa pública revogar uma concorrência que apresentam sobre-preço de 93 milhões de dólares, ou de 10 bilhões de cruzados e que pedem recursos que inexistem na companhia? Esses não são motivos de interesse público?”⁶¹

Um fator que levou à verdadeira “guerra midiática” entre a Copel e Empreiteira C. R. Almeida foi a acusação de um “cartel” entre as empresas, o que levou a imprensa a

⁶¹ ATA da 36ª Sessão da Assembleia Legislativa, 1988, p. 19.

fazer muitas menções, mediante as quais o deputado estadual Rafael Greca -PDT⁶² assim questiona:

Bom, eu gostaria de saber em primeiro lugar: o senhor acusou publicamente, e o documento que ontem nos foi enviado, as empreiteiras em acordo prévio entre os consórcios participantes no sentido de aumentar artificialmente os seus preços em prejuízo do Erário Público. Isso é o que se chama de formação de um cartel. A sua solução seria uma eventual concorrência internacional para calibrar corretamente os preços da Engenharia Nacional. Eu pergunto: As 8 empresas paranaenses que participaram da concorrência também fazem parte do cartel? (ATA, 36ª Sessão da Assembleia Legislativa, 1998, p. 28).

A resposta do então presidente Gomide foi a seguinte:

nós somos ligados à franqueza e à transparência imposta pelo Governador Álvaro Dias dizendo uma frase que eu tomo a liberdade de transcrever ou de repetir, dizia : o Paraná não pagarás o preço do conluio. E fatalmente no dia seguinte à revogação da concorrência e à concorrência a Imprensa nos procurou. E a pergunta colocada era: os senhores acham que há cartelização? Respondendo com a franqueza de sempre, há uma acusação de cartelização. E como o senhor deve ter reparado, conluio é uma das razões para a gente desclassificar a proposta. E o Deputado há de concordar comigo que é muito difícil de provar o conluio. Nós estamos trabalhando com uma hipótese, quer dizer, há indicações de que possa ter havido combinação prévia. Esse é o cuidado que o assunto merece (ATA, 36ª Sessão da Assembleia Legislativa, 1998, p. 29).

É importante destacar que esta hipótese esteve presente no imaginário das pessoas, do cidadão comum, que lia as manchetes nos jornais e assistia pasmo a tudo o que estava acontecendo. Para a população, existia um rombo na licitação no valor de US\$ 100 milhões e, isso iria sair dos cofres públicos, referente à segunda etapa da construção da usina, pois a primeira etapa a construtora C.R. Almeida já estava terminando. Esta etapa contemplava a terraplanagem, limpeza da área e abertura de acessos para a construção da usina.

Os estudos para a licitação ocorreram no governo de José Richa (1983-1986), que se elegeu Senador da República, renunciando ao cargo de governador e passando para seu vice, João Elísio Campos (1986-1987). Porém, a “guerra jurídica” tem início na base do governo de Álvaro Dias, que havia vencido as eleições em 1986.

Continuando o questionamento realizado na Assembleia Legislativa do Paraná e lavrado na Ata da 36ª sessão ordinária, pelo Deputado Cândido Bastos - PMDB⁶³, que representava a região da usina de Segredo, sobre o teto financeiro e a cartelização entre as

⁶² Deputado Estadual gestão 1987-1991.

⁶³ Deputado Estadual gestão de 1987-1991, que representava a região da usina de Segredo, residência eleitoral de Guarapuava.

empresas, bem como o motivo da Copel não partir diretamente para uma concorrência internacional, Gomide argumenta:

A ideia do estabelecimento do preço teto é a confiança que nós temos de que não eram em todos os itens que nós temos essa confiança que nos levem a estabelecer os critérios, e os critérios são aquela metodologia dos preços mínimos e máximos.

Há um compromisso de todo o cidadão brasileiro com a sua indústria, então, isso, é muito forte na Engenharia. Nós estamos dizendo claramente que nossas informações são de que essa obra de concorrência internacional seria feita por volta de 120 milhões de dólares, no máximo.

O poder público, o consumidor de energia elétrica, o contribuinte, está disposto a pagar até 170 milhões de dólares para prestigiar a indústria nacional. Mas, não está apto para pagar 273 milhões de dólares. Essa diferença de custo está coberta por essa margem de preferência para fazer a concorrência ser justa. Mas a questão talvez fosse outra. Como o país não tem condições de pagar o seu setor elétrico e (pag.29) ela deve ser feita, será que não temos que, nesse item em particular, arcar com eventual prejuízo da Engenharia Nacional para salvar o principal que é a disponibilidade e o suprimento de energia elétrica para o futuro? Essa é a questão. | Têm duas partes: uma, é a margem de preferência – até quanto a sociedade brasileira quer pagar para prestigiar a sua indústria. Eu acho que deve prestigiar. Mas deve haver um limite, e mesmo para os valores internacionais já há pouco dinheiro, o que é mais importante? O setor elétrico ou a economia como um todo ou algumas empresas, construtoras... (ATA da 36ª Sessão da Assembleia Legislativa, 1988, p.28)

Aqui fica evidente a tentativa de até mesmo ameaçar uma concorrência internacional para baixar os preços das empresas nacionais, porém havia uma preocupação com a indústria nacional, contudo o preço limite é que esbarrava o cumprimento do contrato entre Copel e C.R. Almeida, isso conforme os argumentos do presidente da Copel e, portanto, do governo estadual.

Outro argumento forte utilizado pelas empreiteiras é o de que a obra seria paralisada, caso esse processo se arrastasse judicialmente, e nessa visão, questiona-se quem arcaria com os prejuízos? Para Gomide (1988, p.33):

Esse é um assunto bastante complexo e que nós temos tentado explicar à sociedade, é o argumento feito pelos empreiteiros de que a obra tem que ser feita é um argumento quase que infantil, não é a qualquer preço que se faz a expansão do setor elétrico, esse é um cálculo muito técnico e muito complicado chamado de avaliação do custo marginal de expansão da capacidade de geração do país, traduzindo esse termo técnico imaginem o seguinte, o que faz o administrador do setor elétrico? Ele de um lado contempla a possibilidade de racionamento e vê que potencial prejuízo há nisso, de outro lado ele orça uma obra e vê qual é o custo de obra, qual a decisão economicamente racional, sempre que o custo da obra forma menos do que o potencial prejuízo da não construção da obra, vamos construí-la.

Quando questionado pelo deputado Nereu Massignan – PMDB⁶⁴, se caso a Copel perdesse na justiça ela adjudicaria a obra para C.R.Almeida e não se discutiria a perdas e danos, como Gomide (1988, p. 38) argumenta:

Aliais essa é uma pergunta muito interessante porque realmente não se entende o que é que se tem aqui por objetivo. O que está sendo discutido na justiça é o direito de revogar ou não revogar. É obvio que temos o direito de revogar, mais imaginemos que assim não entenda a Justiça Federal. Daí nós não temos o direito de revogar, mas daí nos contrariando o que diz a exposição de motivos de Decreto 2300 que mais uma vez tomo a liberdade de ler:

“O Licitante não pode em ocorrendo motivo de interesse público, compelir a administração a prosseguir ou a completar o procedimento licitatório.” Este pode ser revogado a qualquer tempo ou em qualquer parte”.

No dia 20 de maio de 1988, portanto um dia após, o presidente da Copel ser ouvido, as mesmas comissões da Assembleia Legislativa ouvem os representantes da empresa C.R.Almeida, para expor a sua visão a respeito do processo de revogação da licitação, assim o vice-presidente do grupo Almeida, Henrique Almeida, inicia a sua fala:

Senhoras e Senhores Deputados.

Pois bem. Não somos moleques, Não somos um bando de aventureiros a caça de lucros fáceis. Senhores, nós somos a C.R. Almeida, nós somos uma família, nós somos gente. E acima de tudo, somos gente do Paraná, nossos filhos aqui cumprindo o destino, o destino idêntico aos muitos filhos deste nosso Paraná.

Srs. Deputados, eu agradeço. Porque eu tenho certeza que daqui vai aparecer a verdade. Eu quero encarar novamente os nossos dez mil funcionários. Nós não podemos ser denegridos em televisão, falando de conluios, de conchavos. Isto é uma farsa! A proposta que daqui a pouco Dr. Vinicius vai mostrar aos senhores, a proposta que foi feita no gabinete é diferente dessa nossa que teve estudo técnico durante 90 dias. Qualquer preço que chame esses empreiteiros lá, pode ser 12, pode ser 15, pode ser 18 eles aceitam. Porém depois nós não sabemos mais nada. (ATA da 36ª sessão, 1988, p. 43).

Sobre os argumentos defendidos pelo presidente da Copel e aqui já observados o então representante da empresa, argumenta:

Diz o item 5.6 “À COPEL exerce o direito de anular, revogar ou transferir essa concorrência em qualquer fase que se encontra sem que caiba a qualquer proponente o direito a reclamação ou indenização”. É desde logo visível a nulidade desse item, por força do que dispõe o Decreto-lei 2.300, Art. 39, parágrafo 1º A Lei determina que “ a administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anular por ilegalidade não gera obrigação de indenizar”. Portanto, a revogação gera a obrigação de indenizar. E a disposição que diz que não cabe indenização é uma disposição contra a lei e, portanto, nula. E nula esta disposição, nulo este dispositivo é absolutamente imprestável. A COPEL não poderia realmente usar isto!

⁶⁴ Deputado Estadual gestão 1987-1991.

Portanto, nulo, não gera direito para a COPEL. Esse item 5.6 não pode ser chamado tabulação porque não vai abrir mão. (ATA da 36ª sessão, 1988, p. 43)

E continua argumentado que o que está em discussão não era o preço, e nem o poder da Copel para revogar ou não a licitação:

Na verdade o que estamos discutindo não é preço no mandado de segurança. Não o poder da Copel, de uma administração pública, revogar o seu ato, mas sim é o desvio de poder deste ato constituído. A administração pública não pode utilizar um instituto jurídico por outro. Se ele tinha o dever de desclassificar e não o fez porque não tinha condições de provar a exequibilidade de seu preço, ou a existência de um cartel, ele não podia revogar a concorrência depois de sua fase de iniciação.

A primeira conclusão a que chegamos é que a COPEL errou ao calcular seu teto que deveria ser, pelo menos, pelo seu custeio, 22,69 bilhões de cruzados e não os 18 conforme afirma o Doutor Gomide. O Presidente da COPEL mostrou ainda, aos senhores Deputados, dois itens principais onde reside a maior diferença ente os preços da C.R.Almeida e os preços da COPEL. Nós podemos afirmar que são 3 e não 2. o primeiro nós já demonstramos que há um erro cometido pela COPEL, que não é infalível como pensa o senhor Presidente, na elaboração da planilha para cálculo do teto máximo da obra. Esse erro representa, conforme demonstrativo, uma primeira diferença de 4,69 bilhões de cruzados. “a pouca diferença” reside no motivo: desvio do rio e escavação em rocha. (ATA da 36ª sessão, 1988, p. 43 e 46).

Quando questionado pelo deputado Cândido Bastos - PMDB⁶⁵ se havia objeção dentro do Edital, “eu acho que as razões deveriam ser apresentadas antes das propostas. Isto é um ponto de vista que nós achamos, se a lei é elástica, não é fechada, não pode”. E se as empreiteiras brasileiras também têm participação em concorrências internacionais, inclusive com grande competitividade em relação à sua técnica e tudo mais em com seu sucesso em obras no exterior. “Eu perguntaria se há algo de errado na hipótese de participação de empresas estrangeiras em concorrências nacionais”? o representante a C.R. Almeida disse que o fez antes, pois quem deveria fazê-lo era a Copel e quanto a empresas estrangeiras não teria problema nenhum da participação delas no processo licitatório.

E continuou argumentando que:

A administração pública não pode prescindir das obras públicas. Se não tem o dinheiro, exatamente a própria lei, os próprios princípios de direito administrativo ficam isto, são as cláusulas exorbitantes do direito de contrato administrativo que permitem à administração pública estabilizar o vínculo, modificar o projeto, diminuir o seu custo. O que não pode é lançado um edital que compromete a administração pública e depois dizer que vai fazer outra coisa. Este é o interesse público que está em defesa, é a seriedade da administração

⁶⁵ Deputado Estadual gestão 1987-1991, Ata da 36ª sessão, 1988, p. 51.

pública, é a firmeza dos editais. Se não tem o dinheiro com o projeto que fez, muda o projeto. Mas o edital é sério. Este é o interesse público. Não é se brincar com a administração pública, não é se brincar com o Direito administrativo, é se fazer coisa séria. Eu compro automóvel se quero, senão ando de ônibus, mas não faço uma usina hidrelétrica com o dinheiro público se eu quero, porque eu preciso fazer. (ATA da 36ª sessão, 1988, p. 55).

Para o deputado Pedro Tonelli - PSD⁶⁶:

certamente esta discussão é muito salutar, muito rica, porque envolve recursos públicos num montante grande, que certamente nos interessa. Colocamo-nos no lugar do Governador, no lugar da COPEL e qualquer um de nós, certamente, teria que avaliar com profundidade. Acho que ontem nós ouvimos atentamente a COPEL e apesar que não nos tenha convencido plenamente com os seus argumentos.

Já para o deputado José Felinto - PSD⁶⁷, “O Senhor fez o melhor discurso, mas não me convence. A C.R.Almeida não estaria se valendo de um momento crítico, na oferta de energia elétrica do país para alcançar preços abusivos?”

Então, contra-razoado pelo então representante jurídico da C.R. Almeida Luiz Alberto Machado⁶⁸:

Todos têm que respeitar a lei, menos que sejamos nós. Também não quero viver uma mentira pública e uma verdade privada. Nós queremos que se impinjam o respeito às leis desde que ela nos favoreça. Eu não sou assim. Eu sou um profissional das leis; eu preciso das leis; eu vivo das leis; Eu quero que elas sejam respeitadas. Eu quero que esse decreto-lei nº 2300 seja respeitado como um todo e não em pedacinhos. Não na revogação. Eu quero que ele seja respeitado, como diz a revogação, que é um princípio do direito administrativo, quando há desvio de poder.

Depois de ouvir os argumentos de ambos os lados, os deputados, tornaram o fato público e num relatório enviado para plenário, aprovaram por maioria, o apoio à Copel, em revogar a concorrência. Mas o fato se estendeu até final de 1988, com vários mandados de segurança, a empresa C. R. Almeida conseguia impedir o andamento do processo de licitação, que estava pronto para ocorrer através de um consórcio paranaense (DM, CESBE e SINODA).

Esta “guerra jurídica” atrasou as obras, como pode ser observado nos depoimentos dos entrevistados Francisco Presa, Olívio Amâncio, Elias Farah e Zirlei de Faveri, que

⁶⁶ Deputado Estadual, da base oposicionista, gestão 1987-1991, Ata da 36ª sessão, 1988, p. 57.

⁶⁷ Deputado Estadual, da base oposicionista, gestão 1987-1991, Ata da 36ª sessão, 1988, p. 58.

⁶⁸ Procurador Jurídico da C. R. Almeida, Ata da 36ª sessão, 1988, p. 58.

demonstraram a preocupação pelos atrasos das obras, que atingiu diretamente o comércio da região e, politicamente deixou dúvidas sobre a construção da usina.

Nas notas taquigráficas da Assembleia Legislativa “Anais da Assembleia” nº 81 de 19 de setembro de 1989, 3ª sessão legislativa da 1ª legislatura, ata da 65ª sessão ordinária, lida pelo Deputado Werner Wanderer - PSD⁶⁹ podemos destacar essa guerra jurídica entre governo, alegando superfaturamento e outro do lado às empreiteiras. Isso dá margem a discutido acima e citado pelos depoimentos colhidos na reunião das comissões da Assembleia Legislativa, com o presidente da Copel e o vice-presidente da C.R. Almeida. Nesse discurso narra-se toda a trajetória jurídica pela qual o processo arrolou, o qual descrevemos na íntegra:

Senhor presidente (Deputado Anibal Khury -PMDB⁷⁰). Examinemos a

Questão Segredo

1. Em 22 de março de 88, a Copel abriu as propostas comerciais apresentadas por quatro consórcios construtores, habilitados à construção das obras civis principais da usina hidrelétrica de segredo (projetada para gerar 1.260 megawatts de energia a partir de setembro/92, no rio Iguaçu, divisa dos Municípios de Mangueirinha e Pinhão). O edital deixava explícito o limite de US\$ 170 milhões para as propostas, que, no entanto revelaram quantias no mínimo 55% superiores. As empreiteiras e suas ofertas: C.R. Almeida, US\$ 263 milhões, Mendes JR, US\$ 280 milhões; CONVAP, US\$ 293 milhões.
2. Na defesa do interesse público, a COPEL revogou a concorrência com base na legislação e em pareceres de ilustrados juristas como Hely Lopes Meirelles e Antônio Carlos Cintra do Amaral. Iniciava-se aí a disputa judicial pelas obras de Segredo. De um lado, a empreiteira C.R. Almeida; tentando obter da justiça ordem para ser contratada pelo seu preço (US\$ 263 milhões). De outro, a COPEL e o governo do Estado, tentando evitar um gasto desnecessário correspondente a US\$ 93 milhões (diferença entre o orçamento da COPEL e a menor proposta apresentada na concorrência de março/88).
3. A pendência judicial iniciou-se na 2.ª Vara da Justiça Federal, onde a C.R. Almeida tentou anular a revogação determinada pela COPEL. Conseguiu uma sentença reconhecendo-lhe o direito a continuar na licitação “até julgamento final”. A COPEL recorreu dessa decisão ao Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, (extinto pela nova Constituição), mas deu execução provisória à sentença, realizando julgamento do qual resultou a desclassificação das quatro proponentes por ferirem o preço-teto previsto no edital. Também desse ato recorreu a C.R. Almeida à Justiça, ingressando com mandado de segurança junto a 6.ª Vara em Curitiba, que lhe deu liminar favorável.
4. Sob risco iminente de ver as obras de Segredo paralisadas, prejudicando o cronograma de obra inadiável para a coletividade, a COPEL conseguiu junto ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, a suspensão da medida liminar concedida à C.R. Almeida, o que lhe possibilitou duas importantes medidas em 31 de agosto de 1988: alcançar nova concorrência para a construção de 82% do volume total de obras, preservando o seu orçamento, e firmar um contrato emergencial com um consórcio de empresas paranaenses para a

⁶⁹ Deputado Estadual ano de 1989, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

⁷⁰ Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná ano de 1989.

realização de 18% das obras, a preços compatíveis com seu orçamento. Esse contrato de emergência teria duração de um ano, tempo previsto pela COPEL para que pudesse instalar no canteiro de obras a vencedora da nova licitação.

5. Poucos dias depois a 6.^a Vara sentenciou favoravelmente à empreiteira, invalidando a desclassificação das quatro propostas devido à infringência do item relativo ao preço-teto, e ordenando novo julgamento sem considerar tal cláusula. Também dessa decisão a COPEL recorreu ao Tribunal de Brasília. Em novembro, a C.R. Almeida tentou, sem sucesso, que o Tribunal suspendesse o andamento da nova concorrência (cujo prazo para entrega de propostas estava marcado para 8 de maio de 89) e do contrato de emergência. Até que o Tribunal julgasse os dois recursos da COPEL (em 28 de março de 89), os trabalhos no canteiro de obras seguiram normalmente.

6. Em julgamento conjunto, o Tribunal Federal de Recursos confirmou as sentenças de primeira instância, em acórdão publicado em julho passado. Embora recorrendo novamente dessa decisão, a COPEL deu execução provisória a ela, realizando novo julgamento das propostas e desconsiderando o preço-teto. A concorrência foi novamente revogada, por não dispor a COPEL de recursos previamente assegurados para contratar a proposta de menor preço apresentada. Esta contratação é proibida pelo artigo 6º do Decreto – lei 2300/86 e pela súmula 473, do Supremo Tribunal Federal.

7. Por seguidas vezes, a empreiteira C.R. Almeida tentou na Justiça, invalidar a nova concorrência e pedir a execução da sentença do Tribunal Federal de Recursos, a seu modo. Os juízes da 6.^a e da 9.^a Vara de Curitiba, negaram-lhe o pedido

8. Cinco dias antes do prazo fixado pela COPEL aos 16 consórcios de empreiteiras habilitados a participarem da nova o juiz da 3.^a Vara federal de Curitiba concedeu à C.R. Almeida mediada liminar suspendendo o prosseguimento da nova licitação, impedindo a COPEL de receber as propostas no dia marcado, essa liminar a COPEL conseguiu neutralizar em 25 de julho passado, junto ao presidente em exercício do recém-criado Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, sediado em Porto Alegre e com jurisdição sobre os três Estados do Sul. Cassada a liminar, pôde a COPEL programar a retomada da nova concorrência, dando prazo até o dia 04 de setembro para que as empreiteiras interessadas entregassem suas propostas.

9. Numa última tentativa de evitar o recebimento e abertura das propostas que colocariam fim ao embuste articulado, a C.R. Almeida pediu ao pleno do Tribunal gaúcho reconsideração do despacho que cassou a liminar. Como principal argumento, defendeu que a primeira concorrência ainda não perdera sua validade, permanecendo em aberto (isso graças a mais uma liminar, também da 3.^a Vara da Justiça Federal em Curitiba, concedida em 15 de agosto último suspendendo os efeitos da segunda revogação praticada pela COPEL). Em reunião no dia 30 de agosto, por 9 votos contra 2, o pleno do Tribunal Regional da 4.^a Região manteve o despacho cassando a liminar, garantindo o prosseguimento da nova concorrência.

10. No dia 4 de setembro, finalmente, a Copel recebeu e abriu as propostas comerciais para a conclusão das obras de Segredo. Seis ofertas foram encaminhadas, e todas dentro da base de preço fixada a partir do orçamento da Empresa. Cinco delas, inclusive, empatando no limite mínimo considerado aceitável pela Copel: US\$ 1302 milhões.

O orçamento da COPEL, considerado pela C.R. Almeida, Fictício porque aqui no Plenário desta casa, onde a comissão Especial que investigava, lá vimos os atores da C.R. Almeida que mais pareciam belos artistas encenando uma peça do Teatro Guairá. Fantasiado, inexequível, é bom demais para, pelo menos, esses cinco consórcios, que oficialmente se propuseram a fazer as obras previstas por um valor ainda menor.

Na primeira concorrência, para 100% das obras, a COPEL pagaria até US\$ 170 milhões e não obteve sucesso; na segunda, para 82% das obras (e dos custos que corresponderiam a US\$ 140 milhões sobre o orçamento original), já encontrou cinco que se propõem a trabalhar por US\$ 130 milhões. Pagou US\$ 30 milhões para o consórcio de emergência para que as obras não passassem um ano

paradas, como queriam alguns. E poupou o público consumidor de energia elétrica – que é quem vai pagar a usina, de um gasto adicional, desnecessário e inexplicável de praticamente US\$ 100 milhões, senão o povo paranaense.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Quando muito se fala em privatização das empresas públicas, em desestatização, temos aqui um exemplo vivo de desestatização, de apropriação privada do poder público e do dinheiro público por uma empresa, com a cumplicidade de instâncias judiciais, que se burocratizam na lei e perdem o sentido da justiça.

É de perguntar-se: como e até quando alguns juizes se conformam e se transformam em burocratas dos textos pinçados das leis por chincanices? Por que cada vez mais lhe dizem que sua intervenção legal é técnica e não jurídica, é semiótica e não semântica, é da parte e não do todo?

O caso do embuste político de salto Segredo, criado pelos interesses da empresa C.R.Almeida, na sua pendência contra a COPEL, contra o Estado do Paraná e contra a sociedade brasileira, deve ser analisado detidamente e avaliado.

Como um caso de abuso de poder econômico, de subversão legal, de delinquência econômica, social, jurídica e política.

É preciso resistir!”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O governo Álvaro sério de combate à corrupção; é um governo que não tem privilégios é um governo da nova prática, do novo jeito de caminhar. É de não contentar muitos empresários, principalmente os empresários corruptores, aqueles que sonogam o patrimônio público, aqueles que sempre viveram através dos recursos públicos.

Eu gostaria de ver nesta tribuna os Parlamentares que fizeram parte daquela Comissão e lá estavam Parlamentares ilustres como os Deputados Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, parlamentares que fazem parte da comissão como Rafael Greca de Macedo, com David Cheriegate, que pudessem vir a esta Tribuna e parabenizar aqueles que realmente querem o combate à corrupção, não o combate da demagogia, não o combate da boca para fora, mas que existem os acertos trancados nos gabinetes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O efeito desta “guerra jurídica” para a região pode ser observado nas palavras do prefeito de Cândói⁷¹, uma vez que o fato significou a paralisação da obra por um longo período mediante a guerra jurídica que se travou nos tribunais:

e nos acompanhamos inclusive uma pendenga jurídica colocada na época com a empreiteira que ganhou a licitação e o ex governador Álvaro Dias não se conformou com o valor achou que estava superfaturado o preço e foram para a disputa ficou parado muito tempo até que as coisas pudessem acontecer mas a diferença era muito grande (FARAH, 2012).

Já para Presa (2012)⁷², comerciante na época da construção da usina, a obra ficou paralisada por uma briga política:

⁷¹ FARAH, Elias Neto. Entrevistado pelo autor no dia 09/01/2012. Presidente da Câmara de Vereadores de Guarapuava na época da colocação de iluminação rural para a região ao entorno onde mais tarde seria construída a usina governador Ney Braga. Prefeito de Cândói – PSDB, por três gestões, do ano de 1992-1996 e 2001-2004 e 2009-2012.

⁷² PRESA, Francisco. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Comerciante e morador da Vila Segredo (hoje Foz do Jordão), vereador por Cândói no ano de 1992-1996 - PDT e Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Jordão em 1997-2000 - PSDB.

Ali acho que mais foi uma briga política da época [...] e depois houve a eleição do Richa⁷³, o Richa assumiu tinha já iniciado a construção da vila [...] daí a obra paralisou ficou paralisada [...] depois quando houve a eleição do Álvaro Dias, daí houve uma briga com as empresas por causa dos contratos e coisa e tal e daí ficaram mais uns quatro ou cinco meses daí ela iniciou quem concluiu a barragem foi o Álvaro Dias.

Ainda, para Presa (2012), isso representou quase a falência de vários pequenos comércios da região:

O comércio ficou um fracasso total [...] porque o pessoal vieram e se instalaram e parou quatro ano praticamente, quatro anos parados, e aí o comércio fracassou inclusive o meu tinha que fechar as portas [...] já tinha bastante comércio [...] a maioria fechou as portas, quem não fechou, teve que sair fora, o comércio ficou praticamente parado.

Neste itemressalta-se a questão da “guerra jurídica” entre a Copel e a Empresa C.R. Almeida que havia vencido a segunda etapa da licitação, mais tarde cancelada, com a alegação de superfaturamento. Ademais, a “guerra jurídica”, motivou a abertura de Comissões de Investigações na Assembleia Legislativa do Paraná, e de muito debate entre os deputados estaduais, governo e empresas envolvidas na construção da UHE. Acabou prevalecendo a posição do governo de Álvaro Dias que cancelou a licitação na justiça e realizou outra, com empresas de porte médio, constituindo um consórcio (DM-CESBE-SINODA), empresas estas que acabaram realizando a segunda etapa da construção da Usina e assim concluindo a obra.

Num primeiro momento analisamos a notícia sob o aspecto de uma briga política, uma vez que a empresa teria patrocinado nas eleições o candidato adversário de Álvaro Dias. Não pudemos levantar estes dados devido à falta de transparência nas contas eleitorais daquele ano. Cabe lembrar que a Lei da Transparência (Lei 12.527/11 de 18/11/11 – regulamentada pelo Decreto 7.724/12 de 16/05/12) e a Lei Eleitoral 9.504/97, através da sua Resolução 23.376/12 de 01/03/12, só entrou em vigor atualmente. Este fato podia explicar porque Álvaro Dias assim que assume o governo, inicia esta “guerra jurídica” para cancelar a licitação desta empresa, com o argumento de superfaturamento.

Outro fato que chama a atenção é que o governo que antecedeu Álvaro Dias foi José Richa e João Elísio Campos, ambos do PMDB, mesmo partido político de Álvaro, Isso demonstra a continuidade de governo, pois neste período não existia reeleição, ou seja,

⁷³ José Richa Governador do Paraná de 1983-1986 – PMDB (nota do autor).

o mandato era de quatro anos para governador. Então José Richa e João Elísio haviam feito o sucessor, e fica a pergunta por que João Elísio não havia tentado cancelar a licitação?

O que foi passado para o cidadão paranaense era que havia superfaturamento num valor estimado de US\$ 100 milhões, somente nesta fase da construção, e que era dinheiro público. O mesmo argumento levou os deputados estaduais a aprovarem nas comissões de investigações e, mais tarde, no plenário da Assembleia Legislativa o cancelamento da licitação provocando o imaginário popular, como demonstram os jornais da época, em apêndice nesta pesquisa.

Existem vários pontos que foram discutidos neste capítulo e que merecem destaques neste momento:- primeiro quanto à emancipação dos municípios: Candói de Guarapuava em 1991, depois Foz do Jordão de Candói em 1995, Reserva do Iguaçu de Pinhão em 1995 e Coronel Domingos Soares e Honório Serpa desmembrados de Manguairinha em 1995, cujofato em comum, a emancipação política da região patrocinada pela construção da UHE de Segredo, motivou os políticos a buscarem e a alimentarem o desejo de “desenvolvimento” regional, presentes nos discursos e entrevistas aqui relatados;

Outro ponto a destacar refere-se à implantação da Usina, devidamente estudado e bem planejado pelos técnicos, cujos dados presentes no EIA-RIMA demonstram que a geomorfologia favoreceu a escolha do local para a construção da usina;

Ainda destacamos a luta pelos ribeirinhos para a conquista de um local adequado e com condições parecidas pelo menos culturalmente, para que pudessem reproduzir os seus costumes de onde viviam; e, que não foi possível por diversos pontos: a não aceitação de posseiros, meeiros e arrendatários como donos de terras a ser alagadas, tendo que se organizar em forma de Sindicato para poder lutar por seus direitos; a indenização ocorreu, mas de forma diferente. Para alguns, em troca de terras (reassentamentos Segredo I, II, III e IV), e outros em forma de dinheiro, o que provocou a formação de vilas e até favelas nas cidades ao entorno da UHE de Segredo.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos, desde o início, quando tiveram de se abrigar embaixo de lona, devido a uma enchente que fez com que a transferência para os reassentamentos ocorresse antes do previsto. Com isso, iniciaram-se os debates e as discussões sobre o tema, transformando-se em um ponto muito polêmico. Na visão dos ribeirinhos, a empresa fez de “propósito” para acelerar o processo de transferência para os reassentamentos e, na visão dos técnicos foi devido às chuvas deste período.

Ainda discutimos a situação dos reassentamentos no período da pesquisa, ou seja, em 2012, e pudemos presenciar o descaso com os reassentados; projetos que proporcionaram muita mídia na imprensa na época da instalação, hoje totalmente paralisados e abandonados, conforme ilustrados por fotos neste trabalho e nos discursos dos entrevistados ribeirinhos. Por esse motivo, muitos estão deixando seus reassentamentos e, assim, transformando-os em latifúndios, pois os grandes fazendeiros da região se aproveitam para adquirir as terras.

Por outro lado, tivemos pontos positivos referente à construção da UHEGNB, como atração de comerciantes para a região, o que motivou também a melhorias sociais, como iluminação pública, construção de estradas, casas, colégios e até hospital.

As notícias da construção da usina hidrelétrica atraíram um expressivo contingente populacional para a região; num total de 12 mil pessoas, segundo os entrevistados. Porém, a obra da usina empregou cerca de 3500 pessoas. Com o término da mesma, essas pessoas ficaram desempregadas. Soma-se a isso, a dificuldade de se manterem as atividades comerciais e de serviços nos municípios da região, tínhamos quais haviam sido instalados e/ou ampliados à época da construção da usina. Esses fatores conjugados resultaram num aumento considerável de desemprego local/regional, como analisam Vainer e Araújo (1992, p. 36).

Passaremos, a seguir, às considerações da presente dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região CentroSul do Paraná, incluindo os municípios associados à Cantuquiriguaçu, vivenciaram significativas transformações a partir da implantação da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga. A construção da usina causou um impacto não apenas no espaço físico-geográfico dos municípios envolvidos, mas também na vida de seus moradores. A pesquisa sobre um possível “desenvolvimento econômico” provocado pela construção da UHGNB demonstrou que tivemos inúmeras situações que propiciaram avanços significativos do ponto de vista político e econômico, mas trouxeram problemas sociais e territoriais significativos do ponto de vista geográfico.

Os grandes aproveitamentos hidrelétricos são exemplos perfeitos e acabados desse ponto de vista acima citado. Regiões inteiras, extensíssimas bacias, ricas várzeas são transformadas em jazidas energéticas. As atividades econômicas, a vida social, as populações que configuraram e ocupam esses espaços passam, a partir deste momento, à condição de obstáculos ao processo de apropriação territorial pelo capital e pelo poder do centro, mas que devem ser removidos.

Para Vainer e Araújo (1992, p. 72), na verdade, esses obstáculos somente se transformam em questão quando a resistência das populações atingidas por essas intervenções começa a restringir a capacidade de resolver tecnicamente o problema. Estas resistências enunciam de maneira explícita algo que o autoritarismo e a prepotência tecnocrática dos planejadores obscureciam.

Caberia, nesta conclusão, destacar alguns elementos que parecem indicar o surgimento, a partir desses movimentos e de suas lutas, de uma nova visão sobre a questão ambiental, sobre o desenvolvimento local/regional, sobre a questão energética. Não se trata apenas de reconhecer as diferentes visões de como ocupar o território e explorar os recursos naturais; trata-se, na verdade, de múltiplas e contraditórias percepções do significado e sentido do meio e dos recursos ambientais.

Para Vainer e Araújo (1992, p. 78), trata-se de uma parábola: “Diante de um grande rio, certo grupo indígenas dirá: quanto peixe!; Alguns lavradores dirão: quanta terra fértil de várzea!; os engenheiros e planejadores do Setor Elétrico exclamarão: quanta energia elétrica”! A parábola permite entender que o que está em jogo é muito mais que a simples divergência quanto à melhor maneira de se usar ou se preservar um determinado recurso natural; o que está em jogo são visões qualitativamente diversas, que diferentes grupos

sociais constroem, acerca do próprio sentido e significado da relação entre sociedade e natureza.

Nos planos nacional, regional e local, os movimentos de atingidos por barragens estão experimentando, em sua prática política, que a articulação das várias escalas de luta e intervenção constitui, numa sociedade como a brasileira, condição tanto da eficácia política quanto da elaboração de projetos alternativos.

Talvez estejamos assistindo a um novo tipo de regionalismo – ou se, se prefere de consciência regional. O velho regionalismo era ideologia e projeto político através do qual as classes dominantes buscavam, simultaneamente, escamotear as contradições de classe no interior do espaço regional e aumentar seu poder de barganha com os segmentos hegemônicos das classes dominantes nacionalmente. O novo regionalismo, que parece começar a emergir, estaria apontando para uma explicitação dos antagonismos de classe inter-regionais e uma articulação nacional de segmentos populares. O primeiro buscava isolar e capturar regionalmente, política e ideologicamente, as classes dominadas; o segundo aponta para sua integração com os setores dominados de todas as outras regiões. O primeiro tentava fazer da questão regional um substitutivo à luta de classe; o segundo parece ser capaz de assumir a luta de classes; o segundo parece ser capaz de assumir a luta de classe sem, no entanto, perder de vista as formas concretas, particularizadas regionalmente, que ela necessariamente assume uma nova visão da questão energética (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 80-81).

Em poucas palavras, o avanço da luta, da organização e da consciência foi deixada cada vez mais clara a estreita associação entre nosso modelo energético e o modelo de desenvolvimento em geral. Foi sendo possível desvendar e denunciar que a política energética, longe de ser um elemento neutro, expressava e reforçava um modelo econômico, político e social que tem condenado a imensa maioria da população brasileira a assistir de longe às delícias do banquete desenvolvimentista.

Para Aguiar (2004, p. 12), não basta considerar a ciência como aquela que tem em pauta o outro, uma vez que este sempre foi “considerado”. A diferença é que este outro deve ser visto numa perspectiva diferente, que começa a ser contemplado nas pesquisas de Percepção Ambiental. O outro aqui “tem voz, tem história e esta voz e esta história são ouvidas muito antes de se propor projetos que vêm de instâncias superiores, não condizentes com a realidade deste Outro”.

Por fim, os princípios do planejamento, gestão e supervisão culminam na máxima aproximação entre teoria e prática, entre ciência e mundo-vivido. É na supervisão e

gestão deste conhecimento associado à realidade que o entendimento dos processos espaciais, no contexto local-global se faz útil e figuram como desafiantes àqueles envolvidos.

A percepção ambiental, cunhada por Aguiar (2004, p. 13), exemplifica a importância em se relacionar os conhecimentos sobre o “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”, que demandam interrelações entre si. As ações no campo ambiental apontam para uma negligência real da consideração das vivências de diversos atores envolvidos nos processos como os: atingidos por barragens, pelo avanço da fronteira agrícola latifundiária entre outras contradições e desafios do sistema produtivo capitalista.

A unilateralidade na resolução ou “abafamento” de tais questões, geridas pelo próprio Estado, tem levantado a seus pesquisadores, questões que se referem à necessidade de considerar as percepções e as vivências dos excluídos e ao questionamento dos múltiplos territórios que se sobrepõem a estes “lugares”. Com tais exemplos podemos perceber que uma abordagem enfocando apenas o lugar enquanto mundo-vivido ou somente enquanto território se constitui em mais uma leitura insuficiente da realidade.

A partir dos materiais da memória buscamos mostrar de que forma as representações foram articuladas e como as marcas do desenraizamento, ainda presente, são muito fortes na vida de homens e de mulheres que perderam o território conhecido. Sempre demonstrado e identificado nos depoimentos.

A temática deste trabalho foi reconstruir através da memória dos ribeirinhos, moradores, comerciantes, prefeitos, deputados estaduais e representantes das empresas envolvidas no processo da construção da usina, se houve desenvolvimento econômico e quais suas consequências diante do processo de implantação dos reassentamentos, da guerra jurídica entre Copel e empreiteiras, das emancipações políticas dos municípios de Candói, Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares e como foi o impacto social e ambiental sobre os ribeirinhos.

Para tanto, analisamos o histórico pelo qual o governo federal e o estado do Paraná implantaram o processo energético, uma vez que verificamos que o Paraná hoje é autossuficiente em geração de energia elétrica, ou seja, hoje o Paraná exporta para os demais, graças ao início de grandes construções que foram aprofundadas nas gestões dos ex-governadores Ney Braga e Paulo Pimentel. Já a construção da UHEGNB foi marcada diretamente por grandes discussões políticas que minimizassem os impactos socioambientais, implantação do RIMA, tornando-se um marco para a legislação ambiental brasileira.

O Grupo de Estudos Multidisciplinares, formado por representantes de vários setores da sociedade organizada, como Igreja Católica, sindicatos, prefeituras, Universidade Federal do Paraná - UFPR, além dos representantes do Estado e da Copel, foi na prática, uma tentativa de justificar à sociedade as medidas de minimização dos impactos sociais, mas também, e principalmente, apresentou-se no setor energético como um novo modelo de discussão para amenizar os impactos socioambientais e culturais causadas pelas obras hidrelétricas.

Ao observarmos o impacto de certas identidades locais como espaços de resistência frente à lógica global dominante, temos em Hall (1998, p.70), o fortalecimento de identidades locais ou da produção de novas identidades. Ou seja, o estudo sobre a memória dos caboclos ribeirinhos permitiu-nos conhecer como era sua cultura e assim analisar o processo da implantação dos reassentamentos, destacando-se: qualidade de vida inferior, climas diferentes, quebra de relações sociais, falta de identidade, isto é, falta de adaptação longe de seu espaço de origem e, assim, proporcionando com que muitos abandonassem as terras ou as trocassem por valores bem abaixo de mercado. O desencanto pelo novo espaço (reterritorização) e a tristeza pela perda da terra alagada foram pontos cruciais em todas as entrevistas analisadas.

A tentativa da empresa Copel em tratar todos de forma homogênea também proporcionou grandes debates e erros; pois, havia famílias que nunca tinham trabalhado com lavouras mecanizadas. Assim, os projetos fracassaram. Os reassentamentos foram também usados pelo governo do estado como *marketing* político, como no Slogan “aqui no Paraná o agricultor é tratado com justiça e dignidade”; porém, o que se observou é que, na prática, não foi bem assim.

A situação atual dos reassentamentos traz desespero e preocupação dos agricultores, uma vez que o medo da perda das terras era e continua frequente, na época pela pressão da empresa, e agora pelo endividamento. Há que se ressaltar impactos positivos quanto à instalação da UHEGNB, como construção de rodovias; os impostos gerados pela usina ajudaram emancipar os municípios de Cândói, Foz do Jordão, Coronel Domingos Soares, Reserva do Iguaçu e Honório Serpa. Com isso, investimentos foram sendo atraídos para a região para poder se ter uma organização de rede de ensino, sistema da saúde, transporte escolar, entre outros. E, por fim, isso contribuiu para inibir a violência que fazia parte do cotidiano, pelo uso intensivo de armas e a prática de resolver qualquer conflito à bala, trazendo policiamento para a região.

Finalmente a questão do custo da construção da usina gerou polêmica nos tribunais pelo Paraná e pelo Brasil afora. No início dos estudos ainda existia a concorrência, estando previsto um gasto de US\$ 170 milhões. Porém, quando terminado o processo de licitação, o valor global passou para US\$ 273 milhões, e segundo o depoimento do presidente da Copel, Francisco Luis Sibut Gomide, se tivesse realizado uma licitação internacional, ou seja, com empresas multinacionais, o valor seria de apenas US\$ 120 milhões. Isso significa uma diferença de mais de US\$ 153 milhões.

Quando questionado pelo então deputado Cândido Bastos - PMDB, deputado que representava a região da instalação da usina e, relatado na ata da 65ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Paranaense, por que se fazer uma licitação somente com empresas brasileiras e se tinha algum favorecimento ao setor nacional? O presidente Gomide responde que “como o país não tem condições de pagar o seu setor elétrico e ela tem que ser feita, será que não temos que arcar com o eventual prejuízo da Engenharia Nacional para salvar o principal que é a disponibilidade e o suprimento de energia elétrica para o futuro” (ANAIS ASSEMBLEIA, ATA 36ª Sessão, 1988, p. 29). Dessa forma, o governo inicia uma verdadeira “guerra jurídica”, termo este utilizado nesta pesquisa para designar a briga intensa entre o governo Álvaro Dias – PMDB e PST e a empresa C. R. Almeida construtora, que ultrapassou a barreira dos bastidores do judiciário, do campo político a nível de Brasil, Congresso Nacional, e o imaginário do cidadão paranaense. Esta, através da imprensa alimentava-se da teoria que o “povo paranaense estava sendo roubado pelo cartel que tinha se formado entre as empresas no processo de licitação”.

Levantamos alguns pontos sobre a “guerra jurídica”, porém como não era o objetivo central desta pesquisa e, sim os efeitos do processo de construção da Usina Governador Ney Braga, que assim descrevemos: 1- Por que o governo Álvaro Dias resolveu intervir na licitação, que foi realizada no início de seu próprio governo, mas que tinha sido iniciado o estudo ainda no governo de João Alísio, seu antecessor do mesmo partido? 2- O argumento de que a Copel deveria economizar para poder investir na ampliação do setor elétrico, também deixa dúvidas, por que a licitação fora realizada então em julho de 1987? Não se tinha noção dos futuros investimentos da Copel e do valor em caixa disponibilizado? E, finalmente, será que não fora imposto, contra a própria vontade, do então Governador Álvaro Dias, a licitação, uma vez que tinha iniciado os estudos em outro governo?

Essas indagações ficam, pois tivemos outros fatos que surgiram na denúncia da cúpula da Copel, do então, deputado federal Rubens Bueno - PPS, em 04 de setembro de

2000, no plenário da Câmara dos Deputados, intitulado a denúncia “deputado condena ressarcimento de empresa energética do Paraná”. Por meio desta, solicitou a intervenção direta da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná para instaurar “procedimento averiguatório” sobre a decisão do Conselho da Copel de aprovar o ressarcimento de R\$ 95 milhões a empresa C. R. Almeida. E ainda informou que a Copel já havia pago US\$ 33 milhões à Empresa em 1988, na época pela construção da primeira fase da obra, então por que mais este valor?

Esse fato levantado deixa claro que a “guerra jurídica” entre empreiteira e a Copel passou para outros governos e que o custo final da obra ultrapassou em muito o valor previsto inicialmente.

A implantação da Usina de Segredo trouxe um “boom” da economia local, principalmente da atividade comercial. Entretanto, com o término das obras, a maior parte dos trabalhadores da usina foi dispensada, ficando desempregados ou migrando para outras regiões do país. Portanto, a economia local entrou num período de dificuldades, onde inclusive diversos estabelecimentos comerciais foram fechados.

Esses municípios têm dificuldade de desenvolver a economia local, pois a maior parte da população masculina (barrageiros) é migratória por ser especializada em construção da usina (barragens).

FONTES

JORNAL. **Memória da Eletricidade**. Década de 1980 a1990. Arquivo Histórico. UNICENTRO.

JORNAL. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 de fevereiro de 2004, p. 17.

JORNAL. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 01 de junho de 1993, p. 06.

JORNAL. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 de setembro de 1984, p. 17.

JORNAL. **O Paraná**, Cascavel, 14 de junho de 1986, p. 08.

MUSEU REGIONAL DO IGUAÇU. **Entrevistas: arquivo histórico. Caixa 01: entrevistas do Salvamento Cultural de Segredo**: Entrevistas entre 1988-1992.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. **Discursos Deputados Estaduais do Paraná**. Assembleia Legislativa do Paraná e Câmara Federal

SEGREDO I, **Associação dos Produtores do Reassentamentos**. Regimento Interno. Manguairinha, 2000.

REVISTA. **Copel Informações**. Curitiba: Copel, p. 09.

REVISTA. **Copel Informações**. Curitiba: Copel, Janeiro, 1996, p. 10.

DISCURSOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS presentes 36^a e 65^a sessões ordinárias. Anais da Assembleia. Sessão Legislativa da 11^a Legislatura. ATA da 36^a Sessão Ordinária. 19 de maio de 1988. Curitiba, 1988 e Anais da Assembleia. Sessão Legislativa da 11^a Legislatura. ATA da 65^a Sessão Ordinária. 19 de setembro de 1989. Curitiba, 1989:

- 1- Acyr Mezzandri – PMDB – 19/05/1988, 20/05/1988.
- 2- Alexandre Ceranto –PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 3- Anibal Khury – PMDB–19/05/1988, 20/05/1988, 19/09/1989.
- 4- Antônio Annibelli – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 5- Antonio Belinatti – PDT– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 6- Artagão de Mattos Leão – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 7- Basílio Zanusso - PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 8- Cândido Bastos – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 9- David Cheriegate – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 10- Djalma de Almeida César – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.

- 11- Haroldo Ferreira – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 12- Hermas Brandão – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 13- Homero Oguido – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 14- José Afonso – PDT– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 15- José Domingos Scarpellini – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 16- José Felinto – PFL– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 17- José Rogério – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 18- Luis Gabriel Sampaio – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 19- Nereu Massignan – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 20- Paulo Furiatti – PMDB– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 21- Pedro Tonelli – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 22- Quielsi Crisóstomo – PMDB - Presidente Comissão Finanças e Obras Públicas –
1988– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 23- Rafael Greca de Macedo – PDT– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 24- Valderi Vilela – PDT– 19/05/1988, 20/05/1988.
- 25- Werner Wanderer – PDS– 19/05/1988, 20/05/1988,19/09/1989.

ENTREVISTAS

1. ALVES, Benedito de Jesus dos Santos. Entrevistado por Ramos em outubro de 2003, reassentamento Segredo I, Mangueirinha.
2. ALVES, Benedito de Jesus dos Santos. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012, reassentamento Segredo I, Mangueirinha.
3. AMANCIO, Olívio Albino. Entrevistado pelo autor em 06/01/2012. Comerciante na época da construção da Usina e Prefeito por duas gestões em Foz do Jordão.
4. BRASIL, Nilson Nogueira. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Líder Comunidade Santo Antônio, alagada pelo reservatório e líder do Reassentamento Segredo III, Mangueirinha e posteriormente Honório Serpa.
5. CHAGAS, Sílvio de Oliveira. Entrevistado por Ramos em maio de 2004, reassentamento Segredo II, Reserva do Iguaçu.
6. DALLACORT, Valmor. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Trabalhador da C.R. Almeida na primeira fase da construção e da DM, CESBE e SINODA no período da construção. Líder sindical na época.
7. DUMONT, Paulo. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Trabalhador da Copel na época da construção da usina.
8. FAVERI, Zirlei Antunes de. Entrevistado pelo autor em 06/01/2012. Comerciante na época da construção da usina e atualmente em Foz do Jordão.
9. HERZER, Afonso. Entrevistado por Ramos em maio de 2004, escritório da Copel UHEGNB, Reserva do Iguaçu.
10. KIRINUS. Gernote. Deputado Estadual – Presidente Comissão Pastoral de Terras, 1979.
11. KOBELINK, Michel. Entrevistado por Ramos em junho de 2004, faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, União da Vitória.
12. NETO, Elias FARAH. Entrevistado pelo autor em 09/01/2012. Prefeito de Candói por três gestões, na época da emancipação em 1992, presidente da Câmara de Vereadores de Guarapuava em 1985, período da eletrificação rural na região.
13. PRESA, Francisco. Entrevistado pelo autor em 07/01/2012. Comerciante na época da construção da usina. Vereador na primeira gestão de Candói e vereador e Presidente da Câmara em Foz do Jordão.
14. SAVI, Juscelino. Entrevistado pelo autor em 06/01/2012. Reassentamento Segredo I.
15. SILVA, Casemiro Rodrigues. Entrevistado por Ramos em junho de 2004 em Mangueirinha.

8. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. “**Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito**”, In: **Revista Proposta**, nº 56, março 1993, p. 5-8.

ACSELRAD, H. “**Sustentabilidade e Democracia**”, In: **Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável**, ano 25, Rio de Janeiro: FASE, dez/fev/1997, p. 11-16.

AGUIAR, R. C. R.. **Geografia psicossocial como instrumento metodológico de análise para a percepção ambiental**. Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Universidade Estadual de Londrina/PR. Londrina, 2005. p. 7-19.

ALMEIDA, A. A. de. **As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do rio Uruguai: intenções entrecruzadas**. Passo Fundo: UPF, 2003 (Dissertação de Mestrado em História Regional).

ANAIS DA ASSEMBLEIA. **Sessão Legislativa da 11ª Legislatura. ATA da 36ª Sessão Ordinária. 19 de maio de 1988**. Curitiba, 1988.

ANAIS DA ASSEMBLEIA. **Sessão Legislativa da 11ª Legislatura. ATA da 65ª Sessão Ordinária. 19 de setembro de 1989**. Curitiba, 1989.

ANDRADE, R. V.; LORA, E. S.; DUPAS, F. A. **Recursos naturais, demografia e desenvolvimento: uma análise baseada no relatório de desenvolvimento humano 2001 da ONU**. Agrener, Campinas, Unicamp, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARÃO, M. A. **Avaliação crítica do licenciamento ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável – estudo de caso do setor hidrelétrico**. Curitiba, 2007. 172 p. (Dissertação de Mestrado).

BECKER, B. K. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**, In: **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIV, Nº 1, 2000, p. 53-85.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BENJAMIM, C. **Foi Loucura, mas houve método nela: Gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira**. Site: www.pt-rt.org/temer/tribuna-debates/titulo.gif, 2001, 6 de junho 14:03:07.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Lisboa: Difel, 1989.

BIBLIEX. **Energia Elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Coleção Gal. Benício, vol. 154, 1977.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.67-86.

CASTELL, M. **O poder da identidade**. (a era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klaus B. Gerhardt. Prefácio de CARDOSO R. C. L. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2

CBDB. **A história das Barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI: Cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. Coordenação: MELLO, F. M. Rio de Janeiro, CBDB, 2011.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Reterritorialização e identidade territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai**, pp1-17, EGAL, 2009.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Pimenta e Margareth Pimenta. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CMMAD. **Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1988.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COSTA, P. A. **Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino de petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Niterói: UFF, 2009. p. (p. 339). (Tese de Doutorado em História).

COPEL, MDK e CENCO. **Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Segredo – Rima**. Curitiba, Copel, 1987.

COPEL. **Planos e programas ambientais: Relatório de atividades dez/91**. Curitiba: Copel, 1991.

COPEL. **Programa de Salvamento da Memória da cultura usina Segredo: migrantismo**. Pinhão: Copel, 1992.

COPEL – GER/ GERSEN/ SENMAM. **Comunidade Segredo: reassentamento com cidadania**. Mangueirinha: Copel, 1998.

COPEL. **Plano Ambiental de Conservação e uso do entorno de reservatório artificial UHEGNB**. VI relatório técnico. Curitiba, 2009.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5

DIAS, R. F. (coord.). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade/Eletróbrás, 1988.

DINIZ, C. C. **Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas, SP, 1987.

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 22 de janeiro de 2012.

ELETROBRÁS. **O setor de eletricidade no Brasil e a criação da Eletrobrás**. Rio de Janeiro: MME, 1982.

ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**, Plano 2010. Relatório Geral. Rio de Janeiro: MME/Eletrobrás, 1987.

ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015**, Plano 2015. Relatório Geral. Rio de Janeiro: MME/Eletrobrás, 1994.

ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

___ **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 7. ed. Petrópolis: vozes, 1989.

___ **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 5. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

___ **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Rabinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997.

GEM. ATA 1ª Reunião Ordinária do **Grupo de Estudos Multidisciplinar para o Reservatório da Usina Hidrelétrica Segredo**, 18/12/1984.

GEM. ATA **Grupo Multidisciplinar de Estudos**, 08/05/1985.

GEM. ATA Grupo de Estudos Multidisciplinares – **Câmara de Desenvolvimento Rural** – 1ª reunião ordinária, 03/05/1991.

GERMANI, G. I. **Expropriados Terra e Água: O conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba, 2003.

GOMES, P. C.C. **O Conceito de região e sua discussão**. In: Castro, I. E. de et ali. (Orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, A.C.S.; ABARCA, C.D.G.; FARIA, E.A.S.T.; FERNANDES, H. H. **BNDES 50 ANOS – Histórias Setoriais: O Setor Elétrico**. BNDES, 2002.

GOLDENBERG, J.; PRADO, L.T.S. **Reforma e crise do setor elétrico no período FHC.** Tempo Social: USP, p. 219-233, 2003.

GRAMSCI, A. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HADDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil na próxima década? **Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília: IPLAN, v. 1, n.1, 1989.

___ **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989a.

___ **Regiões, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões.** Brasília: IPLAN, 2005.

HAESBAERT, R. **RS:latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

___ **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

___ **Identidades territoriais.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

___ **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) Geografia: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

___ **Concepções de território para entender desterritorialização.** In: HAESBAERT, R. Et al. Niterói: PPGeo-UF/AGB, 2002.

___ **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

___ **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

___ **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Encontro dos Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792

___ **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território edesenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87- 120.

___ **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HANISCH, A. L. (Org.). **A dinâmica social dos reassentamentos Segredo I e III: estudo das redes de relações e conflitos**. Porto Alegre/ Manguierinha: UFRGS/Cooperiguaçu, 1998.

HEIDRICH, Á. L. **Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 37-66.

IANNI, O. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, O. **A desterritorialização**. In: *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Cenários socioambientais do setor hidrelétrico**. Curitiba: IAP, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE BOSSÉ, M. **As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p. 157-179.

LEMOS, C. F. **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé**. Dissertação Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro, 1999.

LEMOS, C.F. **Planejamento Governamental e Energia: da Missão Cooke ao Grupo Misto CEPAL/BNDE**. Relatório de Pesquisa para o CNPq, Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR, 1996.

LIMA, J. L. **Políticas de Governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1995.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MDK ENGENHARIA DE PROJETOS & CENCO CONSÓRCIO DE ENGENHEIROS CONSULTORES. **Usina Hidrelétrica de Segredo: RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**, Curitiba: [s.n.], 1987.

MEDEIROS, R. A. de. **História e energia: o capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Eletropaulo, 1996.

MERENDA, E. A. **Reservatório de Segredo e área do entorno: aspectos legais e modificações no uso do solo**. UEM, Maringá, 2004, 70 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MME. **Ministério de Minas e Energia**, 2009.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Universalização do acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: lições do Programa Luz para Todos**– Brasil: IICA, 2011.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NAZZARI, R K. **Socialização política e construção da cidadania no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NADALIN, S. O. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NEVES, G. R. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: AnnaBlume/HUCITEC, 2002. p. 270-282.

NOVA, A. C. B. **Energia e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.

NUNES, E. O. (Coordenador). **Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político institucional**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª Ed., 1977.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed., 1981.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEN, R. G. **Território, fronteiras e identidades**. In: SCHULER, F.; BARCELLOS, M de A. (Org.) **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 157-166.

PARANÁ. **Programa energético do Paraná e os interesses do estado**. Curitiba: Copel, 1979.

PARANÁ. **Plano energético do Paraná**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, Janeiro, 1980.

PARELLADA, C. **Sítio arqueológico de Boa Esperança do Iguaçu**. Curitiba: Copel – Museu Paranaense, 2002.

PIETRICOVSKY, I. **Globalização na América Latina – Que Globalização?** Brasília: Inesc, 2001.

POLÍTICAS de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: **do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, R. W. **O impacto da Construção da usina Governador Ney Braga na região do Médio Iguaçu**. Passo Fundo: UPF, 2005. p. (225p). (Dissertação de Mestrado em História).

RUSSELL, B. **O poder: uma análise social**. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990. SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do Concreto: Vozes na Construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed.. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAUER, I. L. ; VIEIRA, J. P. ; PAULA, C. P. de . **A Privatização da CESP: Consequências e Alternativas**. 2ª. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

SAUER, I. L. (Org.). **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. 1. ed. São Paulo/Campo Grande: Paz e Terra/Editora da UFMS, 2003.

SCHULMAN, L. **Orientações do Planejamento do Programa de eletrificação do Paraná**. Curitiba: Copel, 1956.

SIQUEIRA, M. D. (org). **Um século de eletricidade do Paraná**. Curitiba: UTFPR, 1994.

SILVEIRA, R. M. G. **Região e história: questão de método**. In: SILVA, M. A. (Org.) **República em migalha: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

STORPER, M. **Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas**. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Org.) Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.13-26.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, C. B.; SMOLKA, M. O. **A Velha Desordem Urbana e a Nova Ordem Constitucional**. In: XVIII Encontro Nacional de Economia, 1990.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992. v. 1.

VAINER, C. B.. **A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos (ou neo-regionalismos de base popular: realidades e possibilidades)**. In: VI Encontro Nacional da ANPUR, 1995.

VAINER, C. B. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação**. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos populacionais – ABEP, 1998.

VANDANA SHIVA. “Que Quiere Decir Sustentable”, In: **Revista Sur**, n. 3, marzo-abril, 1991.

VESTENA, L. R.; NOBUKUNI, P.; SILVA, M. da; LOPES, T. **Saberes Geográficos: teorias e aplicações**. Guarapuava: Unicentro, 2009. In: COSTA, P. A. **Breves notas sobre políticas econômicas e gestão do território no Brasil – 1968-2006**.

VIEIRA, J.P. **Energia elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil : arestruturação do setor e as revisões tarifárias**. 2005, 208p. Tese de doutorado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo.

VIEIRA, J. P. **Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ZWARICZ, J. **Estudo de Caso dos Reassentamentos Segredo I, II, III e IV da Usina Governador Ney Braga: Análise do Impacto Ambiental e Social dos Ribeirinhos**. Guarapuava: UNIVALE – ESAP, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização).

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1997.

WALDMAN, M. **Metamorfoses do Espaço Imaginário: um ensaio “topo-lógico” relativo ao universo da cultura, do espaço e do imaginário**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), 1997. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, USP.

WESTPHALEN, C. M. **História Nacional, História Regional**. Curitiba: Chain, 1977.

WESTPHALEN, C. M.; CARDOSO, J. A. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Chain, 1986.

APÊNDICES

Jornal da Câmara

 PORTE PAGO
 DA SEB
 ISR 47-331988


Brasília - Segunda-feira, 4 de setembro de 2000

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ano 2 - Nº 384

Comissão aprova antecipação do pagamento dos benefícios da Previdência

Os benefícios da Previdência Social devem ser pagos até o dia dez do mês seguinte ao de sua competência, ou no primeiro dia útil subsequente, se na data não houver expediente bancário, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. Essa é a determinação do substitutivo do deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) ao PL 3.613/93, do ex-deputado Carlos Nelson, que altera a Lei 8.213/91 do Regime Geral de Previdência. O substitutivo, que propõe a redução no prazo de pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualmente depositados até o dia 15 do mês seguinte, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família.



Deputado Saraiva Felipe

O relator do projeto, deputado Saraiva Felipe, ressaltou a importância da proposição pela existência de nove projetos pensados ao principal, todos como uma forma de contribuição para aperfeiçoar a legislação previdenciária. E explicou que as proposições diferiam sobre as datas para pagamento dos benefícios, o que o levou à elaboração de um substitutivo.

Seguro para produtores rurais

A Comissão de Seguridade Social também aprovou o projeto de lei do deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), que institui o Sistema Nacional de Seguro Rural, que visa oferecer aos produtores rurais e cooperativas, instrumentos de proteção contra riscos e incertezas. Facultativo, o seguro deverá ainda oferecer incenti-

“Nesta proposta também perseguimos o objetivo da antecipação do pagamento das aposentadorias e pensões, mas evitamos introduzir dificuldades para a sua operacionalização ou qualquer prejuízo financeiro à Previdência Social”, disse Felipe.

Para evitar situações que possam acarretar tumultos no atendimento aos beneficiários, o projeto também prevê que, em caso de comprovada inviabilidade operacional e financeira do Instituto Nacional do Seguro Social, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) poderá autorizar, em caráter excepcional, a mudança no pagamento dos benefícios de prestação continuada. Esses pagamentos podem ser transferidos para o período de 10 a 12 do mês seguinte ao de competência, passando para os dias úteis subsequentes quando as datas caírem em dias em que não houver expediente bancário.

O projeto segue agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para análise do mérito e da constitucionalidade.

vos ao investimento em estoques e a modernização tecnológica das atividades agropecuárias e agroindustriais. A proposição também regula o atendimento a calamidades públicas, que poderão ter cobertura de até 70% das perdas dependendo da adesão de estados ou municípios das áreas atingidas.

Página 4

Deputados se dividem na avaliação dos gastos sociais do Orçamento

O deputado Alberto Goldman (SP), indicado pelo PSDB para presidir a Comissão Mista de Orçamento, fez uma avaliação positiva sobre os investimentos na área social previstos na proposta do governo para o Orçamento de 2001. O projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares, prevê uma receita de R\$ 268 bilhões para o social, Goldman assegurou que a proposta traz um acréscimo de R\$ 9,5 bilhões para o setor, em comparação ao orçamento deste ano.

Os recursos para a saúde devem crescer 26%, para a educação 40% enquanto para a assistência social o aumento previsto é de 24%. A sobra de caixa, segundo Alberto Goldman, é fruto de uma melhor arrecadação fiscal, do crescimento econômico do país e da política de controle de gastos por parte do governo.

O documento prevê ainda reajuste de 5,57% para o salário mínimo, a partir de abril,

mas não inclui aumento para o servidor público.

O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) reagiu à proposta, considerando que os dados nela contidos “mostram que o governo federal continua com a visão do Sistema Financeiro Internacional”, cujo objetivo – acrescentou – é garantir recursos para pagar os juros e os serviços da dívida. “Esta proposta penaliza milhões de trabalhadores que ganham um salário mínimo e, também, os aposentados que somam hoje 12 milhões onde a maioria ganha até um salário”, alertou Agnelo, afirmando estar confiante de que o Congresso modifique a proposta para que o salário mínimo possa alcançar um aumento real e garantir as necessidades básicas dos trabalhadores e aposentados. O deputado destacou, ainda, o problema do servidor público que está há seis anos sem reajuste em seus salários e o poder de compra

diminuiu em quase 70%. “É uma coisa brutal, o governo enviar uma proposta que não prevê uma correção, nem para a inflação do período”, lamentou.

O deputado Snyval Guazzelli (PMDB-RS) também manifestou-se preocupado com a falta de previsão de recursos suficientes para reajustar os salários dos servidores públicos da União e de aposentados e pensionistas. “Sabemos das dificuldades da Previdência e do anunciado déficit previdenciário, mas essa conta não pode ser paga com o sacrifício permanente dos nossos servidores, os quais estão a seis anos consecutivos sem reposição das perdas provocadas pela inflação”, salientou. Guazzelli também lamentou a notícia de que foram destinadas apenas verbas suficientes para cobrir o aumento de apenas 5,5% do salário mínimo, o que não seria suficiente sequer, como lembrou o parlamentar, para cobrir as perdas com a inflação do ano.

Direitos Humanos divulgará resultado do plebiscito

A Comissão de Direitos Humanos está apoiando as atividades relacionadas ao plebiscito sobre a dívida externa brasileira, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o apoio de outras entidades como a CUT, a Central de Movimentos Populares e

o Movimento dos Sem Terra. A comissão irá promover sessão pública e entrevista coletiva à imprensa no próximo dia 13, às 14 horas, no auditório Nereu Ramos, para divulgar os resultados do plebiscito, que teve início neste sábado em todo o país e vai até o dia 7 de setem-

bro. Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Marcos Rolim (PT-RS), “a dívida do Brasil junto à população absorve recursos que faltam para resgatar direitos sociais, como salário digno e educação de qualidade, ferindo, portanto, os direitos humanos”.

Jornal da Câmara

Na Internet:

www.camara.gov.br

E-mail:

jornal@camara.gov.br

Plenário

Inocêncio anuncia novos recursos para regiões atingidas pelas enchentes

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) comemorou o anúncio, por parte do governador Jarbas Vasconcelos, da obtenção de recursos suplementares junto ao governo federal para a reestruturação das cidades atingidas pelas enchentes, dos quais cerca de R\$ 20 milhões serão acrescidos à caixa de recursos destinados a Pernambuco e Alagoas, como forma de estimular as atividades comer-

ciais nas regiões alagadas. Segundo Inocêncio, estimativas governamentais apontam para a necessidade de reconstrução de 4.800 casas, sendo que 2.800 referem-se à edificação de um imóvel novo.

A verba extra, segundo o deputado, irá estimular as atividades comerciais nas regiões alagadas. "A decisão de se investir no comércio é fruto do convencimento de que se faz necessário estimular a atividade econômica daquelas localidades, propiciando a retomada

do fluxo normal dos negócios, duramente prejudicado em virtude da calamidade", afirmou.

Apesar de fazer questão de enfatizar que ainda há muito a se fazer para a reconstrução da vida de milhares de brasileiros nos estados de Pernambuco e Alagoas, o deputado reconheceu o empenho do governo federal no sentido de viabilizar recursos para a solução dos graves problemas provocados pelas chuvas torrenciais que atingiram a região.

Antônio Jorge elogia atuação da Caixa

O deputado Antônio Jorge (PTB-TO) destacou o desempenho da Caixa Econômica Federal no controle que vem exercendo junto a liberação de recursos financiados e repassados ao setor público, especialmente aos municípios, por intermédio de vários programas sob sua gestão, a exemplo do Pronaf, do Pró-Saneamento e do PASS, dentre outros voltados à infra-estrutura básica. "Mais do que um elogio à eficiência do controle exercido pela Caixa na liberação de recursos federais, faço uma crítica ao Banco do Brasil, que vem se comportando de modo absolutamente displicente diante do mesmo procedimento de liberação de recursos federais na contratação de empréstimos junto ao Pronaf e ao Fundef", afirmou. Ele disse ter ficado surpreso ao constatar que o Banco do Brasil não adota qualquer critério que possibilite a comprovação dos serviços realizados, cujas obras são objeto da contratação com os recursos liberados aos municípios.

Municípios atingidos pela chuva em MT já têm verbas, diz José Magalhães

O deputado José Magalhães (PMDB-MT) anunciou a liberação de recursos para os municípios de Castanheira e Araguaína, em Mato Grosso, que sofreram graves prejuízos em decorrência das chuvas no início do ano.

O parlamentar agradeceu ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pela decisão e disse que é fundamental que o ministério continue efetuando esse tipo de reparação, visto que os municípios foram contemplados no plano emergencial, mas não tinham, até então, sido beneficiados com o auxílio financeiro.

Outra informação repassada pelo ministério, segundo Magalhães, é de que foram liberados R\$ 7 milhões para o

Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso), cujo propósito é beneficiar pequenos produtores rurais e populações indígenas. "Este dinheiro veio em boa hora porque é através das ações previstas no projeto que pretende se implementar uma estratégia de gerenciamento dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável do estado", ressaltou, afirmando que vai continuar cobrando do governo federal ações que visem melhorar a qualidade de vida do povo de seu estado, como a recuperação da BR-364, no sentido Serra da Petrovina-Alto Garças-Alto Araguaia, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Benevides defende votação da MP que revitaliza Dnocs

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) espera que a MP 1.934, que reabilita o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas dentro de concepções modernizadoras, já redida 17 vezes, entre na pauta do esforço concentrado dos próximos dias 12 e 13 de setembro. "A votação por fim a uma novelesca tramitação, iniciada em abril do ano passado, garantindo à antarquia uma melhor capacitação funcional para atender aos nossos reclamos desenvolvimentistas", informou Benevides. Dentre as emendas sugeridas, figura uma de sua autoria, que assegura ao órgão realce nas obras de transposição das águas do Rio São Francisco.

Como lembrou Benevides, antes da aprovação da lei que criou a Agência Nacional de Águas (ANA), alegou-se que o Dnocs deveria aguardar sua composição, pois esta gerenciaria os recursos hídricos do país. No entanto, a situação permaneceu até hoje e, sob direção interina, o Dnocs defronta-se com a inevitável restrição de prolongada transitoriedade, à espera de que senadores e deputados sinalizem por uma definição para o órgão. "O Nordeste exige, desta forma, que se revitalize o Departamento de Secas, sem deixá-lo à margem do processo de crescimento econômico, no qual sempre esteve, sob aplausos", disse.

Bueno condena ressarcimento de empresa energética do PR

O deputado Rubens Bueno (PPS-PR) solicitou a intervenção direta da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, para instaurar "procedimento averiguatório" sobre a decisão do Conselho da Copel, Companhia Paranaense de Energia, de aprovar o ressarcimento de R\$ 95 milhões à empresa C. R. Almeida S. A. Engenharia e Construção.

Informando que a Copel já pagou US\$ 33 milhões à C. R. Almeida em 1988 pelos serviços preliminares realizados na construção da Usina Segredo, no Rio Iguaçu, o deputado questionou a facilidade com que esta empresa conseguiu um ressarcimento deste valor, que supera o valor da obra em si, alegando a inflação do período e oscilações da economia em função dos

planos econômicos do governo federal. "O ressarcimento é maior que o valor pago pelo serviço executado", observou o deputado.

Ele criticou a postura dos responsáveis pelos interesses da Copel e do estado do Paraná, que não recorreram a todas as instâncias e medidas possíveis para reverter as ações judiciais impetradas contra a companhia. "Será que estes senhores estão cumprindo a sua função pública ou comportam-se como cachinhos beneficiários de grupos econômicos interessados em tirar proveito do processo de privatização em curso no país, no qual se insere a Copel?", indagou o deputado. Rubens Bueno cobrou também a participação do Ministério Público, como fiscal da lei, neste assunto.

Jornal da Câmara

Anexo I, 15ª andar, sala 605
Fones: (61) 318-5089/99 - Fax: (61) 3182196Disque Câmara
0800 619619

 RÁDIO
CÂMARA
FM 96,9 MHz

Tv Câmara - canal 14 - Net/DF

Jornal da Câmara na Internet: www.camara.gov.br / E-mail: jornal@camara.gov.br

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente: Michel Temer
1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes
2º Vice-Presidente: Severino Cavalcanti
1º Secretário: Ubiratan Aguiar
2º Secretário: Nelson Trad
3º Secretário: Jaques Wagner
4º Secretário: Ethaim Moraes
Suplentes: Giovanni Queiroz, Luciano Castro
Zé Gomes da Rocha, Gonzaga Patriota
Diretor-Geral: Ademar Silveira Sabino
Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Ronaldo Paixão
 (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108
Divulgação: Sonia Costa
 (061) 318-5085
Relações Públicas: Osvaldo Vaz Morgado
 (061) 318-5092
Rádio Câmara: Vladimir Almeida
 (061) 318-8310
TV Câmara: Sérgio Checon
 (061) 318-5080

Jornal da Câmara

Diretora: Amneres Pereira
 (061) 318-5095/99 - Fax: (061) 318-2196
Editora-Chefe: Marina Carvalho
Editores: Marcondes Sampaio,
 Luis Cláudio Pinheiro, Oscar Talles,
 Vera Ramo, Vânia Alves, Roberto Seabra, Luis Renato
Diagramadores: Antônio Alves Ferreira Júnior,
 José Alberto de Almeida Filho,
 André Cerino, José Antonio Filho, Roselene Guedes
Ilustrações: André Cerino
Revisoras: Isolda Marinho, Heloisa Lira, Ilana Florence
Fotografia: J. Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi,
 Elton Bomfim, Benedita Passos, Leio
Impressão: MJ - Imprensa Nacional



ANO XLIV — Nº 56

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1989

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

I — ATA DA 57ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 48ª LEGISLATURA EM 15 DE MAIO DE 1989

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 037/89 — Do Senhor Deputado FELIPE CHEIDDE, solicitando licença, nos termos regimentais, por 20 (vinte) dias, a partir de 12 de maio do corrente.

MENSAGEM

Mensagem nº 193, de 1989 (do Poder Executivo) — Comunica o Senhor Presidente da República sua ausência do País no dia 15 do corrente, para participar das cerimônias de posse do General-de-Divisão Andrés Rodrigues no cargo de Presidente da República do Paraguai.

PROJETOS A IMPRIMIR

Projeto de Lei nº 206-D, de 1987 — Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 206-C, de 1987, que "dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.201-B, de 1988 — Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 1.201-A, de 1988, que "dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República".

Projeto de Lei nº 7.135-C, de 1986 — Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 7.135-B, de 1986, que "dispõe sobre as relações do trabalho do Treinador Profissional de Futebol, e dá outras providências".

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Lei Complementar nº 85, de 1989 (Do Sr. Chico Humberto) — Dispõe sobre a dívida externa brasileira e cria a Comissão Especial para estudos e implantação desta lei.

Projeto de Lei nº 2.236, de 1989 (Do Tribunal Superior do Trabalho) — Altera a redação do artigo

32, item b, inciso I, da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para incluir o Município de José de Freitas na jurisdição de Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina — PI.

Projeto de Lei nº 2.256, de 1989 (Do Tribunal Superior do Trabalho) — Altera a redação do artigo 33, inciso VII, da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989.

Projeto de Lei nº 2.277, de 1989 (Do Poder Executivo) — Mensagem nº 197/89 — Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra mineral, extingue o regime de matrícula e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 2.278, de 1989 (Do Poder Executivo) — Mensagem nº 198/89 — Cria a Delegacia do MEC no Estado de Tocantins e dá outras providências.

IV — Pequeno Expediente

JOÃO AGRIPINO — Necessidade de esclarecimentos, pelas autoridades fazendárias, das razões do decréscimo dos recursos repassados a Estados e Municípios pelos Fundos de Participação.

IVO MAINARDI — Preocupações do setor agrícola com a não-aprovação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 46, Desestímulo para a lavoura tritícola em consequência do preço mínimo fixado para o produto.

GABRIEL GUERREIRO — Criação da Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia.

JOSÉ DUTRA — Necessidade de amparo do Governo Federal às vítimas das enchentes do rio Amazonas.

JUAREZ MARQUES BATISTA — Concessão de benefício fiscal a empresas rurais.

OSVALDO BENDER — Razões da rejeição, por decurso de prazo, da Medida Provisória nº 46, Conveniência de imediata apreciação, pelo Congresso Nacional, de nova medida provisória relativa aos financiamentos agrícolas com base no IPC.

DENISAR ARNEIRO — Reajuste de fretes para o transporte rodoviário de cargas.

PRESIDENTE (Luiz Henrique) — Registro da presença no plenário da Casa do Sr. Odacy Zonta, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

VLADIMIR PALMEIRA — Saudação aos ferroviários pela vitória alcançada com o atendimento de suas reivindicações salariais.

COSTA FERREIRA — Conveniência do encaminhamento ao Congresso Nacional pelo Governo Federal, de projeto de Código do Trabalho.

IRMA PASSONI — Saudação ao Prefeito Municipal de Concórdia. Realização, pela comissão de Serviço Público da Casa, de seminário sobre a problemática do serviço público no País.

EDMÉ TAVARES — Palestra proferida pelo orador no X Encontro Estadual de Vereadores, em Cajazeiras, Estado da Paraíba.

JOSÉ FERNANDES — Caótica situação do Hospital Dr. Adriano Jorge, Manaus, Estado do Amazonas.

AMAURY MÜLLER — Urgente exame, pela Funai, dos reais objetivos da missão religiosa New Tribes, denunciada pelo sertanista Sidney Posuelo por tentativa de esterilização dos índios Poturudjara. Fixação do preço mínimo para o arroz. Instalação de agência do INPS em Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

JOSÉ GUEDES — Solidariedade ao Governo do Estado de Rondônia pela ocupação das Vilas Extrema e Nova Califórnia.

ADYLSO MOTA — Correspondência recebida da Cooperativa Tritícola Regional São Luizense Ltda. sobre insatisfação dos agricultores com o preço mínimo fixado para o trigo.

CARLOS VINAGRE — Educação, direito do cidadão e dever do Estado. Transcurso do 25º aniversário da morte do escritor José Augusto Meira Dantas.

RUBERVAL PILOTTO — Exemplo de patriotismo dado pelo empresário Olacyr Moraes com sua participação na construção da Ferrovia Leste-Oeste.

MENDES RIBEIRO — Naturalidade lógica da escolha do Deputado Ulysses Guimarães para candidato do PMDB à Presidência da República.

NEY LOPES — Imediata admissão, pelo Departamento de Polícia Federal, de candidatos aprovados em concurso público para Agente de Polícia.

JOÃO MAIA — Repúdio à ocupação, pela Polícia Militar do Estado de Rondônia, das Vilas Extrema e Nova Califórnia, no Estado do Acre.

O que se observa é que os jornais de Brasília continuam a tentar mostrá-la como se fosse a "Ilha da Antártica" e nada de ruim acontecesse por aqui. Segundo esses jornais, temos uma cidade limpa, tranquila, em que não há miséria, roubo, escândalo, sofrimento de crianças sem escola, hospitais congestionados, onde as pessoas ficam deitadas no chão, aguardando atendimento médico. Alardeiam que temos o melhor serviço de saúde, o melhor sistema educacional, uma renda per capita fabulosa, porque os jornais de Brasília simplesmente não publicam absolutamente nada a respeito das nossas desgraças, da nossa miséria.

Amanhã, Sr. Presidente, estará circulando em Brasília um novo jornal o "BSB". Não o conheço. Sei apenas que à frente deste jornal está um jornalista experiente, competente, o Sr. Oliveira Bastos, que já trabalhou em vários jornais de Brasília e conhece as nossas dificuldades. Saúdo a chegada desse novo jornal e solicito, de público, ao jornalista Oliveira Bastos que não se entregue à mesquinhez de esconder a nossa miséria, mas que a estampe na primeira página, mostrando a nossa Capital, o Distrito Federal, com os desgovernos pelos quais tem passado.

Brasília é uma cidade igual a tantas outras que sofrem com a miséria, a falta de direção, a falta de orientação de governos competentes que possam manter a nossa cidade com condições mínimas de sobrevivência para essa gente que veio aqui construí-la, dando um exemplo para esta Nação.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MESSIAS GÓIS (PFL — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero, aproveitando este momento, fazer uma reclamação. É um absurdo que a Mesa desta Casa não cumpra a lei. É o mesmo que ocorre quando um presidente de qualquer empresa, a seu bel-prazer, determina o não-pagamento de salários aos seus funcionários. A Mesa desta Casa é conivente no aspecto do não-cumprimento da lei salarial dos Deputados. Ocorre que a Mesa anterior aprovou aqui um decreto legislativo regulamentando o salário dos Deputados, que até agora não foi cumprido. Daí por que quero, neste momento, fazer um protesto diante da decisão da Mesa.

Pressões de quem quer que seja não onsejam motivo para que não se cumpra a lei. Se a lei existe, é preciso que seja cumprida. A Mesa não deve ficar atemorizada, acovardada quanto ao cumprimento do que votamos.

Solicito a V. Ex. que leve o problema ao conhecimento dos demais membros da Mesa, para que a situação não se prolongue por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — A Mesa tem procurado encerrar este problema. Há, nesse sentido, parecer do 1º Vice-Presidente da Casa, Deputado Inocêncio Oliveira. No entanto, as lideranças partidárias pediram que o projeto, já constante da Ordem do Dia em regime de urgência, fosse retirado, para que chegássemos a um consenso. É o que a Mesa aguarda.

O Sr. Ney Lopes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. NEY LOPES (PFL — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anuncia-se a chegada a esta Casa de uma medida provisória concedendo aumento inferior a 20% ao funcionário público federal.

Em nome desta categoria funcional — a qual, inclusive, pertence — desejo manifestar a indignação generalizada pelo tratamento discriminatório que o Governo dispensa aos servidores federais. Não é possível continuar, neste País, a idéia de que todos os males devem recair nas costas do funcionário público. Dissemina-se que, o funcionalismo é composto de "marajás", pessoas que não cumprem seu dever, que vivem a onerar os cofres públicos.

Tais afirmações constituem falseamento da verdade. Fortalecem os que desejam enfraquecer o aparelho

administrativo do Estado, para desse modo substituí-lo pela ação econômica dos mais fortes, debilitando os mais fracos.

Existem, com certeza, defeitos e falhas no sistema administrativo, que atinge parcela do funcionalismo. Aliás, é natural, em todas as categorias sociais, haver os mais e os menos eficientes. Entretanto, não é justo generalizar a ineficiência, por atingir a grande maioria dos que se dedicam com zelo e competência ao serviço da máquina administrativa do Estado.

No momento, constata-se uma corrida desenfreada entre salários e preços, ganhando sempre os últimos. O Plano Verão não atingiu seus objetivos, e o que se vê no País é o descongelamento rápido e acentuado dos preços, inclusive daqueles controlados pelo poder público, como no caso dos combustíveis.

Nesse contexto, como é possível justificar-se que o funcionalismo tenha apenas 18% de reajuste, quando, no período, a inflação acumulada é bem superior? Trata-se de uma questão de lógica e de justiça social. Daí por que o Congresso Nacional haverá de acompanhar a tramitação da referida medida provisória, propondo emendas e, se for o caso, o substitutivo cabível, a fim de possibilitar, dentro de critérios razoáveis, um melhor reajuste para os funcionários públicos brasileiros.

Sr. Presidente, dentro deste tema, da maior importância, desejo abordar questão correlata. Trata-se dos níveis de remuneração historicamente concedidos aos servidores civis de nossos ministérios militares. As tabelas aplicáveis a esta categoria estão absolutamente defasadas, além de institucionalizarem profunda injustiça.

Veja-se, por exemplo, que um datilógrafo, para o qual o nível de escolaridade exigido é o primeiro grau, oscila entre as referências 11 e 32, enquanto um agente administrativo, de quem se exige o segundo grau, ascende às referências 17 a 32. Isto significa dizer que quem tem o segundo grau completo somente pode chegar ao nível 32, o mesmo ocorrendo com quem exerce função para a qual é exigido apenas o primeiro grau completo. Igualam-se, assim, funcionários culturalmente desiguais, não havendo o justo prêmio ao adiestramento e à qualificação, o que é incompreensível.

É importante destacar que os servidores civis das organizações militares prestam serviços de inestimável valor à própria segurança nacional, no apoio administrativo às grandes bases militares do País. Sem eles não existiriam a eficiência e a qualidade dos serviços típicos das unidades militares. Portanto, nada mais justo do que igualá-los, em direitos e deveres, aos próprios militares, para efeito de remuneração, excetuando-se, é claro, as situações típicas do exercício da profissão do militar.

No Rio Grande do Norte, tive oportunidade de dialogar com os dirigentes da Associação dos Servidores Civis de Organizações Militares do Brasil, com sede à rua Santo Antônio, 816 — Caixa Postal nº 211, Natal. Sua Presidente, a Sra. Francisca Garcia de Andrade Nogueira, em objetiva exposição, demonstrou o elevado espírito de cumprimento do dever de todos eles, destacando, todavia, a falta de compreensão, por parte do Governo, na hora de conceder à categoria aumentos de remuneração compatíveis com as altas funções que exercem. Constatei, ainda, que o Ministério do Exército, por exemplo não se concede vale-transporte aos servidores civis, o que, felizmente, já existe na Marinha e na Aeronáutica. Quanto ao auxílio-creche, nenhum dos ministérios militares paga a seus servidores civis, ao contrário do que ocorre em todas as repartições civis.

Sr. Presidente, aqui fica um duplo apelo ao Governo Federal, especificamente ao Ministério do Planejamento, na pessoa de seu titular, o Ministro João Batista de Abreu, para que na apreciação do reajuste do funcionalismo público civil da União sejam contempladas duas situações:

a) que o percentual de aumento reflita, tanto quanto possível, a perda salarial da categoria, pois os 18% anunciados em nada colaboram para a melhoria dos níveis de vida da classe. E não se diga que a arrecadação está caindo. Isto é a confissão pública da manipulação de dados, pois os servidores vêm cumprindo o seu dever e não agem por omissão para motivar tal queda, alegada, curiosamente, sempre às vésperas dos aumentos;

b) que seja revista, em caráter de prioridade, a tabela de vencimentos do pessoal de nível médio dos ministérios militares, tendo em vista as profundas distorções atualmente existentes, gerando profundo desestímulo aos que cumprem suas tarefas com dedicação e abnegação.

É um ato de justiça, nesta hora em que se reestuda a situação dos servidores públicos do Brasil, contemplar os servidores civis dos ministérios militares.

Era o que tinha a dizer.

A Sra. Dirce Tutu Quadros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra a nobre Deputada.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, em companhia do Deputado Fernando Gasparian, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, estive em visita ao grande e tão querido Estado do Paraná, berço de meus avós e terra onde vivem centenas de parentes próximos e estimados das famílias Quadros e Slaviero.

O povo do Paraná assiste a um episódio de contornos sórdidos e absurdos, em que uma empreiteira enfrenta o Poder Público, afronta os mais comezinhos critérios de moralidade administrativa e se coloca acima do bem e do mal, engalinhando uma pilhagem de cerca de US\$ 93 milhões, com overprice das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo.

Levados pelo Deputado Nilso Sguarezzi, bravo colega do Paraná, fomos, eu e o Deputado Gasparian, ao canteiro de obras da Usina de Segredo, acompanhados pelo Presidente da Copel, Companhia Paranaense de Energia, Eng. Francisco Gomide, e o Deputado Estadual Cândido Bastos, além de jornalistas e técnicos daquela estatal paranaense. Vimos de perto uma obra da maior — é a única hidrelétrica em construção no Sul, atualmente importância para toda a região Sul do País hoje entregue aos caprichos de uma empreiteira conhecida por seus métodos pouco ortodoxos de ação, onde não existe patriotismo, espírito público ou paranaísmo.

A história do affair entre a Copel e a empreiteira CR Almeida, foi iniciado quando o Presidente Francisco Gomide, num gesto de destemor e coragem cívica, revogou a concorrência realizada em 22 de março de 1987, quando a citada empreiteira havia apresentado proposta para a obra no valor de Cz\$ 27,9 bilhões, ou seja, cerca de US\$ 93 milhões acima dos US\$ 170 milhões arbitrados pela Copel como teto da obra.

Um parecer do ilustrado e consagrado Prof. Hecy Lopes Mérelles, um dos maiores especialistas em Direito Administrativo do País, amparou a decisão da Companhia Paranaense de Energia. A CR Almeida, informada com a decisão do Eng. Francisco Gomide, logo abraçada pelo Governador Alvaro Dias, pelo Vice-Governador Ary Queiroz, por toda a sociedade civil paranaense e aplaudida pela opinião pública nacional, impetrou mandado de segurança contra a decisão adotada, iniciando batalha judicial inglória, desrespeitosa e com lances que merecem nossa repulsa e veemente protesto.

Hipotecamos nossa solidariedade e apoio ao povo do Paraná e fomos vítimas, eu e o Deputado Fernando Gasparian, da ira de um office-boy da CR Almeida, um advogado menor, desimportante e irado, que atende pelo nome de Luiz Alberto Machado, encarregado de justificar, com seus habituais estratagemas jurídicos, o gangsterismo que se estabeleceu no caso da Usina de Segredo.

O Prof. Péricles Prade, um dos mais renomados juristas deste País, patrocinador de tantas causas vitoriosas, foi por mim constituído para levar às barras dos Tribunais esse elemento de baixo nível, caluniador, safado das portas de delegacias para os escritórios da CR Almeida. Vou me acertar, como também o fará, conjuntamente, o Deputado Gasparian, na Justiça, para que esse indivíduo repita em Juízo as assacandilhas, inverdades e torpezas por ele disparadas contra nós.

Na oportunidade, comunico que estaremos, quarta-feira próxima, com o Prof. Oscar Dias Corrêa, Ministro da Justiça, para relatar-lhe o escândalo de Segredo e o comportamento dúbio de uma infima parcela da Justiça Federal no Paraná.

Peço a transcrição, nos Anais desta Casa, da nota de esclarecimentos da Copel acerca dos problemas existentes na Usina de Segredo, na qual se relata todo o processo em curso, bem como a resistência digna da empresa e de seus executivos diante do cinismo e da empulhação dos empreiteiros.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO REFERIDO PELA ORADORA:

USINA DE SEGREDO — ESCLARECIMENTOS

As pendências judiciais relacionadas à concorrência para as obras civis principais da Usina Hidrelétrica de Segredo repercutiram intensamente junto à opinião pública do Paraná e de outros estados. Estes são os fatos, cronologicamente alinhados:

A Concorrência

1. Em julho de 1987, foi dado início ao processo de licitação para as obras civis principais de Segredo, que compreendiam a construção da barragem, da casa de força, do vertedouro e das demais estruturas. A COPEL orçou essas obras em 18 bilhões de cruzados, equivalentes a US\$ 170 milhões (referentes a março/88). Por condição expressa do edital, estabelecida em seu item 5.4, as propostas comerciais deveriam obedecer a esse limite-teto.

2. Quatro consórcios de construtores apresentam propostas comerciais, abertas em 22 de março. Os valores cotados foram estes: Consórcio Mendes Jr.: Cz\$ 29,7 bilhões; Consórcio Andrade Gutierrez: Cz\$ 29,7 bilhões; Consórcio C.R. Almeida: Cz\$ 27,9 bilhões; Consórcio Convap: Cz\$ 31,1 bilhões.

3. Diante do fato de que todos os valores apresentados excederam em muito o limite fixado no edital, no dia 24 de março a Diretoria da COPEL revogou a concorrência por motivos de interesse público, para estudar alternativas menos onerosas para a expansão do seu sistema de geração. No mesmo dia as empresas participantes tiveram ciência dessa decisão. Sob o aspecto jurídico, a decisão da Diretoria da COPEL tem amparo em parecer do Prof. Hely Lopes Meirelles, eminente jurista especializado em direito administrativo.

4. Inconformada com a revogação, a empreiteira C.R. Almeida S.A. impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, conseguindo no dia 6 de abril liminar que sustava os efeitos da revogação.

5. Dentro do prazo que lhe cabia, a COPEL prestou informações ao Juiz Titular da 2ª Vara, que no dia 11 de abril revogou a liminar que concedera. A Companhia passou, então, a aguardar a sentença.

Os Debates na Assembléia Legislativa

6. Em 26.4.88, convocado pela Assembléia Legislativa, o Diretor Presidente da COPEL prestou exaustivo depoimento sobre a revogação da concorrência perante membros das Comissões de Obras Públicas e de Finanças e demais deputados. No dia seguinte, 27.4.88, compareceram àquela Casa representantes da empreiteira C.R. Almeida S.A., com o objetivo de tentar justificar o mandado de segurança impetrado contra a revogação da concorrência pela COPEL.

7. Em 10.5.88 foi promovido novo debate na assembléia Legislativa, dessa feita com a participação da COPEL e da C.R. Almeida.

8. Em reunião extraordinária realizada em 17.5.88, as Comissões de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações concluíram que: "A decisão da contratação das obras para a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo fica a cargo da presidência da COPEL, por conhecer ela condições que vão ao encontro do interesse tanto do Estado quanto da comunidade". Para os parlamentares, a execução da obra deve privilegiar o menor custo, resguardando o interesse público.

Os Argumentos

9. A empreiteira tem sustentado na justiça que os motivos de interesses públicos apontados pela COPEL para revogar a concorrência "não são verdadeiros", e que seria intenção da concessionária "reiniciar a mesma concorrência" com participação de empresas estrangeiras que praticariam "preços ainda maiores". Perante o público, tem sustentado versão de que a COPEL

não orçou a obra, arbitrando como teto um valor "claramente inexequível". O raciocínio confesso da empreiteira é de que, sendo inexequível, o teto estabelecido seria nulo de pleno direito, e, sendo nulo, não precisaria ser obedecido.

10. De sua parte, a COPEL tem perguntado se uma diferença de quase Cz\$ 10 bilhões por uma obra não representa interesse público. E mais: considera absurda a hipótese de que, numa eventual concorrência internacional, se chegaria a preços ainda maiores, e está convicta de que tinha o direito de revogar a concorrência e de desclassificar as propostas. Optou pela primeira alternativa por entender ser a que melhor atendia ao interesse público de ter a obra concluída sem maiores postergações (o cronograma já contabilizava atraso de sete meses; por conta da discussão judicial em torno das obras preliminares de desvio do rio).

11. Com relação à exequibilidade ou não do preço-teto, entende a COPEL que, se objeção havia quanto ao valor, esta teria de ser manifestada antes da apresentação das propostas, já que a entrega dos documentos caracteriza aceitação tácita de todas as cláusulas do edital (e uma delas era a que fixava o teto de Cz\$ 18 bilhões).

12. A exequibilidade do valor-teto da COPEL se evidencia, entre outros, pelos seguintes fatos: a) um consórcio de empreiteiras de médio porte (integrado por DM, CESBE e SINADA) examinou proposta propondo-se a construir a usina dentro do limite da COPEL; b) uma comissão instituída pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná estudou os orçamentos da COPEL e da C.R. Almeida S/A, e além de considerar "exorbitantes" os preços da empreiteira, disse "não haver justificativa técnica" para a COPEL concordar com eles; c) os preços estipulados pela COPEL como teto são superiores aos preços habitualmente pagos pelo DER, por exemplo, cujas concorrências são bastante prestigiadas pelas empreiteiras e d) a própria C.R. Almeida S.A., que executa as obras preliminares de desvio do Iguaçu em Segredo, está praticando preços menores que os estabelecidos como teto pela COPEL para a segunda etapa da construção da usina.

A Repercussão

13. Desde que foram abertas as propostas comerciais dessa concorrência, a atenção da opinião pública tem-se mantido voltada para o caso, ensejando manifestações de autoridades, bem como de empresas e instituições técnicas da área de engenharia. Além do firme apoio do Governador Álvaro Dias, as posições assumidas pela COPEL no que se refere à revogação da concorrência mereceram considerações favoráveis da ELEKTROBRÁS, do DNAEE, do Comitê de Distribuição — CODI, da Associação Nacional de Empresas Estaduais de Energia Elétrica — ACESA, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos — ABRH, da Associação Brasileira dos Engenheiros Civis — ABENC, da Federação Nacional dos Engenheiros, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base — ABDIB, da Associação das Empresas Distribuidoras de Energia do Norte e Nordeste — AEDENNE, da Associação dos Profissionais da COPEL, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Curitiba e das Associações de Empregados da Eletrobrás, de Furnas, da Nuclebrás, da Fundação Oswaldo Cruz, da EMBRATEL, do Banco Central, da ELETROSUL e do CEPTEL, entre outras.

A Situação Atual

14. Em sentença proferida em 10-06-88, o Juiz da 2ª Vara entendeu: a) que a impetrante perdera o direito de impugnar o preço-teto por não tê-lo feito antes da entrega das propostas; e b) não ser possível examinar, na ação impetrada pela C.R. Almeida, se o preço-teto é nulo, pois sua inexequibilidade ou não depende de dilação probatória. Não obstante, concluiu que os motivos de fato da revogação "não se ajustam aos de direito" e reconheceu à empreiteira, "direito de continuar na licitação até julgamento final". Ou seja, entendeu o Juiz que a concorrência deveria ser julgada pela COPEL, e não, simplesmente, revogada.

15. Prolatada a sentença e ainda dentro do prazo recursal da COPEL, a empreiteira ajuizou mandado de segurança preventivo, distribuído igualmente à 2ª

Vara, tendo como objetivo impedir a desclassificação da sua proposta comercial, em caso de julgamento da concorrência pela COPEL. Antes da apreciação do pedido de liminar, preferiu o Juiz aguardar as informações da COPEL, que lhe foram entregues no dia 28 de junho, juntamente com as razões de recurso, a sentença anterior.

16. Por sugestão da Procuradoria Geral do Estado, a COPEL constituiu para representá-la nessas ações o consagrado jurista e professor Miguel Reale, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e um dos mais respeitados profissionais do País. Tanto o recurso de apelação quanto as informações ao segundo mandado de segurança foram por ele assinados.

17. De posse das informações, o Juiz da 2ª Vara Federal negou liminar à empreiteira no segundo mandado de segurança, no dia 30 de junho. No dia seguinte, a empreiteira formalizou pedido de desistência desse processo.

18. Com relação à sentença que invalidou a revogação da concorrência, a COPEL ofereceu recurso de apelação, que será julgado pelo Tribunal Federal de Recursos em Brasília. A Empresa sustenta a plena legalidade do ato revocatório da licitação e a total ausência de direito subjetivo da empreiteira à adjudicação. Essas teses serão defendidas perante aquela Corte pelo próprio professor Reale.

19. Em 11 de julho, a diretoria da COPEL deliberou dar execução provisória à sentença recorrida, determinando o julgamento da concorrência. Tal medida, no entender da Empresa, não conflita com a tramitação do recurso de apelação, que objetiva restabelecer a revogação. No dia 18 do mesmo mês, a diretoria homologou o relatório da Comissão de Análise e Julgamento da concorrência em seus precisos termos, desclassificando as quatro propostas pela não observância do item IP-5.4.1 do edital (preço-teto), não impugnado em tempo hábil por nenhum dos consórcios concorrentes. Ainda no dia 18, foi comunicada a desclassificação aos consórcios.

20. Em 25-07-88, a C.R. Almeida S.A. impetrou um terceiro mandado de segurança — desta feita distribuído à 6ª Vara Federal — pleiteando que, em liminar, fossem sustados os efeitos da desclassificação, bem como que, em sentença, fosse decretada a classificação de sua proposta e o seu direito à adjudicação do objeto da licitação. Na mesma data, o juiz concedeu a liminar para os fins requeridos, e o Presidente da COPEL foi notificado da impetração.

21. Em 2-08-88, a Presidência da COPEL prestou as informações relativas ao terceiro mandado de segurança, também suscitadas pelo Prof. Miguel Reale e instruídas com parecer do Prof. José Frederico Marques, especialista em Direito Processual Civil. Essa peça de defesa demonstra a incompetência do Juiz da 6ª Vara para o processamento da ação, a ilegitimidade da empreiteira para formular a reclamação por não haver impugnado o edital em tempo hábil, a impossibilidade jurídica do pedido e a plena legalidade do ato de desclassificação das propostas.

22. No dia 3-8-88, o Estado do Paraná, por sua Procuradoria Geral, requereu sua admissão como assistente da COPEL no processo relativo ao terceiro mandado de segurança. Tanto esse pedido do Estado do Paraná, como as teses de defesa da COPEL, constantes de suas informações, foram objeto de pareceres favoráveis do Ministério Público Federal.

23. A 26-8-88, o Sr. Ministro Presidente do TFR, deferindo pedido formulado pelo Estado do Paraná e pela COPEL, suspendeu a liminar concedida pelo Juiz da 6ª Vara Federal à C.R. Almeida S.A., com o que ficou esta Empresa liberada para novos procedimentos destinados ao prosseguimento da obra.

24. Encontrando-se afastado o obstáculo que lhe era imposto por essa liminar, e considerando ser de todo recomendável que a contratação de um empreendimento desse porte se faça mediante concorrência, a Diretoria da COPEL deliberou fazer publicar, de imediato, aviso de nova licitação para as obras civis principais de Segredo.

25. Tendo em vista que o lapso de tempo indispensável à realização da nova concorrência fatalmente retardaria em muitos meses a retomada das obras, o que elevaria o risco de déficit na oferta de energia no sistema

interligado Sul-Sudeste a patamares intoleráveis, com incalculáveis aumentos de custos que teriam de ser forçosamente repassados à sociedade, decidiu também a diretoria da Copel — com amparo em pareceres dos eminentes juristas professores Hely Lopes Meirelles e Antonio Carlos Cintra do Amaral — proceder, em caráter de emergência, à contratação direta do consórcio constituído pelas empresas paranaenses DM Construtora de Obras Ltda, Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos e Sinoda — Construções S.A. para execução de uma parcela correspondente a aproximadamente 18% (dezoito por cento) dos valores físicos e financeiros do contrato a que visava a licitação anteriormente realizada.

26. O contrato de emergência com o Consórcio DM-CESBE-SINODA foi assinado em 31-8-88, em solenidade realizada no Palácio Iguatã. A parcela contratada equivale ao volume de obras possível de ser realizado em um ano, quando então a nova concorrência para os cerca de 82% das obras civis principais já terá possibilitado a instalação da empreiteira vencedora no canteiro.

27. O procedimento emergencial adotado pela Copel atende também aos imperativos de:

a) prevenir danos às obras civis preliminares ora em fase final de execução;

b) poupar o crédito público dos ônus decorrentes de manter improdutivo a estrutura da Copel no canteiro;

c) possibilitar o aproveitamento imediato — com relevantes benefícios sociais — dos trabalhadores que se encontram ameaçados de dispensa, já no início de setembro, em função do término das obras preliminares.

28. A 31-8-88, o Juiz da 6ª Vara prolatou decisão indeferindo o pedido que o Estado do Paraná formulara para intervir no processo como assistente da Copel. Desse indeferimento, o Estado interpôs recursos ao TFR.

29. Em 5-9-88, o mesmo juiz proferiu sentença na última ação, concedendo a segurança para declarar nula a desclassificação das propostas e determinar que se proceda a outro julgamento da concorrência, desconsiderando-se a cláusula do edital relativa ao preço-teto. No dia 9-9-88, a Copel opôs "embargos de declaração" à sentença, a fim de ser esta suprida em ponto onísson que nela se verificou.

30. Cientificada, em 20-9-88, da decisão dos "embargos de declaração", a Copel interpôs, no dia 4-10-88, recurso de apelação para o TFR, também elaborado pelo prof. Miguel Reale. O recurso demonstra a nulidade absoluta da sentença, bem como a carência de ação da empreiteira e a total improcedência de seu pedido.

31. Em 18-10-88, a Copel e o Estado do Paraná, em abundância de precaução quanto ao prosseguimento da obra, requereram ao ministro presidente do TFR a suspensão da sentença proferida pelo juiz da 6ª Vara Federal até que fosse julgado o recurso de apelação interposto.

32. Não obstante parecer da Subprocuradoria Geral da República, cujo titular — manifestando a convocação de que "o mais importante, no momento, em atenção ao interesse público, é assegurar o prosseguimento das obras da usina" — opinava pelo atendimento do pedido de suspensão, o Sr. Presidente do TFR houve por bem indeferir-lo, mediante despacho datado de 9-11-88, por entender desnecessária a medida pleiteada, visto que "a Copel iniciou novo procedimento licitatório, mas sem a paralisação da obra, pois contratou consórcio para a execução das obras civis da usina". Ressaltou, além disso, como argumento adicional em prol da desnecessidade da suspensão, que, dentro dos prazos da nova concorrência, o tribunal certamente já terá julgado a apelação interposta.

33. Em 25-11-88, a empreiteira interpôs junto à 2ª Turma do TFR medida incidental em que requeria fossem liminarmente sustados a nova licitação convocada e o contrato em emergência com o Consórcio DM — CESBE-SINODA, bem como determinado em sentença que a Copel se absteresse de qualquer ato em relação às obras civis principais da Usina. Havendo o ministro-relator indeferido, a empreiteira manifestou desistência da medida cautelar.

34. Em sessão de 38-3-89, a mesma 2ª Turma do TFR procedeu ao julgamento conjunto dos dois recursos de apelação interpostos pela Copel contra as sentenças da 2ª e da 6ª Vara da Justiça Federal, optando por negar provimento a ambos e confirmar as decisões de 1ª instância. Essa nova decisão, que se encontra pendente de formalização em acórdão, torna obrigatório novo julgamento da concorrência S.01.B, mas não impõe a adjudicação da obra à C.R. Almeida.

O Sr. César Cals Neto, Líder do PSD — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PSD — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos trazer nossa solidariedade aos professores e servidores da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e demais universidades federais do País, que, através de movimento reivindicatório dos mais legítimos, lutam por melhores condições de trabalho e sobretudo contra o arrocho salarial.

A propósito, gostaríamos de dizer que o Plano Verão acabou de provar que o arrocho salarial não resolve o problema da inflação. Nunca tivemos uma massa salarial tão apertada, um salário mínimo tão depreciado, salários, de forma geral tão diminuídos, como estamos observando agora. Apesar disso, a inflação é crescente, demonstrando que o arrocho salarial não é o caminho para a solução do problema estrutural da inflação brasileira.

Por outro lado, Sr. Presidente, também ficou provado, no Plano Verão, que a política de juros altos também não resolve o problema da inflação. Tivemos, no Plano Verão, o arrocho salarial e a política de juros altos, reais, extremamente elevados. Com o processo de congelamento em curso, foram cobrados juros reais superiores a 20% a 25% ao mês, neste País. Então, arrocho salarial e juros altos, conjugados, não conseguiram deter o problema da inflação brasileira, que tem causas estruturais mais profundas do que esses paliativos colocados.

Faço essas colocações em nome do meu partido. Também quero dizer às demais Lideranças e aos membros desta Casa da urgência, da necessidade de se votar uma política salarial. Sem sombra de dúvida, a consolidação de um texto sobre a política salarial desarmará mais da metade dessas greves. Na verdade, a falta de uma política salarial, o buraco negro surgido daí tem causado insegurança extremamente significativa, que induz ao clima de greve, agravando-o.

O Sr. Haroldo Lima — Líder do PC do B — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, o economista Abel Aganbeguian, um dos principais assessores econômicos do Sr. Mikail Gorbachev, esteve, na quinta-feira passada, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, para falar sobre as reformas econômicas promovidas na União Soviética, sob o rótulo de *perestroika*.

Num plenário repleto de Deputados, na sua quase totalidade representantes do setor conservador desta Casa, e de técnicos e funcionários graduados do Banco Central e do Ministério da Fazenda, as palavras do Sr. Aganbeguian não deixaram dúvida alguma sobre o verdadeiro objetivo das reformas econômicas do renegado Gorbachev: a restauração do capitalismo na União Soviética.

Na sua exposição, Aganbeguian deixou isso bastante claro, ao expor as medidas já tomadas na União Soviética, como abertura para o estabelecimento de propriedades agrícolas familiares e individuais, reintroduzindo a propriedade privada da terra em substituição às propriedades estatais e coléctivas, a privatização de empresas estatais e a introdução de propriedades privadas industriais que, segundo o economista soviético, já são hoje na União Soviética mais que 100 mil.

Antigo país de Lênin, ali prevaleceu, durante muito tempo, a socialização dos bens de produção.

Além da reintrodução das propriedades privadas, seja no setor agrícola, seja no setor industrial, a *perestroika* do Sr. Gorbachev e seus asseclas vai mais além, introduzindo na economia soviética a especulação financeira, com a criação do mercado de capitais e a reforma bancária, responsável pela criação de 70 bancos comerciais, de investimento e de poupança, bem como com a emissão de ações pelas empresas privadas recém-criadas.

Mas o que chamou mais atenção na palestra do Sr. Aganbeguian foi a política da internacionalização da economia soviética, antiga economia socialista.

Com o maior desarmamento, o Sr. Aganbeguian revelou que a União Soviética de Gorbachev e seus asseclas se prepara para ingressar como membro atuante do GATT, do FMI e do Banco Mundial, aderindo definitivamente aos organismos internacionais do capitalismo e da especulação financeira.

Mais grave ainda é a sua posição em relação ao capital estrangeiro, defendido pelo Sr. Aganbeguian, que anunciou que o atual governo traidor da União Soviética está estimulando a criação de *joint-ventures*, em condições de total abertura ao capital estrangeiro, que, digase de passagem, deixam o Sr. Delfim Netto meio envergonhado, com a *ousadia* de entreguismo, o que defendeu durante muito tempo nas terras brasileiras. As *joint-ventures* soviéticas do traidor Gorbachev não exigem que a maioria do capital da empresa seja soviético, permitem que o administrador da *joint-venture* seja estrangeiro e admitem a remessa de lucros para o exterior, mediante o pagamento de um imposto de apenas 20% e que, mesmo assim, segundo o Sr. Aganbeguian, pode ser renegociado.

Sr. Presidente, o Sr. Aganbeguian admite que a União Soviética, antiga pátria socialista, como todo país capitalista está precisando de uma lei de greve, para regular possíveis conflitos trabalhistas que não necessitariam, até agora, de lei de greve, porque lá existia, no passado, um regime socialista, que esses homens estão acabando totalmente, razão pela qual se faz necessária, sem dúvida, uma lei de greve, que ele próprio estabeleceu. É preciso, para que a greve não seja usada de maneira indiscriminada, ou seja, tem a mesma preocupação dos dirigentes capitalistas dos países ocidentais.

Diz o Sr. Aganbeguian que, em função das reformas econômicas, é necessário que as greves "não sejam levadas a extremismos ou a situações perigosas, e que tenham base legal".

Sr. Presidente, esse discurso nós bem conhecemos aqui no Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Bélgica, em todos os países capitalistas, que estão de braços abertos, como todos os capitalistas do mundo, para saudar o mais recente traidor deslavado do socialismo, o Sr. Gorbachev, que vem dar lições ao Brasil de como se abrir mais ainda a economia brasileira ao capital estrangeiro e, subliminarmente, dizer que é necessário endurecer no tratamento aos grevistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Concedo a palavra ao Sr. Eliel Rodrigues, na qualidade de Líder do PMDB.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu não terei assunto a tratar por tanto tempo, mas serei breve, de acordo com o que está combinado com a Liderança do meu partido.

O que me traz à tribuna neste momento é a satisfação de congratular-me com as autoridades municipais de São João de Pirabas, Pará, minha terra natal e da qual sou representante parlamentar nesta Câmara Federal. Foi com alegria que tomei conhecimento do primeiro aniversário de emancipação daquele Município e de que o evento foi festivamente comemorado, com o lançamento da pedra fundamental de uma creche tipo "Casulo", de uma escola comunitária, bem como do trevo rodoviário Salinas — Pirabas.

Da mesma forma, foi o setor agroprofissionalizante do Centro Sócio-Cultural Dyrécia Koury Palmeira, em justa homenagem à Drª Dyrécia Koury, Superintendente Regional da LBA em nosso Estado.

Todas essas obras foram financiadas por convênios firmados entre a LBA, a Funabem, a Fundação do

AS LEIS PARA AO PROCESSO DE REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL- DÉCADAS DE 1990-2000

1. LIBERALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO E DE CRIAÇÃO DA ANEEL

Eventos que antecederam o Governo Fernando Henrique Cardoso (1990-1994).

- **12/04/1990 – lei nº 8.031:** publicada no DOU de 13/04/90, cria o Programa Nacional de Desestatização (PND) e dá outras providências.
Tinha como um dos principais objetivos a iniciativa de reordenar a posição estratégica do Estado na economia. Ao outorgar, em forma de lei, os passos iniciais de uma resposta ao desafio representado pela crise do Estado – a ideia da reforma ou da reconstrução do Estado – o PND permite a transferência de atividades antes exploradas pelo setor público para o setor privado. O Estado assume um papel menos executor ou prestador direto de serviços. Essa lei passou por algumas alterações em 15/05/1998 e em 18/04/1999.
- **04/03/1993 – Lei nº 8.631:** publicada no DOU de 05/03/93 – dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.
- **06/09/1993 –Decreto nº 915:** publicado no DOU de 08/09/1993. Esse decreto permitiu a parceria entre empresas estatais e a iniciativa privada para a geração de energia elétrica em novas unidades operativas e submeteu a homologação dessas parcerias ao Dnaee. Sob a aprovação do Presidente da República, Itamar Franco, e do ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero de Vasconcelos, inicia-se a disciplina de forma específica do setor de geração de energia elétrica no país.
- **08/02/1994 a 16/02/1994:** Empresa do setor elétrico apresentaram as planilhas de custo ao Dnaee. O Ministério da Fazenda pediu ao Dnaee para converter os preços em UR, o que resultou em um aumento considerando abusivo e ameaçador ao plano de estabilização da economia. Como exemplo para que outros setores de infra-estrutura não aumentassem suas tarifas o diretor do Dnaee, Gastão Andrade Lima, seria exonerado. O uso pelo governo da política tarifária do setor elétrico como instrumento de controloinflacionário, somado à centralização das decisões, à equalização tarifária e ao modelo de remuneração de investimentos, colaborou para a crise financeira do sistema elétrico, além de favorecer um inadequado e ineficiente desempenho empresarial e uma interferência política nas gestões das empresas concessionárias.
- **08/03/1994 –** Surge a acusação dirigida ao diretor do Dnaee, Gastão Andrade Lima, feita pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, de autorizar aumento de tarifas de energia sendo considerado arbitrário e inibidor do projeto de estabilização (início do Plano Real – URV, de 01/03/94) na mesma data em que o novo ministro de Minas e Energia, Aléxis Stepanenko, decidiu pela exoneração de Gastão Andrade Lima, diretor do Dnaee, ele se reuniu com o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique, com o presidente do BNDES, Pêrsio Arida, e com o Presidente da República Itamar Franco, para discutir o modelo de privatização do setor elétrico, elaborando o cronograma e a amplitude da privatização.

EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2000)

- **13/02/1995-Lei nº 8.987,** publicada no DOU de 14/02/1995, considerada um marco na reestruturação do setor elétrico nacional. Esta lei dispõe, entre outras providências, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal de 1988, e cancelou as concessões em casos de obras não iniciadas. ”Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.”
Em 1988, o artigo 175 já havia instituído uma regra para todos os serviços públicos: a obrigatoriedade de fazer licitação, na modalidade de concorrências, para as outorga de concessões e permissões de serviços públicos. O que a Lei nº 8.987/1995 estava trazendo de novo para o setor era estruturar essas concessões e permissões.
Essa lei foi republicada em 28/09/1998.
- **07/07/1995 – Lei nº 9.074,** publicada no DOU de 08/07/1995 (Ed. Extra), amplia a Lei nº 8.987/95, estabelecendo normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

Os serviços de energia elétrica, de maneira específica, recebem novas diretrizes para a prorrogação das concessões, criando um estímulo à atividade de produção independente de energia elétrica, fomentando a competição na prestação dos serviços, garantindo o direito de livre acesso aos sistemas de transmissão/distribuição e permitindo a consorciação para geração de energia elétrica. Foi republicada em 28/09/1998.

- **02/12/1995** – O novo diretor do Dnaee, José Said de Brito, foi acusado de manter com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) contratação irregular indireta de funcionários. Também foram apontadas irregularidades por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) na contratação indireta de pessoal.
- **08/12/1995** – Primeira menção à Formulação de um projeto de lei para reformular o Dnaee na imprensa. A sigla Aneel ainda não havia surgido. O presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros, dá um depoimento sobre a criação de um novo “colegiado enxuto”.
“O governo federal deverá enviar até o início do ano que vem para o Congresso um projeto de lei para reformular o atual órgão controlador e normatizador do setor elétrico, o Dnaee.”
- **14/02/1996** – Exposição de Motivos para a criação da Aneel, do Ministério das Minas e Energia para o Executivo, anexa ao anteprojeto para criação da Agência.
- **21/03/1996** – Através da Mensagem nº 234/96, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso envia ao Congresso Nacional o texto do Anteprojeto de Lei nº 1.669/96, de autoria do Executivo, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica. A EM nº 011, de 14/02/96, sugere que o PL tramite em caráter de urgência, em conformidade com o disposto no art. 64,§ 1º, da CF.
- **01/04/1996** – Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.669/96 foi encaminhado à Mesa Diretora. À Mesa coube enviar o Projeto para as Comissões de Trabalho, Administração e Serviço; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça.
- **03/07/1996** – Um grupo de deputados solicita à Mesa regime de “urgência urgentíssima” para a apreciação do Projeto de Lei, (pedido aprovado)
- **09/07/1996** – A matéria entra em discussão na Câmara e as Comissões nada apresentam e, pó isso, o presidente da Câmara designou deputados para substituí-las. Todos foram favoráveis ao Projeto de Lei do Executivo. Um dos deputados apresentou um texto Substitutivo, lido em plenário.
Dá-se início a divulgação dos pareceres sobre o PL nº 1.669/1996 realizado pelas três comissões responsáveis.
- **18/07/1996** – É elaborado um acordo que estabelece a realização de uma audiência pública com todos os agentes sociais envolvidos no setor.
O Substitutivo é criticado por favorecer a concentração de poderes da agência. Das conclusões tiradas, originou-se um novo texto para ser submetido à votação em 06 de agosto de 1996.
- **22/07/1996**– Realiza-se a audiência pública “secreta” (pois não há transcrição da audiência) com os diversos agentes do setor de energia e segundo o dep. Luciano Zica (PT-SP) ficou claro a diversidade de opiniões até dentro da base governista:
- “A audiência se realizou com uma frequência extraordinária e teve a capacidade de mostrar que, de fato, há uma diversidade enorme de opiniões acerca do tema. Há uma discordância excepcional entre os deputados da base governista, que, inclusive, estão acompanhando o debate sobre o conteúdo do projeto.”
- **23/07/1996** – A matéria volta ao plenário e, no entanto, o líder do PSDB, José Aníbal, solicita a retirada de pauta do projeto de Lei. Por votação o requerimento é aprovado.
- **24/07/1996** – O projeto volta ao plenário num clima de grande confusão, visto que uma subemenda substitutiva é apresentada pelo mesmo autor do projeto Substitutivo. Esta subemenda foi aprovada por votação, ressalvados os destaques que seriam discutidos na próxima sessão.
Nova tentativa de retirada do PL da pauta de votação no plenário. O requerimento, que não obteve sucesso, foi do deputado Chico Vigilante, vice-líder do PT. Seu pedido foi rejeitado após uma votação.
- **06/08/1996** – A redação final do Projeto de Lei é aprovada após o debate sobre os destaques, propostos em 24 de julho, e é encaminhado ao Senado que o envia imediatamente às comissões.
- **09/08/1996** – O Projeto de Lei foi recebido pela Mesa Diretora do Senado Federal que o despachou às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

- **14/08/1996 a 26/11/1996** – Neste período de 115 dias, este Projeto tramitou na Comissão de Assuntos Econômicos, sendo nela apresentadas, discutidas e votadas 14 emendas. Nesta Comissão, o senador Eduardo Suplicy apresentou um Substitutivo, cujo relator, o senador José Fogaça, deu parecer contrário, o mesmo acontecendo às emendas aí apresentadas. A falta de quorum no Congresso Nacional, em função das eleições municipais deste ano, foi o motivo para que o Projeto permanecesse por tanto tempo nesta Comissão, tendo-se retomado sua tramitação apenas após o pleito eleitoral.
- **26/11/1996** – O senador Jader Barbalho apresenta o requerimento que pede urgência à apreciação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, O requerimento é aceito e em função disso outras comissões foram impedidas de elaborarem pareceres.
- **28/11/1996** – O Projeto de Lei de criação da Aneel entra em debate com a leitura dos pareceres da relatoria, apresentação das emendas de plenário, sua discussão e votação. Nesta sessão são apresentadas 18 emendas, todas rejeitadas pelo único a votação do Projeto de Lei.
- **03/12/1996** – Projeto de Lei é aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados sem alteração, por 40 votos, de um total de 43.
- **06/12/1996** – A Mesa Diretora do Senado Federal remeteu o texto do Projeto de Lei ao Ministro-Chefe da Casa Civil e encaminhou a mensagem ao Presidente da República. O PL foi submetido a autógrafos e ao primeiro secretário da Câmara dos Deputados sem alteração, por 40 votos, de um total de 43.
- **06/12/1996** – A mesa Diretora do Senado Federal remeteu o texto do Projeto de Lei ao Ministro-Chefe da Casa Civil e encaminhou a mensagem ao Presidente da República. O PL foi submetido a autógrafos e ao primeiro secretário da Câmara dos Deputados, sendo aprovado e encaminhado à sanção.
- **26/12/1996** – Lei nº 9427 – Sancionada pelo Presidente da República institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica edá outras providências.
Autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal Constituído a Agência, com a publicação de seu Regimento Interno, ficará extinto o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – Dnaee.
- **09/09/1997** – Lei nº 9.491, publicada no DOU de 10/09/97, altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (PND), revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Republicada em 11/09/97.
- **06/10/1997** – **Decreto nº 2.335**, publicado no DOU de 7/10/1998, constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança.
- **02/12/1997** – **Portaria MME nº 349**, de dezembro de 1997. É aprovado o Regimento Interno da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que exercerá suas competências segundo as normas específicas do Código de Águas e legislação complementar subsequentes, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.
- **14/01/1998** – Promulgação do Decreto nº 2.457, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.
- **15/05/1998** – **Lei nº 9.635**, publicada no DOU de 18/05/98, altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (PND) de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.
- **27/05/1998** – Lei nº 9.649, publicada no DOU de 28/05/98 e retificada em 05/06/98, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.
- **21/06/2000** – Decreto nº 3.520, dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e dá outras providências.
- **30/10/2000**– Instalação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).
- **07/11/2000**– Resolução nº - Aprova o Regime Interno do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Juliano Zwaricz, Registro Acadêmico: 0511008, solicito ao Senhor (a): _____, a sua AUTORIZAÇÃO para realização de entrevista a fins de pesquisa de Mestrado em Geografia, área de concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, tendo como título: **GEOGRAFIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA (SEGREDO) –PR**, sob a orientação da Professor Dr. Pierre Alves Costa, pertencente ao programa de pós-graduação strictu sensu em Geografia da Universidade Estadual Centro Oeste - UNICENTRO. Comprometo-me a não alterar as informações prestadas. Haverá, também, o compromisso daconfidencialidade dos sujeitos da pesquisa, e os dados obtidos, só serão divulgados e utilizados em reuniões e em publicações científicas.

_____, _____ de _____ de _____.

Juliano Zwaricz
Responsável pela Pesquisa
RG. 6.048.230-6/ RA. 0511008

Autorizado: Assinatura do entrevistado

ENTREVISTAS REALIZADAS:**Entrevista com o prefeito de Candói Elias Farah Neto**

Entrevista realizada em 09/01/2012

A respeito da construção usina hidrelétrica Nei Braga Popular conhecida como usina segredo ?**P: Seu nome?**

R: Elias fará neto

P: Sua idade ?

R: 70 anos

P: Qual sua escolaridade

R: 2 grau completo ?

P: Local de nascimento

R: Guarapuava ?

P: Senhor veio para região de candói em que ano?

R: 1972 ..70 ou 72 por ai

P: Então o senhor conhece bem a realidade da Região como era antes da construção usina Hidrelétrica Segredo?

R: Conheço ...conheço antes e depois com certeza a época nasceu grandes dificuldades em todos os sentidos que não dependia da usina mas que era uma situação bastante e nosso município inclusive o município de Foz do Jordão era o fundo de Guarapuava terminava no Rio Iguaçu onde esta localizada a usina segredo governador Nei Braga e nos acompanhamos inclusive uma pendenga jurídica colocada na época com a empreiteira que ganhou a licitação e o ex governador Álvaro Dias não se conformou com o valor achou que estava super faturado o preço e foram para a disputa ficou parado muito tempo até que as coisas pudessem acontecer mas a diferença era muito grande naquela época nem condói nem Foz do Jordão eram município era só distrito mal atendido mal conduzido tudo que se arrecadava ia para Guarapuava voltava muito pouco e logicamente o atendimento da usina claro nos idos de 1980,1982 nos conseguimos um contado com a Copel diga por passagem e com o apoio do próprio governador Ney Braga deputado estadual naquela época era Leonidas Chaves eu era vereador por Guarapuava já nos idos de 80, 82 e nos lideramos um processo de o maior projeto de instalação de rede de energia elétrica do Paraná na época eu lembro que foi 350 de rede de Foz do Jordão e Candói hoje município naquela época era distrito de Paz e distrito de Candói 350 km de rede foram atendidos 700 propriedades rurais com o subsídios do governo federal alias do governo estadual 50% do valor do projeto por propriedade e houve um financiamento do banco do Brasil prazo 5, 10, 12 anos de acordo com a capacidade de pagamento de cada proprietário fizemos aquela reunião 40, 43, 45 reuniões que participaram varias lideranças da nossa comunidade entre elas a padre Vilesvau que nos apoiou no projeto e nos conseguimos nos posicionar bem politicamente por que naquela época eu fui eleito em Guarapuava presidente da câmara de vereadores então isso me deu uma autoridade maior para eu poder fazer essa reivindicação e to contando esse historia porque faz parte de uma vida que aconteceu exatamente nesse sentido e a decisão maior foi registrado lá no antigo segredo no pavilhão da igreja São Pedro onde vieram deputado falando em nome do governador Nei Braga vieram o pessoal da Copel nos pudemos eu recebi minha casa meu sitio santa pedra no Aroio dos Índios em frente da BR 373 na serra que desce para o Iguaçu e tivemos uma reunião muito disputado boa reunião bonita e acabou sendo... logicamente nos já tinha feito 43 reuniões aquela foi para fechar muito trabalho eu lembro que nos tentamos localizar as propriedades primeiro fazendo um mapa individual soltamos um carro medindo mas pela estrada não dava a linha podia ir por outro local que seria mais próximo daí acabamos foto e de satélite aquela época não existia então acabamos recorrendo a ITCG emprestamos dele as aero fotogrametrias e através das aero fotogrametria e a ajuda da comunidade me lembro que dois um ou dois funcionários da Copel ficaram a nossa disposição em Guarapuava nos trabalhavam ate meia noite uma hora da manhã mapas grandes intenso linhas por linha comunidade por comunidade hoje a região administrativo por região administrativo e conseguimos detectar e realizar o projeto nos tivemos eu como vereador Laerte tive que me debruçar dedicar liderar realmente o projeto como tinha que ser e logicamente no aspecto político nos conseguimos inaugurar se não me engano em outubro novembro de 2002 com a presença do deputado Leouda Chaves deputado Isequias Louço deputado federal Ivo Louço ali nos fizemos a contagem regressiva aonde nos iluminamos trocamos e a Copel trocou colocou inclusive a iluminação publica no segredo antigo segredo hoje Foz do Jordão que houve ai logicamente essa questão da da dessa energia elétrica plantação custou a candidatura do prefeito foi solicitada tanto deputado Leouda Chaves pelo governador Nei Braga são fatos assim que turista ai logicamente em função dessa instalação desse projeto de energia elétrica em todo os dois distritos Paz e Candói passaram se 10 anos não tiveram sucesso na eleição passaram-se 10 anos e daí criou essa idéia não chegou a bem 10 anos 10 do inicio 8 da inauguração da energia elétrica comemorada por todos e daí começou já se pensar na emancipação do Candói daí foi o ponto de partida que nos demos para emancipação ta pronto para se emancipado o povo sentiu o gosto pela liderança de quem queria trabalhar e aconteceu fizemos também o mapa de todo o município entregamos na mão do deputado Aragão Junior e as coisas foram acontecendo ai estalamos o município e a partir da instalação do município nos continuamos o trabalho com a própria Copel em função do iarima daquilo do impacto ambiental que podia dar e tivemos não se tinha muita pratica do iarima mas tivemos assim uma e o que veio veio como lucro nos ganhamos na época da Copel uma casa familiar rural montada com tudo ate roupa de cama ate garfo talher tudo tudo está funcionando até hoje basicamente nos fizemos as ampliações necessárias eu fiz questão de colocar um ginásio de esportes de primeiro mundo que esta La na localidade de segredo que hoje e Foz do Jordão então aquele ginásio e esporte foi licitado e construído na minha primeira administração como prefeito de Candói onde eu entendi que Foz do Jordão segredo na época sofreu o maior impacto ne entre o trabalho e absorver a população que veio do interior e

logicamente o desemprego depois Também como não tinha esse tal de iarima que tem hoje o impacto ambiental então nos se contentamos com essas duas obras então tipo as casas familiar rural aqui em função da e a construção da usina e o ginásio de esporte lá no antigo segredo segredo que eu disse que era maior e complexo urbana no município na época tinha um numero de casa espetacular a população urbana estava lá e havia sempre uma uma discussão sobre a futura sede eu disse naquela época que eu não discutia a questão da sede a pátria bem pleitiada mas não tinha o numero de habitantes que tinha no quadro urbano que tinha o segredo mas aqui o nosso antigo Corvo Branco também tinha menos ainda que a paz mas era o ponto central do município que atendia era bem o divisor da terra nascente ate o campo real como ate o rio Iguacu onde estava localizado o núcleo segredo eu disse a população do segredo na época se um dia o segredo levantasse uma bandeira de emancipação estava favorável e no terceiro ano do meu mandato segredo levantou a bandeira da emancipação e eu honrei minha palavra eu tinha eu disse que iria estar presente estar presente na junto ao lado do pessoal do segredo e assim foi também e apóie ajudei na elaboração dos mapas primeiro levei uma proposta maior daí politicamente eu mostrei ao pessoal que não daria certo que Candói seria muito prejudicado e fizemos uma composição da comissão organizadora e chegamos ate os limites que estão hoje o nosso município de Foz do Jordão que e filho de Candói .

P: então tem uma história assim?

R:então tem uma história assim que e interessante ne

P: Então todo mundo ganhou?

R:Foz do Jordão com certeza e o próximo do município já houveram 4 eleições teve muitas conquista e com certeza eu tenho convicção disso se tivesse continuasse como distrito de Condói não teria o progresso que tem então foi uma maneira de reconhecer as coisas e também eu pude cumprir minha palavra como se diz na época na época se chama o pessoal que habitava segredo chamava segrediano então eu diria para a população do segredo me sinto hoje feliz de te colaborado pra que Foz do Jordão que hoje e município pudesse ter a qualidade de vida e ter realizado o sonho do povo .

P: Então na sua opinião a usina Nei Braga foi um marco para que fizesse a região se desenvolvesse?

R: Não tenho duvida por que ela veio apesar ela estar localizada no entre os município Palmas de Mangueirinha e Reserva do Iguacu que não tinha nada ver conosco nos temos para baixo da barragem mas ela deu reflexo a presença da usina a construção da usina refletiu no antigo distrito de Candói ne antigo segredo que hoje e foz do Jordão o reflexo veio porque os barrageiros e a família dos barrageiros vieram se instalar vieram de outras usinas vieram se instalar no nosso então distrito de paz ne que pertencia o segredo que hoje e foz do Jordão ele nos deu progresso enquanto a usina estava se desenvolvendo e nos aproximou mas das autoridades esse que e o ponto principal da coisa aproximar essa população do nosso distrito de Candói de Paz depois município de Candói e município de Foz do Jordão isso nos se aproximaram mais das autoridades e fazer com que as coisas fossem acontecendo .

P: Então...essa importância da usina alem de trazer na sua opinião o progresso, ela foi bastante discutida no meio político do então o governador Nei Braga mas tarde o próprio Requião e o Álvaro Dias...

R: O Álvaro teve uma briga grande com o consórcio se e realmente briga eles brigaram muito dentro da justiça até que a coisa caminhasse e daí na época da construção eu não me lembro bem mas passou alguns governos mas quem peitou o consórcio foi o Álvaro dias por valores mais expressivo que ele não concordava

P: Um dos deputados que bateu a questão foi o Leonidas então o senhor...

R:Na questão da eletrificação rural sim tem que falar colocar a historia como ela se apresenta apesar não temos muita nossa atividade ficou comprometida depois função da situação política mas a verdade tem que ser dita.

P: E o senhor assumiu a prefeitura em que ano aqui em Candói .

R: em 19... 1º de janeiro de 1992

P: E a usina já tinha inaugurado já totalmente e esse complexo os impostos da usina vieram direto para Candói ou não?

R: não houve reflexo no aumento da arrecadação nenhum nem para Guarapuava que e o município mãe na época nem para Candói nem para Foz do Jordão por que o lago esta entre os município da Reserva do IguacuPinhão e Mangueirinha e Coronel Domingos Soares se eu não me engano então da barragem para baixo que desvia La que cuja a divisa de Guarapuava na época antes de ser Candói e antes de ser Foz do Jordão e o rio Jordão que fazia divisa i logicamente que nos conseguimos naturalmente foi a ponte sobre o rio Jordão unindo os município de Guarapuava e Pinhão aquela época que depois virou Candói e Foz do Jordão e Reserva do Iguacu que se desmembrou de Pinhão.

P: Então na sua opinião quem foi beneficiado com a construção foi Pinhão e Mangueirinha?

R: Na época Pinhão e Mangueirinha depois agora com os róishoje ne na época os róis da área alagada foi o Pinhão e Guarapuava aliais minto foi Pinhão e Mangueirinha agora depois se desmembrou-se Coronel Domingues Soares que passou a receber e depois Reserva do Iguacu também no lugar do Pinhão e Mangueirinha então ficou aprovou a justiça em uma demanda judicial com Reserva do Iguacu que a usina que a geração da usina estava situada na região no município de Mangueirinha ficou toda semestre a usina da Mangueirinha mais a área do alagado .

P: Então o senhor em razão essa barragem que e uma barragem maior e foram construídas outras PCH'S que são pequenas hidrelétricas e uma inclusivederivação do rio Jordão para ela e depois agora fundão e Santa Clara que faz parte de Foz do Jordão Pinhão e Candói e essas PCH também fizeram impacto na melhoria agora atualmente e talvez nos impostos do município o que o senhor pode falar sobre isso .

R: Com certeza os PCH vieram dar uma agora Candói, por exemplo, e a sede da usina as maquinas as turbinas estão no nosso município Candói apesar ter diversas usinas em volta a única que passa que está localizada dentro do município Candói e a Santa Clara daí vem nos temos uma parte semestre da usina temos a área isolada recebemos um pouco de róis daí tem o fundão ta localizado se eu não me engano no Pinhão as cabo de força no Foz do Jordão ela recebe todo os icms doperdeu na justiça 50% pro Pinhão e 50% para Foz do Jordão tão brigando ta mas então essa onde estiver localizado a sede as maquinas as turbinas esse município tem o direito de receber agora a lei não apóia Candói mas os roias que e dividido proporcionalmente da área alagada então ele veio beneficiar o resto do PCH vieram beneficiar os município de pinhão e o Foz do Jordão no caso .

P: Aqui mais ou menos eu chamo de complexo energético dentro da pesquisa porque existe varias outras usinhas perto que atribui essa usina grande que e esse complexo energético ele ta dando uma baque na economia desses municípios ne ate pelos róis ICMS.

R: E tudo é os róis não ajudam muito na realidade se tivesse as áreas sem serem alagadas alguém estaria plantando criando gerando emprego gerando impostos como a área foi coberta a usina paga os róis desse imposto desse lago para os municípios que tiveram as áreas coberta .

P: É um bom negocio?

R: tudo e um bom negocio ne mas e uma maneira de equilibrar a perca da terra que nos tivemos dela população e etc. creio que livre nos temos outra usina que está sendo construída aqui que e cavernoso que faz parte desse complexo do rio Iguaçu e o Cavernoso e rio Jordão ne esses três rios mas também a sede da usina está em Virmont que está em construção agora e a Viu Monte o Candói não foi contemplado nos teria uma uma área alagada ai de 50 hectares mas ela trás os beneficios ne nos teriam um pouco de róis dessa área alagada nos teria logicamente o município de Virmont vai ter sua área vai ter seu ICMS e o royalties e gera logicamente energia pra que amanhã depois uma grande empresa que se instala em relação de valores daquilo que nos propusemos está mais próximo .

P: Então a nossa região ela e conhecida por ter um grande numero o senhor chegou a tocar nesse assunto grande numero de barrageiros ne que começou a formar na época da construção da usina Nei Braga ne e essa capacitação de mão de obra e no que isso beneficia e no que prejudica os municípios da região aqui na sua opinião.

R: A principio ele faz com aquelas pessoas que já viviam aqui so benefício eles puderam entrar na usina eles fizeram um curso profissionalizante puderam aprender aqueles que queriam trabalhar ou so emprego foram beneficiado mas tem varias pessoas que suas famílias moram aqui no interior do município ne em qualidade de fatura por exemplo tem algum que ele trabalha fora nas outras usinas e tudo começou aqui na usina Nei Braga se dedicou se especializou ganha bem claro está longe da família mas e uma maneira assim como os nossos saem fora para buscar emprego onde está a usina ou as usinas nos temos aqueles que vem de fora independente para trabalhar para viver para arrumar um emprego no nosso município em Foz do Jordão em todos os municípios no nosso setor o problema que o desemprego sempre vai existir existe não e problema e que seja um problema nosso Candói Foz do Jordão Reserva do Iguaçu Pinhão Guarapuava não o problema e do Para ná inteiro do Brasil inteiro e problema do mundo hoje com essa crise econômica que estamos vivendo então isso ai dá deu assim agora aqueles que vieram de fora para trabalhar perderam o emprego depois que terminou a usina ficou se um resídua social muito grande na verdade agora o aspecto das pessoas que namoraram deixaram as namoradas grávidas trouxeram filhos ai a coisa se enrola em um social maior aqueles que assumiram tudo bem aqueles que não assumiram criou um problema social com certeza.

P: E senhor já citou questão da empresa Copel que foi a construtora responsável pela construção da usina tem sido responsável pela construção pelas outras PCH ai na região e o que continua ela influenciou então essa construção mas o que ela continua influenciar dentro da região ela tem ainda algumas parcerias com os municípios ai .

R: Copel tem parcerias da boa ação dos lagos espécies ativasela tem programa que e de reflorestamento ficou lá o museu o Rio Iguaçu ela tem ela se preocupa com o social da coisa e claro que hoje se fosse se construir uma usina dessa maneira os direitos dos municípios seriam bem diferentes poderiam ser terminou agora ficam ai com suas famílias desempregadas com problema social se virem então hoje já da uma outra possibilidade da uma outra visão as leis ambientais também são iguais rigorosas na época que foi construída a usina de segredo mas e a evolução ne .

P: Então o senhor falou numa questão no relatório do impacto ambiental essa usina foi a primeira do Brasil a fazer um relatório de impacto ambiental na construção de uma usina de grande porte ne embora não tivesse necessidade ela já estava liberada ne pelo meio ambiente mas ela o governo na época fez questão de fazer o relatório e dentro desse relatório ela contemplou os reassentamento aqui aquelas pessoas que foram a gente já teve trabalhando com eles ali mas no seu ponto de vista político ne daquela época o que foi feito o que vocês brigaram para que acontecer isso o senhor lembra .

R: Não eu confesso para você que na época eu minto eu lembro que foi comprado uma área no Pinhão no município do Pinhão foi comprado uma área para fazer o assentamento das pessoas que eram ribeirinhos a gente tem que voltar um pouco na memória

P: continuando a entrevista com o senhor Elias nos falávamos em questão dos na questão dos ribeirinhos e na disputa na questão da política ai da disputa da pra reassentar esses ribeirinhos continua ?

R: sim ai houve a questão lá nos temos como por exemplo aqui na nossa península do cavernoso o terreno que era da Eletro Sul e desapropriado pela Eletro Sul e daí a Eletro Sul acabou fazendo um acerto com o INCRA para poder colocar os ribeirinhos os ilhéus conforme eles chamavam estavam nas ilhas do rio Paraná para atender a demanda da Itaipu binacional então eles vieram lá do rio Paraná vieram se localizar aqui no nosso município de Candói hoje município de Candói antigamente era município de Guarapuava na península do Cavernoso que leva o nome hoje de Ilha do Cavernoso no caso dos Ilheis que vieram lá do rio Paraná então se ta colocando muita propriedade no segredo 1 começou lá em mangueirinha ne daí o 2 na Reserva do Iguaçu antigo Pinhão depois logicamente depois segredo 3 lá no Honório Serpa 4 de novo em Mangueirinha então tão conseguindo existe uma consciência ne dessa realidade mas enquanto por parte do lago de Santo Santiago e da usina construída pela Eletro Sul hoje explorada pela Tractebel não houve os ribeirinhos os ilheis tava em cima das ilhas até hoje não tiveram seu problema resolvido e uma briga fundiária .

P: Então hoje o senhor tem feito algum projeto dentro da área de fundiária dentro do município um grande problema da nossa região e a questão fundiária "sim" ne e nessa época acho que foi um dos maiores problemas para resolver o problema e que os grandes normalmente a falta de documentação dessas terras ai até hoje o complexo energético tem batido nessa tecla o senhor tem alguma

R: tenho ta dentro do plano do nosso governo dessa gestão renegociação fundiária que o agricultor familiar que não tenha a sua a documento de sua terra ta fora de todos os projetos do governo federal estadual municipal ele existe e não existe como ele vai sobreviver sem um financiamento sem um apoio sem isso sem aquilo

E nos fizemos um levantamento nós temos 53% das propriedades no Candói ou no região não tem documento esses 47%, ai eu nomei uma comissão ai para poder dar cumprir o que esta no plano de governo e eu cheguei liderado ai por o técnico do antigo Emater que hoje trabalha conosco Olívio Janconec mais a doutora Dirceia e doutora Carmem ele no campo ela na área jurídica nos conseguimos documentar quase mil hectares 970 e poucos hectares divididos em 104 lotes para atender 83 famílias e a custo zero e já tivemos a felicidade em quatro meses nos o Candói teve a foi iniciado o processo jurídico a dez anos aque a justiça demora e sai o primeiro processo de uso campeão coletivo do Brasil aqui no nosso município graças a iniciativa do município com a parceria do município de Candói e o ITCG a tribunal de justiça estado do Paraná que teve o programa justiça no bairro eu fui ate convidado para ir lá participar lá que Candói pertence a comarca de Guarapuava fomos lá e encontrei La pagador Jureci pessoa espetacular de uma visão social muito grande e nos conseguimos encaixar esse projeto dentro da justiça no quadro que e tudo gratuito então não custou dinheiro para nosso agricultor pequeno agricultor o ITCG e a prefeitura mediram o ITCG mediu a prefeitura fez os memoriais que tinha e os mapas organizou fez fizemos reuniões e o povo acreditou na administração e os conseguimos fazer as coisas acontecer na área rural to muito feliz por isso agora na área da foram 83 famílias 104 lotes na área urbana também nos temos dificuldades herdamos de Guarapuava uma grande terra na cachoeira estamos regularizando mais 51 propriedades urbana e na região da Paz 40 anos que a coisa esta caminhando e área e ocupada foi comprada mas não tem nada legalizada nem loteamento nem de reserva legal nem de ap nem de meio ambiente não tem nada então nos queremos fazer mais ou menos 200 250 propriedades então vai chegar perto de 400 propriedades

P: Eu citei essa questão de fundiária ate porque hoje o grande problema de nossa região e a questão pro desenvolvimento dela e a questão do pra instalar uma grande indústria trazer uma indústria para a região a energia elétrica e um ponto positivo de ter vindo?

R: com certeza

P: o que faltou para região e a questão da regularização da questão do fundiário então seria isso até para nos concluir essa entrevista o senhor quiser concluir o que essa energético pode ter financiado ou não a região

R: Não tenho duvida nos temos ai um potencial energético muito grande colocamos a disposição que está servindo o Brasil está servindo a todo o Paraná todo o Brasil que a nossa energia aqui do Salto Santiago por exemplo quem comanda ela e a anel nos trazendo aqui na questão de Santiago nem tanto a questão lá do nosso Segredo a usina de segredo mais essa a de baixo que encosta na

Agradecimentos.

**Entrevista com o senhor Paulo Dumont trabalhador da Barragem usina hidrelétrica Nei Braga
Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2012.**

P: Seu nome Completo

R: Paulo Dumont

P: Sua idade

R: Hoje estou com 58 anos

P: Sua escolaridade

R: 2º grau

P: Sua Naturalidade

R: Natural de Oriente na Cidade de São Paulo

P: O senhor veio em que ano pra região aqui ?

R: Pra região eu vim em 1976 ,eu vim em pinhão em 82 83 eu vim aqui para segredo trabalhar na usina

P: O senhor trabalhava onde antes de trabalhar na usina ?

R: Eu trabalhava nas casa pernambucanas em Pompéia na cidade de São Paulo ai como fiquei noivo NE... ai a gente ganhava pouco e a barragem na época era a fonte de renda né... que a gente poderia ganhar um pouco mais ai me entusiasinou ir para barragem ai entrei e só sai aposentado

P: Qual sua função na barragem R: olha eu começou desde inicio que eu comecei ali em capivara depois em Foz do Areia e depois Segredo eu era almoxarife ai no final aqui por 18 anos porultimo que eu fiquei aqui eu era supervisor

P: e então na época da barragem na construção da usina Segredo, o senhor era almoxarife ?

R: Almoxarife todo o material que veio para essa barragem ai passou nas minhas mãos.

P: Então como que o senhor recebeu a noticia da construção da barragem o senhor morava em São Paulo o senhor falou ?

R: Não eu na época eu trabalha já na Copel ai em Foz do Areia então eu bem na verdade assim surgiu na época em que estava concluindo Foz do Areia e que nos seriam transferido pra outras areias da empresa e que aqui na época seria a Eletro Sul que iria tocar essa usina e o ...veio a concessão então para a Copel que a Copel iria tocar a gente recebeu o convite com muito orgulho né de trabalhar mais uma obra pela empresa .

P:Essa mudança de Copel para Eletro Sul o senhor ocorreu por que o senhor...

R: Não sei não sei te dizer não sei te explicar ...houve a necessidade ...e que na época ai pelo que a gente ficava sabendo e que a Eletro Sul tinha mais e sei lá se era grande em construir barragem só sei que a Copel tinha ali uma experiência boa foi a construção do Salto Osório e construímos também no caso Foz do Areia isso também aumentou a ganja da empresa ne então tinha muita gente experiente tudo isso contribuiu para que a Copel então viesse a ganhar a concorrência da usina Segredo hoje Governador Nei Braga.

P: Então a Construção da barragem foi importante para a região no seu ponto de vista?

R: com certeza você vê eu passei aqui e antigamente Segredo hoje Foz do Jordão em janeiro em 83 que deu uma enchente grande ai a Copel todo o quadro efetivo da época eu morava na lute ai nos viemos trazer um motor que tinha queimado a captação de água quente então eu passei aqui era tudo estrada de chão era bem delicada da situação da região nossa aqui hoje então acredita-se com a barragem o progresso veio para ca o pessoal acreditou na região e se estalou e estamos ai ate hoje apesar que e que você sabe que barragem tem um ciclo na construção e que quando se termina o pessoal que veio quando se termina não tem para onde ir e acaba ficando então eu acredito que foi muito bom pro município ne

P: Na época da construção da barragem quantos mil peões barrageiros ou funcionários ?

R: Só lá da Vila Copel nos tinhamos em torno de duas mil e seiscentas casa todas habitadas nos temos em torno de mais $22+16=38$ alojamento abarrotados de funcionários ne então acredita se então assim que em torno de uns dez mil funcionários entre dez doze mil passou nessa barragem aqui .

P: A região não tinha suporte de habitação para receber como que foi feito isso ai?

R: Daí a Copel ne ela dotou mesmo sistema do Foz do Área ela construiu ali para que a gente tivesse um local de moradia ne nesta vila foi construído por exemplo um centro comercial com mercado farmácia barbearia tudo que você imagina que se possa ter em uma cidade tinha um exemplar na vila tinha um hospital de ótima qualidade na época ne inclusive um dos meus filhos nasceu no hospital da Copel um quadro medico muito bom ne que hoje vive só como ambulatório medico atendendo os funcionários e o pessoal da vila mesmo .

P: E o senhor não trabalhasse na barragem o senhor se imaginaria hoje como?

R: Olha eu acredito que iria que eu continuar nas casas pernambucanas ne eu trabalhava nas casas pernambucanas e na época tava para sair um curso de gerente no qual eu pretendia fazer ne através de estímulo do gerente que tinha La que falou você e um rapaz que tem futuro você podia fazer esse curso de gerente pra vê se melhora mais ai surgiu a oportunidade de trabalhar na barragem que foi a primeira barragem que trabalhei que foi na usina de Capivara obra da Cesp depois da obra da Cesp e que nos viemos aqui a convite e do então Artur Ambiole que era presidente da empresa nos vimos trabalhar aqui na Copel que era Foz da Areia .

P: Na época da construção da barragem da usina hidráulica quem que era o governador ?

R: O Álvaro Dias

P: O governo do Estado ele ajudou bastante na região como ele ou como que foi a questão dos ribeirinhos ali ?

R: Olha eu acredito assim que ate hoje a Copel se preocupa muito com isso e a gente nota e sempre soube as pessoas que teriam que ser indenizada foram todas indenizadas ne então tem teve local ali que a empresa retirou a moradia do rapaz do trabalhador rural onde ia se atingindo pelo reservatório e foi construído em outro local ne construiu estrada deu uma infra-instrutora boa ne para esse pessoal que seria afetado pela barragem daí para eles eu acredito assim que apoio a empresa deu através do governo do estado .

P: Muitos dos funcionários da empreiteira do consorcio que construíram a barragem depois passaram a trabalhar da Copel ne mais tarde passaram no concurso ...

R: E teve alguns que tiveram essa felicidade ne de passarem no concursos e prestar serviço na empresa uma empresa boa respeitada e eu trabalhei nela por 34 anos prestei serviço nessa empresa hoje eu sou aposentado se eu pudesse eu não saia teria continuado mas e que a gente chega a ter um ciclo de vida e eu acredito assim que nos que estamos chegando em uma certa idade temos que dar lugar para juventude que está vindo ne

P: Na sua opinião a usina ela trouxe algum benefício alguma coisa que não era benefício para região ou não?

R: olha que venha prejudicar a região eu acredito que não porque uma e a gente acredita assim que uma barragem ela traz prejuízo a uma região quando e uma região muito agrícola e aqui não era muito morro serra não atingiu muito a área rural então acredito que so houve benefícios .

P: O senhor quer acrescentar mais alguma coisa nesse período usina segredo em construção?

R: Olha eu acrescentaria assim que você conhece o trabalho que eu realizo aqui de papai Noel ne e foi um sonho de criança que eu tive oportunidade de realizar através da Copel ne e a Copel me a primeira vez que eu fiz papai Noel foi na Copel a 32 anos atrás e estamos ai ate hoje ne e que assim o uma coisa que eu acrescento em toda a realidade do município que está sendo construindo uma usina esse pessoal remanescente ta por exemplo muitos deles vem as vezes e concluído o trabalho que eles vem fazer ou que fazem são dispensando da empresa e essa pessoa acabam ficando sem fazer nada nos municípios aonde tem essa barragem muitas vezes os município não tem o suporte de emprego para empregar essas pessoas e daí o índice de desemprego acaba crescendo ne que so vem a como que eu posso dizer para você assim uma cidade que não tem muito emprego acabar o pessoal desempregado sendo desempregado desocupado então eu acredito assim que o governo deveria e no caso assim investir mais na preparação da cidade que vai ser praticamente a sede de onde vai ser a construção da barragem para que traga por exemplo indústria para que quando essa barragem terminar esse pessoal ter onde trabalhar sabe e o que não acontece hoje em lugar nenhum infelizmente ne então o pessoal acaba vindo trabalhar aqui compra casa aqui e acaba tendo que sair daqui para trabalhar fora no entanto os filhos são órfão de pai vivo ne família ta aqui os filhos e as pessoas tem que estar se deslocando para outro lugar para poder arrumar emprego esse acha que é único desvantagem que por exemplo que quando vai se construir uma barragem esse pessoal remanescer aqui que ficou a barragem concluiu e eles não tem para onde ir .

Só para deixar registrado o senhor assinou uma autorização de uso de sua entrevista quero agradecer .

P: Seu nome completo ?

R: Valmor Dallacort

P: Sua idade?

49 anos

P: Escolaridade

R: 1º grau

P:Nasceu onde?

R:São João Paraná

P:Trabalhava onde antes de vim?

R: Trabalhava no Morro Verde e antiga Luthier

P:Trabalhou na Barragem Governador a partir de quando ?

R: A partir de 1986

P: Em que emprego ?

R:Comecei na empresa CR Almeida

P:Em que ano que foi em 86?

R: 86

P: Quando que começou a usina a construção da?

R: Foi nesse mesmo ano em 85

P: Qual era sua função ?

R: Eu era apontador de custos

P:Voce veio para região devido a construção da barragem ?

R: Mão exatamente eu vim para trabalhar no Morro Verde ai devido ao inicio da barragem eu comecei a trabalhar na barragem eu passei a trabalhar na barragem

P: Como você recebeu a noticia da construção da barragem ?

R: Na época eu já residia no antigo Segredo ne ai quando a empresa começou a se instalar eu procurei a empresa ne e cruzei com o primeiro apontador a fichar na barragem

P: Oconsórcio que veio construir a barragem veio a DM construtora ?

R: DM ,SESB E SINODA

P: ela teve uma dificuldade entre a serra Almeida e ela ne

R:E teve uma briga na justiça ne que então a Concesp tinha ganha e a DM também disse que tinha ganha a DM até então acabou a primeira parte etapa e continuou com os equipamentos com a esperança de continuar a tocar o restante da barragem daí acabou o consorcio ne concluindo a barragem fazendo outra etapa e a DM ficou fora.

P:A construção da barragem então foi importante para região no teu ponto de vista?

R: E na época foi muito importante ne só que por outro lado ne o governo trouxe a mãe de obra para a região e acabou essa obra e o governo não fez mais nada para ajudar esse povo que emigrou para cá e conseguiu suas casas foi ficando por ai e o governo não fez nada de diferente pra manter esse povo ne .

P: Na época mais ou menos quantos mil trabalhadores tinha ?

R: diretamente 25000 2600 mil por ai

P: numa outra entrevista que fiz com Paulo falou que em torno de 10 mil pessoas vieram para a região ?

R: E eu acredito que sim porque revezavam muito ne então tinha 2500 direto ne mais tinha um revezamento muito grande, ne

P:e como e que era a região ai dos municípios ai de Candói Reseva Foz do Jordão ?

R: Na época Candói e Foz do Jordão pertencia a Guarapuava ne e que nem eu falei ne aqui era barro com a construção dessa barragem ne aqui era uma simples vila ai e como aumentou bastante a população aumentou a vila que passou a uma cidade foi onde ne posteriormente foi criado município devido a construção de não só dessa barragem mais de três barragem na região

P: SE não fosse a barragem na época o senhor estaria trabalhando na em outra em empresa qual a outra que você falou ?

R:Eu estava trabalhando na morro verde e talvez eu tivesse continuado que eu morava na Trombini talvez tivesse continuado na própria Trombini

P:Eram poucas empresas que tinham na época?

R: E na época em questão da morro verde não existia outra empresa .

P: E você e fundador como foi tua evolução dentro da barragem teve evolução como profissional ?

R: Na verdade tive evolução que eu comecei como apontador e terminei comoapropriador de curso ne na época da DM eu fui representante sindical onde eu adquiri um grande conhecimento na questão dos direitos trabalhista ne ai depois de 2 anos eu fui diretor sindical onde fui eleito diretor sindical fiquei 6 anos foi meu ultimo trabalho ligado a barragem ne

P: E trabalhando um pouco com os direitos trabalhista teve muita luta entre os trabalhadores na época deles paralisações?

R: Teve muita luta inclusive o Sintrapav a força do Sintrapav começou na barragem de Foz do Jordão até então Sintrapav era um sindicato ainda pequeno ne sem força de barganha e o povo aqui e sempre aderiu os movimentos sempre lutaram juntos com o sindicato foram conquistado assim vários beneficios em termos de convenção coletivo de trabalho ne e onde existe ate hoje então hoje a convenção coletiva de trabalho do Sintrapav e o sindicato construção barragem de barragem construção pesada e uma das melhores convenção que tem em questão de beneficios.

P: Então teve varias lutas dentro do...?

R: Várias lutas todas as barragem que aconteceram ai teve movimento o pessoal sempre aderiu os movimentos e sempre obtivemos conquistas

P: A usina de segredo ela teve momentos assim de muitas... de grande pico de trabalhadores então nesse período ela teve paralisações de força de reivindicações por força de trabalhadores ou não

R: Teve paralisação por diversas vezes no tipo assim uma semana dez dias sem contar a paralisação teve nesse meio tempo quando a DM ou alias a Serra Almeida acabou a primeira etapa ne ai teve aquela briga na justiça e teve uma paralisação também ne acredito eu não lembro exatamente mas foi uns meses ai

P: Os trabalhadores que trabalhavam para Serra Almeida e na questão da briga judicial dela foram todos aproveitados na DM?

R: Praticamente todos ne isso não interferiu nada nos trabalhadores

P: E o que a Barragem ela trouxe além do trabalho dessa questão que você já levantou dos trabalhadores ela trouxe mais algum benefício para região ?

R: Eu acredito que o benefício não depois da conclusão da barragem eu não vejo muito ,

Até porque essa barragem tanto o ICMS quanto royalties ficaram para outros municípios e não para Foz do Jordão eles simplesmente utilizaram usaram o povo de Foz do Jordão ne e quem está arrecadando esses impostos hoje são outros municípios por isso eu digo que o governos tinha que olhar com bons olhos a questão ate de urgência ne rever essa situação e o governo ne fazer alguma coisa pelo Foz do Jordão .

P: Tem mais alguma coisa que você queria acrescentar nessa questão de trabalhonessa luta dos trabalhadores nessa questão de emprego e desemprego ?

R: E o que ficou de positivo mesmo que o pessoal aqui do município ficaram um ne se qualificaram trabalhar em barragem parece que a maioria gostaram de trabalhar em barragem e não querem outro serviço se não a barragem ne então pode ver que o pessoal daqui tendência deles e procurar emprego onde tem barragem ne não querem outro serviço

P: Nos dias atuais muitos desses trabalhadores barragem acabam imigrando ne pra outras barragem e acabam deixando a família aqui ?

R: exatamente .

P: Seria isso vou deixar gravado aqui na tua entrevista que você assinou o termo de liberação da entrevista e agradecer .

R: Eu que agradeço

Então estamos fazendo a entrevista com o comerciante da época da construção da usina hidrelétrica segredo faz parte do meu projeto mestrado em geografia.

Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2012.

P: Olivio Albino Amâncio?

R: Meu nome é Olivio Albino Amâncio

P: Qual sua idade

R: 57 anos

P: Escolaridade

R: 4º série

P: Local de nascimento

R: Dois Vizinhos 21/07/1957, município de Dois Vizinho

P: Venho que ano para região nossa

R: 76

P: Então na época da construção da usina em 1987 88 você já era comerciante

R: Já era comerciante só que no antigo era Guarapuava ainda na época aqui no antigo Segredo então claro que nessa época 88 aqui o antigo Segredo que hoje e Foz do Jordão nessa época nem luz tinha aqui ainda nessa época através da usina de Segredo hoje a situação está melhor

P: Como era o comercio antes da chegada da usina

R: Aqui o comércio de Segredo atendia quem os agricultor aqui da região de Segredo aqui o povo daquela época era do local era sitiante e o que a gente atendia era mais o pessoal da colônia mesmo mas depois que veio a barragem já modificou ne a situação do antigo segredo porque o povo daquela época era, era do local, era sitiante e o que a gente atendia era mais pessoal da colônia mesmo mas depois que veio a barragem já modificou ne a situação do antigo Segredo .

P: O teu comércio era do que ?

R: Comércio de alimentação

P: Durante a construção da usina o comércio movimentou bastante aqui ?

R: Só para você ver a usina trouxe a media quase 5 mil funcionários ne tinha a vila que ainda era pinhão e claro que muitos moravam aqui no segredo e melhorou a situação do comércio aqui no local de segredo .

P: Então se desenvolveu durante esse período da construção da usina ?

R : E com a população do povo que veio de fora claro que melhorou que melhorou a situação que até hoje ne daí foi criado o município de Candói e depois do Candói foi criado o município de Foz do Jordão em 96 ,95 ,hoje qual o município de Foz do Jordão eu mesmo Olivio fui prefeito duas vezes e claro que a situação melhorou ne

P: É o que você faz agora continua nocomércio?

R: Eu to mexendo com o comercio só que na outra atividade de comercio de auto peças oficina esse e o meu começou que hoje eu to trabalhando

P: Então a construção da usina foi importante pra região aqui ou ...

R: E só pra você vê que como foi importante na época claro que a pra aqui pro município fez energia naquela época nem telefone não existia aqui hoje não hoje depois que foi criado o município de Foz do Jordão já tinha luz tinha telefone a situação já foi melhorando nos um medico quando precisava antes era Guarapuava Candói hoje não hoje aqui nos temos posto de saúde as coisas mudaram muito aqui naquela época nos tinha nem posto de gasolina hoje 3 posto de gasolina hoje nos temos naquele tempo não tinha mercado grande hoje temos 2 mercado grande vários comércio e tanto comércio de tecido como mercado hoje oficina de auto peças então as coisas se desenvolveu aqui no nosso município .

P: É teve algum problema com a construção da usina trouxe algum problema para a região ou não.

R: Não a usina só que só trouxe melhoria claro que diminuiu na época da construção população era o dobro que hoje tem aqui no nosso município mas claro que trouxe beneficio , porque através dessas usina que cresceu os município aqui da região vários município da região que cresceu e veio , claro que veio desde de banco que nos não tinha hoje nos temos posto do banco do Brasil ,Caixa Econômica ,Bradesco então as coisas claro que melhorou sabe.

P: Você foi Prefeito no município de Foz do Jordão e que melhorou o que o setor elétrico significa para a região aqui .

R: Só para você ver melhorou tudo ,naquela época que eu fui prefeito a gente fez parceria até com a Copel, DER, desde de estrada que nos não tinha aqui no nosso município nos não tinha estrada não tinha asfalto não tinha calçamento hoje o município aqui desde da minha época a gente fez fazemos asfalto calçamento então as coisa foram melhorando através das desde a ajuda da usina claro que a participação ajudou muito sabe porque a gente fez parceria com a Copel também hoje Foz do Jordão ta nessa maneira aqui desde a área de educação mesmo quando a gente iniciou a administração do município não tinha um colégio adequado para nossos alunos segundo grau hoje graças com o município nos temos dois excelentes colégio ai em nosso município também temos creches temos uma prefeitura excelente muito bonita aqui da região um posto de saúde avançado que a gente tem ai no município e graças a criação do município claro que a usina aqui foi muito importante e importante não só pra Foz do Jordão como para região ai .

P: Então na tua opinião a usina trouxe desenvolvimento,os deputados da época que o senhor trabalhou e o discurso deles era referente a usina ai .

P: Só para você ver uma coisa essa usina agora do fundão um cara que era deputado que era o Luciano Pizzato foi meu deputado federal aqui na época foi o cara que ajudou muito pra sair essa usina aqui do fundão aqui dentro do nosso município então a participação claro que tudo isso ai e uma política e uma política para o bem que envolve governador estado deputado federal e senador que nem o Álvaro Dias que também foi um excelente senador que ajudou ai muito aqui desde essas usinas que saiu a usina Santa Clara que e Condói usina fundão que e Foz do Jordão isso ai está trazendo beneficio para Foz do Jordão por que a arrecadação ne dos CMS dos róis pro município .

P: queria fazer mas algum comentário sobre isso sobre a usina ?

R: bom ...sobre o comércio ...não só para você ver o que e importante essa usina aqui dentro dos município desde a usina de segredo claro que o município mais beneficiado aqui e Mangueirinha a Reserva do Iguazu que nos que nos não temos participação da usina de Segredo a participação que nos temos um pouco e da usina de Santiago que e do róis do alagado e temos da usina do fundão esse dinheiro da usina do fundão e muito importante para o município por que ali são 70 % arrecadação do ICM que pertence a Foz do Jordão esse dinheiro que vem para o município de Foz do Jordão que pode fazer investimento para o crescimento do município desde de fazer barracão para industria no parque industrial da para fazer investimento em calçamento melhoria na cidade tanta coisa que esse dinheiro da para fazer investimento que não precisa usar o fundo de participação pra fazer beneficio para o município usando esse dinheiro da barragem do fundão .

P: Você assinou um termo de liberação de uso dessa entrevistade imagem eu só quero deixar confirmado para registrar ok

R: tudo bem obrigado

P: Eu que agradeço obrigado

Entrevista com o comerciante Zirlei de Faveri seu nome completo?

Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2012.

R: Zirlei Antunes de Faveri.

P: Sua idade ?

R: idade 58 anos .

P:Escolaridade?

R:1º grau .

P:Senhor nasceu aonde?

R: nasci em Tubarão SC.

P: E como veio parar nessa região aqui?

R: É na época meu pai velho pra São Lourenço do Oeste que era Santa Catarina e aqui ficou próximo das barragem e ainda acompanhou Chopim 2, Salto Osório ne i depois viemos para Foz do Areia e depois vim acompanhando obra pra cá mas a gente chegou aqui antes da obra nos chegamos no ano de 1980 e tinha dificuldade não tinha energia e não se podia fazer praticamente nada em termos de comercio nem havia ponto comercial e 83 ,82 em janeiro de 82 então foi a chegada da energia a Copel trouxe a energia pra foz do Jordão que seria segredo na época e ai sim ai abriu uma firma comecei a trabalhar com o comercio aqui sorveteria ,lanchonete e loja de confecção.

P: Então o senhor já era comerciante antes da chegada da usina.

R: Já era comerciante antes da chegada da usina só que nessa época o comercio era meio fraco não tinha gente não tinha pessoal não tinha população e dificuldade em tudo não tinha asfalto ai a gente começou naquela época depois com a chegada da usina daí as coisas mudaram .

P: Então o comércio antes da chegada da usina o senhor já relatou que foi com a chegada da usina o como que foi a movimentação desse comércio?

R: A não no momento que entrou a primeira firma pra fazer acampamento fazer a ponte do rio Jordão tinha acesso a mais rio ai então começaram chegar as firmas os movimento começou a melhorar aos poucos também o movimento acho que 1 ano 2 anos que a obra de segredo na verdade ela foi uma obra demorada tinha etapa ela foi tocada por etapa então época até que parou por um tempo depois continuou entrou uma empresa saiu entrou outra e a movimentação foi melhorando cada dia que se passou foi melhorando foi muito bom na época da construção da usina hidrelétrica no período da construção foi muito bom tinha bastante população dinheiro o povo todo mundo empregado e o comercio andava bem sabe e.

P: Então no teu ponto de vista o região se desenvolveu com a construção da usina ?

R: É que Foz do Jordão não diria que se desenvolveu a o Segredo em si não se desenvolveu tanto como aglomerou a uma quantidade de gente muito grande em torno da obra essa aglomeração de pessoas chegou a dar na época ai um praticamente no final da construção da usina nos tinha ai 4 mil e 70 eleitores que hoje seria em população mais de 6mil habitantes enquanto antes da obra e não tinha nem a metade dessa quantidade .

P: O senhor continua com o comércio?

R: Continuo com o comércio.

P: Depois dessa saída da finalização da usina hidrelétrica de Segredo teve construção de outras usinas o que ajudou também a manter um pouco o comércio?

R: É mais um determinado tempo ajudou um pouco a usina terminou o povo foi se retirando e foi ficando menos população no Segredo ai então foi construído depois mais no desvio do rio mais uma usina jogando água no rio Iguaçu lá em cima daí durou mais dois anos depois disso parou mais um tempo de novo e depois começou mais duas usinas uma no município de Candói e município de Foz do Jordão vaca branca então isso tudo ajudou o comercio foi muito bom sabe a época favoreceu mesmo o comercio .

P: O senhor diria que sem a construção dessa usina ao comercio não teria uma proporção que teve ?

R: Não, não teria porque automaticamente quando terminou a primeira usina aqui o pessoal foi se retirando, foi saindo e a população foi diminuindo e o povo não tinha outra opção não tinha outro emprego a renda era somente da usina .

P: O que precisa melhorar para o aumento do comercio aqui da região?

R: Olha o município de Foz do Jordão hoje aqui na verdade se for olhar só existe uma d a solução para salvar a nosso comercio e gerar emprego de alguma forma de algum jeito que pudesse e atrair emprego industria de alguma forma para gerar emprego por que se não tiver emprego não tiver alguma coisa e continuara sempre assim não se tem melhora não se tem expectativa de mudar

P: Então para concluir o que o senhor quer acrescentar nesse período da construção e no comércio?

R: Eu no meu ponto de vista a partir do momento que foi emancipado Foz do Jordão já foi uma vitória muito grande por que foi uma das coisas também que salvou o nosso patrimônio que salvou a população em geral o pessoal saiu trabalhar e deixaram as famílias aqui então pra efeito da emancipação foi uma das coisas melhores que aconteceu aqui Foz do Jordão na época de Segredo porque se nos não tivesse emancipado Foz do Jordão hoje nos seria um distrito e Foz do Jordão em se quer chegou a ser distrito pertencia a um distrito Paz Candói Foz do Jordão já foi emancipado e ai sim ai foz do Jordão só tem a crescer e poder melhorar no entanto as pessoas responsáveis de frente pra fazer de alguma forma gerar emprego em Foz do Jordão e a administração e a administração e o tudo no lugar hoje porque fora disso nos não temos grande expectativa eles tem que fazer isso o pessoal tem que achar de alguma forma industrializar o município de Foz do Jordão seja de qualquer natureza marca que gere emprego para esse povo de Foz do Jordão essa seria minha opinião .

P: O senhor que é comerciante sente, quando os barrageiros tem que se deslocar para fora, muitas vezes deixando esse orçamento fora em outras regiões ?

R: Na verdade e uma quem mora aqui as famílias que moram aqui os que saiam trabalhar fora e são uns heróis também por que são corajosos vão buscar o dinheiro e traz aqui manter as famílias e manter os comercio de Foz do Jordão por que se isso não acontecesse por exemplo o que ia acontecer aqui ficaria muito fraco não tem grande movimento acho que isso ai e muito bom e administração esse povo enquanto provavelmente que o posto de saúde, as escolas, a educação e saúde outras coisas ai dão dando assistência para a população e então e muito importante o pessoal sair fora ir buscar o dinheiro e trazer para o lugar

P: Só para deixar gravado aqui o senhor autorizou o uso da sua entrevista quero agradecer

R: obrigado

P: Então vamos dar inicio com a entrevista com um comerciante na época da construção da barragem da usina Governador Ney Braga, nome completo?

Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2012.

R: Francisco Presa

P : Sua idade ?

R: 62 anos

P: Escolaridade ?

R: Primário

P : Nasceu onde ?

R nasci em Santa CatarinaCriciúma

P: Em que ano que veio para cá na região ?

R: nos viemos para cá aqui no Segredo na época eu vim 82 mas eu vim para o Paraná em 53 no ano 53 nos viemos para o Paraná

P: E você já era comerciante quando começou o processo da barragem

R: Não ,eu era lavrador eu era agricultor e vim e prestar montar comercio aqui justamente na época da barragem através da barragem que eu vim para cá

P: Qual era o teu comércio aqui ?

R: Era açougue e açougue picador de carne inclusive na época quem forneceu a carne pra a barragem ali fui eu durante a construção da barragem fornecia a carne para a companhia

P:Então como era o Comércio antes da chegada da barragem quando você chegou aqui até você montar o comércio, como que era o comércio?

R: Bom aqui praticamente não existia comércio, o único comércio que tinha aqui na segredo época era o seu Joaquim Vieira que tinha o um mercadão ai, era o único comércio que tinha daí uns boteco ne tinha uns botequinhos daqui dali daí que veio a magazine do Zirlei e do Zilázio na época ele já tinha uma casa ai inclusive eles só montaram a loja depois que eu já estava ai i o único e o outro comercio que tinha era do seu Cristiano que também era o ramo de carne depois que eu vim e montei o ramo de carne também .

P: Durante a construção da barragem que ela fez foi em duas etapas?

R: duas etapas

P: como que ficou o comércio movimentou?

R: Não durante o período da construção da barragem daí a tendência daí foi aumentando daí foi chegando o pessoal ai foram aumentando mais comércio mercado logo foi montando um super mercado daí foi aumentando a tendência foi só aumentar ne o comércio daí foi onde aumentou a população aumentou tudo ne

P: Fale um pouquinho sobre essas duas etapas da barragem porque que isso a Serra Almeida qual que foi o processo?

R: A ali acho que mais foi uma briga política da época e que o Nei Braga que era na época que começou e depois houve a eleição do Richa ne o Richa assumiu tinha já iniciado a construção da vila enfim a construção da vila e daí quando houve a eleição o Richa ganhou daí a obra paralisou ficou paralisado não sei a troco do que enfim ela ficou quatro anos praticamente parada sem depois quando houve a eleição e o Álvaro Dias ganhou a eleição daí houve uma briga com as empresas por causo dos contratos e coisa e tal e daí ficou mas uns quatro ou cinco meses daí ela iniciou quem concluiu a barragem foi o Álvaro Dias daí quando ele assumiu a barragem deslançou de novo daí mas isso já no ano 88 foi no ano 88

P: Nesse Período que ficou paralisada a obra da usina, como o comércio ficou?

R: O comércio ficou um fracasso total né... porque o pessoal vieram e se estalaram e parou praticamente né e ai o comércio fracassou inclusive o meu né tinha que fechar as portas né só fui iniciar depois dali quatro anos depois né ;

P: Nesse período já tinha bastante comercio instalado?

R: Já tinha bastante comércio

P: Fecharam as portas?

R: a maioria fechou as portas ne quem não fechou teve que sair fora ne o comércio ficou praticamente parado ne porque não tinha aqui no nosso lugar que foi gerado cresceu e ta do jeito que esta hoje através da barragem ne

P: Depois do inicio da barragem de 88 em diante você retornou teu comércio?

R: Retornei o comércio daí que eu conseguia a deslançar um pouco também porque daí a venda cresceu, tudo cresceu, recolhia mais dinheiro a barragem naquela época tinha ai mais 2 mil funcionários ne então a venda se tornou daí que se deslançou o supermercado se deslançou açougue e tudo quanto loja de roupa o que tem ai foi tudo da época ne .

P: Como que era a vila no começo? depois da barragem, asfalto, calçamento ?

R: Aqui era tudo estrada de chão em 82 que eu vim para cá,Foz do Jordão, Segredo aqui era praticamente um matagal só tinha uma avenidinha aqui e umas casinhas aqui na avenida o resto era matagal estradinha de chão aqui ate lá na paz e chovia não tinha não dava para sair estrada muito ruim daí que surgiu o asfalto mas o asfalto veio ai pelo ano 86 ,87 que foi asfaltado ne .

P: Asfalto que veio justamente pra construção da barragem?

R:Através da barragem ne

P: E nós tinha uma fábrica ali chamada Luthiere tinha uma vila que a Copel aproveitou para o inicio da construção da usina?

R: A Copel veio para (segredo) hoje Foz do Jordão a os funcionários da Copel na época que vieram para construir a vila da Copel, ali eles se alojaram na Trombini, que era Luthier na época, não era nem Trombini, depois a Luthier venderam se instalaram na vila dele inclusive usaram o hospital da Luthier tudo ne...então eles ficaram instalado ali praticamente 4 anos ne depois de 4 anos que eles começaram se mudar la pra vila da Copel

P: E nesse período da vila você também tinha comércio? Você fornecia ali para Copel ?

R: Furneci carne do começo ao fim inclusive para essas firmas,para construir as casa a vila era eu que fornecia a carne para eles, uma porção de firmas que estava ai ... , Paraná Equipamentos que fez a instalação da água uma quantas delas ai eu que fornecia a carne para eles do começo ao fim.

P: E já comentou um pouco sobre isso mas então que mudanças na tua opinião ocorreram depois da construção da barragem na região?

R: A depois ...

P: Tanto Foz do Jordão na época Segredo, Rondinha que hoje é Reserva do Iguçu e Candói antes Guarapuava?

R: Na época antes da barragem e que nem eu fale antes da barragem foz era Segredo não era nada praticamente não existia depois da barragem nos ficamos ai ele cresceu assim como Reserva a mesma coisa Reserva não tinha nada só simplesmente umas serrariaszinhas e nada mais daí que foi crescendo cresceu e daí a barragem terminou mas o lugar terminou o comércio continuou tanto que hoje virou município ne. O Desenvolvimento foi justamente através da barragem .

P: Então você atribui a barragem inclusive a força que teve para emancipar os municípios?

R: mas com certeza,se não fosse a barragem, hoje Segredo no caso Foz do Jordão não existiria e, muito menos Reserva não existiria.

P: Nesse processo de emancipação?

R: É existiria assim aquela vilinha ne, porque depois que foi emancipado o pessoal continuou morando aqui no caso contrário eles teriam ido embora porque .

P: Você paralisou o comércio ou hoje você continua nesse ramo?

R: Paralisei.E paralisei em função da política que na época foi emancipado Candói que na época nos era Candói e tambémera distrito de Guarapuava na época houve a desmembramento de Candói ali foi em 93 já 1993 houve a desmembramento de Candói de Guarapuava e ai foi onde os amigos companheiros e coisa me indicaram como candidato vereador então município de Candói e isso ai eu me elegi de vereador no município de Candói e ai naquele período que foi emancipado daí Segredo que hoje é foz de Jordão na minha época de vereador e daí começou minha carreira política .

P: Evocê paralisou teu comércio...

R: E ai em função que ai a daí a barragem terminou parou o comércio de carne também fracassou eeu como estava envolvido na vida política daí paralisei o comercio ...E paralisei não na verdade eu vendi ne vendi e eu continuei na vida política

P:Na tua opinião então a construção da usina foi muito importante para a região?

R: Mas lógico, com certeza foi tão importante que hoje o segredo da época hoje e Foz do Jordão município se não fosse a barragem não hoje aqui não era município .

Então começando a entrevista com o senhor Nilson Brasil um dos líderes do movimento ribeirinho em Honório Serpa na região de Mangueirinha?

Entrevista em 07 de janeiro de 2012.

P:Seu nome Nilson completo ?

R:Nilson Nogueira Brasil

P:Sua idade ?

R: 52 anos

P: Escolaridade?

R: E 8ª série completa

P: nasceu onde?

R: Mangueirinha

P:Como foi que você recebeu a noticia da construção da barragem

R: Olha isso ai foi tudo surpresa isso ai foi no ano 82 83 por ai surgiu o comentário na região que ia sair uma usina hidrelétrica e em mangueirinha ai começou daí começou as pesquisas e sondagem e foi ali por diante foi iniciado a barragem

P: Vocês que tinham terreno na margem do rio Iguçu, como que chegou a notícia que ia ser alagadas as terras de vocês

R: Olha isso aqui primeiro pra começar eu morava de arrendatário o terreno era do meu pai então chegou o pessoal na aquela época o pessoal da Copel e vendo a documentação primeiro a documentação e falando que ia ser inundado uma parte do terreno não tinha certeza onde ia pegar i começaram fazer levantamento ne

P: E houve indenizações pelas terras ali, você foi um do líderes ali do movimento que organizou essa negociação com a Copel, houve indenização ou não ?

R: olha eu na verdade essa época eu não era líder eu apenas nesse período eu era presidente de uma capela que ficou inundada em baixo da água que era a nossa comunidade então eu não era líder mas era um cara que representava a população ali parte do religioso ne então esse ali o pessoal foram foi indenizado e com acordo do terreno que era a indenização mas eu acho que na época ainda da indenização ali pelo que foi recebido que meu pai recebeu naquela época foi um preço justo

P:Foi justo, e como que foi as negociações com a Copel?

R: Olha esse aqui a negociação com a Copel foi demorado muitos anos pra foi varias reuniões que tivemos i numa não dava certo acertado um detalhe na outra ficava coisa pendente então foi vários anos não foi nem um ano nem dois anos

então foi vários acho que 34 anos pra até na verdade até essa barragem se não me falha a memória durou 7 anos eu acho que ainda teve coisas que ainda ficou pendente que foi acertado nos últimos dias de fechar a barragem a.

P: E então tem gente ainda com pendência de indenizações, você conhece alguém ou não?

R: Olha que eu saiba de pendência eu acho que tem umas pessoas ali que não sei qual é, e que tá o Processo da negociação deles paradas, eram pessoas que era arrendatário, que ficaram ali sem ser contemplados com o terreno conforme como eu fui contemplado com terreno e que eu sei agora de pendência de pessoas que não recebeu proprietários que não recebeu ali na minha região aqui eu acho que ali não ficou depende se as vezes ficou mais pra lado de Mangueirinha, mas pro lado de Palmas pegou a região de Palmas ali também ne Coronel Domingos Soares agora na minha região eu acho que eu saiba que tem coisa pendente ali eu acho que não tem.

P: Essa negociação, ela envolveu a troca de terreno, pelo o reassentamento que a Copel começou a chamar de reassentamento foram quatro reassentamentos?

R: Eu fazia parte eu era presidente da reassentamento segredo III que ficou 40 família em Honório Serpa e só que nessa parte de pessoas que não recebeu ne isso ai eu não tenho bem certeza ne .

P: Teve diferença dos reassentamentos e uns me parece que foi de madeira como que foi a negociação ?

R: Olha eu sei que desde o começo o Segredo II fica aqui no município da Reserva do Iguaçu eo III que fica em Honório Serpa as primeiras casas era tudo iguais era umas casas de pré moldadas de pinos daí foi feita a reivindicação onde nos fomos várias vezes para Curitiba que depois saiu, depois de 4 ou 5 anos saiu umas casas de alvenaria para todos os reassentados ne

P: Nos mesmos reassentamentos eles montaram as casas de pinos

R: É desmontaram as de pinos, as de pinos que tinha ficado lá, ai o pessoal maioria desmanchou ne porque era pinos, não tem muito durabilidade, foi feito todo casa de alvenaria para o pessoal.

P: Então eles refizeram as casas

R: Refizeram todas casas, mas tem mais um detalhe que eu não respondi, que vou te responder que, é a respeito do reassentamento o proprietário legítimo das terras que foram da beira do rio que foram alagadas nem um foi assentados foi reassentando, só foi reassentando os pequenos proprietários e os arrendatário, os agregados que fossem por que tinha agregado, tinha arrendatário e o pequeno proprietário então os demais terras não foi reassentado de mais terra ele pegou a indenização e de repente ele vendeu o restante que sobrou e foi para outro lugar comprou em outro lugar e ficou morando ne

P: Então esses proprietários que tinha você não lembra de quantos hectares acima

R: Olha pra esse aqui eu não posso ter certeza porque por comparação de repente você tinha 30 hectares pegou La20 e pouco 25 hectares sobrou 5 hectares ne então esse aqui eu não posso ter detalhe certinho ne porque a gente não sabe quanto de terra cada um tinha ne .

P: Então quem tinha uma quantidade de terra maior recebeu em dinheiro

R: E tudo mundo recebeu em dinheiro mesmo eu como arrendatário, eu recebi meus bens que tinha, recebi... meu pai recebeu para mim ne e repassou para mim porque saiu no nome dele, então eu recebi os bens que eu tinha e coisa e pouca coisa, se pegasse uma casa, uma cerca, se pegasse um bem um pomar que você tivesse então o proprietário mesmo que ele fosse um arrendatário ou um agregado então eu no meu caso eu recebi de umas cerca que eu tinha no meu potreiro só pegou o potreiro eu naquela época deu 270,00 mil cruzeiros então não ...

P: então na tua opinião as negociações do que tinha os valores ali foi bem avaliado pela Copel ?

R: Olha pela na época que foi recebido ali teve bastante gente que ficou... ficou assim meio abismado porque o preço do terreno na verdade e estourou na época dessa barragem que o terreno estourou o valor de do alqueire de terra por que hoje maioria o pessoal de Candói medem por alqueire pouca gente mede por hectare tem certas pessoas que as vezes falam hectares não sabe nem quantos metros quadrados são então a terra valorizou dali para frente então ali o pessoal compravam terreno ali pra você ter uma idéia meu pai pegou 4 alqueire e 70 metros ele recebeu na época lá um milhão e duzentos e setenta mil cruzeiros então e que saiu o alqueire saiu duzentos e poucos mil reais mil cruzeiros o alqueire então ali e o terreno valia bem menos então na verdade no meu ponto de vista e no meu ponto de vista não vou falar pelos outros ne que a época ali foi bem pago o terreno que tem conforme tem pessoas que não soube investir esse dinheiro que hoje está pior certa pessoas nem existe mais tão pior do que não tinha nada .

P: Então e mas na questão de mudar de local da onde moravam esse ai foi uma resistência muito grande ne foi as pessoas resistiram pra que pra sair dali ne ?

R: Olha eu isso daqui e normal porque pessoas que nasceu eu vim criança eu vim no ano 60 pra esse lugar vim com 10 anos nem 10 anos eu não tinha 10 anos e pouquinho então você criou raiz ali então você não quer sair dali então muitas pessoas que ate falavam assim que venha a água que eu não vou sair daqui e teve certas pessoas que perdeu deu essa barragem de Segredo aqui ela deu imprevisto que ela ate alagou até antes do prazo por caso de uma forte chuvarada que deu e pessoas que tava La sabendo que ia ser fechado em mês de junho ou julho ficaram La na beira do rio não queriam sair então teve resistência do pessoal não queria sair mesmo que já tinham ate indenizado que no causo até eu lembrei de uma pendência que tem mas não e de terreno e de um pessoal que era aqui do município da Reserva do Iguaçu que tem uma pendência que tinha não sei não vou dizer que a Copel não resolveu essa problema mas tinha uma pendência parece de bens que eles perderam ate na época dessas enchente que deu e que a barragem encheu o lago ate a curto prazo eles perderam só que eles perderam mas eles estavam no terreno da Copel brincando na justiça para receber então eu não vou dizer que já de repente eles já receberam mas tinha uma pendência ali mas de terreno que eu saiba ali não só mais e de bens .

P: Então no teu ponto de vista foi por causa da chuva que alagou antes o lago?

R: E foi deu problema de uma chuvarada muito forte 91 que onde foi que encheu a barragem que era para ser fecharem em mês de julho daí em março pó ai março abril maio foi em maio não tenho bem certeza 60 dias antes deu aquela chuvarada ai tiveram ai já inundou tudo onde bastante gente perdeu tudo.

P: Porque existe uma pesquisa realizada onde destaca a desconfiança de que a empresa encheu o lago antes para que algumas pessoas saíssem, pois estas resistiam. Isso procede?

R: Olha eu nessa parte ai eu descordo porque eu morava bem perto do pé da barragem e vi tudo que aconteceu porque eu ate a curiosidade as vezes e boa mas as vezes na mesma hora não e bom e que começou a encher o rio e toda a sujeira que tinha que tinha na beira do rio veio vindo vinha vindo e trancou tudo os túneis trancou tudo ali onde ate uma ponte uma ponte eu vi cair uma ponte provisória que tinha ali então esse aqui eu assim no meu ponto de vista que não aconteceu nada disso assim que isso ai foi gente que trancou tudo isso daí começou a encher o rio

P: Então a empresa não estava preparada naquele ponto de esperar uma chuva

R: E isso ai e uma coisa que e só por Deus ne ninguém esta preparado nessa altura ne que esta para fechar a barragem fechar as comportas para encher só que deu aquelas chuvaradas ali e a própria sujeira a própria madeira e sujeira que feio trancou trancou de vereda ali deu bastante trabalho ai para eles depois para fazer limpeza .

P: Houve uma corrida contra o tempo para tirar essas pessoas dali e as casas, me falaram, ainda não estavam prontas, isso é verdade?

R: Olha lá você sabe que... que a empresa que pega ela tem um tempo determinado para fazer isso então elas vão fazendo por etapas elas pegam ali 20 30 40 que nem lá era 90 e poucas casas 91 lá no assentamento no reassentamento que fui morar ne 91 família então... é pegar e fazer de uma fez só então o pessoal conforme ia eles ia fazendo muitas pessoas daí nessa época que deu enchente que pegou na beira do rio tinha gente que morava na beira do rio que foram tirando as famílias e foram levando ate provisório lá nos barracão fazendo uns barracos de lona pra tirar o pessoal dali então nessa parte ai .

P: O no reassentamento a agricultura era de forma diferenciada conforme o ribeirão estava acostumado como que foi essa mudança?

R: Essa mudança ela tem começado...tem pessoa que trabalhar conforme trabalhava ali manual e caiu lá numa terra mecanizada terra de campo já não é a terra que nós se criamos aqui na beira do rio plantava e colhia é lá o pessoal quiseram fazer como fazia ali trabalhar com boi, trabalhar com enchada, cavalo, já não funcionou porque as terras já é outro tipo de terreno, terra de campo não é, terra de campo não é terra de beira de rio NE... então o pessoal lá teve pessoa que o primeiro ano tava querendo desistir porque a terra não prestava, então já quem tinha um pouco de experiência de terra mecanizada deu já uma avançada ne e os que ficaram naquele sistema antigo de beira de rio sofreram eu mesmo só pra você tiver uma ideia eu saí daqui, eu me criei na agricultura, eu saí daqui lutava com boi lavrava com boi plantava de maquininha, limpar com maquininha manual eu saí daqui levei três junta de boi pra ir trabalhar lá daí vi que cheguei lá, vi que o "troço" não era por aí que não ia funcionar daquele tipo e ai então não fui só eu fui varias pessoas que levavam juntas de boi pra lá para trabalhar com boi .

P: Esses equipamentos, a Copel no inicio, foi formado uma associação para cada comunidade nesses reassentamentos?

R: Cada uma foi formada uma

P: E teve equipamento trator essas coisas que foram cedidos?

R: Olha essa parte não a Copel ela só fez esse ai nos primeiros anos ela preparou o terreno para o pessoal primeiro ano ela tombou tudo toda a terra toda a terra, foi tombada com trator, tombada passada as grades e plantada e daí dali dois anos ela calcariou o terreno para o pessoal

P: Então depois desses dois anos o pessoal teve que

R: Cada um teve que se virar.

P: Que nem você falou teve muito desistência o pessoal foi vendendo daí as terras, como que foi?

R: Olha passado anos não foi eu morei, eu morei 11 anos e oito meses no assentamento Segredo IIINE, ficava no Honório Serpa que quando nos entramos lá ficar bem explicado para você saber bem ne quando nos entramos La essas 91 famílias era tudo Mangueirinha, Honório Serpa era distrito então ficou tudo Mangueirinha daí já no próximo ano Honório Serpa se emancipou daí onde que nos fiquemos onde dividiram o município de Honório Serpa com Mangueirinha ficou 40 famílias ficou Honório Serpa e 50 famílias ficou Mangueirinha então e ali já nos se separamos aonde era uma associação só Segredo I Porque que hoje e Segredo I e segredo III lá a historia de Segredo I e segredo III porque só existia segredo I e segredo II onde o segredo dois ficou Reserva do Iguçu e Segredo I Mangueirinha daí com aquela mudança que ficamos 40 família em Honório Serpa tinha que fazer o Segredo III no Honório Serpa por isso ficou Segredo I Segredo III e segredo II aqui daí o documento da associação do segredo I Segredo III foi dali quase dois anos que daí nos ficamos para lá NE...cada um das associações tinha seu CNPJ.

P: Então o município de Honório Serpa surgiu com a força também desse reassentamento, ajudou também?

R: E ne na verdade hoje Honório Serpa pra você ter uma idéia é o maior município de assentamento e reassentamento, que ele tem dois reassentamento pelas empresas da barragem que seria a Copel e a EletroSul e o resto e o resto de todo o assentamento do MST então é o município que mais...pelo que o prefeito de lá me passou que é o município do Paraná, que Honório Serpa é a cidade pequena, mas é uma cidade que evoluiu assentamentos então é uma cidadezinha que ela a população é de assentados ne .

P: O reassentamento, ali teve investimentos do governo do estado? de algumas indústrias, você poderia falar um pouco para mim sobre isso também?

R: E teve ai no assentamento segredo I saiu um abatedouro de ave e uma cozinha industrial e no Segredo III saiu só uma cozinha industrial mas infelizmente por falta de verba recurso não tinha e capital de giro todas elas foram falindo

P: hoje estão todas fechadas

R: Todas fechadas que até por sinal abatedouro aves eu era um sócio gerente infelizmente e triste falar mas aconteceu de estar fechada por que hoje por falta de verba que hoje por sinal nem to morando mas já faz nove anos que não moro mas lá vendi lá e não moro mais o assentamento

P: Na tua opinião faltou o governo investir na fábrica, na estrutura comercial em si?

R: E na verdade eles construíram tudo coisas bonitas ta lá pra quem quiser ver ta fechado mas e coisas bem feitas so que e como eu já falei deixaram nos lá com o prédio lá e o equipamento e pouco recurso e daí não tinha capital de giro aconteceu o que aconteceu e não investiram em capital de giro deram tudo as outras coisas que precisavam ne mas só que hoje as pessoas o pequeno agricultor que nem nós lá o Máximo quem tinha mais terra lá, era 7 alqueires 6 alqueires, 5 alqueires então era nessa faixa 5 até 8 alqueires dependendo o tipo do terreno então você nunca um pequeno agricultor lá é pra sobreviver e dar assistência para a família, estudo que tinha pessoas lá já fazendo até faculdade lá dentro então sem emprego então os pais tinha que ajudar nunca tivemos um capital de giro próprio então nós necessitava que viesse de fora e não veio infelizmente quando veio um recurso para nos tava devendo tudo foi pior para nós pra nos entrar em dívida que ali mas fácil ainda .

P: O Governo nessa época era?

R:Na época que nos entramos lá quando nos entramos no começo lá o governador lá era o Requião daí passou era o Lerner bem nas épocas que tava todas as industria funcionando era Lerner .

P: Na tua opinião a barragem ela trouxe desenvolvimento para região ou não?

R:Mas olhe eu acho que pro município foi bom mas pra população não foi digo pros ribeirinhos pra uns se deram bem pra outros se deram mal então eu acho que nessa parte ai ela depende de cada um .

P: No teu ponto de vista quem se deu melhor ?

R:Olha na verdade hoje quem se deu, uns não todos, porque todos as cabeças trabalham igual ne funcionam igual hoje até na verdade tem pessoas do reassentados que se deram mais bem do que os próprios proprietário que eu tenho um exemplo da minha família que aqui não vó citar nome de outras pessoas que a gente sabe mas da minha família que meu pai hoje e não ta mais nessa face da terra já foi ne, mas ele foi um dos caras que em ao invés de ir para frente foi para traz porque o que acontece muitas pessoas e sabe que todos esses ribeirinhos pessoas que nasceu e se criou pessoas de pouca cultura não tem estudo então ele pegou certa quantia de dinheiro e pensou que tava rico ele começou a gastar gastar aquele dinheiro e não investiu então o que... que aconteceu em vez de ir para frente voltou para traz e pessoas tem pessoas hoje do assentado que era pessoas que nem eu já falei eram agregados e arrendatário a maioria do pessoal era arrendatário e agregado e os outros de pouco terreno então tem pessoas lá mais bem do que os próprios proprietário da terra que eles arrendavam que souberam investir foram batalhando investindo hoje tem pessoas lá que dentro do assentamento tanto do Segredo I como no Segredo III do Segredo IV que e um assentamento mas novo do II eu tem pouca gente eu conheço ate pra começar eu nunca fui visitar o segredo II então tem pessoas lá que tem seu carro novo tem seu trator tem sua plantadeira tem seu pulverizador tem suas boas vacas de leite tem 8, 10 vacas de leite tem gente lá que ta bem esse aqui e normal por que uns ir bem outros não ne .

P: Uma visita que eu fiz no reassentamento lá eu vi bastante latifúndio, o pessoal andou comprando pequenos lotes dos reassentados e formaram uma grande fazenda, isso procede ou não?

R: Olha isso aqui já era uma preocupação grande da Copel porque ela tirou o latifúndio para ponhar os pequenos e ela tinha uma preocupação muito grande esse aqui o que é verdade tem que dizer ela tinha uma preocupação muito grande do pessoal ponha o latifúndio e hoje o reassentamento da Copel precisa principalmente La em Mangueirinha o I e o III a maioria está latifúndio os próprios proprietáriosque foram contemplado com o terreno hoje não sei se tem, não sei se tem 60%, 70% da pessoas lá o resto já saíram tem pessoas lá com o poder aquisitivo grande aquele já tem lá seus 30 40 alqueire de terra então esse aqui era a preocupação da Copel infelizmente ela se preocupava muito ela batia sempre na mesma tecla o pessoal não vender para não entrar latifúndio e não adiantou e hoje ta tomado conta a maioria lá 30% lá e latifúndio do total da área .

P:E tem uma história do ribeirinho que recebeu uma casa de alvenaria e daí não sabia usar o banheiro e depois tiveram a Copel ir lá e derrubar o banheiro de volta fazer isso e precedente ou não?

R: E infelizmente é verdade ...

P:Foi no qual reassentamento você lembra ou não?

R: mas olha eu não vou falar porque ele daí a pessoa um dia a pessoa pode ver isso daí e não gostar muito mas foi dentro do reassentamento é e aconteceu mas um problema lá dentro do assentamento não foi citar onde que foi porque eu conheço todas as pessoas ali fiquei 12 anos então conheço todas as pessoas teve um lá que não sabia como que ligava a chave pra ligar a luz e ai ele chamou o técnico da Copel e falou que na casa dele não tinha luz porque ele não sabia como que ligava chave

P: E aquele episódio da pessoa que usou a casa de material pra fazer o deposito e montou a casinha de pau a pique, do lado da casa de material, também teve um fato parecido?

R: mas olhe desse aqui não tenho lembrança teve lá so que esse aqui não vou falar quem é nem onde é...teve um lá que não quis morar na casa.

P: Então pode ser esse o fatoE Nilson você quer cumprimentar alguma coisa para a construção da barragem que vocês viveram na pele todo processo de negociação da Copel, a indenização essa saída, esse problema da enchente, você que complementar alguma coisa ainda, fique a vontade?

R: Mas olha esse aqui a única coisa que deixar eu senti de sai do meu lugar deixei toda minha família deixei meus amigos deixei uma comunidade que eu batalhei muito por ela assim como eu batalhei lá pela comunidade Segredo III não só pela comunidade Segredo III mas pelo todo assentamento o I e o III que eu fazia parte de um depois que aconteceu que eu já expliquei que das famílias eu fiquei presidente da associação por 6 anos, três mandatos de 2 anos, infelizmente daí motivo é pessoal lá meu deixei meus amigos lá que era todos meus vizinhos e sai de lá tenho muito saudade do lugar gosto muito eu acho que se eu fiz que eu pude que briguei batalhei briguei no bom senso ne porque brigar é capaz de pensar que e luta de Boxe, briguei com a Copel no bom censo pela população esse aqui que tem coisa gravada também que eu fui em Curitiba várias vezes eu e o outro presidente da associação do segredo I onde que conseguimos aquelas casas o pessoal todo tem uma casa de alvenaria medindo cento e poucos metros quadrados um bom galpão de alvenaria então isso daqui deixei muito saudade de repente deixei algum descontente mas acho que 99,9% ficaram contente lá com o tempo que eu apresentei assim como na minha comunidade antiga que hoje eu sai de lá estou morando aqui em Foz do

Jordão tenho uma chacinha aqui e uma lá onde eu nasci e me criei e voltei para minha terra de volta lá então pra mim e uma honra ter prestado esse serviço para a comunidade lá e hoje estou aqui no lugar que nasci e me criei quero ver se moro nesse lugar .

P:Então Nilson quero agradecer tua entrevista e dizer que na oportunidade que você autorizou o uso da entrevista,então quero agradecer

R:Obrigado e agradeço você qualquer coisa que precisar da gente ai e o que eu falei ai ..isso ai e tudo coisa que aconteceu Obrigado .